Jefferson Evânio da Silva
Rodrigo Lins Barbosa
(Orgs.)

TEMPOS, ESPAÇOS E JOGOS DE PODER

Pernambuco sob o Signo de tramas locais

EDITORA
OLYVER

Tempos, Espaços e Jogos de Poder

Pernambuco sob o signo de tramas locais

DIREÇÃO EDITORIAL: Maria Camila da Conceição
DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira / Jeamerson de Oliveira
IMAGEM DE CAPA: (From The Depths - Ilustração de Willian Balfour Ker para o livro The Silent War de J. A. Michell) New York Life Publishing Company 1906
DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.

Todos os livros publicados pela Editora Olyver estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2019 Editora Olyver
Aldebaran | Tv. José Alfredo Marques, Loja 05
Antares, Maceió - AL, 57048-230
www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S278p

SILVA, Jefferson Evânio da. BARBOSA, Rodrigo Lins.

Tempos, espaços e jogos de poder Pernambuco sob o signo de tramas locais. [recurso digital] / Jefferson Evânio da Silva, Rodrigo Lins Barbosa (Organizador) – Maceió, AL: Editora Olyver, 2022.

ISBN: 978-65-81450-96-0

Disponível em: http://www.editoraolyver.org

1. História. 2. Pernambuco. 3. Política. 4 Dominação. 5. Resistência. I. Título.

CDD: 981

Índices para catálogo sistemático:
1.História do Brasil 981

JEFFERSON EVÂNIO DA SILVA
RODRIGO LINS BARBOSA
(ORGANIZADORES)

Tempos, Espaços e Jogos de Poder

Pernambuco sob o signo de tramas locais

Maceió-AL
2022
EDITORA OLYVER

DIREÇÃO EDITORIAL

Maria Camila da Conceição

COMITÊ CIENTÍFICO EDITORIAL

Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto
Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Edson Hely Silva
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Brasil)

Prof. Dr. Constantino José Bezerra de Melo
Secretaria de Educação de Pernambuco - SEE-PE (Brasil)

Prof. Dr. Francisco Pereira Sousa
Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Profª. Me. Francisca Maria Neta
Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Profª Drª. Ana Cristina de Lima Moreira
Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Profª Dra. Denize dos Santos
Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim
Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Profª Drª. Nara Salles
Universidade Federal de Pelotas | UFPel (Brasil)

Profª Drª. Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira
Universidade Federal da Bahia | UFBA (Brasil)

Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar
Universidade Federal de Sergipe | UFS (Brasil)

Profª Drª. Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo
Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

Profª Me. Deisiane da Silva Bezerra
Universidade Federal Rural de Pernambuco | UFRPE (Brasil)

Profª Me. Iraci Nobre da Silva
Universidade Católica de Pernambuco | UNICAP (Brasil)
Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Profª Me. Gisely Martins da Silva
Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Augusto César Acioly Paz Silva
Universidade Federal de Pernambuco | UFPE (Brasil)
Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde | AESA-CESA (Brasil)

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva
Universidade do Estado da Bahia | UNEB (Brasil)
Universidade Federal de São Carlos | UFSCar (Brasil)

Prof. Me. Joseildo Cavalcanti Ferreira
Centro de Ensino Superior de Arcoverde | CESA (Brasil)

Profª Dra. Maria Aparecida Santos e Campos
Doutorado em Actividad física y salud. Universidade de Jaen, UJAEN, (Espanha)

Prof. Dr. Diosnel Centurion, Ph.D
Universidad Católica Ntra. Sra. de la Asunción | Asunción (Paraguay)

Profª Dra. Marta Isabel Canese de Estigarribia
Universidad Nacional de Asunción, Escuela de Ciencias Sociales y
Políticas | Asunción (Paraguay)

SUMÁRIO

Prefácio
José Adilson Filho..... **09**

Imprensa, Canaviais e Trabalho na Zona da Mata

1- O ECHO DE PALMARES E AS POLÊMICAS SOBRE TRABALHO, PROFISSÕES E RELAÇÕES LABORAIS NOS ANOS 1880
Vilmar Antônio Carvalho..... **13**

2- *A* "TEMPESTADE PERFEITA" DA MODERNIDADE CONTRA OS TRABALHADORES NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO
Thomas D. Rogers
José Marcelo M. F. Filho
Christine Rufino Dabat..... **43**

3- DO ALTO DAS CASAS-GRANDES EU VI O MUNDO E ELE ERA O ESCABELO PARA MEUS PÉS:
Reflexões a partir da teoria de Campo de Poder bourdieusiana
Alexandre Lima..... **72**

Dispositivos de Legitimação, Resistências Políticas e Processos de Identificação no Contexto da Ditadura Civil-Militar

4- PERNAMBUCO ÀS VÉSPERAS DO GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR, 1964
(política, economia e sociedade)
Andréa Bandeira..... 91

5- COLETTE CALLIER-BOISVERT:
relatos de uma etnóloga francesa sobre a cultura política no Brasil profundo
Jefferson Evânio da Silva..... 136

6- A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS NO NORDESTE: Resistência, migração e protagonismo do povo Xukuru no Agreste pernambucano
Rodrigo Lins Barbosa..... 183

Política, Memória e Identidades no Sertão

7- O SERTÃO E A COLONIALIDADE DO PODER
Tatiana Valença Ferraz
Bartira Ferraz Barbosa..... 218

8- PERTENCIMENTO REGIONAL/LOCAL E EDUCAÇÃO: QUESTÕES DE ORGULHO E PRECONCEITO
Gilberto Moreira..... 240

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS..... 271

Prefácio

No rio da História há múltiplos e distintos tipos de afluentes, seres vivos, solos, relevos, paisagens e climas. Suas águas são densas, escuras e barrentas; seu percurso é sempre sinuoso e labiríntico. Todavia, alguns trechos e margens deste rio são bem mais visitados e analisados. Enquanto outros trechos continuam pouco explorados, desafiando nossa imaginação e reflexão.

De fato, ainda existem muitos objetos e sujeitos a serem pescados pelas redes dos historiadores. Sobretudo naqueles trechos que ficam mais ao sul do Sul Global, isto é, nas matas, nos agrestes e nos sertões. Sobre áreas e localidades imaginariamente classificadas de interioranas, prevalece, grosso modo, uma visão um tanto quanto preconceituosa e preguiçosa. A rarefação dos estudos e das pesquisas relativas a tais realidades históricas não é apenas o resultado da escassez das fontes documentais, mas, talvez, de uma certa colonialidade da forma de pensar determinadas paisagens e sujeitos por parte das comunidades acadêmicas. Por vezes, estas paisagens interioranas são vistas pelo prisma de esquemas dualistas, que as contrastam com o dinamismo da modernidade supostamente vivenciada pelos indivíduos e classes sociais da capital ou dos centros mais urbanizados.

Portanto, devido a essa colonialidade do pensamento acadêmico, perdem-se de vista a complexidade e a riqueza das memórias, dos imaginários e das práticas sociais, culturais e política presentes na historicidade de um conjunto heterogêneo de sujeitos e espaços. Perdem-se, também, a capacidade de apreender como tais tramas, a partir da sua singularidade, do seu ethos, dialogam com os processos globais, seus signos e avatares.

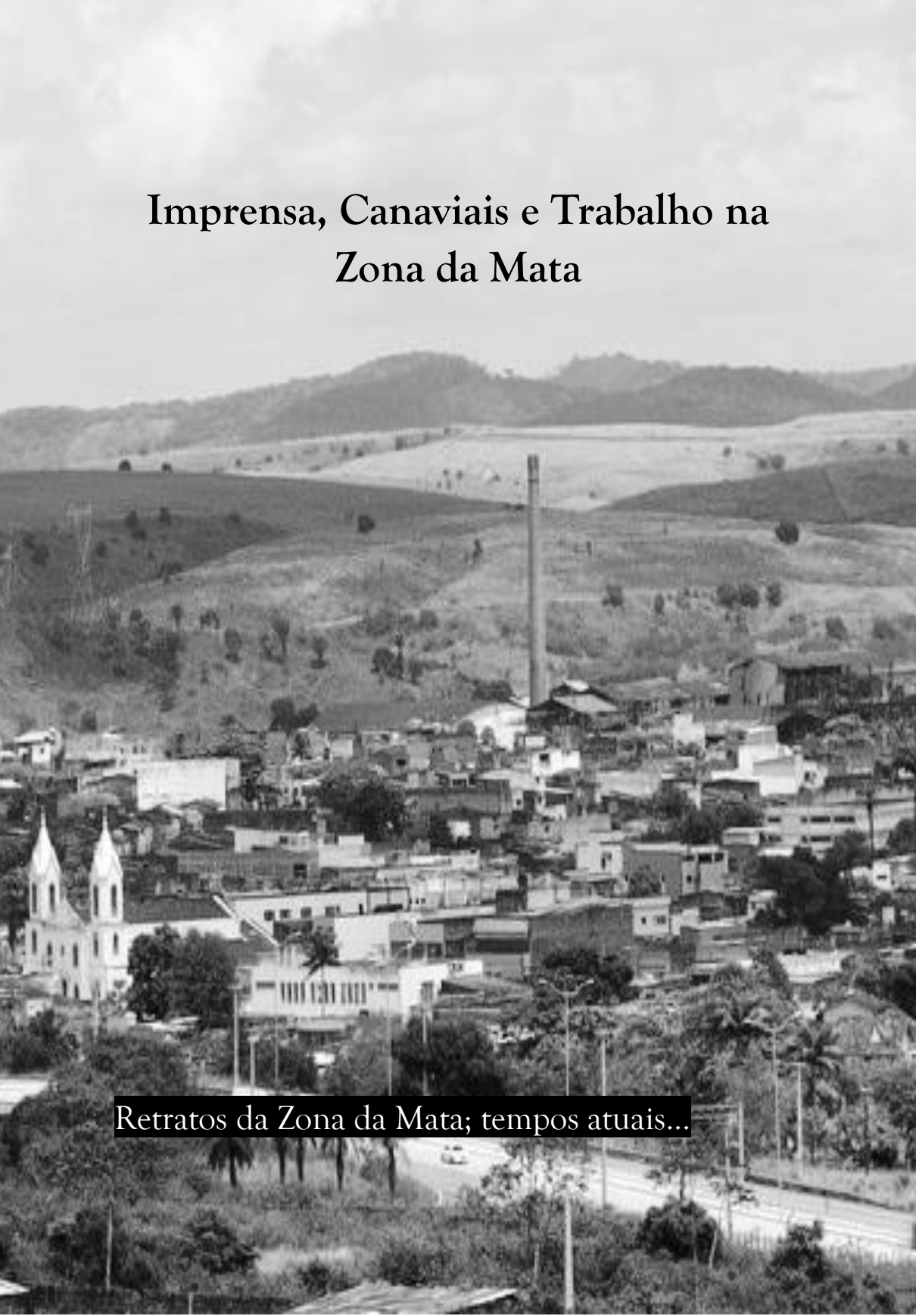
A geografia e os ethos das tramas locais tornam a reciprocidade entre a vida social, a memória, os poderes e a escrita da história muito mais intensas, porque vividas e sentidas de modo mais próximo e visceral. As relações entre famílias e oligarquias políticas e o povo, entre dominadores e oprimidos, público e privado, velho e novo, sagrado e profano, rural e urbano, verdadeiro e falso, racional e passional, ao mesmo tempo em que reproduzem e geram clivagens e conflitos, produzem, por sua vez, misturas, ambiguidades e cumplicidades entre sujeitos que, a priore, deveriam se antagonizar. Com certeza esse complexo de contradições e amálgamas torna-se algo extremamente rico para a pesquisa histórica e socioantropológica.

Para isso, somos interpelados a fazer cada vez mais perguntas do tipo: Como as histórias locais são influenciadas e tensionadas pelos processos nacionais e globais? Como se dão as confluências e os entrechoques entre a modernidade e a tradição, o sagrado e o profano, o estado e o mercado, as forças progressistas, conservadoras e reacionárias, simultaneamente, em escala global e local, em momentos de crise, golpes, ditaduras, democracia e avanços sociais? Será a modernidade um problema para as elites locais, ou, ao contrário, algo fundamental para ampliação e atualização da sua dominação? Como os representantes dos grupos médios (médicos, jornalistas, escritores, professores, advogados etc) de regiões interioranas se apropriaram de signos modernos a serviço da luta política e social? Qual o impacto econômico, cultural e social do processo civilizatório, ontem e hoje, sobre os povos originários, escravos e seus atuais descendentes em regiões das matas, dos agrestes e dos sertões?

Algumas destas questões foram, direta e indiretamente, respondidas de maneira qualificada e instigante pelos autores e autoras que fazem parte dessa coletânea. Trata-se de uma obra feita por jovens e experientes pesquisadores de universidades e faculdades de Pernambuco e alhures, informados por diversos referenciais teóricos e metodológicos, que se aventuraram a explorar as paisagens e temporalidades a fim de decifrar os enigmas desse "Brasil Profundo", dando-nos a conhecer suas permanências e mudanças, tensões, conflitos, negociações e ambivalências. Ao se debruçar sobre as páginas desta coletânea o leitor e o pesquisador perceberão o quanto precisamos ampliar o campo historiográfico para ver além do horizonte já conhecido.

José Adilson Filho
Caruaru-PE/Campina Grande-PB
Junho de 2022

Imprensa, Canaviais e Trabalho na Zona da Mata



Retratos da Zona da Mata; tempos atuais...

1 O ECHO DE PALMARES E AS POLÊMICAS SOBRE TRABALHO, PROFISSÕES E RELAÇÕES LABORAIS NOS ANOS 1880

Vilmar Antônio Carvalho[1]

Os periódicos de pequena tiragem não duravam mais que alguns números. No final do século XIX, eram organizados de forma improvisada. Um redator proprietário montava o negócio, seguido por alguns colaboradores empenhados na redação, composição, impressão, divulgação e distribuição do folhetim. Um impresso no formato tabloide, *in quatro*; na média, quatro páginas impressas, ilustradas ou não. Empreendimento que visava modesto mercado local, com a venda de anúncios e assinaturas. Um suporte técnico para a publicação de diversos gêneros textuais: editorial, relatórios, anúncios, notícias, crônicas, poemas, folhetins, charadas, cartas, etc. Repertório textual destinado à difusão de novidades e opiniões irradiadas das principais cidades do país. Ideias reproduzidas, nessas folhas improvisadas, com a finalidade de informar, instruir e entreter a fina camada letrada dispersa pelas cidades e vilarejos interioranos.

Um fluxo de ideias em movimento, ditas modernas, largamente reproduzidas nas páginas desses periódicos feitos sob a

[1] Professor do curso de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul - FAMASUL, mestre em História pela UFPE, e-mail: profvilmarcarvalho@gamil.com.

inspiração dos grandes jornais da capital. A metrópole de onde circulavam textos jornalísticos de forte impacto na opinião pública e, assim, prosperavam diários, revistas e magazines de grande tiragem, redação profissional e impressão gráfica sofisticada. Surgiram dessa proliferação do impresso, grandes empresas jornalísticas de considerável investimento, destinadas ao mercado da propaganda, entretenimento e notícias que ganharam corpo no cotidiano urbano de final de século. Época de resistência do pequeno jornal lítero-noticioso, comumente ligado à facção de letrados provincianos, dedicada ao culto das letras, mas, financiado, na maioria das vezes, por correntes políticas locais. A finalidade "isenta" do periódico, terminava por criticar/legitimar "situação" ou "oposição", seus mandatários locais e correligionários que, entre chistes e ameaças veladas, duelavam posicionamentos e opiniões de fundo político, literário ou "científico".

Estudo de Alonso (2002) aponta grande circulação de ideias — nos últimos trinta anos do século XIX — entre grupos reformistas do Segundo Reinado, membros da chamada Geração 1870, a Nova Imprensa e essa rede de letrados espalhados pelo país, prestes a viver o fim da escravidão e da Monarquia. Para Ângela Alonso, foi esse o contexto que sustentou os pilares do periodismo contestatório e o arsenal de sociabilidades envolvidas na criação de salões, academias e clubes literários, círculos de conferências, palestras públicas, meetings, comícios, etc. Nas capitais litorâneas e, também, pelo vasto interior do país, essa prática letrada seguia a influência dos ideais da Ilustração europeia e os projetos reformistas que alimentaram a imprensa:

> A nova imprensa era um dos fóruns de exposição e debate dos diagnósticos do Brasil que a Geração 1870 vinha edificando, bem como de propedêutica de seus projetos

> reformistas. Era um dos pilares do pequeno espaço público do Brasil oitocentista. O outro eram as associações.

O *boom* do jornalismo no final do século XIX atingiu muitos lugares, principalmente aqueles conectados pela ferrovia. Uma rede de impressos volantes alimentada pelos movimentos abolicionista e republicano. Por sua vez, mobilizados pelas ressonantes correntes filosóficas das Luzes europeias, cujo pensamento positivista foi o principal, o mais recepcionado, apropriado e difundido pelos letrados brasileiros, não apenas como uma injunção do pensamento francês nos trópicos, porém, aparecendo "versão temperada" pelo ecletismo da intelectualidade brasileira da época, além de seduzida pelos francesismos, propagadora de ideias, costumes e citações em francês, disposta a escapar da ainda influente lusofonia e seus dogmas influentes na formação dos jovens brasileiros em colégios e faculdades. De acordo com Paixão (2000, p. 22), por isso:

> O positivismo no Brasil não é uma mera reprodução da filosofia de Comte, como esta se desenvolveu no cenário francês de sua origem, e sim, uma versão temperada pelo ecletismo que marcava os pensamentos dos intelectuais da segunda metade do século XIX, formadores de opinião dentro dos partidos políticos e das famílias de prestígios da época.

Um contexto cultural impulsionado pelas transformações urbanas. Novas formas de viver e conviver chegadas às cidades do interior, muitas delas formadas, como o caso de Palmares, ao longo do trajeto da estrada de ferro em franca expansão por muitas das regiões monocultoras do país, situação que acentuou a condição de agroexportador de café, açúcar e outras mercadorias de origem agropastoril ou extrativista, enquanto se desenhava, por aqui, timidamente, um extenso mercado consumidor, uma incipiente

indústria local e demais serviços próprios dos processos de industrialização, urbanização e modernização das cidades oitocentistas. Processo civilizador [1] expandido da Europa para países de outros continentes e suas principais metrópoles. Uma metade de século impactada no Brasil, desde a proibição do tráfico negreiro (1850), com a questão fulcral da escravidão: até quando o trabalho escravo sustentaria os alicerces da economia e da política acomodada aos interesses de um governo monarquista central, considerado pela emergente imprensa de jornais diários, por exemplo, uma instituição enfadonha e pesada a obstaculizar a modernização e o progresso do país.

Sobre o contexto brasileiro dessa segunda metade do século XIX, José Murilo de Carvalho destaca, no livro "A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil" (1990, p. 23), as questões implicadas entre Monarquia, escravidão e Abolição. Essa obra é citada aqui para se observar como as querelas que circulavam na grande e pequena imprensa da época, também discutidas no Echo de Palmares, encontravam-se imersas nos embates contestatórios que antecederam os acontecimentos de 1888 e 1889. A pesquisa desses improvisados periódicos é, portanto, fonte importante para se compreender a experiência e a repercussão na vida local — antes, durante e depois — desses importantes eventos, analisados assim por Murilo de Carvalho:

> A Monarquia aboliu a escravidão em 1888. Mas a medida atendeu antes a uma necessidade política de preservar a ordem pública ameaçada pela fuga em massa dos escravos e a uma necessidade econômica de atrair mão de obra para as regiões cafeeiras. O problema social da escravidão, o problema da incorporação dos ex-escravos à vida nacional e, mais ainda, à própria identidade da nação, não foi resolvido e mal começava a ser enfrentado. Os Abolicionistas mais lúcidos, os reformistas monárquicos, tinham proposto medidas nessa direção, como a reforma agrária e a educação dos libertos. Mas o curto período de um ano entre a Abolição e a República nada foi feito, pois

> o governo imperial gastou toda sua energia resistindo aos ataques dos ex-proprietários de escravos que não se conformaram com a abolição sem indenização.

Foi nessa atmosfera de prenúncios — do fim da Monarquia e da escravidão — onde o Echo de Palmares circulou, entre os meses de outubro de 1883 e julho de 1884. A leitura de alguns de seus artigos de opinião, leva à análise de como esses temas reformistas, país afora, repercutiram entre os membros da rala camada de letrados oitocentistas. E de como seus "redatores" não especialistas, políticos, intelectuais ou catedráticos importantes, muito mais para subliteratos provincianos, típicos *hommes* de *lettres* como endossaram à autoimagem, escreveram sobre diversos temas, flagrantemente inspirados na leitura das ideias que circulavam dos grandes jornais cosmopolitas; de suas leituras, bibliotecas e autores citados ou apenas implícitos em seus anônimos escritos epigrafados, na maioria das vezes, por curiosos pseudônimos. Um modismo daquela época, utilizado menos para o anonimato do autor do texto e muito mais — é o que transparece nas páginas do Echo — para gerar bisbilhotice em torno da autoria da nota, artigo ou carta enviada à redação do jornalzinho. Até mesmo, um recurso utilizado entre aspirantes a poetas e cronistas, todos ávidos para provocar surpresa nos leitores do jornal, acrescentando, por diante, a insígnia de literato. Um status que endossava presença em solenidades e salões de convivência entre poucos afortunados pela condição letrada.

Palmares, elevada à condição de município em 1879, construía-se o núcleo comercial daquela "fronteira" da lavoura de cana-de-açúcar. Uma comarca com vários engenhos, população mestiça, pobre e analfabeta: centenas de escravos à espera de alforria e senhores de engenho interessados em indenizações, caso

o governo imperial libertasse o plantel de escravos ainda existente nas lavouras da região. Ao lado desses moradores mais tradicionais ligados à agricultura, formava-se uma pequena população outsider: alguns comerciantes, funcionários públicos e toda sorte de profissões do panteão urbano. Entre elas, porque do primeiro jornal local, tipógrafos, editores e "jornalistas" pioneiros na publicação de impresso noticioso e literário. Mas, ainda, a presença de operários, ferroviários, comerciários (caixeiros) e outros "artistas" de inúmeros fazeres, todos trabalhadores assalariados, moradores urbanos e, muitos deles, alfabetizados, portanto, leitores e produtores de textos.

O Recenseamento do Brasil de 1872, quando Palmares ainda um distrito pertencente ao município de Água Preta, demonstra dados de ocupação laboral que corroboram esse recorte social outsider, impactado pela presença da ferrovia e da expansão de atividades ligadas ao comércio e aos serviços urbanos, claramente confirmando a drástica diminuição da mão de obra escrava pela livre; a diversidade de profissões chamadas "liberais", "industriais e comerciantes", "manuais ou mecânicas", "agrícolas"; e, ainda sem muito destaque, "pessoas assalariadas", onde aparecem quantificados "criados e jornaleiros". A tabela abaixo, numa população total de 7.854 habitantes, apresenta 7.041 livres e 813 escravos, ilustra e distribui o perfil dessas profissões que, dez anos depois daquele censo populacional do Império, suscitaram o interesse dos literatos locais em promover, nas páginas do Echo, a tentativa de explicar as transformações em curso na lavoura, no comércio e nos serviços do município.

PROFISSÕES	Livres		Escravos		Total
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
Religiosos	4	-	-	-	4
Advogados	3	-	-	-	3
Escrivães	1	-	-	-	1
Oficiais de Justiça	3	-	-	-	3
Parteiras	-	1	-	-	1
Professores e Homes de Letras	23	1	-	-	24
Empregados Públicos	6	-	-	-	6
Artistas (Artesãos)	94	3	-	-	97
Capitalistas Proprietários	2	-	-	-	2
Comerciantes, Guarda-livros e Caixeiros	256	19	-	-	275
Operários	92	-	5	-	97
Lavradores	1.561	690	270	157	2.678
Criados e Jornaleiros	187	2	-	-	189

Serviço Doméstico	140	1.593	51	136	1.920
Sem profissão (Pop. em geral)	1.230	1.130	83	111	2.554
TOTAL DOS RECENSEADOS	3.602	3.439	409	404	7.854

Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872, Paroquia de Nossa Senhora da Conceição dos Montes, Pernambuco, Liv. 25477, v. 9, p. 115/117.

Percebe-se, considerando os dados da população ligada à lavoura e ao trabalho doméstico, mais o destaque a criados e jornaleiros, possivelmente residentes nos engenhos a serviço das casas grandes, o perfil de uma população de maioria agrária, passando a conviver com a crescente presença de intercâmbios urbanos, inclusive, novas rotinas com a introdução do transporte ferroviário, lojas, repartições públicas, espaços de convívio e entretenimento, etc. Portanto, considerando o total demonstrado de pessoas ligadas ao comércio, à indústria, serviços públicos e privados, pode-se constatar a mudança não somente profissional, mas a relevância crescente das relações urbanas. Inclusive, ampliado, pela chegada de novos moradores, o percentual daqueles que se declararam alfabetizados: 1.873 habitantes, ou seja, 23,8% da população; enquanto, os analfabetos – abaixo da média nacional que registrava 82,3% – somavam 5.981 habitantes, 76,2% da população local.

O dado mais definidor dessas transformações nas profissões e nas relações cotidianas, agrárias ou urbanas, aparece no total da população livre (89,6%) e daquela escrava (10,4%); corroborando que a escravidão nos canaviais de Pernambuco diminuía drasticamente, porém, pelos percentuais demonstrados, ainda estocada na lavoura, nos serviços domésticos ou aparecendo nos "sem profissão". É evidente, por outro lado, o número de acréscimo

das profissões com base nas relações assalariadas. O comércio e os serviços demonstram o recorte da emergência de um contorno econômico novo, potencializado pela presença da ferrovia e aparecimento das usinas de açúcar. O Censo de 1872 faz classificação genérica de muitas áreas de atuação profissional, porém aponta a crescente mão de obra assalariada em detrimento (e escassez) de "braços escravos" para trabalhar na lavoura, como se queixavam os "colunistas" do Echo de Palmares.

ECHO: A PRIMEIRA FOLHA NOTICIOSA IMPRESSA EM PALMARES

Dez anos depois do Censo de 1872, e após quatro anos da Emancipação Política pela Lei Provincial nº 1.458, de 09 de junho de 1879, o município de Palmares conheceu seu primeiro jornal impresso: o Echo[2] (pronuncia-se eco, "o som da voz que reflete, e se ouve outra vez depois da voz; o lugar, onde o som da voz reflete", define o Dicionário da Língua Brasileira, de Luís Maria da Silva Pinto, 1832). O semanário de onde são extraídos os textos de contestação aqui abordados sobre trabalho, profissões e relações laborais, praticadas e representadas por texto impressos sobre aquela comunidade semiurbana, cujas transformações políticas, econômicas e culturais repercutiam discursivamente e retornavam à ação pública e política, envolvendo: latifundiários, escravocratas e monarquistas. Os "estabelecidos", em confronto com as ideias modernas de muitos letrados "outsiders" [3]. Os recém-chegados porque da expansão da ferrovia, dos negócios públicos e privados, das casas comerciais e das repartições típicas de cidade favorecida pelo transporte diário de passageiros e mercadorias, inclusive pela presença de algumas famílias estrangeiras de italianos, portugueses, espanhóis e ingleses, estabelecidas nos negócios urbanos.

O Echo apareceu em 07 de outubro de 1883, propriedade de um português, com passagens em Salvador e Recife. Ele chegou ambulante a Palmares na leva de pessoas atraídas pelas expectativas

de desenvolvimento local, considerando a emancipação da cidade; ou porque da lavoura, comércio e ferrovia que impulsionaram a região, conectando o próspero lugarejo ao Recife. Seu nome de batismo, Severino Gonçalves Pereira. O "SP" das redações em verso e prosa, simpatizante da Abolição e da República, imbuído na defesa da instrução enquanto força civilizatória. A autoimagem que largamente reproduzia nos editoriais do Echo: ser um rapaz jovem, solteiro, sócio do Clube Literário local e promissor homem de letras. Para alguns, "um herói da civilização". Um letrado que prometia esse noticioso semanal ligado ao comércio, à lavoura e à arena das letras.

A estratégia de Severino Pereira, para atender todos os grupos sociais da cidade, estava nas pretensões do jornalismo "isento" como negócio: atrair colaboradores que apoiassem a iniciativa, comprando assinaturas, espaços para comunicados, principalmente oficiais, e propagandas de mercadoria e lojas, muito em alta nos periódicos oitocentistas. Os assinantes do Echo, um bom grupo deles, formado por proprietários rurais, altos escalões da justiça, da Guarda Nacional e da Igreja. E, também, comerciantes e profissionais liberais, além daquela parcela popular de servidores públicos, caixeiros, ferroviários e "artistas" urbanos (seleiros, ferreiros, marceneiros, barbeiros, etc.). Uma população local de gente graúda, média e miúda, muitos deles com uma insígnia social em comum: estimados cidadãos que sabiam ler. Os leitores e consumidores locais dos jornais e volantes que circulavam na cidade canavieira.

A História da Imprensa de Pernambuco (Nascimento, 2002) apresenta o Echo de Palmares como uma folha tecnicamente improvisada. Ela apareceu no "formato de 32 por 22 cm", em quatro páginas organizadas na estrutura convencional dos opúsculos da época: texto editorial, colaborações, folhetim, notas solicitadas, notícias, poemas, anúncios e variedades. Uma folha noticiosa publicada aos domingos e quintas-feiras, iniciativa que contou com o apoio do Club Literário de Palmares, associação que

disponibilizou sua tipografia e o tipógrafo (e poeta) Tito, figura boêmia descrita por Fernando Griz, no livro "Sonhos e Lutas" de 1924, o responsável técnico pela feitura do primeiro jornal da cidade.

Apareciam no Echo de Palmares alguns colaboradores interessados na publicação de artigos de opinião. Aqueles letrados locais que chamavam Severino Pereira, "jornalista". Literatos que se autodenominavam corifeus das letras ou atletas da instrução, assinando textos publicados com o próprio nome ou recorrendo a pseudônimos, tais como os epigrafados senhores: "C", "Jaldime Amoaqui", "Meladie", "Joada Malquidei", "Lefone", "Salamaleque" e o ilustre "Dr. Batati Jr., o Mirabeau de Palmares", entre outros colaboradores daquele empreendimento jornalístico, ufanamente decantado em verso e prosa.

Um grupo de colunistas amadores envolvidos numa prática muito comum naquele final de século: o jornalismo de opinião, xistoso e irônico, capaz do elogio mais eloquente e do rápido ataque ferino e deletério. Na verdade, um sinal de disputas que envolviam grupos conservadores, liberais, monarquistas, republicanos, abolicionistas e todas as facções de letrados das cidades onde aparecia esse tipo de periódico improvisado. Um fato notório desse tipo de imprensa, que o Dr. Batati Jr. anuncia na edição do Echo de 16 de maio de 1884, dessa maneira provocativa, carregada de ironia:

> É Palmares uma das florescentes cidades vizinhas da Capital, onde o desenvolvimento científico tem progredido e onde o conhecimento político mais tem se aperfeiçoado. Devido à força da vontade de grandes vultos, já mesclamos na nossa pequenina cidade, eméritos Beócios, Trânsfugas, Economistas, Jurisconsultos, Industriosos, Enciclopedistas, Escamoteadores, Abolicionistas, críticos, etc. etc. etc.

Os colaboradores do Echo de Palmares julgavam-se civilizados. Os atletas da instrução contra os "homens brutos" nada

interessados nas letras, na ciência ou na civilização. Uns homens brutos moralmente enfraquecidos pelos costumes ignorantes e descuidados. Gente envolvida em atividades sem valor, perdendo as horas de descanso em bebedeiras, jogatinas, danças nos "escandalosos salões públicos das oferecidas meretrizes" e "regabofes nos sebos das mesas" de hotéis e tabernas (descreve o "Dr. Batati Jr., o Mirabeau de Palmares", na edição do Echo de 19 de julho de 1884), condenando o que julgava um comportamento incivilizado. O cronista rogava o processo civilizador defendido nas páginas do semanário, cuja prática discursiva envolvia as aspirações da grande imprensa da época, interessada em difundir costumes e etiquetas propagadas da distante Europa. Tudo em nome do progresso moral, a instrução seria o caminho para civilizar os povos. Peter Gay (1988) observa a centralidade da representação do chamado desenvolvimento moral no pensamento burguês oitocentista, ancorado na lógica de que o desenvolvimento técnico-científico resultaria em desenvolvimento civilizatório, em autocontrole pessoal, refinamento e instrução. Questões observadas também por Elias (1994) ao indicar, na sociedade de corte, o constrangimento como atributo para se alcançar à civilização.

Um contraponto — constrangedor — que se dirigia também aos tipos rurais, matutos e "botocudos", "cabeças de gorilas" como falaram alguns textos do Echo. Preconceitos produzidos pela infâmia da escravidão, ao carregar, no discurso e representações civilizatórias, o racismo ainda mais ampliado pelos combatidos atributos do iletramento, ignorância e ausência de instrução do povo mestiço, negro e pobre. Também, "infelizmente", como ponderavam, condenar aqueles aristocratas de posse, contudo, "pobres de espírito", "sem instrução adequada, desperdiçando a oportunidade de se instruir e participar do progresso moral e físico" que o mundo civilizado oferecia. Segundo Sevcenko (2003, p. 105), a ciência se apresentava nesse discurso letrado ufanista como "o único meio prático seguro de reduzir a realidade a leis, conceitos e

informações objetivas". Um discurso positivista que exaltava o homme civilisé e sua apreensão enquanto desenvolvimento moral e progresso técnico-científico. Le Goff (2000, p. 212) ressalta essa característica do conceito de progresso cunhado no pensamento ocidental do século XIX, destacando:

> Como sempre, o que opera esta concepção e a faz desenvolver são os progressos científicos e técnicos, os sucessos da Revolução Industrial, a melhoria, pelo menos para as elites ocidentais, do conforto e do bem-estar e da segurança, mas também os progressos do liberalismo, da alfabetização, da instrução e da democracia.

Os verbetes mais citados nos editoriais do Echo de Palmares são exatamente esses: progresso; civilização; instrução; ciência e trabalho. Palavras-chave do repertório reformista do final do XIX brasileiro, que na avaliação de Alonso (1998, p. 21), mobilizava "o fascínio teórico pelas ciências humanas emergentes" por parte de jovens outsiders, frustrados pela baixa perspectiva de ascensão social diante de uma sociedade conservadora, monarquista, fechada à mobilidade, porém, jovens letrados motivados ao engajamento, tanto na defesa das ideias ditas científicas e civilizadas, como na ação pública ao aderir à filiação ao Partido Liberal, às sociedades emancipatórias, abolicionistas, científicas, literárias, humanitárias, seus impressos volantes e agendas envolvendo recitais, palestras, conferências, etc.

O proprietário do Echo de Palmares e seus principais colaboradores uns jovens de menos de trinta anos, interessados na instrução e no refinamento das atitudes urbanas, sempre na defesa do "enlaço moral e progressista do trabalho", da profissão e das relações laborais que a florescente sociedade de mercado propunha ao cidadão de bem. Preocupações que se inscreviam no cotidiano

daquele pequeno centro urbano em formação, imerso nas querelas da escravidão tardia, moribunda, mas, apesar disso, persistente e encalacrada no cotidiano das relações sociais e econômicas locais, objeto de analise de muitos dos artigos de opinião publicados nas páginas do Echo, quase sempre a enunciar a necessidade de civilizar a população local. Ou seja, como a esmagadora maioria dos textos de opinião publicados nos jornais da segunda metade do século XIX, eruditos ou não, seguia a lógica de civilizar a sociedade para que essa atingisse o progresso material e espiritual. Ferreira (2007, p. 190) trata essa questão na seguinte perspectiva:

> O sentido de civilizar passou a ser uma noção muito persistente na ação dos intelectuais do século XIX, e a se refletir não apenas nos textos eruditos, mas também, mas naqueles que pretendiam sua disseminação através de textos que atingiram o conhecimento vulgar.

Os textos aqui pesquisados são desta cepa que procurava vulgarizar ideias que circulavam nas rodas intelectuais e políticas nas principais capitais do país. Depois, disseminadas pela grande imprensa, envolvidas com as querelas emancipatórias, abolicionistas, monarquistas e republicanas. O reformismo social, econômico e institucional que perpassa a sociedade brasileira da época. Na observação de Pallares-Burke (1998, p. 147), nesse período, "a imprensa passa a ser constantemente referida como o meio mais eficiente e poderoso para influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas". Fato que podemos constatar nos textos de opinião publicados nas páginas do Echo.

O SENHOR "C" DA SOCIEDADE EMANCIPADORA 28 DE SETEMBRO: REPRESENTAÇÕES DE DIVISÃO DO TRABALHO E RELAÇÕES LABORAIS

Um colaborador assíduo das páginas do Echo foi o jovem comerciante de tecidos, proprietário da Loja da Estrela, Antônio Caphedório de Carvalho. O que assinava com o pseudônimo "C". Um assíduo colaborador que começa participar desde o primeiro número do jornal, publicando o artigo "O Trabalho e sua Divisão", além de escrever nota sobre o primeiro aniversário do Clube Literário de Palmares [4], ocorrido em 01 de outubro de 1883. Caphedório foi sócio fundador daquela associação literária, ao lado do promotor de justiça Augusto Higino Souto Maior, do professor Sizenando Hilário Ramos e do poeta Manoel Gonçalves Ferreira Mendes, o primeiro bibliotecário do Clube Literário de Palmares. A associação que cedeu sua gráfica ao empreendimento do primeiro jornal impresso no município.

O senhor "C" se apresenta um jovem instruído e moderado, membro da Sociedade Emancipadora 28 de Setembro [5]. Sua participação numa sociedade emancipadora diz muito de seus textos sobre assuntos econômicos: o sentido processual que defendia para a equação da mão de obra escrava em "extinção", claramente posicionado a favor de manumissões e alforrias, enquanto disposição humanitária e cristã digna de todo esforço para libertar o cativeiro. O Senhor "C", para divulgar suas ideias, apoiava com dinheiro a iniciativa jornalística de Severino Pereira, comprando espaço para anúncios da Loja da Estrela; escrevendo e publicando filigranas liberais e positivistas que desafiavam a escravidão e o que julgava atraso e incivilidade local. Um conjunto

de artigos marcados pela presença de ideias da economia política clássica. Espécie de miscelânea muito frequente entre os intelectuais de índole liberal, apoiados na leitura de "A Riqueza das Nações" de Adams Smith, e sua divisão técnica do trabalho dada na famosa fábrica de alfinetes. Contudo, também, textos embrenhados à medula por um August Comte legitimador das peripécias do "mundo moral" contra o "mundo físico", rebaixado aos instintos mais primitivos do homem desprovido de instrução. Caphedório assinou, igualmente, o título "Agricultura", publicado em 14 de outubro de 1883, conclamando o Império às penúrias do "agricultor sem crédito, mercado, braços para a lavoura ou indenizações patrimoniais", caso ocorresse a imediata interrupção do trabalho escravo.

Um conjunto de ideias claramente iniciadas no artigo sobre a divisão do trabalho. Nesse o intrépido comerciante de tecidos procura demonstrar a combinação entre indústria, comércio e agricultura, centrada na "lição moral" de que "os braços operários devem evitar mudar constantemente de serviço", fato que ocasionava a perda de tempo e atrasava "o melhoramento", pois "as indústrias são filhas da divisão do trabalho" e que a primeira riqueza – a agricultura – "cada vez mais raquítica" pela falta de "braços na lavoura" é, por isso, "a que mais necessita de máquinas" em sua produção. A noção ingênua e mascarada de divisão do trabalho que, na "Crítica à Economia Política", Marx contesta como a base legitimadora da propriedade privada e da dominação do capital sobre o trabalho, mas, também, resultando na ruína de muitas formas manufatureiras. Ora, subjacentes ao despretensioso artigo do senhor "C", a defesa dos engenhos centrais, a separação da agricultura da fase industrial da fabricação do açúcar, a crença

de que o crédito subsidiado sanaria a crise da lavoura canavieira que se arrastava desde 1875.

O progresso, segundo Caphedório, dispensava o operário preguiçoso. Aquele que, ao receber seu salário, "se dirige a uma espelunca, onde vai esbanjar o suor de seu rosto", esquecendo a instrução, como também aquele "artista" (artesão) que teimava na fabricação da "arte", mesmo atacado pelas dívidas e tributos. Os dois exemplos deveriam progredir, adotando o governo, "entre nós a divisão do trabalho", para que o "homem laborioso, porém ético", suprisse "em menor tempo suas necessidades" e usasse "as horas de repouso para a instrução", como se percebia no esforço de alguns cidadãos pequenos da cidade, elogiando-os pelo fato de usarem as horas ociosas em favor da instrução, da vontade de aprender leitura e noções de aritmética. Foi voz corrente no Echo de Palmares a defesa da instrução enquanto apanágio civilizatório. Como verifica Carvalho (1999), esses periódicos oitocentistas além de defenderem a liberdade de imprensa, serviam de suporte na defesa e divulgação da instrução pública ao denunciar seu estado de ausências e precariedades.

Nas edições seguintes, meses de outubro e novembro de 1883, artigos na mesma temática seguem as "críticas" e abordagens econômicas do senhor "C". Nos artigos seguintes "A Lavoura", onde anuncia que "os braços escravos já se podem considerar extintos", Caphedório introduz a questão dos subsídios agrícolas que se propagam nos "países modernos"; e o artigo "Os Engenhos Centrais", onde apresenta o "monopólio financista da safra", ali apresentado como uma saída para os plantadores de cana e modernização da produção do açúcar. Essa questão é recorrente nos argumentos do Senhor "C", demonstrando que apoiava o teor

do então recente decreto nº. 8.357, de 24 de dezembro de 1881. Sobre essa temática da modernização e do financiamento do fabrico do açúcar e seus efeitos, esclarece Meira (2007, p.20):

> Por mais que se queira minimizar os efeitos das informações sobre os engenhos centrais, as vantagens do novo sistema terão uma influência grande nas decisões tomadas na época. Os benefícios principais eram: a extração de 20% mais de matéria sacarina do que o antigo sistema; a matéria extraída por esse sistema renderia de 9 a 10% de açúcar em vez de 5%; a qualidade do açúcar era muito superior ao fabricado pelo sistema tradicional; o senhor de engenho e lavrador, livres dos cuidados do fabrico, dedicarão toda a sua atenção, meios e forças, ao aumento da plantação; melhorará a sorte do senhor de engenho que receberá 25 a 30% mais pela sua cana em dinheiro, na entrega; e mais benéfico seria para os pequenos produtores, que não tem como comprar os maquinismos.

Ao defender a implantação dos engenhos centrais como solução, Caphedório seguia as lógicas que acobertavam o modelo acima detalhado, porém enfrentava muitas críticas daqueles que percebiam, nesse sistema, a morte do antigo engenho e da autonomia financeira dos proprietários fadados às dívidas para manterem o plantio e o fabrico do açúcar de forma tradicional, ameaçados pela falta de mão de obra, a propensos devedores de empréstimos, juros e tributos do governo imperial. Fatores que levaram, anos depois, os engenhos centrais ao fracasso, porém servindo de caminho para o aparecimento das usinas industriais na década seguinte.

No artigo "O Caixeiro" — abordagem de problema urbano — O Senhor "C" defende aquele empregado que "sofre mais privações que o pobre escravo". Ele critica e responde aos críticos

da Lei do Fechamento (das casas comerciais aos domingos e feriados) que, aprovada pela Câmara Municipal de Palmares, terminou uma "lei para inglês ver". Caphedório lamenta que se todo "caixeiro é vadio", como falavam os críticos, "todo patrão foi caixeiro!". E que estavam os donos de loja da cidade "cuspindo no prato que comeram", enaltecendo o caixeiro possuidor de "uma filantropia sem precedentes" e, por isso, digno de todo respeito por parte dos comerciantes, seus familiares e clientes.

O senhor "C" denunciava "a falta de civilidade do comércio local" e a sua pessoal origem como caixeiro que se transformou em dono de loja. Um cidadão que se transformou em proprietário, homem importante da companhia dos letrados locais e das autoridades que desejavam o "progressismo" da cidade. Progresso esse que transformaria o comportamento antigo, somente adotando a "modernidade" que se apresentava na capital da província. O lojista Caphedório de Carvalho um típico letrado que imaginava as "reformas na ordem", ultrapassando querelas da política local, por apego às proposições filosóficas encaixadas, por ele, na leitura de autores modernos, estrangeiros e nacionais. Há traços claros de autodidatismo em seus textos e a tentativa de reagir ao que denominava "política especulativa" fora das regras da ciência e da civilização.

Mas, afinal, em que quadra política se encontrava o comerciante metido a colunista de jornal? Naquela fração dos liberais mobilizados pelas ideias modernas ancoradas no livre mercado. Postura que afetava as elites decadentes dos engenhos de açúcar, atemorizadas pelo próprio destino com a iminente abolição da escravidão e crescente importância da riqueza do centro-sul, onde cafeicultores e criadores de gado ganhavam espaço no decorrer do Segundo Império. Os proprietários nordestinos

munidos de um discurso ambíguo, como o fez Caphedório, ao passar por cima da solução dos braços estrangeiros, rogar "máquinas" para lavoura, e especular uma divisão do trabalho condizente com as lições mecanicistas da economia política clássica. Também, um positivista, a apontar soluções para os problemas sociais a partir da descoberta e aplicação das leis naturais do progresso material e moral da sociedade.

O SENHOR "AMOAQUI" DO CLUB ABOLICIONISTA DE PALMARES: AS REPRESENTAÇÕES DE TRABALHO, MUNDO FÍSICO E MUNDO MORAL

Noutra perspectiva sobre trabalho, divisão do trabalho e relações laborais, aparecia o senhor "Amoaqui". O pseudônimo do mais combativo colunista do Echo de Palmares. O mesmo poeta "Maladie" e o romancista do folhetim "Nininha", o senhor "Joada Malquidei". Por todas as pistas deixadas, leva a crer se tratar da mesma pessoa: Joaquim Augusto de Almeida, um bacharel, vinte quatro anos, solteiro, recém-estabelecido na cidade, também sócio do Clube Literário, fundador do Club Abolicionista de Palmares [6], ao lado do Capitão Francisco das Chagas Albuquerque e de Fenelon Afonso Ferreira, propensos republicanos da ala radical do Diretório Municipal do Partido Liberal de Pernambuco. O típico "poeta municipal", sempre convidado a recitar poemas nas mais variadas solenidades cobertas pelo Echo de Palmares. Um letrado que aparece descrito na coluna do Echo, chamada "Biografia Escri-fotográfica", publicada em março de 1884, como sendo "pessoa de temperamento nada simpático, porém, muito talentosa". O senhor "Amoaqui" foi o mais atuante dos colaboradores do Echo,

aparecendo ao longo dos nove meses de existência do periódico com vários textos em prosa e verso.

O senhor "Amoaqui" travou com o senhor "C" uma contenda "crítica". Ele reproduzia no Echo de Palmares um importante traço do periodismo daquela época: a polêmica em torno de temas considerados de interesse da opinião pública. A prática era alimentar a polêmica com a publicação de respostas cada vez mais agudas e atrevidas, chamando a atenção dos leitores do jornal. Assim, após a publicação do artigo "Engenhos Centrais", onde o senhor "C" aparece sugerindo o melhoramento da produção do açúcar e a modalidade do monopólio exercido pela empresa de capitais, "Amoaqui" promete-lhe um "Parecer Crítico Literário", por considerar ingênua a posição que defendia o monopólio do fabrico sobre a agricultura, ironicamente comparando tal indicação àquela de certo "grande farmacêutico russo, Dr. Jakobson Tandisky" que anunciava em revista médica: "a pessoa que experimentar sintomas de tão terrível mal – cólera morbus – tome como santo preservativo uma dose de arsênio e no caso de progresso, poderá se convencer se atacado por bexiga ou sarampo". A provocação ficou por conta do enunciado: "o monopólio dos engenhos centrais poderá se transformar de remédio em veneno". Fato que a história veio a confirmar com o fracasso desses engenhos diante de vários fatores, conforme relata Zóia Vilar Campos (2001):

> A separação do setor agrícola do industrial ocorre por imposição do governo imperial e não por reivindicação da aristocracia açucareira brasileira (...) o modelo bem sucedido dos franceses nas Ilhas da Martinica, de Guadalupe e dos ingleses no Egito, fracassou no Nordeste, dada a falta de conhecimento dos governantes na

> implantação de um modelo importado, que não se adaptava a nossa realidade.

A reação do senhor "C", depois de provocado por "Amoaqui", foi responder que não era médico, mas esperava atento o "parecer crítico", para fazer sua análise e demonstrar que o senhor "Amoaqui" parecia desconhecer por completo a teoria da divisão do trabalho, cabendo-lhe mais falar de outros assuntos. O senhor "C" insistia na tese de que "a lei da divisão do trabalho muito bem estudada, como tem sido por célebres economistas políticos", têm resultado confirmado; e, "que cultivar e fabricar são riquezas que mal podem se harmonizar, principalmente, quando existem muitos braços escravos"; ou aqueles "artistas" insistentes no ofício de produzir, quando "a soma dos impostos" é "superior ao valor artístico da obra" que fabrica. Uma situação limite onde "o dinheiro da matéria-prima ficará perdido" e "se alheio, terá o artista a pecha de velhaco", mais pobre que antes e com "o nome no livro de coletas da prefeitura", além de não aperfeiçoar a "arte" para competir com o estrangeiro, onde "a população cresceu o mesmo na razão direta e a produção semelhante ao homem laborioso" de menos (Echo, nº 06, 21 de outubro de 1883).

A resposta do senhor "Amoaqui" contestaria adiante, no prometido "Parecer Crítico Literário" de 25 de novembro de 1883:

> A imagem do Senhor C foi defeituosa, por quanto se a produção se assemelhava ao homem laborioso, necessariamente possuía traços de atividade, e para isto uma força motora deveria existir, o trabalho do homem (...). Logo, não pode haver indícios de atraso onde há atividade laboral.

Talvez Joaquim de Almeida – um típico letrado do romantismo tardio – considerasse o senhor "C", "um materialista".

Além disso, ele fala temer "o terror físico", o ataque direto de seu opositor ou de algum aristocrata da cidade porque de suas ideias políticas em defesa da instrução e do direito a ela. Uma afirmação que Caphedório de Carvalho descartava, dizendo tratar-se "de guerra pela imprensa" sem maiores temores. Mas, a questão de fundo persiste ainda nas contestações de parte a parte: qual foi afinal a divergência, além do artifício da polêmica para atrair leitores e aparecer mais letrado que o oponente?

Primeiro, o fato de menosprezar o conhecimento econômico como empírico e materialista, levou o senhor "Amoaqui" a colocar na instrução geral a única possibilidade de desenvolvimento moral da família e da pátria, dizendo: "sem a instrução a inteligência fracassa"; segundo, sua posição romântica projeta o trabalho livre e obreiro em perfeita harmonia com a ordem da propriedade da terra, descartando os "maquinismos" como resposta ao desafio da civilização progredir, somente conquistada, assim, pela instrução dos homens livres e diligentes. Igualmente, escreveu o jovem idealista Joaquim de Almeida no primeiro aniversário do Clube Literário de Palmares, na edição de 07 de outubro de 1883 do Echo:

> Sem a instrução, a inteligência fracassa, a alma sente a pressão do materialismo, que a esmaga, e o homem por mais altivo no mundo do fantástico metálico, não será aos olhos da sociedade científica mais que o protótipo fiel do homem-bruto.

Na linguagem de Joaquim de Almeida, o projeto da modernidade ainda se encontrava colocado à lógica que justificava, através das letras, a ausência do progresso material que tanto declamavam os que defendiam o fim da escravidão; enquanto, em

Caphedório de Carvalho, o projeto moderno estaria na organização do trabalho em geral, orientado pela presença do mercado de capitais. Ambos, porém, leia-se, são abolicionistas: defendem a abolição; a instrução guiando os braços alforriados; os braços alforriados reintroduzidos na ordem econômica e social, como, aliás, preconiza os intelectuais da Escola do Recife, destacando-se Tobias Barreto, Sílvio Romero e Martins Júnior, esse último aparecendo no livro de presenças do Clube Literário de Palmares, como palestrante justamente sobre o tema "O Mundo do Trabalho".

Fora desse embate de algumas semanas, sobrou a infâmia de conviver com o sentimento de "decadência" e "progresso" da economia local. Uma contradição que desvaneceu mais adiante ao avanço da usinagem do açúcar, à ferrovia por decretar o saudosismo do que foi o poder dos engenhos de outrora e aquela idílica hierarquia moral, apontada pela tradição patronal, familiar e religiosa do latifúndio canavieiro, sempre desconfiada das intenções do jornal e de seus muitos assuntos intrometidos, pois a imprensa de opinião local e os combates entre colaboradores não foram suficientes para salvar da morte o improvisado Echo de Palmares.

À GUISA DE CONCLUSÃO: O FECHAMENTO DO ECHO DE PALMARES

O destino do Echo estava marcado pela mesma dificuldade de todos os outros do gênero. Ao perder muitas assinaturas, sem condição de pertencer ao mercado de objetos colocados à venda nas ruas da cidade, além de dívidas contraídas, não havia, portanto,

nada que impedisse seu fechamento. Também, a "desonra" do ataque político e os embates entre as várias facções letradas afetaram o programa original daquela prometida "folha isenta, a serviço da comunidade comercial, agrícola e literária" de Palmares. O jornalismo como trabalho ainda não estava concebido, percebendo-se apenas o interesse partidário de sua impressão e circulação, até o desfecho de morte prematura em nove meses de vida, como a denúncia feita pelo senhor Dr. Batati Jr., "O Mirabeau de Palmares". Uma epifania àquela última edição do jornal, em 29 de julho de 1884:

> Eis a imprensa guerreada pela canalha aristocrática... Esta família de homens brutos é sempre fatal ao progresso e, sobretudo em localidades pequenas, porque nela nasce a discórdia, a inveja e a desonra; por elas geram-se intrigas, o insulto e o crime aniquilante. Morreu o Echo de Palmares! Nove meses de existência! Vergonhoso comentário, e nesta cidade onde todos querem ser literatos, publicistas, economistas científicos!

O que aparece distante dessa teoria da conspiração, é que um conjunto de dificuldades financeiras e incompreensões porque de artigos de colaboração agressivos combinaram os motivos de fechamento do jornal. O clímax dessas dificuldades começou com a reação de facções escravocratas à edição especial "Echo de Palmares ao Ceará Livre, 25 de março de 1884". Alguns meses depois, o redator Severino Pereira faz comentário que não deixa dúvida sobre a censura local, possivelmente vinda da Câmara de Vereadores (devidos aos editoriais que cobravam insistentes melhorias urbanas) e de alguns donos de engenho (reação ao movimento abolicionista da cidade). São estes os fatores apontados como sendo coisas daquela "canalha aristocrática", o grupo

responsável pelo fechamento do Echo. Severino Pereira desabafa nas frases finais do último número do jornal: "aos zoilos, que nos morderam desapiedados, o nosso soberano desprezo!". No dicionário, o verbete "zoilo" significa pessoa crítica que, em sua mordacidade, revela inveja, incompetência ou aversão pessoal injustificada. Contudo, havia no editorial de lançamento um destino previsto para a trajetória do combativo periódico:

> Filho das lutas do trabalho sabe quão escabrosa é a senda que pretende trilhar, mas, quando exausto de forças tiver que abandonar a lide encetada, baquear convicto de não haver-se desviado da norma que a si próprio traçou.

A representação laboral no Echo de Palmares corresponde, assim, às tentativas de justificar e propagar a abolição da escravidão, a diversificação de atividades decorrentes da expansão do mercado capitalista e a introdução de novas técnicas anunciadas pelos maquinismos que ferrovias e usinas de açúcar traziam para palmares e região. Nos artigos do Echo, onde o trabalho e as profissões são opinados, aparece claramente a lógica positivista que separa os trabalhadores do "mundo moral" daqueles do "mundo físico", cabendo, aos últimos, a sujeição aos ofícios manuais, pesados e rústicos. E, principalmente, à observação da ordem, das leis e dos costumes que os doutos civilizados e instruídos, movidos pelos grandes homens de letras, os paladinos do progresso e da civilização, ditavam ser importante para atingir o progresso.

O trabalho era representado como "a divisa mais sagrada com que a criatura pode se recomendar perante Deus e a sociedade" – escreveu outro colaborador do jornal – fato que presumia valores novos e formais, como a liberdade e a igualdade para, humanitariamente, atacar a escravidão e se pensar que, moldando

as classes de proprietários – pela efusão das Luzes – se conquistaria as pretendidas reformas, aclamadas pelas "ruas" e, principalmente, glorificadas pelos salões dos homens instruídos.

O jornal de opinião se articula com esse lugar de recepção e apropriação dos debates reformistas, operando a difusão das ideias que circulavam na rede de impressos dos mais estruturados e profissionalizados jornais e revistas, até os similares folhetins improvisados, de circulação restrita a lugarejos, bairros e grupos letrados. No jornal interiorano de final do século XIX, concluindo, se debateu o trabalho enquanto atividade civil destinada à produção de "divisas" morais. A atividade do jornalismo, por exemplo, aparece enquanto objeto do mesmo discurso, fazendo das Luzes, tardiamente, um negócio de editores, tipógrafos e escritores responsáveis pela ideia civilizatória. Assim, o epigrafado "SP", o Severino Pereira, pioneiro do jornalismo em Palmares, da província de Pernambuco, foi louvado em três quadrinhas assinadas por uma admiradora que se registrou, carinhosamente, senhorita "A.M.S", numa carta enviada em 01 de janeiro de 1884, acompanhada de um poema intitulado O *Jornalista*:

É nobre, grande e sublime,
Vossa empresa, vossa ideia,
Ser jornalista luta e exprime
Uma glória, uma epopeia.

Inda de abrolhos jornada
Tem esplendorosa missão
É sempre santa a cruzada
Do progresso e da instrução.

Em paga de uma sentinela,
Tereis certa uma vitória,
Da instrução no benefício
E dos postigos na memória!

Mesmo tão carinhosamente apoiado por muitos assinantes, o português Severino Pereira deixou a cidade meses depois de fechar o Echo de Palmares. Certamente, o "jornalista" viajou pela estrada de ferro e mudou para outro endereço. Um contumaz ambulante do ofício de editar jornais não pararia por aí. Ele sabia fazer um volante impresso e pôr para circular boa polêmica.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil império**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

CAMPOS, Zóia Vilar. **Doce amargo: Produtores de açúcar no processo de mudança em Pernambuco (1874 – 1941)**. São Paulo: Annablume/Uniabc, 2001.

CARVALHO, José Murillo de (Org.). **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 1999. Coleção: Formadores do Brasil.

CARVALHO, José Murillo de. **A formação das Almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Vilmar Antônio. **Letrados e Ufanos: a história do Clube Literário de Palmares (1882 – 1910)**. Recife: Edições Bagaço, 2011.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L.: **Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Os livros na imprensa: as resenhas e a divulgação do conhecimento no Brasil na segunda metade do século XIX. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.) **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GAY, Peter. **A Experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Companhia de letras, 1988.

GRIZ, Fernando. **Sonhos e Lutas**. Recife: Imprensa Industrial, 1924.

LE GOFF, J. **História e memória**. Lisboa: Edições 70, 2000.

MEIRA, Roberta Barros. **A gênese da modernização do setor açucareiro: os engenhos centrais no Brasil**. In: ANPUH – XXIV. Simpósio Nacional de História – São Leopoldo, 2007.

NASCIMENTO, Luís. **História da Imprensa de Pernambuco (1821 – 1954): Municípios de L a P**. Recife: Arquivo Público, Imprensa Oficial, 1962.

PAIXÃO, Carlos Jorge. **O Positivismo Ilustrado no Brasil**. Revista Trilhas, Belém, v.1, n.2, p. 56-65, nov, 2000.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 3a. ed., S.P., Ed. Brasiliense, 2003.

[1] Sobre a relação entre processo civilizador consultar: Norbert, Elias. O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

[2] O lançamento do Echo de Palmares é mencionado pelo Diario de Pernambuco, edição nº 232, de nove de outubro de 1883. A nota destaca o editorial de lançamento e parabeniza a iniciativa local.

[3] Para compreensão dos conceitos "estabelecidos" e "outsiders", consultar: ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L.: Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

[4] Sobre esta associação literária: CARVALHO, Vilmar Antônio. Letrados e Ufanos: O Clube Literário de Palmares (1882/1910). Recife: Edições Bagaço, 2011.

[5] Matéria sobre a fundação dessa entidade emancipadora, aparece na edição nº 231 do Diario de Pernambuco, terça-feira, sete de outubro de 1884.

[6] O referido clube é citado em nota de parabéns pela iniciativa local, na edição nº 202, de 2 de setembro de 1884, do Jornal do Recife.

2

A "TEMPESTADE PERFEITA" DA MODERNIDADE CONTRA OS TRABALHADORES NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO

Thomas D. Rogers[1]
José Marcelo M. F. Filho[2]
Christine Rufino Dabat[3]

A noção de modernidade está associada à ideia segundo a qual "mais" significa "melhor". No entanto, se muitos casos práticos podem confirmar essa proposta interpretativa, a crença na modernidade e no desenvolvimento como alguma coisa necessariamente boa e contra a qual é impossível lutar – como Gilbert Rist destacou em *El desarrollo: historia de una creencia occidental* –, constrói-se de tal maneira que tolera com facilidade inúmeras contradições (RIST, 2002, p. 35). É por esse motivo que na *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil, em pleno século

[1] Professor do Departamento de História da Emory University (EUA). E-mail: tomrogers@emory.edu.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1358899605762014.
[2] Professor do Departamento de História da UFPE. E-mail: jose.mferreirafo@ufpe.br.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0630153086889887.
[3] Professora do Departamento de História da UFPE. E-mail: christine.dabat@ufpe.br.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1799364778411869

XXI,[4] a casa-grande ainda convive com senzalas; modernas fábricas e tecnologias avançadas com a escravidão dissimulada; modernos meios de transporte com a imobilização dos indivíduos; a riqueza produzida pela cana com a miséria da população; terras férteis com a fome crônica; rios caudalosos e perenes com a falta d'água para beber (FERREIRA FILHO, 2020, p. 45).

Ordem, progresso (sobretudo econômico) e racionalização compõem os fundamentos que determinam a essência da modernidade. Os sistemas produtivos que têm por base esses princípios compartilham normalmente (ao menos em teoria, no campo do discurso) uma visão geral segundo a qual novas ferramentas, tecnologias e técnicas são empregadas para aumentar a produtividade e diminuir o esforço humano e os riscos de acidentes, melhorando a qualidade de vida da força de trabalho diretamente envolvida nas atividades produtivas. Na *plantation*, contraditoriamente, estes fundamentos permitiam explorar mais racionalmente os bens naturais e a força de trabalho *sujeita*. Nela, a modernidade sempre esteve atrelada ao princípio da economicidade, à capacidade de alocar recursos "escassos" para satisfazer desejos virtualmente ilimitados.

No Nordeste açucareiro, na verdade, esse ideal de modernização (ou mais especificamente a parte do conceito ligada à ideia de movimento e mudança que lhe dá sentido) foi sempre questionado pelo setor agrário tradicional e conservador, e mesmo quando os engenhos foram incorporados pelas usinas e seus modernos aparatos tecnológicos - em um processo que já foi chamado de Revolução Industrial Açucareira (RODRIGUES,

---

[4] Ver o filme documentário *Sugar Slaves*, dirigido por Maria Luiza Mendonça a Thalles Gomes. Comissão Pastoral da Terra, 2006.

1946) -, deixando de moer e tornando-se um simples hábito linguístico, as relações sociais e de trabalho no campo não foram modernizadas. Para Gadiel Perruci, a modernização trazida pelas usinas – que não constituíram um elemento ativo na construção de uma sociedade mais aberta – tinha um caráter autoritário muito mais acentuado do que o anterior sistema de engenhos (PERRUCI, 1978). Como Peter Eisenberg afirmou: "a modernização [tecnológica] preservou a estrutura [social e trabalhista] tradicional" (EISENBERG, 1977, p. 251). Na verdade, "no meio-milênio de sua existência, nenhuma comoção profunda [surto usineiro; abolição da escravidão; proclamação da república; Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) etc.], foi capaz de alterar duravelmente as bases dessa sociedade tão desigual" (DABAT, 2012, p. 22).

Aquilo que os meteorologistas chamam de "tempestade perfeita", aquela que combina circunstâncias negativas raras e improváveis num mesmo evento – com efeitos deletérios duradouros e indesejáveis – é a metáfora igualmente perfeita para compreender a complexidade do sistema de *plantation* e sua modernidade sinistra contra a classe trabalhadora no Nordeste açucareiro do Brasil. Em poucos lugares do mundo um grupo tão diminuto de homens poderosos utilizou métodos tão modernos e sofisticados quanto sutis para controlar, com inegável liberdade, tantos pormenores da existência de um número tão elevado e diverso de indivíduos (humanos e não humanos). Em poucos lugares do mundo violência e exploração se enraizaram de forma tão plena em um território, perenizando desigualdades e assimetrias e desafiando múltiplos regimes políticos e formas de governo ao fio dos séculos.

O objetivo deste texto é revisar o encontro com a modernidade na zona canavieira de Pernambuco. Utilizamos três

escalas de análise para abordar este espaço: a atuação (ou falta de atuação) do Estado; as práticas de controle nas *plantations*; e as estratégias de resistência dos trabalhadores rurais. Esta heurística deixa claro vários aspectos dessa modernidade na experiência vivida, inclusive a presença constante de repressão violenta. Na famosa análise de Hannah Arendt sobre a emergência do totalitarismo, vimos alguns aspectos da modernidade e sua interpelação de uma sociedade de indivíduos. Arendt escreve: "permeou a sociedade um liberalismo individual que acreditava, erradamente, que o Estado governava meros indivíduos, quando na realidade governava classes, e que via no Estado uma espécie de entidade suprema, diante da qual todos os indivíduos tinham de curvar-se". Ela continua, "parecia ser o desejo da nação que o Estado a protegesse das consequências de sua atomização social e, ao mesmo tempo, garantisse a possibilidade de permanecer nesse estado de atomização" (ARENDT, 1958, p. 231).

Pode ser redundante falar de uma modernidade excludente, mas era e ainda é o que reina na zona canavieira. Apesar da força repressiva do Estado e da classe dominante nas *plantations*, a classe trabalhadora desenvolveu estratégias de resistência. Algumas eram tão modernas quanto aquelas repressivas empregadas pela classe dominante para lhes controlar, sendo possível até detectar formas de resistir ou desafiar a própria regra de atomização. Por exemplo, os silêncios (eloquentes!) e ironias, as atividades furtivas, além das formas mais tradicionais de se mobilizar em sindicatos e ligas camponesas, foram meios sofisticadas de desafiar, subverter e até atacar um modelo de exploração secular que se apresentava como moderno.

***

O Estado moderno foi criado no molde de um ideal liberal: um Estado voltado à proteção das prerrogativas do indivíduo, um indivíduo idealizado como proprietário de propriedade privada e participante no funcionamento supostamente livre do mercado. No Brasil em geral, e na Zona da Mata em especial, o funcionamento do Estado moderno se estreitou em uma atividade primordial – a proteção da propriedade e dos interesses dos que a têm, até em uma situação na qual a maciça maioria da terra era, e é, controlada por uma pequena minoria dos cidadãos.

Na maior parte do século XX, o Estado foi quase identificado com capital – com os grandes latifundiários e produtores de açúcar e álcool. O melhor álibi desses últimos para justificar a íntima ligação com o Estado foi que eles sustentavam centenas de milhares de trabalhadores e suas famílias. Sem cana, a região enfrentaria uma crise social por causa do desemprego. Por isso, a estabilidade do setor era essencial e o apoio do Estado constituía também uma questão básica. Os próprios produtores, enquanto representantes do Estado, apresentaram o argumento. Artur de Siqueira Cavalcanti Junior, de uma família tradicional da classe dominante e latifundiária, lembrando uma doença da cana que se espalhou pelo estado nos anos 80 do século XIX, disse que "foi necessário, então, pedir-se auxílio ao Governo, a fim de prestar assistência técnica indispensável, uma vez que se tratava da própria economia do Estado duramente abalada" (CAVALCANTI JUNIOR, s/d). Na visão de Cavalcanti, a indústria açucareira era equivalente à economia do estado e, como recurso final, emergencial, os proprietários tiveram que recorrer ao governo. Décadas depois, Nelson Coutinho, oficial do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), disse a um entrevistador que "o complexo produtor açucareiro" era tão importante "por se tratar de uma

atividade geradora de mão de obra, fundada numa planta, numa lavoura que não é espoliativa" (COUTINHO, 1979).

Os produtores estenderam ao passado a narrativa de seu apoio para os trabalhadores, cultivando uma tradição imaginária de benevolência e sustento dos mais vulneráveis – uma suposta herança de uma forma gentil de escravidão conjurada na extensa obra escrita de Gilberto Freyre, o principal porta-voz da autoimagem da classe dominante da Zona da Mata. Júlio Bello, velho *senhor de engenho* no molde que Freyre idealizou, seguiu exatamente sua trilha, nas suas *Memórias de um senhor de engenho*, nas quais ele lembrou carinhosamente as relações com escravos fiéis e trabalhosos (FREYRE, 1966; BELLO, 1985).

Foi fácil harmonizar esta perspectiva sobre o mando "natural" da classe dominante com uma versão do reformismo católico apresentado inicialmente em *Rerum Novarum* e elaborado no ensino da Igreja nas primeiras décadas do século XX. A provisão de serviços e socorro aos trabalhadores – uma enfermaria, por exemplo, ou pequenos presentes durante o Natal – rendeu aos usineiros elogios da imprensa e também do próprio Estado, que deveria ofertar a maioria desses serviços. Para entender a atitude de poder e mandonismo da classe dominante, basta ler sobre o usineiro Carlos Cavalcante chegando ao cinema que ele construiu para os empregados da Usina Pedrosa, meia hora depois do tempo anunciado, para se sentar na cadeira dele e cerimonialmente começar o filme (MOURA, 1978, p. 67). Quando Barbosa Lima Sobrinho fez visita à Usina Catende nos anos 40, ele ficou impressionado com os programas "sociais" do famoso usineiro Tenente, Antônio Ferreira da Costa Azevedo – uma tropa de escoteiros, um pequeno hospital, dentre outros (AZEVEDO, 1941, p. 9-10).

A partir da perspectiva da imprensa dos anos 30 e 40 e da cobertura elogiosa desses usineiros, apresentados como exemplares no tratamento dos trabalhadores, é quase possível se convencer de que a Zona da Mata tinha uma experiência semelhante àquelas de áreas industrializadas durante a mesma época. Os bairros industriais nas grandes cidades também foram testemunhos do padrão de conservadorismo social e apoio industrial. O grande complexo têxtil sediado em Paulista, Pernambuco, era um exemplo de uma unidade industrial com grande poder e extensivo controle sobre as vidas dos empregados, mas com uma abordagem que levava em consideração certos serviços sociais. Mas foi precisamente nestas décadas que o governo Vargas começou a elaborar um sistema enraizado no Estado para regularizar as condições dos trabalhadores urbanos e criar mecanismos para que eles tivessem uma voz coletiva. Enquanto isso, o velho padrão persistiu na Zona da Mata, em vez de ceder ao poder regulador do Estado.

A história é clara também a respeito do fato de que o poder senhorial da classe dominante tinha um lado sinistro. O inverso da suposta beneficência dos usineiros foi seu poder coercitivo, um poder quase que total por ter incluído, como já mencionado, quase toda a autoridade que o Estado deveria exercer. Um famoso e pavoroso exemplo do uso desse poder violento aconteceu no início de 1963, algumas semanas antes da posse de Miguel Arraes como governador, quando José Lopes de Siqueira Santos, usineiro da Usina Estreliana, cometeu uma chacina de quatro trabalhadores rurais (BEZERRA, 1980; JULIÃO, 2009). Talvez Siqueira Santos quisesse mostrar que ele ainda mandava nas propriedades que a ele pertencia, apesar de um político estar chegando ao poder com planos para equilibrar a autoridade dos usineiros. Uma medida que Arraes tomou foi proibir o uso repressivo do Estado para servir a

vontade dos usineiros. Ele suspendeu as ações das patrulhas volantes da polícia. Mas esta decisão não impediu os próprios usineiros de continuarem exercendo poder violento. Ao longo do século, a ausência do Estado foi uma escolha; com poucas exceções como Arraes, a liderança política deixou os produtores se autofiscalizar e dominar na região.

Uma razão simples para o abandono da região foi a sobreposição entre a liderança do Estado e a classe dominante. Na verdade, o sistema antecede ligações entre Estado e oligarquia – o Estado se formou através de processos controlados pela classe dominante. Então, governadores geralmente tinham alguma ligação com, ou vinham diretamente da, oligarquia de açúcar. Cid Feijó Sampaio, por exemplo, era usineiro da Usina Roçadinho e fez campanha para governador em 1958. No caso dele, assim como em algumas outras instâncias, o governo introduziu reformas; Sampaio foi eleito, inclusive, com o apoio da esquerda. Ele priorizou a modernização do estado e se orgulhou com a expansão da CHESF e a provisão de eletricidade às áreas rurais da Zona da Mata (SAMPAIO, 1982). Mas a forma de modernização por ele celebrada tinha limites estreitos, seguindo as necessidades de capital em vez dos direitos dos cidadãos. As reformas que ele e seu sucessor Miguel Arraes introduziram foram adequadas só para chegar a um nível mínimo de proteção aos trabalhadores.

Com algumas exceções, o aparelho do Estado tem sido orientado à exclusão da classe trabalhadora rural. Mesmo quando havia oportunidades formais de engajamento, elas eram estruturadas de forma a impedir que os trabalhadores rurais lhes aproveitassem totalmente. O mais claro exemplo de uma oportunidade aberta pelo Estado aparentemente para servir a classe trabalhadora veio da Justiça do Trabalho na forma das Juntas de

Conciliação e Julgamento, fóruns para empregados e empregadores entrarem com suas reivindicações. Mas a própria estrutura das Juntas, seja em termos geográficos – longe dos engenhos – ou em termos burocráticos – com vogais de outra classe – criou dificuldades para os trabalhadores rurais buscarem a justiça.

O governo federal se dedicou ao processo de modernização agrícola nos anos 60, 70, e 80, lançando programas para apoiar a agroindústria açucareira. Os próprios nomes dos programas contiveram as palavras-chave de modernidade burocrática; por exemplo, o Programa Nacional de Melhoramento de Cana-de-açúcar e o Programa de Racionalização da Indústria Açucareira, ambos promulgados pelo governo federal em 1971. Com o Programa Nacional do Álcool, em 1975, o governo federal ampliou o apoio financeiro aos produtores de álcool, oferecendo crédito barato e garantias de compra. Esse programa tipificou a abordagem do Estado ao desenvolvimento, um processo entendido em termos de produto nacional bruto. O uso de alta finança para seguir este modelo aprofundou a importância dos bancos e produtores e a alienação dos trabalhadores. Robert Linhart, um jornalista francês, viajou pela Zona da Mata nos primeiros anos do Proálcool. "Até o presente, estes trabalhadores agrícolas só tinham diante deles uma classe de proprietários de terras enfraquecidos econômica e politicamente," ele observou. "Agora, vão defrontar-se também com as poderosas multinacionais de automóveis. E o açúcar ainda vai devorar novas extensões de terras, eliminar o que resta das culturas de subsistência. É a fome do Nordeste que vai fazer rodarem os carros no país inteiro" (LINHART, 1981, p. 41-42).

As autoridades mais altas do governo federal se deram conta de que os grandes programas de modernização não melhoraram as condições na Zona da Mata. Em algumas instâncias, os presidentes

militares até pareciam desorientados pelo nível de exploração vivido pelos trabalhadores rurais. Presidente Médici, por exemplo, fez um famoso pronunciamento em 1970, afirmando que "a economia vai bem, mas o povo vai mal" (JORNAL DO BRASIL, 11/03/1970). No ano seguinte, ele viajou ao Nordeste e viu alguns aspectos daquele sofrimento; ele admitiu ficar chocado pela itinerância do povo (VEJA, 27/10/1976). Na verdade, a economia-política do estado na década agravou processos duradouros nas zonas rurais do país: ou os trabalhadores rurais podiam ficar preso nos sistemas bem-conhecidos de exploração rural, ou eles podiam se movimentar irregularmente entre zonas agrícolas e áreas urbanas. No fim da década, uma comissão de planejamento federal declarou que um total de 40 milhões de pessoas foram considerados migrantes no país, um terço da população nacional (SEPLAN, 1979). Presidente Figueiredo fez uma visita a Pernambuco em 1979 e, bem como Médici, se encontrou decepcionado. Ele disse que viajou para "ver de perto as condições em que nossos companheiros trabalham no corte da cana e confesso que não vim satisfeito de lá e não gostei do que vi" (FOLHA DE SÃO PAULO, 19/10/1979).

A queixa de Figueiredo era mais do que um pouco hipócrita, dada a longa história do Estado na Zona da Mata. O processo de modernização previsto pelo regime militar não diferiu muito dos regimes anteriores. Com os Planos Nacionais de Desenvolvimento, os militares procuravam estimular a produção de commodities agrícolas para exportar, gerando receitas e servindo como base para a economia nacional. O lugar do trabalhador rural continuava o mesmo na Zona da Mata – uma peça da máquina econômica que ainda confundia a "economia do Estado" com os negócios dos produtores de cana-de-açúcar.

***

Para compreender a perenidade desse sistema, é necessário aceitar que a modernidade da *plantation*, nos termos até aqui expostos, dependia diretamente do controle espacial exercido pela classe dominante açucareira e de sua capacidade de isolar e imobilizar a força de trabalho no interior do mundo dos engenhos. A despeito do quão contraditório possa parecer, o domínio espacial (em todas as suas dimensões: física, econômica, ecológica, produtiva, ideológica/moral) e a violência orquestrada pelos latifundiários não eram o anverso desta modernidade porque constituíam, eles mesmos, seu *leitmotiv*. Na verdade, a violência era ao mesmo tempo condição, meio e produto desse domínio espacial estruturalmente orquestrado pela classe patronal; ao mesmo tempo materialização de um projeto arcaísta de sociedade e quintessência dessa modernidade açucareira singular. Condição porque sem ela o sofisticado sistema de exploração da *plantation* não poderia ter sido instituído. Meio porque sem ela esse mesmo sistema não poderia ser mantido de forma lucrativa. Produto porque sem a organização e a gestão do espaço, que garantia o isolamento e distanciamento social de centenas de milhares de trabalhadores, ela [i. e., a violência] não existiria como elemento estrutural da *plantation*.

O controle físico do espaço, assegurado pela dispersão geográfica dos engenhos e atuação generalizada de milícias privadas, era o condicionante básico (ou primeiro, ao qual se ligavam os demais) dessa modernidade açucareira. O isolamento em que vivia a maior parte dos *moradores* – longe de qualquer autoridade pública, sujeitos à autoridade patronal secular – permitia a elite econômica canavieira dominar todos os espaços, produtivos ou não,

agricultáveis ou não, privados ou não. Não existia vazio no mundo dos engenhos, territórios influenciados e dominados em seus pormenores por um diminuto grupo de latifundiários.

Além do domínio físico dos engenhos (ou por causa dele, ou a partir dele), a classe latifundiária, por meio de um sofisticado sistema de pagamento em *vales* e abastecimento em *barracões*, exercia um moderno controle econômico do espaço açucareiro. *Vales* eram papéis-moeda usados pelos *senhores* como parte do pagamento de sua força de trabalho *cativa* e só tinham valor dentro das unidades produtivas em que haviam sido cunhados. Os *barracões* dos engenhos, por seu turno, eram os únicos estabelecimentos comerciais que aceitavam essa moeda e, por isso mesmo, não raramente praticavam preços extorsivos que excediam a capacidade aquisitiva da população *sujeita*. Isso instituía uma economia paralela e excluía os *moradores* dos circuitos comerciais externos, criando uma espécie de paradigma da dívida ao qual estavam eternamente submetidos. A ausência de controle e fiscalização por parte do Estado garantia a perenidade desse sistema econômico privado de liberdade. Pagar os trabalhadores em *vales* era uma prática tão generalizada, e persistente no tempo, que em 22 de maio de 1966 a Associação dos Comerciantes Retalhistas lamentou, no jornal *Diario de Pernambuco*, a "difícil situação dos estabelecimentos comerciais [na cidade de Palmares] diante da distribuição de salários em *vales*... só descontáveis nos barracões". A matéria relatava o que chamava de "prejuízo duplo: para os comerciantes e para os operários, porquanto nem todos os artigos os barracões dispunham para negócios, tais como remédios e roupas". Em novembro do mesmo ano, o delegado do trabalho em exercício reconheceu que "[eram] inúmeros os casos de

descumprimento da legislação trabalhista pelos empregadores". Ele admitiu que nessa época, no campo, "praticamente não mais se paga[va] salário em dinheiro – com raríssimas exceções – mas sim em 'vales''. No final do decênio seguinte o problema persistia; em matéria de 2 de outubro de 1979, o mesmo *Diario de Pernambuco* dava voz a *moradores* que denunciavam que o *barracão* era o "melhor meio de que os patrões dispunham para escravizar os trabalhadores, pois as mercadorias [eram] mais caras do que na cidade e, acima de tudo, imprestáveis, e todo o salário do trabalhador fica[va] retido no barracão, para que ele não pudesse negociar fora do engenho".

O controle ecológico do espaço açucareiro, por sua vez, era garantido pela hegemonia do modelo monocultor herdeiro dos tempos coloniais. As terras destinadas às culturas alimentares eram raras e se reduziam a pequenos espaços nas franjas dos canaviais, em pontos mais distantes, de difícil acesso, em terras acidentadas e de baixa qualidade. Na verdade, a própria lei que dispunha sobre a concessão de terra na lavoura canavieira (a Lei do Sítio como era conhecida) assegurava que na distribuição das áreas destinadas ao cultivo livre dos trabalhadores "dar-se-[i]a a preferência [àquelas] economicamente menos indicadas à cultura de cana".[5] Em muitos casos eram os proprietários que decidiam o que, quando e onde plantar, eliminando qualquer forma de autonomia da classe trabalhadora. Além do controle direto dos espaços físicos, os *senhores* tratavam matas, rios, canaviais e trabalhadores sem perceberem distinções entre eles porque no seu imaginário o direito de mandar nos homens, da mesma maneira que na terra, emanava da mesma lógica de que ela tinha pouco valor sem seu trabalho. Na visão da classe dominante a *plantation* constituía uma paisagem que

[5] Artigo 4º do Decreto-Lei nº 57.020, de 11 de outubro de 1965.

trabalha, "um mundo onde poder, riqueza, trabalho, raça, gênero e ambiente estavam ligados" (ROGERS, 2017, p. 84).

O domínio físico, econômico e ecológico da *plantation* pela classe latifundiária, associado à omissão consentida do Estado, garantia o controle produtivo do espaço e a exploração quase sem limites da força produtiva. Para ampliar o *quantum* de trabalho dos *moradores* a classe dominante empregava – além do método clássico de estender as jornadas – uma série de mecanismos tanto argutos, astuciosos e desonestos quanto modernos e sofisticados. A manipulação da medição da área a ser trabalhada era garantida, por exemplo, pelo chamado *pulo da vara*. Desconsiderar *i)* o relevo (acidentado ou plano), *ii)* o tipo de cana (fraca, boa, média) e *iii)* seu estado (queimada ou crua), *iv)* o tipo de mato (grosso e de gancho, de talho e capoeira, fino etc.) e o *v)* tipo de terra/solo (mole, dura, de areia etc.) – todas variáveis com remunerações diferenciadas previstas pela chamada *Tabela de Tarefas* instituída desde 1963 pelo Acordo do Campo – também era uma estratégia largamente empregada para reduzir a remuneração dos canavieiros.

O controle ideológico e moral do espaço, finalmente, era mais um moderno mecanismo de dominação garantido por meio de uma construção discursiva que criava a figura de *senhores* generosos contra os quais os trabalhadores jamais deveriam se levantar – sob o risco de injustiça para com aqueles que lhes acolheram e abrigaram no imediato pós-abolição. Quando o *senhor* permitia o parcelamento das dívidas que os *moradores* contraiam nos *barracões*, por exemplo, ele cunhava sua autoimagem como figura positiva de um pai de família bondoso. Isso não apenas garantia sua (i. e., dos trabalhadores) permanência nos engenhos, mas também

aprofundava sua dependência e subordinação a esse sofisticado e moderno sistema de exploração (GARCIA, 1977, p. 95).

***

As resistências dos trabalhadores, particularmente no mundo rural, cobrem um vasto leque de práticas. A seguir, serão evocadas algumas das dimensões que podem ser evidenciadas no mundo dos canaviais sob o regime de *plantation*, acima exposto, concebido pelas autoridades como "*labouring landscapes*" (ROGERS, 2009). Pois, a historiografia "produziu seus próprios silêncios" (TROUILLOT, 1995, p. 17). Antropólogo das sociedades açucareiras do Caribe, Sidney W. Mintz critica, a este respeito, certa visão "confundindo resistência e violência", pois isto "emprestaria aos escravos uma rigidez e uma falta de invenção pouco compatíveis com a natureza da instituição e a criatividade dos próprios escravos" (MINTZ, 1981, p. 76). Ele sugere, por isso, uma atenção ampliada a todas as manifestações de resistência, até as mais sutis.

Frente ao sistema radical de exploração, acima evocado, o simples fato de sobreviver, de constituir família, era uma forma de resistência, assim como seu aparente oposto, o suicídio, como no Recife do XIX (CANÁRIO, 2012) ou no campo de Treblinka (STEINER, 1975). Algo como a recusa, a negação do que Achille Mbembe chama de "biopoder" (2018). Assim, o trabalhador Severino Barros de Lima manifesta nítida satisfação em listar todos os patrões – "*senhores de engenho*" – aos quais sobreviveu (DABAT, 2012, p. 755). Numa rara matéria da grande imprensa, o canavieiro Amaro João da Silva, medindo 1,35 metros de altura - "por conta da fome braba" - e pai de 13 filhos, resumia a façanha que constitui sua trajetória afirmando que, apesar dos decênios de trabalho

intenso numa usina, "vou morrer como nasci: nu e com fome". Mas sua conclusão tem uma altivez que deu o título ao artigo: "Dei conta de tudinho!" (VEJA 18/12/1991, p. 7-9). A fuga, física, entra também no elenco das resistências, pois privava o plantador de mão de obra. Abel Santos contou a Moema Miranda o que aconteceu com seus pais, obrigados a escapar "para não morrer, com a família, com a mobília nas costas" simplesmente porque seu pai havia se recusado a efetuar um trabalho suplementar, no meio da noite, sob chuva, e ameaçado pelo revólver do administrador (MIRANDA, 1991, p. 100).

Mintz definiu a 'brecha camponesa' a respeito do Caribe, ou seja, a produção de alimentos por parte dos trabalhadores, em terras cedidas pelos grandes proprietários. Produzir no sítio-roçado constitui, neste sentido, uma "autodefesa econômica" (MINTZ, 1981, p. 82). Além da dimensão ambiental, a exemplo das sofisticadas 'cercas vivas' no Haiti (MINTZ, 2012), a produção de legumes, frutas, farinha etc. era de grande importância nos mercados locais. Num artigo, Mintz resumiu a complexidade do resultado, em parte inesperado.

> Quando o escravo produz alimentos para si e sua família, ele acrescenta uma produção para uso direto ao panorama econômico de sua posição estrutural. E quando ele acrescenta a venda de seu próprio produto, ele acrescenta ainda um outro – algo contrário – elemento à realidade da escravidão antilhana. Quando ele compra, com o dinheiro que ele ganha vendendo seus produtos, ele acrescenta mais um elemento de tipo contraditório. E quando – como era o caso nessas sociedades – ele abastece as classes livres dentro da sociedade escravista, isso acrescenta ainda outro tal elemento (MINTZ, 2010, p. 169).

É tentador traçar um paralelo destas práticas com as iniciativas de agroecologia nos interstícios do latifúndio, estudadas por Marcos Figueiredo em sua tese de doutorado (2010).

Talvez, nesta rubrica de autodefesa econômica, coubesse também a sabotagem. O discurso patronal, seja por meio de falas na Assembleia Legislativa ou na imprensa, inundou o espaço público com relatos de incêndios deliberados de canaviais (PORFÍRIO, 2009). Estes eram supostamente estimulados de Havana ou Moscou como ações subversivas, enquanto relatórios de polícia fazem menção a acidentes muito mais banais: crianças caçando tatus ou balões meteorológicos caindo.

Obviamente, as instâncias de sabotagem raramente têm seus autores por narradores. Uma exceção notável é o relato de Euclides do Nascimento falando de seu avô que descobriu a causa de dificuldades para fazer açúcar num engenho (DABAT, 2012, p. 765-766).

Na condição de extrema pobreza em que as famílias se encontravam, o único recurso para enfrentar situações que podiam ser de vida ou morte era a ajuda mútua, multifacetada, de parentes e vizinhos: em caso de acidentes e doenças organizava-se mutirão de homens para transportar os pacientes em redes; para os partos ou pequenos acidentes domésticos com crianças, as famílias recorriam à perícia de "aquelas velhotas", como as designa Francisco Zatiel Ferreira, pessoas experimentadas. Os trabalhadores mencionam seus conhecimentos em farmacopéia tradicional e fitoterapia.

Além destas situações extremas, a ajuda mútua se multiplicava em pequenos gestos tornando a vida menos cruel, como aquela vizinha que dava um "leitinho da vaca ou cabra" para as crianças pequenas cujos pais não criavam bichos, lembra José de Souza da Silva. Vários entrevistados relatam situações de

precariedade, como a deterioração da moradia (proposital ou não, na medida em que a derrubada de casas de *moradores* por agentes patronais era uma tática destinada a incentivar sua saída dos engenhos), e novamente o recurso próximo: "Aí, botei os meninos para a casa do meu vizinho", conta Severino Antônio do Nascimento.

A criatividade caleidoscópica para preencher as necessidades elementares da vida a partir do quase nada que estava ao alcance dos canavieiros - um saco de açúcar transformado em roupas – é tratada pelos entrevistados com respeito e admiração para as artesãs e sua perícia. Há também certa derisão, marcando o distanciamento em relação a situações dolorosas, sentimento esse que, para assunto de educação (a falta de acesso a), transforma-se em indignação e lamento. O papel decisivo das mulheres neste âmbito, além da atividade na palha da cana e no roçado, está sendo estudado com minúcia por Marcela Heráclio Bezerra (2012) e Renata Cahú Siqueira (2020).

Se a liberdade de expressão, em todos os sentidos, era quase impossível – "Ninguém era doido!", exclamam muitos trabalhadores entrevistados – poderia se listar a ironia, "uma bela homenagem ao espírito humano" (MINTZ, 1981, p. 86), como forma de resistência. Assim, Severino Antônio do Nascimento descreve como faziam cama de vara, na sua casa, concluindo que dava uma bela "cama patente", marca famosa que só ficou ao alcance do bolso dos maiores criadores de riqueza da região, após o Acordo do Campo, em finais de 1963, como testemunhou o Dr. Fernando Barbosa (2014). Entre silêncios e jogos de palavras, os recursos a uma retórica mais sofisticada e em constante reinvenção fazem parte do que Mintz realçou na sua obra. Ademais, há também a impossibilidade de contar ressentida por Jorge Semprun (1994, p.

22), no dia seguinte à libertação do campo de concentração de Buchenwald, e tantos outros: "Não que a experiência vivida seja indizível. Ela foi impossível de viver, o que é algo totalmente diferente".

Se existem atitudes corajosas, temerárias até, como as de Elizabeth Teixeira, retratada fazendo o próprio papel no filme *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho (1984), analisado por Antônio Montenegro (2001), a expressão "às escondidas" volta nas entrevistas com certa frequência para as circunstâncias mais inocentes.

Um leque enorme compunha as atividades furtivas: desde gestos banais, quase que automáticos para quem anda num canavial, como o de chupar cana (apesar das severas sanções das quais era passível), como conta Severino Antônio do Nascimento, até reverências pelo sagrado. Assim, eram proibidas opções religiosas diferentes do catolicismo oficial: as religiões reformadas (na época à qual meus interlocutores se referiam, eram as denominações tradicionais), o espiritismo e as religiões afro-brasileiras, como conta José Francisco dos Santos. Quando possível, às celebrações eram atendidas "na rua" (ou seja, num local citadino distante) e/ou em segredo. Da mesma forma, manifestações culturais, como o Cavalo Marinho, podiam atrair a reprovação até mesmo de outros membros da família. Nas suas obras, o historiador Severino Vicente da Silva revelou a riqueza destes fenômenos e sua persistência (2009).

Em épocas tão recentes quanto os anos 1950 e 1960, foram finalmente autorizadas as formas consideradas modernas de resistência dos trabalhadores - no sentido de avançadas, pois apoiadas no Código Civil, para as primeiras, e no ETR, para os segundos, Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Pois, finalmente, e após várias tentativas não exitosas, com os governos Arraes e Goulart, realizou-se uma aspiração muito antiga. O direito trabalhista, inclusive na sua dimensão de órgãos de defesa dos trabalhadores, levou em consideração a categoria profissional mais numerosa do estado, até então ignorada. O ETR preenchia assim, em 1963, uma lacuna jurídica, dando um quadro formal às relações de assalariamento no campo, mas também regulando as modalidades da organização sindical.

O surgimento dos movimentos sociais no campo que operaram estas mudanças, no início dos anos 1960, foi, portanto, o resultado de uma ligeira "brecha" no sistema de repressão. Trabalhadores entrevistados como Manoel Fernando de Souza evocam uma nova fase, aludindo algo semelhante à abolição da escravidão: "depois que Arraes entrou, foi que a gente teve essa liberdade. Fomos forros outra vez." A atuação do governo Arraes foi efetuada através da Secretaria Assistente para manter a paz social (BARROS, 2013). As autoridades estavam conscientes da agudeza dos problemas sociais, inclusive em escala internacional com a instalação da Aliança para o Progresso (BARROS, 2017).

Desde a época das Ligas Camponesas, os trabalhadores fomentavam modalidades de organização sofisticadas, que levavam em consideração os perigos dos quais se sabiam ameaçados. Assim, como pequeno exemplo, o relatório manuscrito de um agente à delegacia de polícia sobre as atividades de "elementos do PC de Jaboatão acompanhados de desconhecidos" que iam para o Engenho Galiléia. "[O]s ditos elementos tem vigilantes na estrada munidos de fogos e bombas para anunciar a aproximação (sic) da polícia".[6]

---

[6] Relatório do 03.11.1955, sem assinatura. SSP 29309 Doc. 6.

Esta competência, desenvolvida e ampliada em diversos sentidos no decorrer dos anos, desabrochou, num tempo curto, em movimentos cuja amplitude surpreendeu os observadores, como a greve geral de 1963.

O grande sindicato de Palmares, sob a orientação do PCB na pessoa de Gregório Bezerra, abrangendo muitos municípios da Mata Sul, era uma das principais forças na região (ABREU E LIMA, 2005; SILVA; 2012; SIQUEIRA, 2016). O Sindicato de Nazaré da Mata, fundado por Euclides do Nascimento sob incentivo da Igreja Católica pós-Vaticano II (particularmente com a atuação de figuras como os padres Melo e Crespo), constituiu outro foco importante da mobilização dos canavieiros.

O resultado destas inovações sociais e das pressões que as organizações de trabalhadores puderam exercer resultaram em grandes conquistas, em particular a *Tabela de Tarefas*, negociada entre as classes com mediação do governo estadual e o famoso Acordo do Campo concluído após uma greve inédita dos canavieiros em toda a região.

O golpe militar de 1964, numa dinâmica de guerra fria, provocou uma reviravolta muito mais radical no campo do que nas cidades (PAGE, 1989). Como dizem os próprios atores sociais, "voltou quase ao que era antes!". Elementos de auto-defesa, que haviam florescido nos tempos de incipiente democracia, transformaram-se em movimentos clandestinos. Houve mesmo greves, como aquelas estudadas por Camila Melo a respeito do Cabo, em 1968 (MELO, 2018). A obra de Socorro Abreu (ABREU E LIMA, 2005) retrata com minúcia o devir do movimento sindical dos trabalhadores rurais nestes tempos difíceis.

Apesar da extrema violência da repressão, retratada no relatório da Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara,

algumas conquistas permaneceram (como a legislação na forma do ETR; a própria organização sindical, embora sob intervenção num primeiro momento; e a *Tabela de Tarefas*, assim como a estrutura da Justiça do Trabalho), permitindo uma continuidade das lutas dos trabalhadores até a retomada das campanhas salariais coletivas, em 1979.

Considerações Finais

O grande brasilianista Peter Eisenberg inaugurou uma conceitualização inovadora para caracterizar a zona canavieira na alvorada do fenômeno usineiro. A expressão "*modernização sem mudança*" informa de modo desafiador o aparato conceitual ao qual se recorre para estudar as relações de trabalho na região. Se as máquinas para fazer açúcar e os meios de transporte haviam conhecido avanço tecnológico, isto não se verificara para as condições de vida e de trabalho dos canavieiros.

Outro grande especialista, Sidney W. Mintz, propõe também uma perspectiva interpretativa muito fértil: a de uma modernidade que foi americana antes de ser europeia, estremecendo assim a base eurocêntrica habitual a nossa disciplina.

No artigo "Aturando Substâncias Duradouras, Testando Teorias Desafiadoras", o antropólogo oferece uma visão inabitual da modernidade como manifestação do sistema mundo capitalista: "A oikoumenê do Caribe tornou-se 'moderna', de certo modo, antes mesmo da própria Europa" (MINTZ, 2010, p. 67). Seu argumento reputa que estas regiões, às quais associa a zona canavieira do Nordeste brasileiro, foram globalizadas *ante litteram*. A produção de itens como o açúcar para consumo além-mar estava organizada no modelo *plantation*, acima descrito, formato

inaugurado, segundo Stuart Schwartz, em São Tomé e Príncipe. Os engenhos eram "fábricas no campo", qualificados por Mintz de "experiências-balizas em modernidade" (MINTZ, 2010, p. 81), cumulando aspectos pioneiros: tamanho da área explorada e da força de trabalho; integração dos setores agrícola e industrial; em ambos, domínio do tempo na organização da produção; alto nível tecnológico; parcelização do trabalho etc. Sem esquecer o forte papel do Estado, particularmente nas dimensões do incentivo e financiamento, bem como na repressão aos movimentos sociais, acima ilustrado.

Portanto, sem par concomitante nos países ditos centrais, o setor representava uma "instância de modernidade precoce, uma modernidade não esperada (e de fato não percebida)" (MINTZ, 2010, p. 87). Nos séculos XX e XXI, traços persistentes da mesma estirpe continuam. A modernidade continua como miragem do ponto de vista dos trabalhadores. Uma promessa de melhoria que se materializa apenas por força de suas lutas coletivas. Enquanto isso, a resistência dos canavieiros, sob as formas mais diversas, permanece a condição de sua existência e a esperança de um futuro mais humano.

Referências bibliográficas

ABREU e LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Editora Universitária da UFPE. Editora Oito de Março, 2005.

ARENDT, Hannah. *The Origins of Totalitarianism*. New York: Meridian Books, 1958.

AZEVEDO, Antônio Ferreira da Costa. O *Homem e a Terra na Usina Catende*. 1941.

BARBOSA, Fernando. "O longo ano de 1963 em Pernambuco". *Cadernos de História*. V 10. N 10. 2014. https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/issue/view/1986

BARROS, Arthur Victor Gonçalves Gomes de. *A pobreza como estopim da revolução*. Recife: UFPE PPGH, 2017. https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28092

BARROS, Júlio César Pessoa de. *Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)*. Recife: UFPE PPGH, 2013. http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11433

BELLO, Júlio. *Memórias de um Senhor de Engenho* [1935]. Prefs. Gilberto Freyre, José Lins do Rego. 3 ed. Recife: FUNDARPE, 1985.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. 2 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BEZERRA, Marcela Heráclio. *As trabalhadoras rurais em movimento (s) – Pernambuco 1975-1988*. Tese de doutorado, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2021.

BEZERRA, Marcela Heráclio. *Mulheres (des) cobertas, histórias reveladas. Relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na Zona da Mata Sul de Pernambuco (1980-1988)*. Recife: UFPE PPGH, 2012.

https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11042

CANÁRIO, Ezequiel David do Amaral. *É mais uma scena da escravidão: suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850-1888*. Recife: EDUFPE, 2012.

CAVALCANTI JUNIOR, Artur de Siqueira. "Reminiscência sobre a cultura da cana de assúcar em Pernambuco". *Coleção Artur de Siqueira Cavalcanti Junior*, CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, s/d.

COUTINHO, Nélson (depoimento; 1979). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC-História Oral, 1989. 45 p. dat. Entrevistadores: Célia Maria Leite Costa e Dulce Pandolfi; Rio de Janeiro, 23.08.1979; 1h40m; 2 fitas.

DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. 2ª Ed. Recife: Ed. UFPE, 2012.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria do açúcar em Pernambuco (1840- 1910)*. Tradução de João Maria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERREIRA FILHO, José Marcelo M. *Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)*. Recife: Ed. UFPE, 2020.

FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. *Reforma agrária agroecológica. Um estudo sobre experiências campesinas con sistemas agroflorestales. Pernambuco, Brasil*. Córdoba: Universidade de Córdoba. ISEC Instituto de Sociologia e Estudios Campesin, 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. "Situação dos canavieiros de PE preocupa Figueiredo". *Folha de São Paulo*, Outubro, 1979.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 14a edição. Recife: Imprensa Oficial, 1966.

GARCIA, Marie France. O *Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1977, p. 95.

JORNAL DO BRASIL. "Médici: economia vai bem, mas povo vai mal". *Jornal do Brasil*, Março, 1970.

JULIÃO, Anatólio. "Massacre repudiado," *Blog de Jamildo*, 2009.

LINHART, Robert. O *açúcar e a fome: Pesquisa nas regiões açucareiras do Nordeste Brasileiro*. Trad. J. Silveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo, n-1 Edições, 2018.

MELO, Camila Maria de Araújo. *Entre dois Senhores: o patrão e a fome. As greves dos trabalhadores rurais no município do Cabo de Santo Agostinho, 1966-1968*. Recife: UFPE PPGH, 2018. https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34143

MINTZ Sidney W. "Cercas Vivas na região de Fond-des-Nègres, Haiti". *Cadernos de História*. V. 8 N. 8 2011. Recife: EDUFPE 2012. https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/110028

MINTZ, Sidney W. "Era o Escravo de Plantação um Proletário?" O Poder Amargo do Açúcar. Recife: EDUFPE, 2010.

MINTZ, Sidney W. "Vers une histoire afro-américaine". MINTZ, Sidney W. (Ed.). *Esclave = Facteur de production. L'économie politique de l'esclavage*. Paris: Dunod, 1981.

MIRANDA, Moema Maria Marques de. *Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma junta trabalhista*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, UFRJ, Museu Nacional, PPGAS, 1991.

MONTENEGRO, Antônio Torres. "Cabra marcado para morrer entre a memória e a História". In: SOARES, Mariza de Carvalho e FERREIRA, Jorge (Orgs.). *A História vai ao Cinema. Vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MOURA, Severino Rodrigues de. *Memórias de um Camponês*. Recife: Editora Universitária, 1978.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve. O Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

PERRUCI, Gadiel. *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PORFÍRIO, Pablo. *Medo, Comunismo e Revolução. Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

RIST, Gilbert. *El desarrollo: historia de una creencia occidental*. Madrid: Catarata, 2002.

RODRIGUES, José Honório. "A revolução industrial açucareira e os engenhos centrais". *Brasil Açucareiro*, IAA, Rio de Janeiro, março de 1946.

ROGERS, Thomas D. "Imaginários Paisagísticos em Conflito na Zona da Mata Pernambucana". *Cadernos de História*. Trabalhadores em Sociedades Açucareiras. V.6 N. 6. Recife: EDUFPE, 2009. https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/110049

ROGERS, Thomas D. *As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2017.

SAMPAIO, Cid. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto "*A História Oral do movimento político-militar de 1964 no Nordeste*". Recife: FUNDAJ. CEHIBRA.

SEMPRUN, Jorge. *L´écriture ou la vie*. Paris: Gallimard, 1994.

SEPLAN. Conselho de Desenvolvimento Social, Grupo de Trabalho sobre Migrações Internas, "Programa Nacional de Migrações Internas: Diretrizes Gerais," Brasília, novembro de 1979, Coleção SEPLAN, Arquivo Nacional, Brasília.

SILVA, Alexandre Júnior de Lima e. *Sindicalismo rural na cidade dos Palmares no golpe civil-militar de 1964*. Recife: UFPE PPGH, 2012.

SILVA, Severino Vicente da. "Liberdade e criatividade cultural na Mata". *Cadernos de História UFPE*. Trabalhadores em Sociedades Açucareiras. Vol. 6 No. 6, 2009. https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/110050

SIQUEIRA, Izabel Helena Acioli. *Relações, conflitos e repressão: A atuação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barreiros*. Recife: UFPE PPGH, 2016.

SIQUEIRA Renata Borba Cahú. *Canavieiras em embates na Justiça do Trabalho: precarização do trabalho, relações de gênero e luta para defender direitos conquistados (região sul da Zona da Mata de Pernambuco, 1972-1975)*. Recife: UFPE PPGH, 2020.

STEINER, Jean-François. *Treblinka*. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past. Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

VEJA. "Meus queridos bóias-frias". *Veja*. Outubro, 1976.

3 DO ALTO DAS CASAS-GRANDES EU VI O MUNDO E ELE ERA O ESCABELO PARA MEUS PÉS:

Reflexões a partir da teoria de Campo de Poder bourdieusiana.

Alexandre Lima[1]

Introdução

O presente artigo é fruto das discussões desenvolvidas durante a disciplina Teoria das Elites ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba e, ministrada pela professora Miquelli Michetti. Sendo ainda mais preciso esta breve reflexão nasceu de uma metodologia de ensino denominada de "miniaula", na qual os pós-graduandos foram convidados a trabalhar em equipe para exercer a oportunidade de apresentar o conteúdo em forma didática, desenvolvendo a capacidade de trabalhar coletivamente. Ao final das apresentações a professora fez algumas ponderações. E, este texto foi gerado neste processo.

O presente texto consiste em um esforço de aproximação para compreender um pouco da teoria bourdieusiana do Campo de poder e operacionalizá-la para o aprofundar o objeto de estudo

[1] Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia - UFPB.

da tese doutoral: O modo de atuação sindical durante as duas primeiras décadas da ditadura militar a partir dos processos de reclamação trabalhistas impetrados na Junta de Conciliação e Julgamento, Vara Palmares.

Existem vários debates que seriam de grande importância para esta breve discussão: a classe trabalhadora para Marx e Bourdieu, a delimitação teórica do que seria sindicato e lugar de trabalho (seus pontos de aproximação e de distanciamento), as elites sindicais, elites políticas ligadas ao movimento sindical e ao governador Miguel Arraes, só para exemplificar. Porém, por uma questão de tempo, não foi possível seguir estes caminhos, por hora.

Antes de mais nada, é imprescindível fazer uma breve delimitação sobre o que significa a expressão: "elites regionais". Esta delimitação é apenas uma representação ideal, uma vez que essas elites estão inseridas dentro de um circuito de relações que vão desde a localidade mais distante dos centros urbanos até as zonas industriais mais povoadas. Neste sentido, o livro Coronelismo Enxada e Voto trilha um caminho teórico muito rico ao apresentar o Brasil, no início do século vinte, como uma complexa rede de relações políticas do Brasil a partir dos municípios até chegar no cenário nacional.

Dando um passo mais largo, podemos conectar essas elites nacionais dentro de relações internacionais, manejando inúmeros campos de atuação e disputando posições estratégicas de comando. Associando, deste modo, capital social, através de estratégias de posicionamento e ocupação dos espaços sociais.

Trata-se de uma teia de relações com múltiplas posições dentro dos espaços sociais. Portanto, quando, porventura, se utilize termos como elites agrárias, elites locais, elites regionais significa

tão somente uma amostra teórica e, de maneira nenhuma, negação das relações que elas possuem dentro dos campos.

Temos como objetivo fazer um exercício teórico de operacionalização da teoria do campo de poder bourdieusiana de multiposicionalidade para entender não só a extensão desse campo, mas sua fotografia. Desse modo, queremos aprofundar a questão das espacialidades do poder dentro dos estudos das elites.

Uma vez que não é possível percorrer todos os caminhos trilhados pelas elites açucareiras de Pernambuco, delimitamos em alguns elementos que podem nos ajudar a entender o portfólio de possibilidades de movimentos das elites em pauta.

Cavalos, casas-grandes e igrejas não são apenas objetos neutros que compõem a paisagem. Eles são o resultado de processos sociais construídos ao longo do tempo. E que de um certo modo ainda estão ativos dentro da sociedade açucareira. Esses e outros elementos formam o palco no qual acontecem as liturgias, performances, linguagens e disputas em torno da legitimação de práticas e costumes considerados importantes para as elites em questão.

O que motiva esta breve investigação é o esforço para entender os processos sociais que moveram a sociedade açucareira e, por conseguinte, os papéis sociais que as elites exerciam dentro deste campo em voga. Essas elites contribuíram significativamente para imprimir elementos que caracterizaram o espaço social quando a cana-de-açúcar foi introduzida como o elemento econômico majoritário.

Sendo assim, as expressões "elites" e "formação dos espaços" soam quase como partituras dialéticas dentro da mesma clave de sentido sobre a qual se baseavam uma infinidade de relações sociais,

ora continuando processos seculares, ora se refazendo frente a novos arranjos dentro do corpo social.

Sobre as espacialidades em questão, há o conceito de "plantation", trabalhado pelo antropólogo Sidney W. Mintz que em suas investigações nas ilhas do Caribe procurou entender a rede de relações econômicas, históricas e sociais que ligava as regiões de plantio de cana-de-açúcar e a Europa. A UFPE lançou uma coletânea de textos denominada O Poder Amargo do Açúcar, muito útil para os que investigavam sociedades açucareiras.

Não queremos escusar da exploração econômica, mas aprofundá-la, seguir suas trilhas, contextualizá-la historicamente, localizá-la geograficamente em uma propriedade isolada dos centros urbanos onde trabalhadores rurais eram mantidos sob regime muito próximo a escravidão que durou séculos no Brasil.

Apontamos uma sobreposição de violências vindas de várias partes do campo social (multiposicional), formando uma rede complexa de relações, muitas vezes contraditórias entre si, mas que ao mesmo tempo, seguiam certas lógicas internas daquele universo de relações, aparentemente fechadas.

O açúcar, no século XVI, fazia parte do circuito do luxo, uma iguaria rara nas mesas da nobreza europeia chegando a fazer parte do enxoval de rainhas, muitas vezes, ainda, serviu como pagamento de dotes[2]. Porém, com a revolução industrial, seu valor variou inversamente proporcional ao ritmo da produção.

---

[2] GOMES, Geraldo. Engenho e Arquitetura. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana,2003. p.27.

Arquitetura, representação e legitimação: por que estudar as elites?

Os estudos referentes às elites no Brasil, segundo Ernesto Seidl, durante o período da redemocratização nos anos oitenta chegou a ser considerado como uma "postura elitista" foi responsável pelo baixo interesse pelo tema nas Ciências Sociais[3]. Entretanto, segundo o mesmo autor este fenômeno não é exclusivo do Brasil.

François Denord, no verbete "Campo de Poder"[4], afirmou que esta noção deve ser entendida a partir da Sociologia da Classe dominante, da Teoria Geral dos Campos e da Sociologia Histórica do Estado dentro dos estudos de Pierre Bourdieu.

É importante assinalar que Bourdieu se afastou tanto de sociólogos marxistas quanto liberais por centralizar demais as ações nos indivíduos plenamente conscientes de si e coordenados por um núcleo de poder exterior, não nos espaços posicionais.

Estudar as elites é uma forma de entender como as relações são configuradas e, ao mesmo tempo admitir a importância das elites para a criação de diversos elementos de coesão e coerção social de uma determinada sociedade. Seguindo, deste modo, uma linha entre Durkheim, Weber e Bourdieu.

Para Bourdieu, no entanto, a melhor saída para o problema da reprodução social seria pensar na "orquestra sem maestro", o que permitiria se aproximar do termo "habitus" para entender as

---

[3] SEIDL, E. As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil. In. **Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

[4] CATANI, Afrânio Mendes et.al (Org.). Vocabulário de Pierre Bourdieu. Belo Horizonte. Autêntica, 2017.

relações dentro do campo de poder[5] e os modos ação dentro do organismo social.

1.1 Arquitetura, representação e legitimação

Estudar a arquitetura das casas-grandes de engenhos da Mata Sul pernambucana exige um esforço hermenêutico por parte de quem está investigando, uma vez que o caráter imponente das casas-grandes só foi consolidado com a presença de arquitetos oriundos da Europa no século XIX.

Este novo modo de moradia das elites açucareiras foi impulsionado pelas novas gerações de proprietários rurais que haviam cursado o bacharelado na Europa e experimentado um padrão de vida que eles não estavam dispostos a abrir mão, implementando o estilo de vida requintado das elites do além-mar na zona rural.

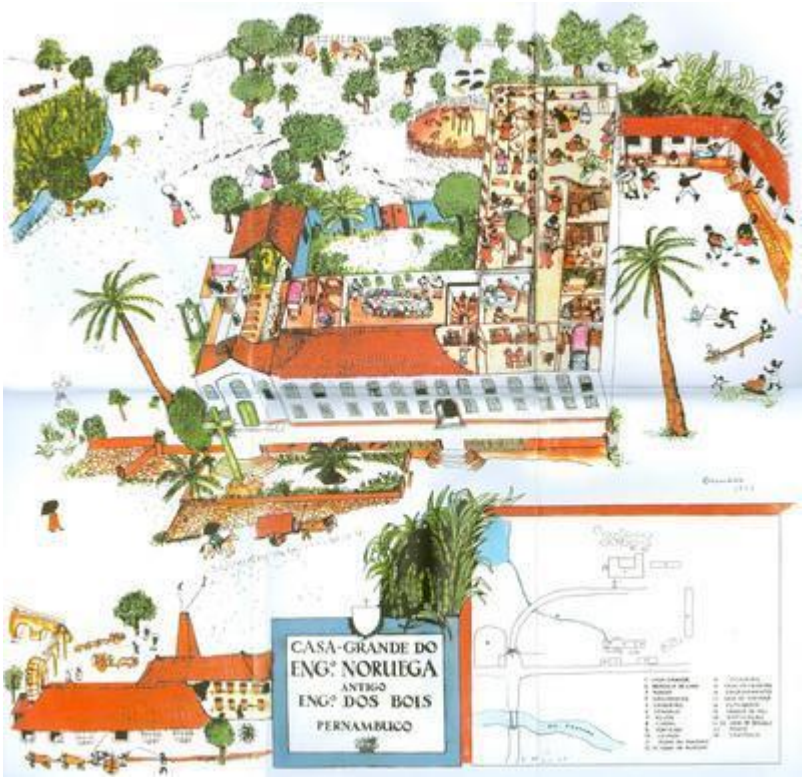
O conjunto era formado pela casa-grande, o aparato de manufatura do açúcar, as áreas de plantio destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar, gêneros alimentícios, igreja, senzala e cemitério[6]. Posteriormente "arruado"[7] de engenho com barracão e casas, igreja e campo de futebol. Este conjunto recebeu o nome na literatura especializada de *Plantation*.

---

[5] Campo de poder é utilizado aqui como classe dominante.

[6] Durante o período em que vogava a escravidão legal no Brasil não havia cemitérios para os cativos em todas as propriedades rurais. Uma das poucas exceções era o Engenho Massangana, onde viveu Joaquim Nabuco durante sua infância. Os escravos eram jogados em estradas, praias e lugares reservados para o lixo, para apodrecer.

[7] Conjunto de casas situadas em um engenho de açúcar.



A imagem acima está em Casa-grande e Senzala de Gilberto Freyre, e quer apresentar a complexa rede de relações entre os moradores da casa-grande e a propriedade rural, que trazia de modo subterrâneo um dualismo entre as elites e a senzala. Além disso, a imagem mostra a casa-grande do engenho Noruega com jardim de inverno, jardim, capela integrada, uma criação de animais para consumo e Senzala. Na sua frente o aparato para a produção do açúcar.

Gilberto Freyre, embora seja muito criticado por refletir a sociedade açucareira a partir de elementos nostálgicos tais como: o gosto da comida ou dos odores que eram sentidos na casa-grande e, ao mesmo tempo, haver se distanciado das dores da senzala ou

ainda, se afastado dos debates do seu tempo como a elaboração da Carta de Salvação do Nordeste, sua contribuição é inestimável para entender a complexa rede de relações em que as elites teciam com os diversos atores da sociedade açucareira.

A *Plantation*[8], como modo de organização espacial, foi uma espécie de "planta baixa" de um sistema bem mais profundo, com raízes seculares, legitimado pela religião, e mesmo correntes científicas (eugenia a partir do século XIX), desigual e opressor que dividia as pessoas entre livres e escravos na América Portuguesa e Espanhola destinados a abastecer o mercado de açúcar, o ouro branco que supriu econômica e simbolicamente nas regiões onde não foram encontradas jazidas de ouro.

Há um tema bastante frutuoso para essa reflexão, "a tradição como construção social". Essa tradição é o resultado opaco de uma série de redes de legitimação das práticas das elites[9]. O que na maioria das vezes foi apresentado como tradicional, na realidade são construções muito recentes, mas que evocam para si uma base de sustentação ancorada em elementos daquela sociedade reorganizados e transformados em rituais de transição de reis e

---

[8] Ver mais sobre o termo em: Rogers, Thomas. Trabalhadores em Sociedades Açucareiras. In. **Imaginários Paisagísticos em Conflito na Zona da Mata Pernambucana.** Recife: UFPE, 2010; MINTZ, Sidney W. **O poder Amargo do Açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Editora da UFPE, 2010; DABAT, Christine. **Moradores de Engenho**: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora da UFPE,2007; BANDEIRA, Élcia de Torres. **Os Usineiros Pernambucanos e a Intervenção Estatal na Agroindústria Canavieira (1889-1933).** Clio: Revista de Pesquisa Histórica, nº13. Recife: UFPE, 1990.

[9] HOBSBAWM, Eric. A Invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

rainhas, funerais, pequena ética (etiqueta), vestimenta, critérios de união matrimonial etc.

Dando um passo em direção da teoria do Habitus de Bourdieu, a tradição estaria em um nível de ação *a posteriori* do habitus. Este (habitus) permaneceria em uma posição mais profunda da ação fazendo com que as tradições fossem refeitas continuamente pelos agentes sociais dando-lhes sustentabilidade e legitimação das ações ininterruptamente.

A questão da tradição como um desdobramento no campo social da teoria do Hábitus em Bourdieu é parte de um esforço para entender a tradição como algo dialético. Porém, o que mais importa aqui é o movimento social trilhado desde o hábitus até sua suposta "cristalização". A questão da "invenção" da tradição é peça fundamental para entender que as casas grandes dos engenhos foram construídas somente no século XIX a partir da necessidade das novas elites formadas com grau de bacharelado na Europa.

Estas casas-grandes que do ponto de vista arquitetônico transmitem uma mensagem de eternidade são fruto do século XIX.

Uma forma de projetar as elites locais como entidades atemporais e supra espaciais. Localizadas quase sempre em lugares altos para quem as possuísse tivessem acesso ao lugar mais alto entre os agentes daquele espaço social. Visto por todos, admirados por todos.

Representação: cavalo, casa-grande, Igreja e restaurante.

Na organização espacial da propriedade, a capela ficava no centro, ao lado da casa-grande, o que acumulava capital econômico e capital simbólico. O senhor de engenho ficava próximo ao sagrado durante a vida e, na morte, era enterrado dentro da Igreja. Deste modo, além de todo aparato de segurança que o envolvia com escolta armada em torno de si e dos seus, ainda havia a proteção simbólica religiosa, afora dos graus de dependência familiar que eram constantemente reforçados dentro de uma lógica patriarcal.

A Casa-grande é lembrada por muitos autores como Douglas Apratto Tenório, Cármen Lúcia Dantas e Gilberto Freyre a partir da memória olfativa. Da fartura, dos quitutes e doces, do perfume adocicado dos canaviais e da vida bucólica campesina. Joaquim Nabuco lembra de sua infância dentro da casa-grande do engenho Massangana com muito carinho[10].

Foi a partir da Casa-grande de um engenho da cidade dos Palmares que Herculano Cavalcanti de Sá e Albuquerque escreveu para o Diário de Pernambuco no dia 14 de agosto de 1878 em matéria publicada no dia 19 de agosto do mesmo ano para fazer

---

[10] NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Brasília: Senado Federal, 1998; DANTAS, Cármen Lúcia & TENÓRIO, Douglas Apratto. **Caminhos do Açúcar**. Brasília, Senado Federal, 2009.

duras críticas ao imperador do Brasil e a própria organização política que deixava o Norte do império sem investimentos.

Esta ação de Albuquerque pode ser entendida dentro de um contexto de decadência da economia canavieira em Pernambuco, ao mesmo tempo em que revela as brechas do sistema patriarcal brasileiro que não conseguia atentar as todas das demandas dos rincões do império brasileiro, administrativamente centralizado em sua capital e, com altos custos para manter uma numerosa e dispendiosa corte.

Uma disputa entre as diversas elites brasileiras em garantir acesso a cargos e recursos do Estado. Além disso havia uma disputa pelos favores do imperador, mesmo entre os mais críticos do regime monárquico, os tidos como republicanos de conveniência, conforme denúncia de Albuquerque.

Manuel Correia de Andrade em A Terra e o Homem do Nordeste afirmou que os senhores de engenho davam ordens aos seus subordinados de cima da escadaria das casas-grandes, quando andavam a cavalo, faziam isso de cima dos seus cavalos, ao ir para a Igreja, localizada em sua propriedade participavam do ato religioso da parte de cima da Igreja ou eram separados do resto das pessoas por uma barreira, geralmente de madeira. Ou seja, a relação aqui é simbólica, financeira e geográfica. Além de todas as questões de gênero, de raça, econômica e social embutidas nestes gestos.

O escritor Genésio Cavalcanti utilizou da narrativa literária para refletir sobre o universo da sociedade açucareira a partir da imagem de um usineiro: uma certa noite, o usineiro foi ao bar, devidamente acompanhado por seus seguranças (vigias da usina), subiu em cima da mesa, embriagado e urinou na frente de todos os

presentes. Ao ser questionado pelo dono do restaurante, o usineiro espancou o dono do bar e estuprou sua mulher [11].

O escritor colocou em tintas da literatura algumas narrativas que pairavam no imaginário popular da Mata Sul pernambucana na década de oitenta. O mais importante não é saber se os relatos são verídicos ou não, mas em que circunstâncias foi possível construir as narrativas em torno das elites açucareiras.

Na mesma cidade dos Palmares, no final da década de noventa uma jovem, filha de um dono de engenho e ex-prefeito, teve seu carro roubado. Quando o ladrão ficou sabendo a quem pertencia o carro, fez questão de devolver o que havia roubado e se entregar na delegacia, confessando o crime e suplicando para permanecer preso. Mesmo assim, homens a serviço do senhor de engenho o mataram na frente do delegado e de um soldado militar. Ao saber disso, o bispo diocesano denunciou o que havia ocorrido, na missa transmitida pelo rádio, dizendo que todos sabiam quem matou o homem, só não sabia quem estava lá e viu. Isto gerou problemas para Dom Acácio Rodrigues Alves que foi ameaçado de morte, mas a pressão exercida pela Igreja Católica foi suficiente para que nada lhe acontecesse.

Porém, a lógica patriarcal possui muitas facetas, vendo as coisas por outra perspectiva, há um caso de que uma jovem teve seu tratamento de câncer financiado pela usina Treze de Maio. Não só isso, a proprietária da usina hospedou a jovem em sua casa no Recife até que ela estivesse com sua saúde restabelecida.

---

[11] CAVALCANTI, Genésio. **Porto Solidão**. Sirinhaém: Inovação,2018. p.45. Na versão de Genésio o usineiro não sobre a mesa, mas urina na frente de todos do bar, nas outras versões de antigos funcionários da usina ele subiu na mesa e urinou.

São os caminhos tortuosos e contraditórios que misturam repressão e selvageria com atos que salvaram vidas dentro desta sociedade açucareira. Um pacto social marcado pela dependência e pelo clientelismo que tornava o peso, em determinados momentos exercido pelas elites aparentemente mais leves.

Da literatura de Ascenso Ferreira nos vêm uma das melhores imagens sobre a presença da cana-de-açúcar na mata úmida de Pernambuco. O canavial como uma paisagem monocromática que rodeia a todos, comparando-o a um mar de cana que se movia ao vento. Uma paisagem verde que gerou na maior parte da população uma alimentação mono-alimentar, fome e violência nos rincões mais distantes, o senhor de engenho era a lei, o Estado e a religião.

> Meu Deus! Já deixamos
> a praia tão longe...
> No entanto avistamos
> bem perto outro mar...
> Danou-se! Se move,
> se arqueia, faz onda...
> Que nada! É um partido[12]
> já bom de cortar...[13]

Neste ambiente, aparentemente isolado do resto do mundo, o senhor de engenho se tornou um elemento central de relações sociais que só seria rompido com o advento das usinas e suas linhas férreas. O senhor de engenho foi reclassificado como fornecedor de cana para as usinas e, com isso, a região conhecia novas elites canavieiras, os usineiros.

---

[12] A palavra partido significa plantio de cana-de-açúcar, neste texto.

[13]FERREIRA, Ascenso. Trem de Alagoas. Disponível em: http://www.algumapoesia.com.br/poesia2/poesianet166.htm.

Segundo o Censo Agrário de 1960, mais de noventa por cento da área plantada dos municípios que formavam a Mata Sul de Pernambuco eram ocupados pela cultura da cana-de-açúcar e mais de setenta por cento da população economicamente ativa estava ligada a alguma atividade ligada à cana-de-açúcar.

A usina Serro Azul, localizada na zona Rural dos Palmares, possuía dois cinemas na década de trinta. Um cinema para os moradores da usina e outro cinema dentro da casa-grande da usina, exclusivo para os familiares e convidados. Um artigo de luxo que foi popularizado com o uso de televisores domésticos.

As elites locais se aproximavam e se distanciaram na disputa interna pela hegemonia das ações na região, a Igreja Católica tentava frear a ascensão protestante e, ao mesmo tempo combatia a organização dos trabalhadores rurais inspiradas na Ligas Camponesas da década de quarenta e cinquenta. Na década de sessenta, com a teologia da libertação, a Igreja Católica tentou tomar a frente do sindicalismo rural.

Usineiros e fornecedores de cana travavam disputas em torno do peso e do preço da tonelada da cana-de-açúcar para maximizar seus lucros, o partido comunista desde a década de quarenta organizava os camponeses da região em torno de um projeto de reforma agrária.

Considerações finais

Apresentamos alguns pontos de reflexão sobre o caráter multiposicional das elites que compõem a Mata Sul de Pernambuco, tendo por base a teoria do Campo de Poder de Bourdieu é uma oportunidade de refletir sobre os movimentos existentes dentro das elites locais. Estes movimentos posicionais

fazem parte de estratégias e acordos tácitos sem planejamento ou delimitação clara de fronteiras de significado.

Porém, o resultado pode ser comparado a imagem criada no primeiro tomo de O Corcunda de Notre Dame quando descreve as elites francesas observando de cima do Palácio da Justiça a aglomeração popular parisiense se deliciando com o simples prazer da observação e da distância do povo.

Enxergar as pessoas a partir de cima (relações econômicas, sociais, de gênero, espaciais, culturais e simbólicas) pode ser uma forma de reunir um feixe de práticas de legitimação das elites açucareiras em seus diversos modos de atuação e de presença nos múltiplos espaços que compõem o tecido social. Estar no alto é um modo de distinção.

Porém, isto não deve impedir que se perceba a pluralidade das elites presentes na região, seus conflitos pela condução dos processos, sua heterogeneidade na sua própria constituição/formação. Ou seja, não estamos diante de fenômenos puros, de uma elite unitária com projeto de dominação único, totalmente consciente de suas ações, mas ressaltar sua multiplicidade.

E, as elites continuam a ver o mundo do alto de suas casas, das coberturas, dos altos escalões do mercado ou simplesmente fazendo turismo espacial.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2011.

BANDEIRA, Élcia de Torres. **Os Usineiros Pernambucanos e a Intervenção Estatal na Agroindústria Canavieira (1889-1933).**

Clio: Revista de Pesquisa Histórica, nº13. Recife: UFPE, 1990.

BERNARDES, Denis. **Notas sobre a formação do Nordeste**. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/02.pdf. Acessado em: 02/02/2018.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: Pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CAVALCANTI, Genésio. **Porto Solidão**. Sirinhaém: Inovação,2018.

BRASIL. IBGE**. Censo Agrário**, 1960.

CATANI, Afrânio Mendes et.al (Org.). Vocabulário de Pierre Bourdieu. Belo Horizonte. Autêntica, 2017.

DABAT, Christine. **Moradores de Engenho**: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora da UFPE,2007.

DABAT, Christine Rufino & ABREU E LIMA, Maria do Socorro (Org.). Oficina de História. **Trabalhadores em Sociedades Açucareiras**. Recife: UFPE, 2010.

DANTAS, Cármen Lúcia & TENÓRIO, Douglas Apratto. **Caminhos do Açúcar**. Brasília, Senado Federal, 2009.

Diário de Pernambuco, 19 de agosto de 1878. **O Norte e o Sul do Império.**

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Engenho de Açúcar no Nordeste**. Documentário da vida rural. Maceió: UFAL, 2006.

FERREIRA, Ascenso. **Trem de Alagoas**. Disponível em: http://www.algumapoesia.com.br/poesia2/poesianet166.htm.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana,2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/360813/mod_resource/content/1/LEAL%2C%20Victor%20Nunes.%20Coronelismo%20Enxada%20e%20Voto.pdf.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Brasília: Senado Federal, 1998.

MACIEL, Caio Augusto. **Sertão das Usinas**: paisagem cultural canavieira e violência paradigmática do sistema de grandes

plantações através do filme pernambucano Baixio das Bestas. Clio - Série de Pesquisa Histórica. N26-2. Recife: UFPE, 2008.

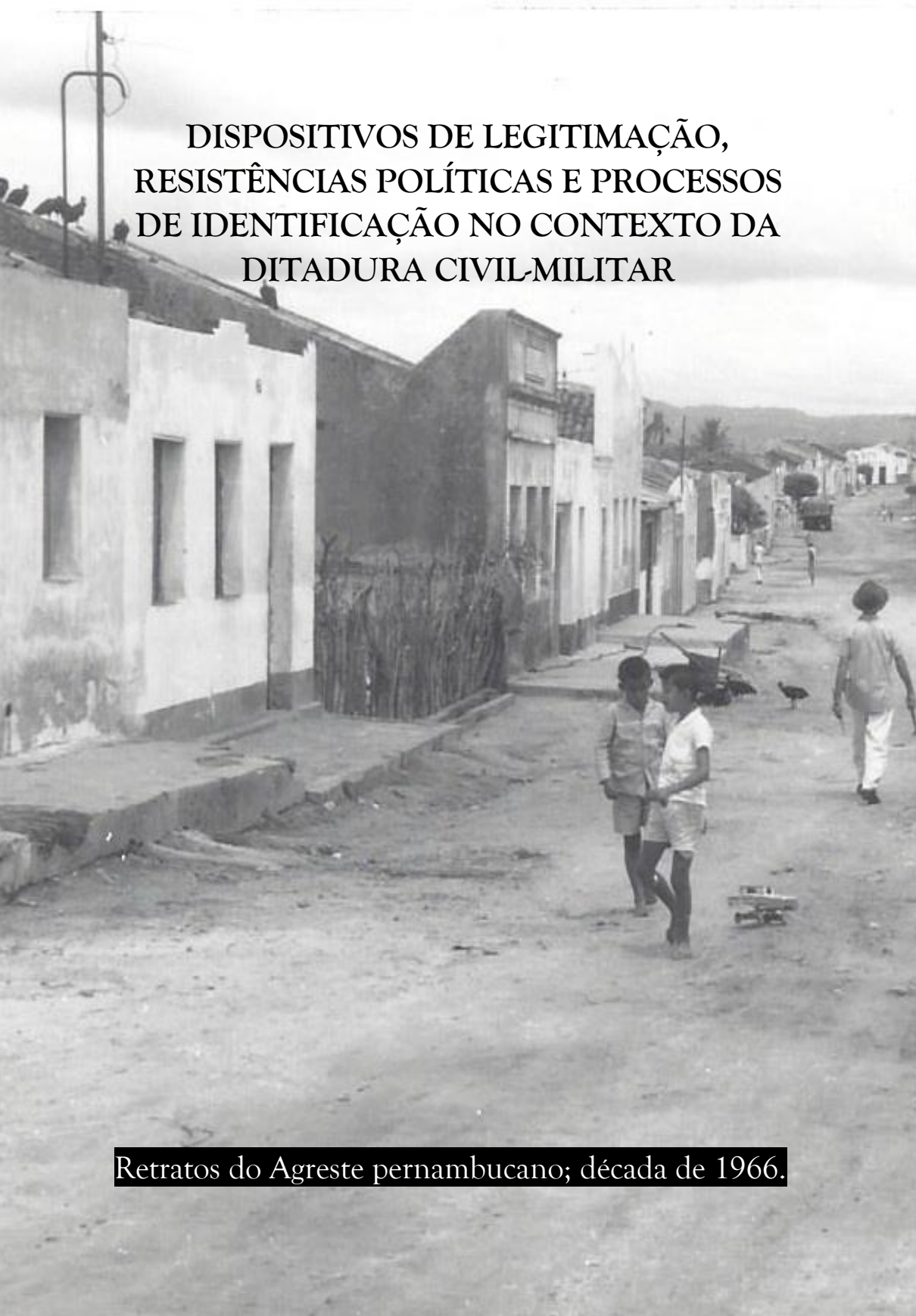
MINTZ, Sidney W. **O poder Amargo do Açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Editora da UFPE, 2010.

ROGERS, Thomas. Trabalhadores em Sociedades Açucareiras. In. **Imaginários Paisagísticos em Conflito na Zona da Mata Pernambucana**. Recife: UFPE, 2010.

SEIDL, E. As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil. In. **Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SILVA, Alexandre Junior de Lima e. **Sindicato de trabalhadores rurais em Palmares frente à repressão**. Recife: O autor, 2012.

DISPOSITIVOS DE LEGITIMAÇÃO, RESISTÊNCIAS POLÍTICAS E PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR



Retratos do Agreste pernambucano; década de 1966.

4 PERNAMBUCO ÀS VÉSPERAS DO GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR, 1964

(política, economia e sociedade)

Andréa Bandeira[1]

Até a realização do Golpe de 1964, o Brasil foi palco de muitos movimentos sociais rurais e urbanos, emergidos nas diversas camadas sociais, influenciados pela conjuntura ou forjados nas lutas partidárias, com destaque para os grupos liderados por militantes ou simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro, nesse período colocado na clandestinidade, desde 1947. As décadas anteriores ao Golpe conviveram assim com uma luta marginal tecida cotidianamente nas ruas e nos campos, sendo Pernambuco liderança dessas ações. As ligas camponesas na zona rural pernambucana e os clubes de mulheres nos bairros da Área Metropolitana do Recife refletem a atuação do povo e o seu envolvimento na luta por mudanças na conjuntura política do país. Lutas diárias, desenhadas em campanhas por melhores condições de vida, de trabalho e solidariedade contra a repressão institucional.

Os anos 1961 e 1962, particularmente, marcam o epicentro desse conflito, porque a renúncia de Jânio Quadros prenuncia o Golpe da direita, articulado e adiado, não porque o princípio democrático lastre as ações dos que resistem pelo poder, mas

[1] Andréa Bandeira Silva de Farias é Doutora em História; Professora Adjunta na Universidade de Pernambuco; Líder do GP NUPESC-UPE/CNPq. andrea.bandeira@upe.br

porque na possibilidade de uma negociação entre os grupos, as alianças são sempre preferíveis ao risco de quebra no *status quo*. Os grupos dominantes tinham consciência "da inviabilidade de libertar o país do imperialismo sem quebrar a máquina do Estado e romper a estrutura do capitalismo" (MONIZ BANDEIRA, 1962, p. 32). Enquanto parte do empresariado nacional, apertado numa luta de classes, entre uma burguesia internacionalista e uma crise do sistema que tendia a sua marginalização e desqualificação como classe, sustentando-se nos movimentos populares que também lutavam contra uma crise econômica que tornava suas vidas mais miseráveis, insistia em se manter no centro do poder político, comandando o Estado, a outra parte do empresariado brasileiro unida à burguesia internacionalista, mais conservadora e reacionária, tendia ao ataque direto a qualquer manifestação ao avanço dos movimentos reformistas da classe trabalhadora, vetando qualquer condição de organização oposta aos seus interesses, o que resultou numa história de subversão e/ou ilegalidade de partidos e movimentos operários de cunho anarquista, socialista ou comunista no Brasil. Nessa luta de classes, a posse de Jango significa que as forças antagônicas ainda conseguem negociar a crise do sistema, que estourará em 1964, sob o seu governo, porque naquele momento, "romper êsses compromissos representaria um golpe de morte nas próprias bases econômicas e nas relações jurídicas do capitalismo nacional (*sic*)" (*ibidem*). As classes em luta usaram armas nem sempre letais, porém fatais, tal como os veículos de comunicação de massas.

O Jornal *Diario de Pernambuco* circula no Recife desde 1825,[2]

[2] O Jornal *Diario de Pernambuco* foi inaugurado no dia 7 de novembro de 1825, pelo tipógrafo Antonino José de Miranda Falcão, dono da Tipografia Miranda

concorrendo com outras folhas de notícias. No agosto de 1961, este jornal possuía público fiel nas camadas abastadas e na classe média pernambucana, e fez manchetes quase diárias como se anunciasse, a cada chamada, promessas de uma farsa, repetida tragédia. Na edição do dia primeiro, estampou com letras garrafais e fotos empolgantes, o rosto do jovem e belo caçula dos Kennedy: "IRMÃO DE KENNEDY VISITOU LIGA CAMPONESA DO ENGENHO 'GALILEIA'" (DP, 01/08/1961), entre os presentes «Zezé da Galileia», destacado militante e um dos principais líderes das Ligas, nascido e criado no Engenho.

Edward Kennedy, segundo o jornalista do *Diário*, trajou mangas de camisa sob o sol nordestino, mostrando franca amabilidade, tratou simpaticamente os mais de cinquenta moradores do Engenho Galileia, falando em inglês entre sorrisos corteses para uma plateia quase despida de "galileus descalços e com as suas roupas do quotidiano: rasgadas ou remendadas" (*idem*). O que trouxe de tão longe o *playboy* americano, retirado dos seus quefazeres noturnos, era ainda difícil nomear, apesar de insinuar-se nas linhas mal traçadas das "chamadas" do noticiário: "O homem que está na Presidência dos Estados Unidos preocupa-se grandemente com os problemas de todos vocês, no "«Galileia»".

& Companhia, nasceu à Rua Direita, número 267, no bairro de São José, no Recife, na residência do seu fundador. É considerado o jornal mais antigo em contínua circulação na América Latina. Seus proprietários foram: o comendador Manuel Figueiroa de Faria (1835); o ex-senador do Império e líder político de Pernambuco conselheiro Rosa e Silva (1901); o industrial Carlos Benigno Pereira de Lima (1912); a cadeia dos Diários e Emissoras Associados, fundada por Assis Chateaubriand (1931); um Condomínio Associado, uma parceria entre jornalistas e empresários pernambucanos (1994) e finalmente, em 1997, voltou novamente para as mãos dos Diários Associados. Tal pertencimento também o caracteriza. Neste capítulo, usaremos sigla DP, seguida pela data da edição, quando citarmos o jornal.

"«GALILEUS»" APLAUDIRAM" (*idem*).

E ainda, dando crédito ao jornalista do *Diario*, estando lá para cobrir toda a matéria e contar a verdade dos fatos, na sua chamada "CAMPONESES CONFIAM EM CID", afirma que entrevistou um dos "filiados à liga" e ouviu "nós confiamos no Governo, confiamos no governador Cid Sampaio. Trabalhamos pela eleição dele e acreditamos em que êle resolverá os nossos aperreios. Agora nós não gostamos é da Companhia[3] (*sic*)" (DP, 01/08/1961). Fala que se repete por outras vozes, demonstrando o papel conciliador do candidato udenista, eleito por uma frente ampla formada pelas esquerdas e pelos setores menos radicais da direita. Assim, o que as imagens e o texto não explicam é a ausência do então governador do estado, que ficou à distância do evento "emocionador" desde a chegada à capital pernambucana do Sr. Edward Kennedy. O populacho, no domingo, 30 de julho, acotovelara-se à sua passagem no Aeroporto Internacional dos Guararapes, enquanto ele se aproximava da corda humana de policiais, encantando com sua figura alta e atlética. Da mesma forma, as rodas chiques se comoveram no jantar oferecido pelo Palácio das Princesas ao "fino" visitante.

Na sequência, naquela primeira segunda-feira do mês de agosto, com os sapatos empoeirados da terra argilosa, vermelha-escura, numa paisagem ainda verde, que a moagem ainda não atingira, de massapé e cana de açúcar, os olhos azuis do americano alto e loiro se dirigiram na direção de uma voz sonora entre o desafino e o desafio, bradando no meio da multidão descalça: "'Doutor, o que nós queríamos era que o senhor pedisse ao seu irmão para tirar a polícia daqui. Aqui não há desordeiro e não é

[3] Referindo-se a Companhia de Revenda e Colonização, C.R.C.

necessária a polícia[4]'" (DP, 01/08/1961).

E o gesto automático de quem não entendeu palavra, porquanto o Sr. Edward Kennedy "falava estrangeiro" aos camponeses também estrangeiros em meio à sua comitiva, "chupando doces bagos de cana de açúcar", e era traduzido em linguagem acessível pelo Sr. Celso Furtado, Superintendente da SUDENE, que ora também se estrangeirava para atender aos ouvidos "soleados" do paciente rapaz. Em meio ao diálogo de surdos-mudos, outros ouvidos ávidos do mundo compreendiam que nacionalismo econômico e democracia popular caracterizavam os governos desde Vargas a Jânio-Jango, e estas combinadas com uma política de internacionalização da economia brasileira exibiam as contradições consequentes da luta de classes, causando a inquietação das elites e uma movimentação ascendente das esquerdas, dos setores operários e dos grupos populares. E por essa razão, "é inegável que em algumas ocasiões críticas constituíram-se condições de tipo revolucionário" (IANNI, 1975, pp. 10-2). Condições essas amplificadas nas manchetes e chamadas que ecoavam ampliadas e provocavam um temor crescente em ledores mais assíduos: "LIGAS' TAMBÉM NO RIO GRANDE DO SUL" e "INDISCIPLINA NAS FACULDADES NÃO SURPREENDE: PARTIDO COMUNISTA ENCARREGA-SE DE PROMOVÊ-LA (DP, 03/08/1961).

---

[4] A terra do Engenho Galileia, situado em Vitória de Santo Antão, tinha 503 hectares e 140 famílias moravam na época da sua desapropriação, em 1959. Esta levada a cabo pelo recém-eleito governador de Pernambuco Cid Sampaio, em ato público e solene com merecido destaque da imprensa, da sacada do Palácio do Campo das Princesas, cumprindo promessa de campanha. Porém, divergências sobre como seria o assentamento levaram a discordância entre os moradores do Engenho e o governador, por isso, havia policiais no local.

Maria Luíza Carneiro Campello,[5] funcionária pública da administração da capital, era uma dessas leitoras da classe média recifense preocupada com os rumos do país. Ela estava atenta aos acontecimentos e participava ativamente da política local, inserida nos comandos de "combate ao esquerdismo". Junto com os primos Sebastião, Maria do Carmo e Ângela de Araújo Barreto Campelo, saía do trabalho e dirigia-se para o edifício do Banco Auxiliar do Comércio, onde faziam trocas de informações, trabalho que durou alguns anos, começara em 1958 ou 1959, bem antes de 1964. Na sua obstinada luta contra o comunismo, ela afirmava conhecer como funcionava a estrutura do movimento de esquerda que ela assemelhava a um grupo de malfeitores dispostos a iludir pessoas ingênuas e que se inseriam, como células, nas escolas (MLCC).

E continua: "[sobre a existência de católicos nas esquerdas que ela investigara e fornecera essa informação] Mas isso não obstava. Quando nós fundamos a Cruzada[6] não pretendíamos que o Brasil continuasse com a mesma [...] democracia velha. A democracia também tem que evoluir. Mas que os seus pilares ficassem mantidos" (MLCC). Católica, Maria Luíza não compreendia como internamente à Igreja se constituíam setores anárquicos aos princípios fundamentais, valores para a manutenção da sagrada família, respeito aos direitos sagrados da propriedade, "defesa da democracia e defesa do homem, "a Igreja não pôde manter. [...] A Igreja que nós vivemos não é a Igreja do

---

[5] Neste capítulo, usaremos as iniciais dos nomes quando citarmos as entrevistas cedidas pelo CEHIBRA/FUNDAJ: Ângela de Araújo Barreto Campelo (AABC), Mailde Ferreira Pinto Galvão (MFPG), Maria Luíza Carneiro Campello (MLCC) e Zilda Paula Xavier Pereira (ZPXP).

[6] Movimento de mulheres da burguesia recifense, criado em 1963; Maria Luíza foi uma das fundadoras.

passado" (*idem*). Essa Igreja em que ela acreditava e onde buscava apoio mantinha uma coluna no *Diario*, uma seção intitulada *Vida Religiosa*. No dia 8 de agosto de 1961, nesse espaço editorial, reproduziu-se uma denúncia feita pelo Cardeal do Rio de Janeiro, em palestra radiofônica. Nesta mensagem, o Sr. Cardeal "alerta" para "os riscos" das "táticas e determinações dos Chefes Vermelhos", que ainda, segundo ele, fazem parte de uma "ordem secreta". O Cardeal expõe o "maquiavelismo do método comunista" para inserir-se no espaço católico e depois comenta cada ponto do plano diabólico, quase propõe uma "nova cruzada" (DP, 08/08/1961). A mensagem do Cardeal e a memória de Maria Luíza coadunam e refletem o discurso que lastrará o golpe que mobilizou diversos setores reacionários em todo o país, às vésperas e rumo ao golpe. Tal denúncia advinda de pessoa tão respeitada apenas confirmava os medos e a importância das ações que Maria Luíza assumira pelo "bem da pátria e da família". Por isso, ela se reuniu com outras mulheres do seu círculo social no Colégio São José, onde estudou, criaram a Cruzada Democrática Feminina e saíram, em passeata, nas principais ruas do Recife, sob a bandeira da "Marcha da Mulher, pela Família, com Deus pela Liberdade".[7]

---

[7] Entre as manifestações da direita, as marchas de mulheres foram a principal estratégia pública de ato político e de um discurso que pretendeu desestabilizar o governo do Presidente João Goulart, em âmbito nacional. Para Carlos Fico, era uma "marcha de grupos religiosos atemorizados com a ameaça do 'perigo comunista'" (FICO, 2004, p. 18). É possível, porém, observar através da fala de Maria Luíza que a Igreja apoiou este movimento no Recife. Bem como, na capital pernambucana, a Cruzada Democrática Feminina tinha objetivos para além de deter o avanço das esquerdas e de uma suposta "comunização" do país. Estava em processo um golpe de estado e a direita buscou formas de integrar ou integrar-se nos grupos e nas campanhas que favorecessem o seu projeto. Esta pesquisa nota, ainda, que na cronologia constante do terceiro capítulo do livro citado não aparecem as marchas acontecidas no centro do Recife, nos dias 6 e

Então, nessa época, ela não duvidava do que informavam e reiterava serem as associações de bairro existentes à época "as tais células comunistas que não podiam aparecer muito publicamente [...] mas na realidade, essas associações de bairro tinham a finalidade de difundir o comunismo" (MLCC). Ela trabalhou no Movimento Frente do Recife para a candidatura de Arraes à Prefeitura (1961), Cid Sampaio para governador (1959). Porém, em 1962, apoiou as candidaturas de Leal Sampaio e Lucena, porque observava que Arraes estava muito para a esquerda e se tornou contrária. Afirmou que Cid Sampaio conhecia essa tendência antes de passar a faixa para o futuro governador, fazendo-a crer que já havia "arranhadura no relacionamento entre eles" (*idem*).

Maria Luíza, anos antes, participou da campanha pró Cid Sampaio (1958), trabalhando no escritório do candidato, numa sala que ficava no edifício do cinema São Luís. Segundo ela, sobre a eleição de Cid governador: "E acho que foi realmente uma virada muito grande, como inclusive até o Nelson Ferreira fez uma marchinha – *A hora da virada* – e foi certo. Foi o povo que derrubou

---

24 de março de 1964, organizadas pela Cruzada Feminista, sendo uma anterior ao comício de Jango, na Central do Brasil, no dia 13/03/1964, e antes da marcha das mulheres paulista, que se considera uma resposta ao discurso "inflamado e esquerdista" do, então, Presidente. Ver: DP, nos dias 05, 06, 23 e 24/03/1964. Nessa marcha, as mulheres, empunham faixas "MARCHA DA FAMÍLIA, COM DEUS, PELA LIBERDADE", repetindo o modelo da *Cruzada do Rosário em Família*, movimento de cunho religioso e explicitamente anticomunista, liderado pelo Arcebispo de Recife e Olinda Dom Carlos Coelho, ocorrido em setembro de 1962, em plena campanha eleitoral, quando Miguel Arraes foi eleito governador de Pernambuco, pela Frente Ampla, com o apoio do PCB. A concentração da *Cruzada do Rosário* aconteceu no domingo, 9 de setembro de 1962, na Praça Treze de Maio, no centro do Recife, com o slogan "A HUMANIDADE COM DEUS E A SUA IGREJA" (DP, 09/09/1962).

uma oligarquia elegendo Cid Sampaio governador do Estado" (MLCC). Para Ela, a Frente não era um movimento das esquerdas, mas houve muita infiltração de esquerdistas, "uma investidura mais segura" (*idem*).

Como Maria Luíza Carneiro Campello, seus primos e muitos integrantes dos movimentos populares, operários, camponeses, acreditava que o processo em curso no Brasil prometia uma "hora da virada", e em face da realidade, havia as manchetes que reafirmavam o país seguindo o mesmo destino de outros, cada vez mais aproximado do bloco comunista, comandado pela então União Soviética. Esperavam uns e temiam outros que os governos se alinhassem com o "movimento comunista" em fluxo.

Esse alinhamento, porém, nem sempre tornava amistosas as relações entre operários, estado e a classe patronal. Sempre que se acirrava o avanço da consciência de classe dos trabalhadores e dos setores populares, setores conservadores da sociedade, reunidos em "cruzadas", de cunho fascista, promoviam investigações e denúncias, aos quais o estado respondia com processos de prisão de militantes e simpatizantes dos movimentos de esquerda. Assim, notícias de que "PADRE POSSUIRIA ARQUIVO COM OS NOMES DOS AGITADORES DO ESTADO", "CARDEAL DENUNCIA TÁTICA COMUNISTA" (DP, 08 e 20/08/1961), bem como as afirmações da cruzada Maria Luíza Barreto Campello de ser investigadora e informante no escritório de campanha de Cid Sampaio, e de ter cumprido esse papel por anos seguidos, redundavam em golpes contra os populares e operários. E outras manchetes surgiam no *Diario*, "INQUÉRITO SÔBRE ATIVIDADES DAS LIGAS CAMPONESAS", e "EXÉRCITO EFETUA PRISÃO DE ELEMENTOS DA LIGA CAMPONESA" (DP, 25 e 24/08/1961).

É oportuno ainda observar a opção do comando central do exército quando enviou o General Artur da Costa e Silva para o comando do 4º Exército situado em Pernambuco. Esse General, como outros que se transferiram para atuar no estado nesse período, participou ativamente do Golpe e se tornou, depois, o segundo presidente do Brasil Militar, recebeu a faixa das mãos de Castelo Branco[8], inaugurando o período áureo da ditadura, sendo considerado um "linha dura". O General chegou à Capital pernambucana no dia 16 de agosto de 1961 para ocupar o posto em substituição ao General Osvaldo de Araújo Mota. Viajou num "Super *Constellacion* da Varig", aterrissou no meio da tarde no Aeroporto dos Guararapes, antecipando a sua chegada. O General Alberto Sallaberry e vários oficiais do Estado Maior daquela corporação e da 7ª Região Militar estiveram para recebê-lo. Dali, seguiu para a residência oficial do IV Exército, acompanhado do General Sallaberry, com quem jantou. No dia seguinte, às 15h, aconteceu a solenidade da posse, quando compareceram "autoridades constituídas do Estado, bem como oficiais do seu Estado Maior e da 7ªRM" (DP, 17/08/1961). Artur da Costa e Silva, general "linha-dura", esteve no comando do IV Exército, entre 1961 e 1963, mesmo período em que se acirrou a repressão contra os movimentos populares, no Estado.

Através do noticiário, a imprensa pernambucana informou como os diversos grupos operários e populares reagiam às investidas do capital e à crise social alastrada. Manifestações variadas ocorriam na Cidade, e para elas estavam voltados os olhares do Estado, dos políticos e da classe patronal, a quem as camadas médias da

---

[8] O Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco era o comandante do IV Exército à época do Golpe civil-militar e foi eleito o primeiro presidente da República. No seu governo nomeou Costa e Silva para o Ministério da Guerra.

sociedade se uniam na esperança de se protegerem, no seu eterno receio da perda de *status* e se confundir na massa com o populacho.

O *Diario* anunciava constantes aumentos no custo de vida e os protestos que acompanhavam a crise de perto. No dia primeiro de agosto, informou a "majoração dos preços dos combustíveis e das tarifas postais-telegráficas [... estas] conforme tabela já divulgada por este jornal" (*idem*), com a apresentação de uma relação dos novos valores nos produtos derivados do petróleo em várias capitais do Nordeste, "de acordo com a determinação do Conselho Nacional de Petróleo" (*idem*). No mesmo dia, esta folha noticia o aumento no maço de cigarros, repassando uma nota publicada pelo *Meridional*, do Rio de Janeiro, informação de uma "fonte ligada à Companhia Souza Cruz e que o novo preço entrará em vigor no fim desta semana" (*idem*). No dia 4, ainda nesse mês, mais um aumento é repassado para a cesta básica: o Sr. Luiz Rio, presidente da COAP, Companhia de Abastecimento e Preço, órgão estadual responsável pelo tabelamento dos produtos, informou que recebeu do presidente da COFAP[9] o comunicado do aumento de 15% no preço do trigo. A COAP, então, autorizou o repasse deste custo para os seus derivados, pão bolacha e outras massas. Esse órgão sofria severas críticas, não só da população como também de políticos nas Câmaras Municipais, porque se tornou ineficaz na sua obrigação de fiscalizar os preços dos produtos, principalmente, quando atingiam os gêneros alimentícios da cesta básica (DP, 04/08/1961).

---

[9] Comissão Federal de Abastecimento e Preço. Órgão do governo federal, responsável pelo controle de preço dos gêneros alimentícios, no crédito de que o tabelamento pudesse conter os índices inflacionários, na época em constante alta. Foi criado nos anos 1950.

É de notar que esse órgão federal revela as mesmas incoerências de um estado contraditório, como é o caso brasileiro. Em todos os âmbitos da governabilidade e da administração pública, o modelo político adotado representa o interesse da classe econômica dominante. Por isso, diante das exigências dos agricultores e industriais de cana de Pernambuco e de São Paulo, o governo federal cedeu e aceitou majorar, também, o valor da cana e do açúcar. Os produtores ameaçaram paralisar suas atividades, na época da moagem da nova safra, caso persistissem os preços antigos, considerados baixos pelos usineiros. Isso colocaria em risco o abastecimento dos seus derivados, bem como a receita resultante, interna e externamente, decorrente da importância da cana na balança comercial brasileira (DP, 15/08/1961). Dias depois, o *Diario* noticiou o novo preço do açúcar, aprovado por Jânio Quadros. O jornalista Fernando Barros, do *Meridional*, do Rio de Janeiro, afirmou, "em fonte segura", que colheu na noite no dia 16, informação de que "na reunião de amanhã da Comissão Executiva do IAA, com a presença do presidente Leandro Maciel, será aprovado novo e definitivo preço do açúcar que vigorará ainda este mês, o qual será de 1.380 cruzeiros por saca PVU" (DP, 17/08/1961). De tal modo eram os compromissos do Estado com os proprietários, que qualquer política social ficava na contramão das negociações possíveis. Restava ao povo intimidar com manifestações de repúdio, saindo às ruas em panelaços e declarando os seus votos nas próximas eleições. Talvez, assim, os "politiqueiros" reagissem.

A cada manifestação dos grupos trabalhadores, uma certeza do crescimento da sua consciência, senão de classe, mas de força política. A chamada "SERVIDORES PÚBLICOS DEBATERÃO CUSTO DE VIDA, ORDENADO E VÁRIOS OUTROS

ASSUNTOS" (DP, 03/08/1961) reforçou esse entendimento. Nota-se pela indicação da pauta, reescrita na íntegra no jornal, a sua importância. Bem como, é possível analisar nas linhas da notícia que, ao lado da preocupação com o custo de vida, declarada pelo presidente da Federação Pernambucana dos Servidores do Estado, Antônio Batista de Souza, ao convocar para assembleia, os servidores públicos consolidaram sua organização, ao unirem as associações em âmbito local e estas com todas as outras nos âmbitos estaduais e federal, destacando a ação política do movimento paredista (*Idem*), marcada para aquele dia à noite.

Outras organizações trabalhistas e populares, como as associações de mulheres, tinham o mesmo procedimento. Constituíam-se em âmbito local e se reuniam em encontros nacionais, transformando o problema da subsistência cotidiana em uma questão de consciência de classe e ação política.

Zilda Paula Xavier Pereira tem memória dessa participação nos movimentos de mulheres contra a carestia, que começou na militância partidária (ZPXP). Recifense, ela nasceu e se criou no bairro de Casa Amarela, entre nove irmãos. Cursou apenas o ensino primário, porque a mãe adoeceu e ela ajudava em casa. Quando a mãe faleceu vítima de um câncer, o pai a retirou, definitivamente, da escola. Com quinze anos, seguiu os passos de uma irmã mais velha, que já morava no Rio de Janeiro, e foi embora do Recife, "tentar a vida no Sul", marcar o país com as ideias que aprendeu pernambucana. Na capital carioca, ela se filiou ao Partido Comunista. Tinha 17 anos de idade e já militava num partido clandestino, junto aos companheiros Maria Barata, Agildo Barata Monteiro. Da família pobre, herdou apenas a militância paterna. O pai fora uma liderança na direção das greves e tinha uma profunda admiração por Luiz Carlos Prestes: "meu pai dizia que Prestes era o

'Cavaleiro da Esperança' e que Prestes era o homem que iria libertar o Brasil e que ia libertar o povo da miséria em que vivia (ZPXP). Por isso, quando o partido passou para a legalidade, ela se inscreveu, "eu fiz isso para o meu pai [...] quando cheguei em casa e disse a ele [...] ele me abraçou e chorava de alegria" (*idem*).

Acreditava no Comitê Central do Partido, entrou "sabendo que o Partido Comunista era o partido da vanguarda operária e seria o partido que levaria o povo à revolução" (ZPXP). Acreditou até o Golpe de 1964. Embora no tempo da legalidade tenha sido um partido forte, com a maior bancada de vereadores, número expressivo de deputados e possuir o senador mais votado nacionalmente, eleito em vários estados, ela começou a desacreditar no projeto político da bancada, não entendia tantos erros, tantas críticas e autocríticas, começou a discordar da direção. Era um partido que caminhava para 200 mil associados, que escolhia sua representação entre os mais dedicados e capazes, estava preparando seu congresso e, voluntariamente, seus integrantes se dispunham em ministrar os cursos de capacitação para os companheiros. Nomes como Marighella, Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Gabois iam aos comitês distritais e davam aulas, "para melhorar o nível político desses companheiros" (ZPXP). Aos 18 anos, quando se filiou ao partido, sua dedicação às campanhas para divulgar e incentivar as filiações era intensa, passava o dia nas ruas, em cima dos caminhões, vendendo bolos, frutas, então costumava ouvir que "casara com o partido".

Ela ficou responsável pela zona do Centro, "fazendo um levantamento e organizando as mulheres em comitês de bairros. Nós começamos a trabalhar em associações femininas, na Assistência Social Feminina do Distrito Federal e depois na Federação de Mulheres do Brasil" (ZPXP). O objetivo era realinhar

as comunidades através das organizações de bairros: Associação de Bairro de Padre Miguel, de Engenho de Dentro, de Realengo. Juntos, ela e o João Xavier cumpriram esta atividade: "E nós fizemos um bom trabalho feminino, havia muitas mulheres participando na Associação Feminina do Distrito Federal e na Federação que depois foi criada em São Paulo, no Recife, em Belo Horizonte e em várias partes do Brasil" (ZPXP). Juntos, reuniam o povo em rodas de conversas e palestras.

Zilda foi a vários congressos na União Soviética, no Uruguai, na Argentina. Fez campanha contra a carestia, viajando por diversos estados do Brasil. Ela se lembra dos protestos organizados contra o aumento do leite, quando nas associações de bairros, em subúrbios distantes do Rio de Janeiro, dirigiam-se às reuniões, faziam cartazes, mobilizavam mulheres e crianças e faziam caravanas para encherem as salas dos órgãos responsáveis pelos aumentos nos preços dos artigos da cesta básica, porque a luta pela sobrevivência cotidiana une a classe operária e populares no mundo inteiro. Pernambuco é um recorte que espelha o todo.

E quando a repressão aos movimentos sociais se tornou mais aguda, narra Zilda Paula Xavier Pereira, ainda bem antes do Golpe, ainda no governo JK, as associações e federações de mulheres foram perseguidas sob a alegação de que eram organizações subversivas ou comunistas, e muitas deixaram de funcionar, outras mudaram para a denominação de "liga" e continuaram atuando. Algumas associações de bairro, formalmente atreladas aos movimentos de mulheres, também foram extintas.

Os movimentos sociais, feministas e estudantis, bem como o de trabalhadores, travaram uma luta contra um Estado e uma sociedade civil autoritária, para se manterem sob um regime nomeado liberal-democrático, mas que em suas instituições,

principalmente os aparelhos de segurança, pautavam suas medidas e ações em modelos repressivos, no interesse particular dos grupos proprietários e patronais, em que o poder privado suplantava o interesse público. De tal forma que esses movimentos, para sobreviverem, atrelavam sua existência às perspectivas particulares de políticos e partidos, resultando em conchavos contraditórios com o caráter popular dos movimentos. Muitos desses movimentos tinham propostas de vanguarda e se reduziam na prática política. Da mesma forma, os partidos e políticos se alinhavam a esses movimentos, como alternativas ou meras brechas políticas, em tempos de eleição.

Por isso, no Brasil, as batalhas políticas dissimulavam. Ora um partido, tradicionalmente, de caráter conservador se posicionava em favor das reformas, aparentando um alinhamento com os movimentos populares, ora retrocedia em favor da sua postura marcadamente burguesa. Também os partidos, declaradamente, de esquerda coligavam-se com partidos de direita ou aceitavam apoiar candidatos de outras frentes. Essas oposições que se mesclavam em diferentes momentos e em diversos acordos apenas refletiam as contradições de uma política representativa de uma economia dependente, indisposta a romper com sua estrutura fundamental, o sistema de mercado.

As manchetes estampadas nas primeiras páginas ou pequenas notas internas e algumas marginais resumem a ópera que era o diálogo indigesto da política dias antes da renúncia de Jânio Quadros. Em âmbito nacional, a batalha que foi travada em torno do valor do salário mínimo, nota a exata disputa pelo poder e pela manutenção do *status quo* dos grupos ligados à economia

tradicional: "SALÁRIO MÍNIMO: CASTRO NEVES[10] CONTRA AUMENTO"; "BATALHA PELA REVISÃO DO SALÁRIO MÍNIMO", e "MINISTROS NÃO REPRESENTAM PARTIDOS NO PODER" (*Idem*).

Em Pernambuco, essa luta é travada entre o empresariado açucareiro e o Governo do Estado, o que não significa que a classe operária não interferisse, uma vez que Cid Sampaio fez vários acordos de campanha, e a quebra de contrato o marginalizou no grupo que representava. De modo geral, os políticos estavam-se apoiando nos movimentos sociais para se fortalecerem politicamente, conforme notificou o *Diario*: "JOFFILY QUER AS 'LIGAS' PARA DISPUTAR SENATORIA" (DP, 03/08/1961).

Os movimentos operários, estudantis e de mulheres sentiam-se capazes de oferecer esse apoio, motivo de Maria Luíza Barreto Campello, declarada representante dos setores conservadores, afirmar: "nós éramos muito solicitadas e muito acatadas" (MLCC). As organizações estudantis confirmavam esses lugares de luta e disputa usando, inclusive, o espaço da imprensa que apoiou o golpe de 1964. Em nota publicada "AIP E UEP: APOIO À POLÍTICA EXTERNA DO PRESIDENTE JQ", a União dos Estudantes de Pernambuco "**repudia golpistas**, conhecidos inimigos do regime, hipotecando irrestrita solidariedade a V. Excelência" (DP, 24/08/1961, grifo nosso).

---

[10] No dia 31 de julho, Castro Neves, Ministro do Trabalho, no governo de Jânio Quadros, retornou de uma reunião com os Governadores, em São Luís do Maranhão. Afirmou em entrevista a um jornalista dos Diários e Emissoras Associados, na Guanabara, que o Governo Federal "auxiliará ao máximo" os Estados do Piauí e Maranhão, mesmo que "em prejuízo das demais unidades". Adianta que é contra o aumento do mínimo para 17 mil Cruzeiros, alegando que aumentaria o desemprego. Disse, ainda, acreditar que os parlamentares não aprovariam "essa loucura" (DP, 01/08/1961).

Entre o empresariado e o estado, as disputas pela preservação do projeto conservador ou adoção de reformas para salvaguardar espaços políticos e manter os benefícios do apoio da classe trabalhadora, sob regime democrático, quando as eleições são as armas que resolvem as disputas pelo poder, revelavam que, em âmbito estadual, a crise tinha a mesma estrutura e seguia o mesmo ritmo do processo nacional e internacional. Mais do que nunca se reforçava o desenvolvimento desigual e combinado da economia de mercado: "PLANO DE COLONIZAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO"; "REFORMA AGRÁRIA: PSD ADMITE ENTENDIMENTO" (DP, 06/08/1961), e "PEDIDA A JQ SUSPENSÃO DAS RETENÇÕES SOBRE CANA DE AÇÚCAR: ESTÁ AMEAÇADA A NOVA SAFRA" (DP, 15/08/1961).

Indiferente às tentativas do governo federal em negociar com a crise, adotando um modelo protetor na tentativa de equalizar as diferenças que geram as rupturas no quadro político-econômico, expressas nos investimentos de estado em infraestrutura nas regiões periféricas da economia nacional, o empresariado nordestino e pernambucano reacendem a todo instante os conflitos, expondo as ranhuras sempre abertas do capitalismo: "900 MILHÕES PARA O NORDESTE" (DP, 02/08/1961); "US$ 10 MILHÕES PARA O NORDESTE: BID FIRMOU ONTEM, O ACORDO" (DP, 04/08/1961), e "CID GANHA CONCESSÃO PARA DISTRIBUIR A ENERGIA NO RECIFE" (DP, 18/08/1961).

Se internamente os desentendimentos dificultavam qualquer conciliação entre os setores da burguesia, e estes com o estado, as manchetes sobre política internacional, em meio a Guerra Fria, na qual se digladiavam a "comunista" União Soviética e os "liberais" Estados Unidos pela manutenção da divisão do mundo em blocos econômicos e de influência, apenas reforçam a

imagem da aguda crise do sistema brasileiro: "US$ 46 BILHÕES PARA DEFESA" (DP, 19/08/1961); "RÁDIO DE MOSCOU DIZ QUE USA ESTÃO BRINCANDO COM FOGO"; "ATAQUE DOS COMUNISTAS TERÁ 'REVIDE RÁPIDO E ENÉRGICO'" (DP, 22/08/1961).

Outras notas na imprensa, como estampava quase diariamente o *Diario*, davam contas dos muitos conflitos instalados em diversos países, opondo os blocos comunista e democrático, estando a pequena Cuba no centro desse fogo armado. A figura do guerrilheiro argentino sem pátria, barbudo, cabelos negros em desalinho, com um charuto queimando na mão e aquela pose desconcertada, Che Guevara contrasta com a do astronauta russo Yuri Gagarin, andar elegante e porte atlético, "com seu sorriso habitual e trajando um paletó de côr bronzeada, calças azuis, gravata verde e numerosas condecorações (*sic*)" (DP, 01/08/1961), mas os dois são a representação do medo que recrudesce no imaginário anticomunista, ao tempo em que se multiplicam as informações de ataques terroristas associados ao regime soviético, "ACENTUA-SE O TERRORISMO NA ARGÉLIA: 5 BOMBAS EXPLODEM" (DP, 23/08/1961). Em resposta ao "avanço vermelho" sobre o mundo, a seção do *Diario* chama a atenção para o tema "ELES QUEREM A NOSSA DESGRAÇA" (DP, 20/08/1961), reiterando a tentativa frustrada da Casa Branca em conciliar as diferenças, trazendo um Kennedy ao interior do conflito.

Essa política de integrar os desiguais se chocaria com a realidade do modelo matemático de lucros exigidos pelos capitalistas, então o governo dos EUA arcará com a inevitabilidade do golpe na sua identidade democrática. O slogan "Aliança para o Progresso", seu caro projeto neoliberal para o terceiro-mundo, demonstrava-se ineficaz e um "plano b" foi a resposta: ampliar o

investimento na organização de um golpe de estado. A democracia brasileira estava com os dias contados.

Internamente, a relação do Brasil com os países que lideravam os blocos antagônicos esquentava com a Guerra Fria. Os discursos se acirravam entre a Guanabara e o Planalto. De um lado, Carlos Lacerda era a imagem da oposição ao avanço do modelo reformista do projeto político-econômico adotado por um segmento da burguesia nacional. Do outro, o executivo nacional e seus aliados insistiam na ampliação do campo de atuação da economia brasileira, para evitar que o acirramento da crise sistêmica do capital comprometesse o *status quo* de uma economia dependente dos investimentos estrangeiros, colocando em xeque o alinhamento do país com o imperialismo americano, uma vez que repartia sua área de influência. Os Estados Unidos levariam essa guerra até as últimas consequências.

Numa guerra de discursos e propagandas, o mês de agosto também se mostrou fecundo e no *Diario* se observam as batalhas travadas, os avanços, recuos, vitórias e derrotas, ora da oposição, ora do governo. As alianças se fazem e se quebram em diversos momentos, em intervalos difíceis de precisar. Como também era difícil precisar quais setores se uniriam nesse ou naquele grupo. Há muito a classe proprietária dava sinais de esfacelamento e internamente, marginalizavam-se os setores menos capacitados para acompanhar o projeto liberal, no processo do imperialismo.

Tal debacle foi exposto pela crise política, de que a eleição de 1960 foi exemplo. No final do governo JK, Jânio Quadros, do PTN, foi eleito presidente da República como representante da

coligação UDN/ PL/PTN/ PR/PDC,[11] uma frente ampla de direita, com quase seis milhões de votos, um número recorde nas urnas brasileiras. Desbancou seu rival, o nacionalista Marechal Henrique Teixeira Lott, da coligação PTB/PSD, candidato do partido situacionista e das esquerdas, apoiado pelos comunistas. Jânio venceu com uma campanha que mexeu com o imaginário e reacendeu a credulidade popular, quando prometeu "varrer" a corrupção da política nacional: "Varre, varre, varre, varre, varre vassourinha / Varre, varre a bandalheira / Que o povo já está cansado / De sofrer desta".[12]

Esta surpresa das urnas, porém, teve um apoio frio do então Presidente da República, dividiu o governo do país junto com o candidato a vice da chapa adversária, João Goulart, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). No modelo eleitoral em que as votações eram distintas para a composição dos executivos municipais, estaduais e federal, o resultado das urnas demonstrava mais claramente o acirramento das forças em oposição e conflito, bem como era complexa e até confusa a relação entre o povo e suas lideranças, possibilitando as contradições que imperam na história, explicadas apenas pela dialética das ações.

Carlos Lacerda foi o candidato da UDN, naquelas eleições, para o governo do recém-criado Estado da Guanabara, disputando com Sérgio Magalhães (PTB-PSB, Partido Socialista Brasileiro) e Tenório Cavalcanti,[13] do PST (Partido Social Trabalhista), uma

---

[11] União Democrática Nacional (UDN), Partido Liberal (PL), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Republicano (PR), Partido Democrata Cristão (PDC).

[12] Maugeri Neto, 1960, criou o Jingle da campanha de Jânio Quadros.

[13] Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque migrou do estado das Alagoas para o Rio de Janeiro nos anos 1920. Figura carismática, ele ficou conhecido como o "Deputado Pistoleiro", porque, na Câmara Federal, apontou uma arma

dissidência do PTB. Eleito, tomou posse ainda no ano de 1960, em 5 de dezembro, como previa a Lei San Tiago Dantas, que criou o novo estado. Aliados udenistas em 1960, Lacerda e Jânio tornaram-se oponentes, alinhados aos divergentes blocos que dividiam a política internacional.

Assim, na terça-feira, o *Diario* noticiou o que se tornou a primeira peleja ocorrida entre os dois udenistas: na segunda-feira, dia 31 de julho de 1961, enquanto o irmão Kennedy distribuía amabilidades e o Palácio das Princesas se preparava para abrir suas portas para a "fina sociedade pernambucana", num cerimonioso jantar em que o governador Cid Sampaio congratulava-se pela boa relação com os Estados Unidos, na Guanabara, Carlos Lacerda aproveita a visita do astronauta russo ao luxuoso Palácio Laranjeiras para polemizar a aproximação do governo federal com a liderança do bloco vermelho. Com a chamada, "*YURI GAGARIN CANCELOU PROGRAMA NA GUANABARA: DESENTENDEU-SE COM LACERDA*" (DP, 01/08/1961), o jornal discorreu sobre a forma como o udenista e governador da Guanabara expressou-se em relação a vários pontos polêmicos, inclusive sobre uma questão relevante na política internacional, o acordo entre a União Soviética e os Estados Unidos, decidindo o futuro da capital alemã. O desentendimento informado pelo jornalista do *United Press International*,[14] presente ao evento, no Rio de Janeiro, e divulgado pelo *Diario*, na cobertura da notícia, bem como uma série de

---

para o então deputado baiano Antônio Carlos Magalhães, e não o assassinou, alegando que "só matava homem". Deputado Estadual e Federal, representou a classe trabalhadora e popular da Baixada Fluminense. Nas eleições de 1960, conquistou mais de 20% do eleitorado carioca, rivalizando com Carlos Lacerda.

[14] Agência de notícias internacionais, fundada em 1907, com sede nos EUA, pioneira em cobertura e distribuição de informações no mundo inteiro.

reportagens de mesmo teor nas edições seguintes do jornal, confirmou o que dias depois se tornou emblemático: um novo golpe estava em processo. Porém, se as tentativas em curso foram vãs, as consequências, apenas adiadas: no 25 de agosto, quando Jânio renunciou à presidência, iniciou-se o golpe dentro do golpe: a disputa para ocupar o cargo vago e que, constitucionalmente, caberia ao vice-presidente eleito pelas urnas, em viagem diplomática num "país vermelho", e, na impossibilidade de fazê-lo, reagiram com a mudança no regime de governo.

Sobre a posse de Jango, em O *caminho da revolução brasileira*, Moniz Bandeira apresenta o período entre a renúncia de Jânio Quadros, a decretação do regime Parlamentarista de governo, a posse de Jango e a deflagração de uma greve geral, nacional e de cunho político, "quando as massas estavam dispostas a intervir, diretamente, na crise, no processo político do país" (MONIZ BANDEIRA, 1962, p. 8), que resultou na queda do gabinete Tancredo Neves e a decisão do congresso que marcou o plebiscito para que o povo decidisse a permanência do regime parlamentar ou o retorno ao presidencialismo como eventos que marcaram, no seu entender e análise, a luta de classes (*idem*, *passim*).

Tal conclusão do autor se fundamenta e pode ser entendida à luz do noticiário dos eventos, quando era comum o discurso de que havia uma máquina grevista em condições de atropelar a tradição brasileira que era democrática, além de nutrir um profundo respeito pela liberdade e pela propriedade. Esta máquina grevista era associada aos governos de Jango, em âmbito federal, e cá no Pernambuco, com a proximidade das eleições, ao nome de Arraes. Ao chamar a atenção para o número de manifestações em todo o país em defesa da posse de João Goulart, o *Diario*, na terça-feira, 5 de setembro de 1961, dez dias depois da renúncia

presidencial que acelerou a crise política e promoveu um novo adiamento do golpe, delineou o painel político nacional e fomentou uma preocupação aguda dos setores reacionários. Em resumo, nas manchetes e chamadas do jornal é possível esboçar um entendimento de umas das crises do sistema político brasileiro, capaz de expressar o esfacelamento da economia do país, em face do mercado internacional. Ao declarar a vinculação de uma greve nacional à posse de Jango, o *Diario* atuou como porta-voz dos grupos interessados em criar um clima de tensão que favorecesse e explicasse qualquer ação da direita, necessária para "resguardar as liberdades do povo brasileiro", ante a estratégia das esquerdas "comunizantes" de transformar o país numa outra Cuba, uma vez que ao operariado nacional tinha-se permitido todo tipo de ato abusivo, colocando em risco a tranquilidade social. Na chamada "GREVE PELA POSSE DE JANGO PARALIZA O PÔRTO DO RECIFE", o jornal iniciou a reportagem mostrando que os trabalhadores estavam unidos em âmbito nacional (DP, 05/09/1961), e eram uma força capaz de desmoronar a estrutura econômica do país. Sabe-se que outros segmentos operários participaram do movimento pró-Jango, mas a informação de que os portos brasileiros deflagraram uma greve de cunho político acusava que essa paralização afetaria diretamente a economia do país e a população (*idem*). No *Diario*, a possibilidade de abastecimento configurava como uma "chantagem" política das massas, "o movimento tão somente visa garantir a posse do presidente constitucional (*sic*)" (DP, 5/9/1961), para além de observar a amplitude das "agitações" e o perigo de tal organização em âmbito nacional com o apoio de prefeitos, deputados e vereadores, chamando a atenção para a ameaça das urnas, todas descrita sob manchetes sensacionalistas.

Ao mesmo tempo, o Jornal contrabalançava, observando que existiam as forças conservadoras e de oposição aos comunistas, capazes de devolver o país à tranquilidade. Em reportagens paralelas, descreveu como estas forças estavam alinhadas nacionalmente, colocou o Estado de São Paulo como o lugar da excelência normalizadora, associou ao nome de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, a política que se queria hegemônica (DP, 4-5/9/1961) e o apoio que recebiam das forças armadas.

Nas linhas do jornal encontramos o anúncio, na voz do governador e líder pernambucano Cid Sampaio, da análise que se transformou em tese de muitos historiadores contemporâneos, fieis leitores e associados dos diários, aferrados na certeza de que o "ponto de Arquimedes" funciona tão bem na física como na narrativa e esquecem as outras histórias: a crise se deveu unicamente à renúncia de Jânio Quadros, um bêbado "desequilibrista", como causa e não como consequência, negando todo o processo e desconhecendo as dinâmicas do conflitos, internamente, às classes e suas composições, soçobrando numa lutas de e entre as classes. Porém não podemos negar que o discurso de 50 minutos em nome do Estado foi conciliatório e necessário, ajeitado sob o título "CID ACUSA JQ E DIZ QUE SE EVITOU GUERRA CIVIL NO PAÍS", e, naquele momento, reordenou os grupos que sobreviveram à crise e facilitou a retomada da marcha rumo à outra tragédia (DP, 5/9/1961), que não tardou pela contradição que impôs o momento, um getulista no poder. Como bem observou Maria Luíza Carneiro Campello: "Ele era um grande proprietário [...]. Havia incoerência em suas atitudes. [...] não estava preparado pra assumir um governo [...] como assumiu a renúncia [...] vindo da maneira que veio [...] foi um governo sem positividade para o Brasil. [...] Teve a formação de Getúlio [...] muito voltada

para reformas e oportunidades (*sic*)" (MLCC).

Essa imaturidade de João Goulart não confundiu a direita golpista, e sim fê-la considerar o momento como inoportuno para arriscar com uma liderança radical e personalista, como era a figura de Carlos Lacerda. A imprensa local, com destaque para o *Diario*, fez reportagens diárias do que foi o "arranjo e o desmantelamento do golpe em curso", no momento da renúncia de Jânio, servindo como veículo, mais do que apenas um aparelho ideológico, como também sujeito da política, preparando o que seria o próximo capítulo da luta de classes, as eleições de 7 de outubro de 1962.

Fato incisivo foi o prenúncio noticiado no *Diario*, enfatizando o grau de polaridade da política nacional, e suas possíveis consequências: "[Leonel] BRIZOLLA AFIRMA QUE NÃO HAVERÁ ELEIÇÕES" (DP, 27/05/1962). O principal argumento à ameaça à democracia se fundamentava na órbita da economia nacional em torno do capital estrangeiro norte-americano, relacionado à miséria vivida pelo o povo, que a folha tratou de desqualificar por falta de plateia (DP, 23/05/1962). Ao descaracterizar o pronunciamento do Governador gaúcho, naquele momento candidato ao Senado carioca, numa clara disputa em território inimigo, o Jornal pretendeu negar os alinhamentos políticos com as estruturas econômicas, as bonanças e as mazelas resultantes.

A reportagem veiculada no dia 26 de maio de 1962 informou que San Tiago Dantas, Ministro do Exterior, no governo Jango, chegou ao Recife acompanhado da esposa. O *Diario* resumiu assim a missão do chanceler em visita aos países europeus: "SAN THIAGO, VOLTANDO DA EUROPA, AFIRMA QUE A POLITICA EXTERIOR DO BRASIL NÃO SERÁ MODIFICADA" (DP, /05/1962). Em treze dias, o Chanceler

visitou a Polônia, a República Federal Alemã e o Estado de Israel com a missão de estreitar o comércio e pleitear "importantes financiamentos para execução de projetos de interesse econômico e social" (DP, 26/05/1962), de interesse para o Nordeste, abarcados no Plano Diretor da SUDENE. Apesar de o jornal repetir as palavras de San Thiago sobre o sucesso da viagem, fez questão de sublinhar o estreitamento das relações com os países alinhados com o Estado russo e a autocracia da política externa de Jango, surdo às censuras (ibidem). Querelas à parte, em 1962, os produtores nacionais possuíam condições de disputas com os impérios internacionais, uma vez que o Brasil possuía espaços de fuga, próprios de um mercado consumidor em potencial. A reorganização da produção em vista desse potencial consumidor admitia uma disputa em moldes democráticos: as eleições nacionais de outubro, onde o jogo das cadeiras aconteceu motivado pela dissolução das alianças políticas.

A queda do Gabinete Tancredo Neves, está longe de ser um argumento que sozinho explique o embate de forças que redundou no golpe de 1964, mesmo que seja útil observar, a partir dessa queda, como se rearticularam os grupos, principalmente entre a classe burguesa. Bem como, é interessante perceber através das palavras dos colunistas as teias de relações, as disputas e a capacidade de conciliação entre as forças, a partir das reportagens sobre a "queda" ou "saída" dos ministeriais.

Em 23 de maio de 1962, surgiram as primeiras notas do caso no Jornal pernambucano, parece o início de uma crise política no tão disputado e contraditório plano federal. Com o título "GABINETE DE TANCREDO DISPOSTO À LUTA PELA PERMANÊNCIA NOS CARGOS", o jornalista apresentou as origens do que se transformaria na dança do conselho parlamentar:

"davam hoje como certa a substituição do primeiro-ministro Tancredo Neves e da maioria dos membros do Conselho" (DP, 23/05/1962). A preocupação em torno da "composição do futuro Gabinete" é que ele presidiu as eleições daquele ano e houve condenações, de um lado e de outro, de um suposto "golpe às instituições democráticas", que continuou sendo manchete em várias edições seguintes durante o processo eleitoral e, depois, quando as urnas determinaram os rumos da administração pública desejada pelo povo.

Os movimentos de vai-e-vem nas alianças, são notados. No mesmo dia, foi manchete na primeira página a preocupação de setores militares e civis com a nova composição do primeiro escalão do executivo federal: "INFILTRAÇÃO COMUNISTA ESTÁ PREOCUPANDO CÍRCULOS MILITARES" (DP, 27/05/1962) e "UDN AMEAÇA RETIRAR SEU APOIO A JOÃO GOULART: ESQUERDISMO E NOMEAÇÕES" (DP, 26/05/1962). Isso em referência aos nomes cotados para assumir o cargo de primeiro-ministro, com a saída iminente de Tancredo Neves: "JK E BALBINO RECUSAM SER 'PREMIER'; LOTT FOI TAMBÉM CONVIDADO" (DP, 26/05/1962). Informou, ainda a folha que haveria uma lista com doze nomes e que JK negou-se a fazer alguma indicação, quando recebeu essa lista a pedido de Jango. Entre os doze nomes, que não foram todos divulgados, estão: Francisco Negrão e Walter Moreira Salles. Segundo o jornalista do *Meridional* do Rio de Janeiro, João Goulart, numa "longa conferência", sondou o Coronel Virgílio de Moraes Fernandes Távora, ministro da Viação e Obras, no dia anterior, sobre "a remodelação ministerial". Dessa forma, confirmou-se um acordão na troca do gabinete, ao invés de uma crise política (*idem*). O jornal completou a reportagem informando que o *Correio da Manhã*, um dia antes,

afirmou que o nome do marechal Henrique Lott também foi cogitado para o cargo, porém Jango teria restrições e não gostaria de ser pressionado a aceitar, forçado pelo ministro da Guerra e por "círculos" conservadores (*idem*).

Essa realidade contraditória nos altos escalões traduzem as dificuldades aparentes da classe no poder para existir hegemonicamente. Os movimentos sociais avançavam, empurrados pelas condições de sobrevivência, mas principalmente pela ambivalência das ações dos comandantes do Estado. Eram constantes as ameaças do povo contra o regime instituído e o jornal deflagrou uma luta ideológica ao apresentá-las em manchetes e chamadas, ocupando páginas inteiras com temáticas relacionadas, compondo assim um quadro dramático do futuro nacional, ante um presente que já era, por si mesmo, uma tragédia anunciada.

Ao mesmo tempo, confirmavam as palavras de Brizola e negavam a incompetência do Estado e das lideranças em promover a manutenção do quadro no poder, ao explorarem relatos de ações populares sob títulos enfáticos: "CAMPONESES NO MARANHÃO PILHAM E MATAM" (DP, 23/05/1962) e "SAQUEADA A FEIRA DE SERTÂNIA POR MIL FLAGELADOS FAMINTOS (DP, 24/05/1962).

E continuou mostrando que o povo buscava de formas diversas solução para os problemas gerados pela má condição de vida, ocorridas no campo e também nos centros urbanos. O *Diario* relatou o caso ocorrido no Recife, uma manifestação estudantil contra a decisão do Centro dos Estudantes Secundários de Pernambuco (CESP), que acordou com os empresários dos transportes urbanos a confecção e distribuição das carteiras de estudantes. O ato de revolta ocorreu no centro do Recife, na noite de 23/05/1962, quando secundaristas protestaram e na sequência

depredaram ônibus que circulavam na capital. Aconteceu que as carteiras confeccionadas, distribuídas nas escolas, não atendiam a todos os alunos, "o informante [porta-voz das empresas] ficou surpreso pelo fato de a Escola Técnica haver requisitado carteira estudantil para apenas 94 de seus alunos, quando o total é bem avultado" (DP, 24/05/1962). O porta-voz das empresas de ônibus afirmou que pretendia processar os líderes estudantis e o diretor da Escola Técnica de Comércio do Recife, porque entendeu que os dirigentes das escolas estavam negando as carteiras aos alunos, em represália, causando aquele conflito que resultou em prejuízo às empresas de transporte coletivo da cidade. A manifestação estudantil foi tratada como desordem e, por isso a "policia foi chamada a intervir (*sic*)", e sem justificativa, segundo o porta-voz dos empresários de ônibus: "os atos de vandalismo não se justificam, uma vez que as carteiras de estudantes para êste ano estão sendo normalmente confeccionadas e as referentes ao exercício passado ainda não perderam sua validade (*sic*)" (DP, 24/05/1962).

Os eventos apresentados, normalmente estavam nas páginas policiais, forma de descaracterizar o ato político das manifestações populares e operárias, bem como se destacavam as ações policiais. De tal forma que se ressaltava os dias contados da "comunização" do país. Havia, e os eleitores compreendiam bem, setores civis e militares dispostos a lutar contra qualquer mudança na estrutura social nacional. O *Diario*, principal porta-voz da burguesia pernambucana, destacava diariamente as lideranças e as ações dos conservadores, em manchetes e chamadas que ocupavam as principais páginas do noticiário. Destaca-se: "Em conversa com o presidente João Goulart, hoje, o deputado Herbert Levi advertiu-o de que a UDN retirará seu apoio ao govêrno, caso não sejam

tomadas providências contra certas manifestações esquerdistas (*sic*)" (DP, 26/05/1962).

Apesar da observação irônica final do jornalista, repercutiu ao longo da reportagem a preocupação de alguns setores afirmar o seu lugar de oposição ao governo, que abertamente era relacionado com as esquerdas "comunizantes". Da mesma forma, o Jornal apostava, em época de eleição, em demonstrar as redes comunistas e estranhar o alinhamento de lideranças, como a do Deputado Etelvino Lins, do PSD, "antigo inimigo público n.º 1 dos comunistas", com a candidatura de Arraes: "Uma minoria treinada", comandada por comunistas inveterados como os srs. Roberto Morena e Gregório Bezerra, é que está dando cobertura e orientação direta à campanha do prefeito Miguel Arraes. O jornalista sugere que a "'guinada da facção etelvinista do PSD'" teria razão "num eventual esquema estruturado no aludido encontro" desse com Carlos Prestes (DP, 24/05/1962).

E para completar a informação e a ligação dessa rede nacional com o país líder do comunismo internacional, a folha pernambucana continuou com um subtítulo à reportagem anterior: "PRESTES RECEBE DOLARES DA URSS", onde informa a "denúncia" feita pelo deputado paulista Modesto Guglielmi, de que o comunista recebe uma mensalidade de "1.200 dolares" para "fazer relações públicas da URSS no Brasil", além de se referir à chancelaria russa como "uma legião de agitadores" (DP, 24/05/1962).

Importa, ainda, considerar que essa rede, apareceu no discurso da imprensa pernambucana, como uma teia que ligava o estado à federação, observando que o comunismo já ocupou todo o espaço nacional. Assim, também, a luta travada contra a "comunização" do país exigia uma batalha mais eficiente e dura, em

que os militantes, conscientes do seu papel fundamental na luta pela "democracia" atuava onde fosse necessário: em 26 de maio de 1962, o jornal noticiou a transferência do general Dutra.

O general Osmar Soares Dutra era o chefe do Estado Maior do IV Exército, situado no Recife, quando foi designado para chefiar a Diretoria de Armamento e Munição, no Rio de Janeiro. Informou a folha pernambucana, a mudança de função ordenada pelo Ministério da Guerra, e que o comando ficaria sob a chefia interina do coronel João Sarmento (DP, 26/05/1962). Como também reitera a união de civis e militares nessa "cruzada".

Para dar fundamento ao discurso do perigo comunista ao mesmo tempo em que enfatiza o descontentamento das forças armadas, o noticiário nacionalizava ocorrências locais, tal como o caso do atentado contra a Exposição de Indústria e Comércio da URSS, ambientada no Campo de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, transformado em crise diplomática, com troca de acusação de parte a parte: "JORNAL SOVIÉTICO AFIRMA QUE POLÍCIA CARIOCA É RESPONSÁVEL PELO ATENTADO" (DP, 24/05/1962). Mesmo informando que nos dois inquéritos abertos, um da polícia estadual e outro da polícia federal, para apurar o incidente, concluiu-se que o "explosivo usado na "bomba-relógio", encontrado nas instalações da não era de uso militar, a reportagem enfatiza que o jornal russo Isveztia culpa a polícia carioca, a acusa de prender dois cidadãos soviéticos, libertados por falta de provas, e, com isso, aprofundou o desgaste já existente nas relações entre a antiga Rússia e o Brasil.

O caso de ação terrorista continuou intrigando as polícias e um novo fato relacionado foi anunciado na folha pernambucana de 27 de maio seguinte: "ENCONTRADAS GRANADAS PERTO DA LANCHA RUSSA". Na reportagem, os leitores souberam que

"três granadas de fabricação caseira, amarradas numa garrafa, foram encontradas [... à margem da ilha onde se localiza o clube dos Caiçaras, a] 200 metros o local onde se encontrava ancorada a lancha" (DP, 27/05/1962). Técnicos do Serviço Secreto do Exército, chamados ao local, notificaram que as granadas, comprovadamente de fabricação caseira, apresentavam detonadores e pinos de segurança produzidos pelo Exército e estavam prontas para explodir. O episódio ainda sem solução aguardava a presença de dois engenheiros russos para maiores esclarecimentos, e o não comparecimento desses elementos para completar os depoimentos estava dificultando as investigações. Em resposta aos jornalistas, o chefe de Polícia, sr. Nilton Marques Cruz afirmou que isso não impediria a conclusão do caso (*idem*).

Corroborou, assim, o engajamento das forças armadas na luta contra o comunismo que "infesta" a nação e de como o tema estava à boca miúda nos círculos sociais: "Ontem mesmo, no casamento da filha do Primeiro Ministro Tancredo Neves, altas patentes militares davam conhecimento de suas preocupações a alguns próceres políticos [...] a fim de Pôr um paradeiro na propaganda bolchevista no Brasil (*sic*)" (DP, 27/05/1962).

Para confirmar que aquela preocupação dos militares procedia, o jornal continuou com uma chamada colocada em seguida à manchete, intitulada: "DISSOLVIDO NO MARANHÃO UM COMÍCIO COMUNISTA" (DP, 27/05/1962). Nessa ocasião, transcreveu um texto do *Meridional* do Rio de Janeiro em que o associado carioca, a partir da interlocução do sr. Vitorino Freire, chefe político no Maranhão – nascido em Arcoverde, Pernambuco – ciente pelo Governador desse Estado, narrou a "dissolução" de um comício comunista na capital, São Luís, "a jato de água", pelo exército sediado lá: "elementos

comunistas que dominam a seção local do PSP[15] promoveram o comício de cunho abertamente subversivo, tendo os oradores usado linguagem virulenta contra o regime e a autoridade constituída" (DP, 26/05/1962). O comício conclamava a adesão dos trabalhadores ferroviários a uma paralização dos tráfegos de São Luís e Teresina, num período de 24 horas, a partir da meia-noite próxima e teve a adesão solidária de estudantes, camponeses e outros setores do operariado, seduzidos por um manifesto distribuído e de autoria de "agitadores comunistas" daquela associação ferroviária.

Em Pernambuco, essas forças conservadoras e de reforma estavam polarizadas, em 1962. Pela fala do ex-governador e deputado federal Barbosa Lima Sobrinho (PSD), liderança entre os usineiros, tem-se uma avaliação da importância dos resultados das eleições no estado: "'Situaria as candidaturas em dois setores: a ala das esquerdas com Miguel Arraes e Barros Carvalho, e a da direita, composta pelos nomes dos sr. Armando Monteiro Filho e João Cleofas de Oliveira'" (DP, 27/05/1962).

Motivo porque o noticiário destacou o registro da principal candidatura das esquerdas, afirmando não servia ao estado, mas aos interesses da oposição, e esta oposição era comunista (DP, 23/05/1962). E continuou "planfeteando" em favor da direita, com reportagens que ocupavam página inteira ou eram recortadas ao longo da edição, estabelecendo um discurso concatenado e coerentemente formado influenciar contra as forças de esquerda. A matéria "CLEOFAS: PLEITO DE OUTUBRO NO ESTADO SERÁ LUTA DECISIVA ENTRE DEMOCRACIA E COMUNISMO" (DP, 23/05/1962) é um exemplo loquaz.

[15] Partido Social Popular, criado em São Paulo, em 1946, por Ademar de Barros.

Continua com chamadas internas, acentuando a disputa ideológica daquela eleição, tentando demonstrar a "origem comunista" da candidatura de Arraes (*idem*) e a "pretensão" do domínio das instituições nacionais através da pregação revolucionária: "UMA LUTA DE CONSCIÊNCIA" (*idem*).

Durante todo o período das eleições de 1962, reportagens com teor semelhante foram reproduzidas, tendo como principal argumento de cooptação de setores políticos tradicionalmente anticomunistas e da ingenuidade do povo, que carece de alertas e de um "salvador da pátria" e a campanha no *Diario* tomou vulto desde que foram autorizadas as propagandas eleitorais, porém não terminaram com o fim do período estabelecido pelo Tribunal Eleitoral. De modo incisivo, essa campanha continuou relembrando a inoperância do governo municipal, quando Arraes ocupou a prefeitura do Recife, desocupada para uma nova candidatura, merecendo por isso a menção de intentar apenas o poder, como, por outro lado, enfatizou o papel de homem público de João Cleofas, cioso da moral e dos bons costumes, "um homem católico". Ao final do pleito, quando os números confirmaram o resultado em favor da frente das esquerdas, o jornal enveredou por apresentar reportagens e artigos, associando a derrota do udenista com a conquista da nação pela força comunista. Para tal, iniciou uma série de noticiais nas primeiras páginas e seguintes contrapondo a democracia burguesa ocidental, comandada pelos Estados Unidos da América, à ditadura vermelha, sob a liderança da União Soviética e marginalizou a vitória de Arraes não reportando o resultado final. Através dessa folha, os leitores souberam quando os votos em favor de Cleofas se tornaram insuficientes para elegê-lo e Arraes continuava na disputa, com tendência a ocupar a governadoria. Significou essa vitória que

Pernambuco iniciava sua marcha rumo a se tornar uma "nova Cuba", pois a capital já era comandada pelo socialista Pelópidas Silveira.

O quadro político nacional e pernambucano depois das eleições estaduais de 1962 demonstrou o labirinto em que se transformou ao que já era um meandro da política brasileira: uma colcha de tantos retalhos quantos eram os interesses do empresariado, convivendo com um monstro criado em seu próprio quintal, as forças combativas da miséria. Se, para Moniz Bandeira, tratava-se de uma luta de classes (MONIZ BANDEIRA, 2010), esta tese completa que, para além de uma luta entre as classes, havia o duelo interno de forças, da classe dominante, o que possibilitou, no processo, o avanço da classe trabalhadora e sua inserção ativa na luta de classe. Propõe-se, nesta pesquisa, observar como essa luta se apresentou ainda no período democrático, e as eleições expressavam o conflito.

Às vésperas do Golpe que efetivamente destituiu João Goulart da presidência e implantou o regime de exceção no Brasil, destruindo os movimentos populares e desorganizando as oposições mais radicais, o Partido Comunista, posto na ilegalidade, ainda constituía uma força institucionalizada, as conciliações possíveis se tornaram infrutíferas e o jogo político inviável para a manutenção do *status quo* dos setores mais conservadores da burguesia nacional associada. Conforme análise de Moniz Bandeira para o evento, em O *Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*, de 1977, escrito no período em que começavam as distensões da ditadura, e o movimento da anistia estava em franco desenvolvimento, tratava-se de uma luta de classes, em que facções da burguesia nacional, representada pelo governo de Jango, intentavam, ao ocupar o poder político, a continuidade do processo

de desenvolvimento das forças produtivas nacionais, e para tal, essas facções careciam de reformas, as reformas de base, necessárias para a ampliação do mercado interno e assim levar adiante a industrialização. Tal objetivo contrariava os interesses de setores da burguesia nacional associados ao capital internacional, que vislumbravam uma queda nos seus lucros, decorrentes do aumento nos encargos sociais resultantes com as reformas propostas. A burguesia nacional percebeu no operariado e nas classes médias um apoio em favor dos seus interesses e o usou até quando entenderam que perderam o controle dos movimentos sociais. A conciliação das elites nacionais e liberais-democráticas com os setores mais reacionários da burguesia foi inevitável para manutenção dos seus interesses, aceitaram o golpe, "entre a dominação imperialista e a sua morte como classe, prefere, sem dúvida alguma, a dominação imperialista" (MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 151). Assim, O golpe se orientou como "um episódio da luta de classes, com o qual o empresariado [...], tratou de conter e reprimir a ascensão dos trabalhadores" (*Idem*, pp. 53-4), cujos interesses coadunaram, em um certo momento, relativamente, com os interesses de setores mais avançados das elites nacionais.

Essa relação entre o empresariado, o estado e as oposições podem ser observadas nas páginas da imprensa pernambucana nesse período. Nota-se que, no âmbito local, acompanhando o processo nacional e internacional, o plano político da direita e das esquerdas foi se movimentar o mais possível, apesar das disputas contraditórias, dentro do discurso democrático, jogando com a legalidade e o que possibilitavam as instituições civis e governamentais, inclusive o seu aparelho de segurança, as forças armadas.

O Recife, então, apareceu no cenário nacional como a cidade que refletia o avanço das oposições: seu governador eleito à época, 1962, Miguel Arraes, fora prefeito da capital e considerado o candidato das esquerdas, era normalmente acusado por seus adversários de comunista, inclusive de "estar a serviço de Moscou". Sua relação com o Presidente João Goulart não era amistosa, uma vez que sua popularidade no Nordeste o havia alçado à condição de torná-lo um presidenciável nas próximas eleições para o Planalto, em 1965. Miguel Arraes possuía amplas vantagens no Grande Recife, mas precisava disputar espaços políticos no interior de Pernambuco, área de lideranças conservadoras, que ainda conviviam com a cultura dos coronéis. Este espaço ambicionado foi conquistado com sua política de articulações, que atraiu o apoio de partidos de centro, como o PTB, controlado por José Ermírio de Morais, empresário ambicioso de espaço no campo da política e com recursos financeiros para aplicar na campanha eleitoral. Miguel Arraes representou "uma vaga coalizão de liberais, socialistas, comunistas, católicos progressistas, trabalhadores, estudantes e intelectuais" (PAGE, 1972, 69), e a crença de que era possível atingir objetivos revolucionários cumprindo a Constituição, mudanças legais e sem violência. Mote que fazia parte do projeto político da Frente do Recife, uma coligação de partidos, incluive o Partido Comunista, que elegera Pelópidas Silveira (PSB) para a Prefeitura do Recife em 1955.

Embora o peso articulador das esquerdas pernambucanas, influentes na região, com dois nomes nos principais cargos do executivo do estado e da municipalidade, na capital, o quadro político local representava bem a divisão de forças que imperava no país: quando Arraes foi eleito governador em Pernambuco, Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, que fez campanha

com legendas subversivas, tais como "*Reforma Agrária na Lei ou na Marra*", foi eleito deputado federal; José Ermírio de Morais, empresário, foi eleito Senador pelo estado, e o General Artur da Costa e Silva passou o comando o IV Exército, em cerimonial no Recife, para o General Humberto Castelo Branco, lideranças do movimento golpista e futuros presidentes na Ditadura.

Advém, então, o entendimento porque o mês de março de 1964 foi marcado por uma luta entre o discurso e o silêncio: "Comício extremamente perigoso para [...] os ideais democráticos. Goulart dava força, ele incentivava. Era um homem [...] meio indefinido [...] a inclinação maior era justamente para a esquerda. Um sindicalista" (MLCC). O discurso exaustivo e confiante dos que acreditavam nas reformas a partir da luta democrática, tal como o discurso que "marcou o fim do governo Jango", no comício na Central do Brasil, em 13 de março, e o silêncio dos que agiam na preparação do golpe, olhando o desenrolar das forças populistas com sereno maquiavelismo. Ainda, segundo Maria Luíza Carneiro Campello, integrante da *Cruzada Democrática Feminina*, em Recife, o aguçamento da crise social, que ocorreu durante o seu governo, mais profundamente entre 1963 e o evento do Golpe, resultou da "vacilação dele", de João Goulart, que tinha sido eleito vice, "Jânio era o presidente. Foi uma coisa inesperada!" (*Idem*). Para ela, Jango não estava preparado para ocupara a presidência, nem tinha sido eleito para isso, naquela última eleição para o executivo federal.

Os grupos conservadores, formados por militares, empresários e políticos, apoiados pela CIA[16], iniciaram, desde fins de 1950, uma estratégia para conter o avanço das esquerdas. Para Maria Luíza, os grupos dominantes "não suportavam mais os

[16] Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência).

desgovernos e houve uma movimentação coordenada [...] uma quebra de poder, uma tomada de poder, houve uma conspiração para isso", com o apoio do Exército na conspiração. Ela, inclusive, argumenta que esse conhecimento se lastra na sua experiência na Cruzada e no livro que leu de um Marechal, "onde ele conta toda a conspiração [...] Isso é claro, é uma coisa patente [...] Quando nós saímos a 6 de março, foi uma coisa espontânea [...] É claro. Havia o embrião revolucionário" (MLCC).

Ela afirma que a participação da Cruzada no movimento golpista foi de pressão sobre a opinião pública, porque "quando nós saíamos às ruas, estávamos mostrando o que queríamos. Alertávamos o povo. O Brasil perigava e eram necessárias providências. [...] Ao que se sabia estar em andamento [...] a Cruzada foi criada para aquilo" (*idem*). Ainda, segundo ela, um documento publicado e divulgado pela Cruzada explicava que, com o golpe, "'Se tudo não foi feito, mas um grande mal foi afastado' [... e ela entendeu que] o grande mal era o comunismo" (*idem*).

O movimento golpista, do qual Maria Luíza participava através de uma das diversas organizações e associações existentes, agia na legalidade, participando dos espaços constitucionais políticos, e na ilegalidade, organizando a tomada do poder, a partir do recrutamento, doutrinamento e aparelhamento de grupos de combate. Ela se integrou no Recife, primeiro, no escritório de campanha de Cid Sampaio e, ano antes da realização do Golpe, uniu-se a outras mulheres e criaram a *Cruzada Democrática Feminina em Pernambuco*, com a perspectiva de intervir diretamente no processo político local, sendo ainda apoio e extensão de outras organizações fundadas no mesmo molde e com o mesmo objetivo em outras regiões do país, num movimento mais amplo.

Sobre a *Cruzada* e as associações paramilitares de direita, Maria Luíza completa, informando que os grupos nos estados eram independentes e se articulavam através de correspondências (quando enviavam os manifestos, as documentações e informações que eram socializadas) e nos encontros, como aconteceu no Rio de Janeiro, no Hotel Glória, o Congresso organizado pela associação de mulheres cariocas CAMDE, Campanha da Mulher pela Democracia. A *Cruzada*, no Recife, recebeu o convite e Maria Luíza participou como integrante. Junto com ela, foram Maria José Barreto Campello (irmã de Maria do Carmo e Ângela), Adélia Carvalho e Cristina Azevedo, que, na época, era a presidenta. Essas mulheres faziam um trabalho articulado e estavam muito bem orientadas. Em nenhum outro estado envolveram-se mulheres tão bem organizadas e motivadas como as pernambucanas, pois, se a CAMDE, carioca, se movimentou um pouco depois da Revolução, logo se acomodou, enquanto em Pernambuco, as mulheres da *Cruzada* lutaram até 1977 (*idem*). Nesta organização pernambucana, integravam mulheres de todas as classes sociais, uma vez que as suas fundadoras constituíram núcleos nos bairros da periferia da capital, onde ofereciam cursos ligeiros de arte culinária, corte e costura e mantinham um calendário cívico. Aumentavam o seu raio de ação à medida em que interferiam nas comunidades, através de atividades comemorativas, de encaminhamento de problemas, "mas o pensamento maior era aglutinar, e isso nós conseguíamos" (*idem*). Através de relações amistosas e conversas, elas cumpriam o papel de conquistar as comunidades: "Conversa. Muita conversa real, sincera e nós conseguíamos. Nós tínhamos um bom lastro de amizade e até hoje nós contamos com muita gente". Tinham núcleos na Torre, em Campo Grande, em Casa Amarela – "que era

o melhor" – e em Areias, "de maneira que tínhamos contatos com a classe mais pobre e também tínhamos isso através da Associação das Lavadeiras do Alto do Pascoal, onde nós trabalhávamos muito" (*idem*). A Cruzada foi responsável pela edificação da Sede dessa associação, colaborando com ajuda financeira e compra do material de construção. A aliança com a alta burguesia era feita também dessa forma, conquistando através de relações de amizades, conscientizando para os objetivos liberal-burgueses do projeto golpista: "Eu cito, por exemplo, uma pessoa que foi do conselho até a época da nossa saída – Leda Pessoa de Melo, que é uma criatura muito boa. Esposa do proprietário da Usina Aliança, mas a Usina Aliança é, vamos dizer, devia ser o espelho de outras usinas aqui de Pernambuco" (*idem*).

Esses grupos de combate, em todo o país, além de atuarem se inserindo nas comunidades populares com o intuito de desmobilizarem os movimentos e as manifestações de caráter progressista, ainda se organizavam de modo paramilitar, compraram e transportaram armas de alto calibre, guardadas secretamente nas residências dos conspiradores, onde recebiam instrução de manuseio, preparando-se para um confronto armado, caso os aparelhos de segurança do estado se dividissem e os setores das esquerdas reagissem e aceitassem o confronto. O armamento da direita é a justa medida da sua disposição de ocupar permanentemente o estado brasileiro.

Às vésperas do Golpe, no Recife, as armas compradas em São Paulo, chegavam dentro dos bagageiros dos ônibus comerciais. As metralhadoras tchecas eram depositadas em algumas casas pertencentes aos empresários ligados à Federação das Indústrias. E num engenho perto do Recife, os conspiradores recebiam instruções de um oficial, também empresário e pertencente à

Associação Estadual de Senhores de Engenho, liderados no estado pelo então político Cid Sampaio, contraparente de Arraes e, desde a eleição que empossou Jânio Quadros Presidente em 1960, adversário político do, depois, governador de Pernambuco. Em âmbito nacional, o principal articulador do golpe era o Marechal Castelo Branco, que em Pernambuco ainda contava com os militares de alta patente Coronel Antônio Bandeira, coronel Ivan Rui, Coronel e deputado Costa Cavalcante e o Coronel Dutra de Castilho, além da indefinida atuação do General Justino Alves, que, em princípio, fora enviado ao estado para vigiar o então governador Miguel Arraes, a pedido de Jango.

Nos últimos dias do mês, pairava uma ansiedade pela tempestade dos acontecimentos. De um lado agiam os golpistas, de outro tentavam se sustentar na legalidade as esquerdas. De formas diversas esses dois campos políticos antagônicos se articulavam entre si: de um lado, a atuação das mulheres burguesas dentro da *Cruzada*, em apoio ao golpe, foi de pressão, "de movimentação da opinião pública [...]. Porque quando nós saíamos às ruas, estávamos mostrando o que queríamos. Alertávamos o povo. O Brasil perigava e eram necessárias providências. [...] todos nós sabíamos que se conspirava [...] a Cruzada foi criada pra aquilo (*sic*)" (MLCC); de outro, as mulheres que atuavam nas associação de bairros e populares e dos partidos de oposição seguiam os comandos das lideranças, principalmente, confiavam nos seus eleitos nos últimos sufrágios, como aconteceu nos estados que elegeram nomes da esquerda, e do mesmo modo em Pernambuco. Confusos com a falta de iniciativa pública da oposição direitista mais radical, Jango, Arraes e as esquerdas tentaram tranquilizar seus partidários e eleitores discursando em favor da legalidade, mas pressentiam o golpe, repetindo 1961.

Nenhum desfecho é inusitado, apesar do acaso do processo: em Pernambuco, Miguel Arraes aguardou no Palácio sua deposição, ordenado pelo comandante do IV Exército. Recebeu os executores na sala da governadoria, onde os *flashes* guardaram para sempre a prisão do homem que foi o símbolo maior do alcance das forças revolucionárias no país. E o golpe firmou sua pedra angular.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Eliane Moury. **Projeto História oral do movimento político-militar de 1964 no Nordeste**. Entrevistas. FUNDAJ/CEHIBRA: Ângela de Araújo Barreto Campelo (AABC), Recife, 01/06/1985; Mailde Ferreira Pinto Galvão (MFPG), Natal-RN, 09/12/2004; Maria Luiza Carneiro Campello (MLCC), Recife, 28/05/1985; Zilda Paula Xavier Pereira (ZPXP), Rio de Janeiro, 04/08/1988.

DIARIO DE PERNAMBUCO (DP). FUNDAJ. Acervo de Microfilmagem. 1960-1964.

Bibliografia:

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011.

DREIFUSS, Rene Armand. **1964, A conquista do estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.

GALLINDO, José Felipe Rangel. **O trotskismo no campo em Pernambuco**: "o Jeremias das caminhadas". Dissertação de História. Recife: UFPE, 2010.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1975.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O caminho da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Melso Soc. Anônima, 1962.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. São Paulo: Unesp, 2010.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**: o Nordeste do Brasil. 1955-1964. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PELÓPIDAS SILVEIRA, no Rio de Janeiro, 1978. FGV – CPDOC: História Contemporânea do Brasil: depoimento, 41p (*on-line*).

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

5 COLETTE CALLIER-BOISVERT: relatos de uma etnóloga francesa sobre a cultura política no Brasil profundo

Jefferson Evânio da Silva[1]

Eu via-os como nunca vira ninguém até então e
nem um pormenor das suas caras ou dos seus fatos
me escapava.

Albert Camus (O estrangeiro)

Introdução

Ao se debruçar sobre o oceânico tema da história das mulheres na Europa, a historiadora francesa Michelle Perrot defendeu que "no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra" (PERROT, 2019, p.22). Ao defender a tese de que o "mundo sonoro é sexuado", a autora chamou a atenção para o fato de que a historiografia profissional só muito recentemente começou a se interessar pela produção intelectual das mulheres; sobre o que pensaram e escreveram, sobre o modo como preencheram o "vazio" do real e o enigma do social com doses e mais doses de sentido. O giro discursivo rumo a esta que foi

[1] Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Ciências Sociais pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Membro do Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas da Universidade Estadual da Paraíba e do Laboratório de Estudos de Religião e Política (FUNDAJ/UFPE). Professor do curso de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL).

durante muito tempo construída como mais uma das "cidades proibidas" para as mulheres, isto é, a esfera da produção do conhecimento (além da política), ainda que seja um giro relativamente consolidado (e ainda em movimento) no contexto francês, ainda caminha a passos lentos no Brasil. Especialmente quando nos propomos a conhecer o que escreveram, pesquisaram e produziram intelectuais brasileiras (ou não) sobre regiões igualmente marginalizadas como as terras do interior do Nordeste. Esse é o caso de Colette Callier Boisvert, intelectual francesa que no início dos anos de 1960 empreenderia uma série de incursões etnológicas num pequeno município do interior pernambucano para produzir, no contato com as gentes, ciência.

Formada na escola francesa de antropologia, em 1965 defendeu, sob a orientação de Roger Bastide, na Sorbonne, sua tese de doutoramento intitulada: *"La migrante d'origine rurale à Recife, Brésil"* (FERREIRA, 2019). Uma investigação que tentava lançar luz sobre o processo de migração rural na capital pernambucana, especialmente de mulheres vindas do interior. Suas pesquisas no Brasil foram uma extensão de estudos previamente iniciados em Portugal na década de 1960, na região do Alto Minho sobre questões como mobilidade (migrações), gênero (lugar das mulheres) e sociabilidades. Os resultados de sua pesquisa em Portugal foram publicados na obra *Soajo entre migrações e memória: estudos sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada* (2004).

No Brasil, suas pesquisas se concentraram na região Nordeste, mais especificamente na cidade do Recife e no Agreste pernambucano. "Nestas, analisou, entre outros, os sistemas de caciquismo e clientelismo, o lugar social e político das mulheres e a solidariedade e a estigmatização nas relações sociais" (FERREIRA, 2019, p.1). Em determinado momento de suas investigações

relativas ao tema das migrações rurais, a autora se interessa pela região Agreste, espaço de origem de muitos sujeitos que migravam para o Recife na década de 1960. Por sugestão do geógrafo brasileiro Manuel Correia de Andrade, a pesquisadora francesa seleciona o município de Agrestina como centro nevrálgico de suas observações:*"Après l'avoir visitée en compagnie de ce spécialiste, j'ai sélectionné lemunicípio d'Agrestina, grâce à ses conseils éclairés, sur la base de critères géophysiqueset socio-économiques ne présentant aucune originalité apparente, pour qu'il soitreprésentatif de l'ensemble, un município ordinaire en quelque sorte"* (BOISVERT, 2014, p. 4). Este "lugar comum" seria revisitado ao longo de meio século pela pesquisadora francesa.

Em um texto recente em que tentava reler o conjunto de suas observações etnográficas realizadas no pequeno município do estado, a etnóloga rememorou suas primeiras impressões ao chegar na cidade nos idos de 1960, chamando a atenção para as dificuldades do empreendimento investigativo. No Brasil, a pesquisadora se depara com uma sociedade local aparentemente estranha aos eventos do golpe militar de 1964, espaço cujas relações de sociabilidade, o cotidiano, a recreação, e todos os aspectos da vida cultural eram regidos pela ação de um significante mestre: a bipolarização política envolvendo duas importantes famílias locais. Num ambiente historicamente marcado pelo poder dos empreendimentos familiares e pelas posições de sujeito definidas pela gramática do clientelismo, a pesquisadora recorda a dificuldade de imersão naquele universo a ser investigado, diminuída, apenas, em função de duas questões: sua condição de estrangeira e sua identidade como cientista social. "O meu estatuto de estrangeira e de etnóloga conferia-me uma certa liberdade para passar de um lado ao outro" (2014, p. 159).

Estranha ao passado social compartilhado pelos membros da comunidade local e, portanto, indiferente mesmo aos códigos que tornam, no interior de um universo social, o mundo inteligível, a estrangeira gozaria, aparentemente, de uma condição privilegiada. Em termos fenomenológicos, Alfred Schutz (2010) delineou, em chaves weberianas/husserlianas, a condição do estrangeiro diante da diferença, isto é, a situação específica do indivíduo quando situado no interior de um grupo social com padrão cultural distinto daquele de sua origem:

> Para ele o padrão cultural do grupo ao qual se aproxima não tem a autoridade de um testado sistema de receitas, e isto, se por nenhuma outra razão, pelo menos porque ele não compartilha da forte tradição histórica pela qual este tem sido formado. Certamente, do ponto de vista do estrangeiro, também a cultura do grupo aproximado tem sua história peculiar, e esta história é até mesmo acessível a ele. Porém ela nunca se tornou uma parte integrante de sua biografia, como foi a história de seu grupo de origem. Somente as formas nas quais seus pais e avós viveram tornar-se-ão para cada pessoa elementos de sua própria forma de viver. Nem túmulos nem reminiscências podem ser transferidos ou conquistados. O estrangeiro, portanto, se aproxima do outro grupo como um recém-chegado no verdadeiro significado do termo. Quando muito, ele pode estar disposto e apto a compartilhar o presente e o futuro com o grupo aproximado, em intensa e imediata experiência; sob todas as circunstâncias, entretanto, ele permanece excluído de tais experiências deste passado. Vendo do ponto de vista do grupo aproximado, ele é um homem sem história (SCHUTZ, 2010, p. 122).

A antropóloga fala, contudo, a partir de um *lugar social*[2]. Inicialmente, como bolsista da *Sorbonne* desenvolve suas primeiras investigações no Brasil atuando como pesquisadora visitante no *Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. É nesta instituição, criada sob a inspiração de Gilberto Freyre, que ela encontrará os subsídios necessários para suas viagens ao interior e estabelecerá contato com pesquisadoras auxiliares que também participarão em algumas ocasiões de suas incursões no terreno investigado (BOISVERT, 2014). No instituto, ela construirá as bases de uma relação muito particular com o pensamento social brasileiro. Estabelecerá um contato mais direto com as obras de *Gilberto Freyre*, *Caio Prado Júnior, Victor Nunes Leal*, *Manoel Correia de Andrade, Celso Furtado, Raymundo Faoro* e *Sérgio Buarque de Holanda -* autor que,

---

[2] Empregamos o conceito de lugar social no sentido formulado por Michel de Certeau (2011). Ou seja, o compreendemos como aquela instância política, socioeconômica ou cultural em torno da qual se "instauram os métodos", se "delineia uma topografia de interesses" e se organizam "os documentos e as questões" de uma operação investigativa (CERTEAU, 2011, p. 47). Na mesma direção, Foucault também apontou, ao defender que "ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo" (FOUCAULT, 2014, p. 35). Desde a perspectiva da etnóloga que se debruça sobre um terreno desconhecido e marcado pela hostilidade inicial das elites políticas locais quanto aos objetivos de seu trabalho investigativo, o lugar social e, por consequência, sua identidade enquanto cientista social, isto é, enquanto membro de uma "sociedade de discurso", passou também a fomentar a legitimidade do seu trabalho perante os atores sociais com que se relacionava na cidade de Agrestina. Era na condição de cientista social, jovem estudante de uma das mais importantes universidades da Europa (Sorbonne) e pesquisadora visitante de uma das mais prestigiadas instituições de pesquisa no Brasil (Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais) que ela poderia circular com alguma segurança entre os grupos políticos rivais na cidade, com eles manter relações amistosas e desenvolver seu trabalho de campo.

aparentemente, percorrerá as entrelinhas de seu discurso quase sob a forma de uma grande sombra aparentemente não reconhecida.

Estabelecida numa cidade do interior cujo passado lhe era estranho mas cujo presente deseja conhecer, a pesquisadora francesa dedicará parte de seus primeiros esforços para estudar as práticas e representações da cultura política local em diálogo com breves levantamos estatísticos de natureza econômica relativos à propriedade da terra, à policultura e à pecuária. Os resultados dessas observações foram publicados na década de 1970 ainda no Brasil pela revista *Ciência e Trópico,* periódico do antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, com os seguintes títulos: *Apontamentos para um Estudo de Economia Agrária num município da Zona Agreste de Pernambuco (1973) e Evolução sócio-econômica de um município da micro-região agreste meridional: Agrestina, 1966/1978*, estudo publicado em 1979. Em 2007, Boisvert publica como capítulo do livro *Clientèle guerrière, clientèle foncière et clientèle électorale*, o texto *Pouvoir local et clientèle dans un municipe l'Agreste du Pernambouc (Nord-est du Brésil),* onde aprofunda suas reflexões sobre a organização do poder local. Em 2014, publica um último trabalho onde realiza um balanço de suas interações com o objeto de pesquisa intitulado: *Dinâmica da interação pesquisador/campo: meio século de observação etnográfica no interior de Pernambuco* (BOISVERT, 2014).

A partir de uma análise desses textos produzidos entre os anos de 1970 e início dos anos 2000, pretendemos identificar os possíveis diálogos que a interpretação da autora estabelece com a produção do pensamento social brasileiro, bem como identificar a linha de argumentação que faz de seus escritos, a nosso ver, uma leitura bastante original da realidade social e política do Agreste

pernambucano na segunda metade do século XX, e do Brasil de forma mais ampla. Articulamos também aos registros etnográficos da autora outros vestígios desse passado na tentativa de compreender a dinâmica do poder local na pequena cidade de Agrestina entre os anos de 1960-2000. Tomamos seus escritos, portanto, em um duplo registro: (a) enquanto discurso científico a ser analisado; b) enquanto "vestígios" produzidos por uma antropologia histórica que, uma vez articulados a outras fontes, podem ampliar nosso conhecimento sobre a realidade social investigada.

Geografia do poder: bipolarização política e processos de estratificação social

O ritmo da vida cotidiana na pequena cidade do Agreste pernambucano na segunda metade do século XX é descrito por C. Boisvert nos mínimos detalhes. Sempre de posse de seus diários de anotação, ela é acolhida no município, ainda no início dos anos de 1960, por famílias com as quais manterá contato ao longo de quase meio século. No município, é inicialmente acolhida por membros de importante família política local, mas ao longo de seu processo investigativo não deixa de estabelecer relações com famílias campesinas, ou aquelas constituídas por membros que formavam o pequeno corpo dos serviços públicos municipais ou dos comerciantes locais. Caminhando pelas ruas da cidade, pelos núcleos rurais mais afastados, pelas casas de família, ela toma nota dos hábitos, dos diálogos travados, e faz dos contatos estabelecidos com as gentes da cidade a base para construção de seu "arquivo".

Ela observa as mudanças do tempo, os sinais da modernidade e de sua dialética com a tradição, faz também da

observação/descrição da geografia da comunidade a base para um diagnóstico que pretende problematizar a natureza. Como resultado, uma antropologia dos espaços públicos e privados delineia o contorno das ruas, das casas, e, na intersecção entre esses dois domínios da vida coletiva busca compreender o sentido das relações sociais, os momentos específicos em que se tocavam os signos que compõem o universo do mundo rural e urbano. Mundos "separados" por fronteiras artificiais, os hábitos e saberes campesinos sempre imprimindo na carne da cidade certas doses de brilho e vitalidade.

Para a etnóloga, a geografia dos espaços físicos reflete em alguma medida os processos de estratificação social e a construção dos estereótipos culturais que pesam sobre os sujeitos que habitam as regiões periféricas que rondam o "centro". Ao tentar compreender a genealogia destas distâncias, ela encontra o núcleo duro que organizava a vida coletiva em todos os seus aspectos: *a tradição política do clientelismo*. A política local é a "mão invisível" que aperta o nó dos laços sociais e, ao mesmo tempo, os desfaz radicalmente sempre que a conjuntura o requer; na cidade, a política é tanto aquilo que aproxima os corpos como a força que prescreve a necessidade de uma distância estratégica que proibirá, em certos momentos, o *toque*, o *contato* e o *diálogo* entre os membros da comunidade que se dividem entre dois blocos políticos antagônicos e aparentemente incomunicáveis (BOISVERT, 2007; 2014; SILVA, 2020). Nesta interessante passagem itinerante sobre a organização do poder local, a etnóloga amplia de modo significativo os sentidos de práticas clientelistas ao defender que na cidade de Agrestina:

> *Ce duel entre deux personnalités locales entraînait une bipolarisation de la vie sociale et culturelle très frappante pour l'observateur. Em effet, la bipolarisation concernait tous les secteurs de la vie publique et introduisait une frontière invisible dans l'espace communautaire. La population du municipe se partageait entre deux systèmes de services concurrentiels, le public et le privé, dnas les domaines de la santé, de l'éducatiom, de l avie culturelle, récréative et sportive. Il s'agissait de redistribution des ressources publiques par le chef em place et de ressources obtenues par des réseaux propres par la chef de l'opposition à travers des associations de biefaisance. Cette Division symbolique concernait même la pratique religieuse, selon que l'on fréquentait l"église catholique ou le temple spirit. Suivant leur appartenance à l'um ou à l'autre des deux blocs, les habitants fréquentaient tel ou tel commerce ou café. Certains corps de métier optaient majoritairement pour l'um ou l'autre des chefs. C'était notamment le cas de ceux de la filière viande, particulièrement nombreux dans ce municipe et solidaires em raison de liens de parenté étroits. (BOISVERT, 2007, p. 202).*

A bipolarização política é o *significante mestre* que desencadeia uma rede heterogênea de outras relações sociais; (des)unindo a clientela desta ou daquela liderança política, fixando o padrão para as escolhas profissionais, definindo os espaços permitidos e/ou proibidos para esta ou aquela clientela, cavando fronteiras inclusive no interior do universo religioso. Esse Brasil profundo marcado pela força da lógica de um clientelismo urbano foi, por sua vez, uma realidade complexa que escapou relativamente ao escopo das análises tradicionais de nossa historiografia ou da história do pensamento social brasileiro de modo mais amplo, sempre engajado na missão de construir (ou contestar) os sentidos da identidade nacional a partir de meta-narrativas conservadoras ou progressistas que se constituíram enquanto os grandes cânones das Ciências Sociais brasileiras.

Reinventando o tratamento analítico conferido ao tema do coronelismo, do clientelismo e do municipalismo brasileiro, a análise das relações de poder no âmbito da vida local proposta pela autora não elege as relações simbióticas entre os poderes estaduais e gabinetes do executivo local como fio condutor do processo analítico, mas a complexa rede de solidariedade e de interdependência entre chefes/clientes a partir da qual se interligavam processos de revitalização social postos numa existência "sombria" e, para muitos indivíduos, sem muitas "expectativas de futuro" (BOISVERT, 2007). Sem negar as conexões entre o local e o global, Boisvert se interessa mais pela complexa rede de fenômenos sociais que participam do clientelismo: *o compadrismo e rivalidade entre os grupos políticos locais, a transmissibilidade das paixões políticas entre as gerações, o carnaval e as festas de rua realizadas durante os períodos eleitorais, as apostas sociais, o pragmatismo da clientela, as táticas empregadas pelo povo miúdo para driblar o poder das estruturas sociais, e, até mesmo, pela fofoca* (BOISVERT, 2007;2014).

O clientelismo que investiga deixa de ser pensado apenas enquanto um dispositivo de controle da população, uma tecnologia de governo, para ser problematizado também como um fenômeno cultural. Não nega a violência política do clientelismo, mas não o reduz a uma espécie de servidão voluntária alimentada pela ignorância de homens e mulheres iletrados ou estranhos à civilização. Nos seus escritos, o cliente ou o homem do interior não é um "pária" incapaz de lutar por uma vida melhor como sugeria Leal (2012) ao tratar do fenômeno do coronelismo (que não se confunde, obviamente, com o clientelismo), mas um sujeito pragmático que exerce também certa pressão sobre os núcleos do poder. Em seus textos, a visão preconceituosa construída pela

imprensa cosmopolita, pela literatura e pelos memorialistas da história regional que inventou, na região Agreste, a tese do matuto do interior, tal como discutido pelos trabalhos de Albuquerque Júnior (2009) e Silva (2020) encontra uma resposta de tipo weberiana. O "matuto" é, na verdade, muito esperto e, em várias facetas da vida, é tão pragmático quanto qualquer comerciante aburguesado das grandes cidades cosmopolitas brasileiras.

Não obstante, ela não negará a dimensão propriamente estratégica do clientelismo enquanto dispositivo do poder político empregado no controle da população. A bipolarização política que se expressa ao nível das práticas cotidianas mas também na esfera do simbólico seria retroalimentada pelas proximidades entre os domínios do público e do privado. Unidade tópica presente nas entrelinhas do diagnóstico da autora e que dialoga de algum modo com a interpretação proposta por Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil (1995)*, onde se defendia, à luz de nossas raízes ibéricas, o traço patrimonialista do Estado brasileiro e a ausência de "espírito público" de nossa classe política. Eis, portanto, uma primeira aproximação do trabalho da etnóloga com o pensamento social brasileiro, uma aproximação que aponta para a *interdiscursividade* de seu discurso na medida em que este se filia a certos rastros da tradição analítica que buscou revelar as artimanhas da razão política na história brasileira pressupondo a existência de um certo pragmatismo sempre a orientar os discursos e as práticas de nossa classe política. Daí o choque, na realidade por ela investigada, entre os serviços ofertados à clientela, ao mesmo tempo empregados no sentido de suprir as necessidades mais elementares de uma população e, por outro, utilizados como instrumento à serviço da hegemonia política dos chefes locais (BOISVERT,

2007)[3]. A antropóloga parece identificar no Brasil mais profundo da segunda metade do século XX a expressão de uma espécie de patrimonialismo provinciano que reinventará, ao seu modo, sua origem cosmopolita e colonial.

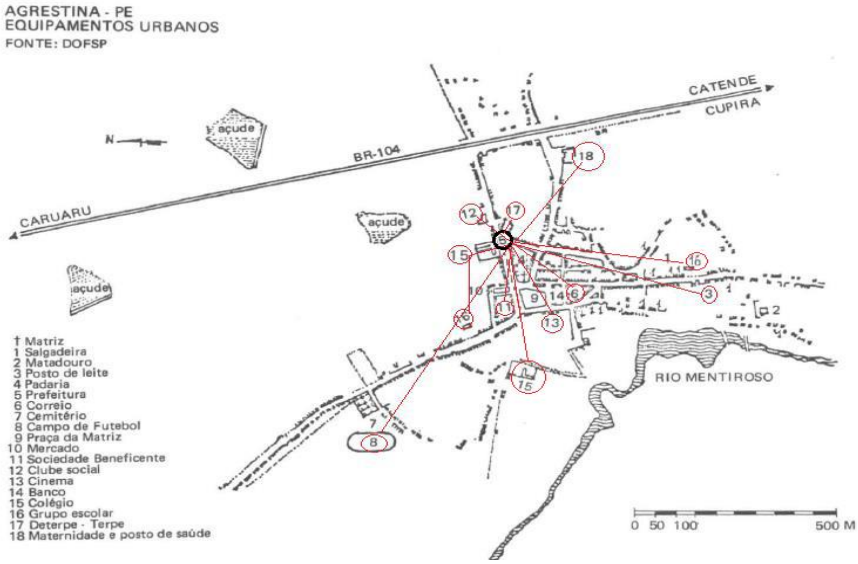
Esta preocupação da pesquisadora com a função política cumprida pelas instituições públicas e privadas que, de alguma forma, participavam das disputas "ideológicas" entre as elites locais

---

[3] Durante a década de 1960 até meados dos anos de 1980, os serviços públicos e privados eram também sistemas concorrentes. Durante a administração política de um determinado grupo familiar, posto que, no terreno investigado pela etnóloga, o poder político era disputado por duas importantes famílias locais, os serviços públicos passam a assumir a função de acolher a mão de obra ociosa de parte da clientela, e, neste sentido, tais serviços passam a garantir certa segurança política aos chefes locais, na medida em que a burocratização da administração pública funciona como vetor que alimenta o compromisso pessoal entre chefes e clientes. Por outro lado, os grupos rivais, uma vez derrotados nas eleições municipais, também passam a oferecer serviços à população, quer seja sob a forma de instituições filantrópicas que asseguram o direito da clientela (sobretudo daquela expressão derrotada nas urnas) a certos serviços fundamentais (saúde, educação, proteção jurídica, etc), ou sob a forma de serviços privados ofertados à população que também "abraçam" sua própria clientela, quer na condição de funcionários de uma burocracia paralela, quer na condição de sujeitos atendidos por um tipo de serviço que vem sempre acompanhado pelo Nome próprio que o assina, isto é, o nome de seu chefe político correspondente. (BOISVERT, 2007; SILVA, 2020). É por esta razão que, embora a interpretação da autora guarde certa filiação com a interpretação fornecida por S. Buarque de Holanda relativa à instrumentalização do público pelos interesses privados de nossa classe dirigente, ainda assim ela parece ter dado um passo além na compreensão deste fenômeno, ao apontar que os serviços públicos e privados tanto podem ser articulados de modo dialético de acordo com os interesses particulares em jogo, quanto podem se constituir enquanto pólos de tensão e rivalidade no que diz respeito à conquista da atenção e da fidelidade de uma determinada clientela. Essas duas faces do problema, tal como discutidas pela autora, não são contraditórias e absolutamente não se anulam por completo, antes são complementares e vitais para o sucesso da empresa do clientelismo.

pode ser observada numa ilustração gráfica da cidade utilizada em um de seus estudos. A partir dela é possível identificar este aspecto importante na obra da autora que é uma preocupação sempre presente com a geografia dos lugares investigados. Seu estudo é, neste sentido, um esforço interdisciplinar que reúne signos do discurso histórico, antropológico e sociológico sempre mesclando tais signos do discurso científico e acadêmico com leituras detalhadas da relação estabelecida entre o "espaço" e os jogos de poder. Optamos em grifar na cor vermelha os pontos que se referem a espaços institucionais que ofereciam algum tipo de serviço para a população local na década de 1970.

Figura 1 – Planta da cidade de Agrestina na década de 1970



Fonte: adaptado pelo autor a partir de Boisvert (1973)

As linhas que definem o centro são também aquelas que constroem as margens, a periferia, os guetos sociais. É deste modo que a antropóloga analisa a "planta" da cidade: para problematizar

a relação que há entre os lugares físicos, as avenidas, bairros, ruas, os diferentes modelos de habitação e o "lugar social" daqueles corpos que neles estão posicionados. Para a etnóloga, o mapa da cidade não é um instrumento meramente descritivo, mas aquilo que nos ajuda a compreender processos de estratificação social dispersos na paisagem que compõe uma geografia do poder. Num relatório produzido no final da década de 1970 ela escrevia:

> Criação espontânea, a cidade traz inscrita nela a estratificação da população: a localização da residência situa socialmente o residente. O núcleo central onde se situa a matriz, a praça, a Prefeitura, o mercado, os cartórios, o banco, o cinema e o salão de recreio - como também os maiores estabelecimentos comerciais constitui o bairro residencial mais seleto. As famílias tradicionais de fazendeiros e agrocriadores moram neste núcleo e principalmente em volta da praça central, onde se encontram as casas residenciais mais lindas. Da praça saem três espigões onde residem as pessoas de nível de vida médio-baixo. Na parte suburbana, nas entradas da cidade se localiza uma população de trabalhadores avulsos do campo e da cidade, em parte marginalizada. Com o desenvolvimento de loteamentos e a fixação de novos contingentes populacionais, a fisionomia da zona suburbana se modificará, à medida de sua integração no perímetro residencial (BOISVERT, 1979, p. 127).

Se a distância que separa a diferença era um reflexo dos processos de estratificação social, também o eram o modelo das casas, os materiais de que elas eram feitas, e, certamente, sua localização na "planta" da cidade. Se a casa é, certamente, um símbolo do poder político e econômico, tal como pensado pelos trabalhos de Nobert Elias (2001) e Gilberto Freyre (2004), ela também é reveladora dos abismos socioeconômicos presentes numa determinada sociedade. Essa preocupação sociológica com a

arquitetura das casas é uma questão importante no trabalho de Boisvert, sobretudo, porque ela é concebida como aquilo que também revela, no interior de uma comunidade aparentemente coesa e harmônica, os profundos níveis de estratificação social responsáveis pela construção da nobreza das casas do centro (e a de seus moradores) e a marginalização das áreas periféricas e sua população.

Nesta cidade provinciana inscrita na história do Brasil profundo da segunda metade do século passado, a Casa própria foi eleita, segundo a pesquisadora, como o principal sinal externo da riqueza ou da miséria de sua população (BOISVERT, 1979). A casa, por esta razão, é também um signo que marca o corpo da cidade revelando os abismos socioeconômicos existentes entre as mais distintas classes sociais. Se a gramática dos processos de identificação política "unia" a clientela em torno dos chefes locais, reunindo também os clientes das mais diferentes posições sociais em certas ocasiões festivas (especialmente no contexto das comemorações em razão da vitória desta ou daquela liderança política durante a realização dos pleitos eleitorais), as condições materiais da vida, "reveladas" pela geografia da cidade e impressa na estrutura das habitações questionarão a suposta harmonia entre as classes.

> A habitação de paredes de alvenaria de tijolos batidos, telhado de telhas canal ou telha inglesa, piso de mosaico e tacos é o tipo mais luxuoso. Apresenta uma areazinha na frente, gradeada, e a fachada está coberta de azulejos de cores vivas. Esse tipo de casa dispõe de iluminação elétrica, água encanada, e de instalações sanitárias mais modernas, com aparelhagem eletrodoméstica completa e televisão. É de grande dimensão, estucada, e geralmente prolonga-se com um vasto quintal. O casebre de taipa, com piso de terra

> e dimensões reduzidas é o tipo mais simples de habitação que se encontra tanto no meio rural como na parte suburbana da cidade (BOISVERT, 1979, p. 157).

Parafraseando João Cabral de Melo Neto, esta é uma educação antropológica que se faz a partir das *pedras*, da *cerâmica* e dos *azulejos* (e suas ausências); do *barro*, dos *tijolos* e *taipas*. O estudo da etnóloga nos convida, portanto, a fazer da observação do espaço e seus contrastes um experimento sociológico e político. Daí sua preocupação com a descrição das *formas*, das *cores*, dos *ambientes*, das *ruas*, dos contornos que desenharam política e historicamente a cidade. Neste sentido, sua obra também dialoga com os modos pelos quais Gilberto Freyre pensou e escreveu sobre o Brasil e, especialmente, sobre o Nordeste que também ajudou a inventar (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009).

Essa é, pois, uma segunda marca epistêmica do pensamento social brasileiro impressa no corpo de seus escritos, isto é, essa forma de *escrita* que se comunica com o *olhar*, esse texto que constrói paisagens, imagens e telas inteiras para o leitor, uma marca importante dos textos freyrianos. Todavia, Boisvert está mais interessada em "revelar" as contradições sociais que a arquitetura e a geografia do lugar nos informam do que fazer do espaço, tal como decidira fazer Freyre, o objeto de um saudosismo que lia a contragosto e como ameaça a circulação de signos da modernidade num mundo que deveria, segundo o bom e velho conservadorismo freyriano, afirmar a soberania do local sobre o global, da região sobre a nação, do passado sobre o presente e o futuro.

A partir dos elementos que compõem a planta da cidade é possível avançar no debate proposto por Boisvert relativamente ao sentido político dos serviços ofertados à população. Primeiramente,

é possível notar que a localização das instituições que prestavam algum tipo de serviço à população local estava disposta estrategicamente de modo a percorrer as diversas linhas e contornos que formavam a cidade (especialmente esses "espigões" que partem do centro). Geografia do poder que pretende encontrar o corpo social (e sua clientela) onde quer que ele busque refúgio. Os "pontos" que ligam as instituições à sede do poder executivo local não necessariamente pretendem representar a correspondência ideológica muito menos alguma equivalência do ponto de vista de seus objetivos políticos. Essas instituições são lugares de poder administradas por uma clientela que, na transição de uma sociedade profundamente agrícola para uma sociedade aburguesada, comercial e urbana também se tornará burocrática e que disputa, por assim dizer, a "atenção" da clientela menor, do "povo miúdo", gente periférica, em grande parte marginalizada, como sugere a autora, que vive nos limites da cidade mas que vai à "rua" (centro da cidade) sempre que a "necessidade" fala mais alto ou a sede de "vingança" lhe impele a travar embates com os donos do poder e seus agregados.

Analisemos com mais detalhes os sentidos políticos e simbólicos destas distâncias que separam os espaços. Em alguns casos, como na distância entre um e outro círculo no mapa (pontos 18 e 16, por exemplo), essa representação serve para ilustrar como os antagonismos políticos terminavam por imprimir sua marca na própria configuração dos espaços urbanos; dispondo, por exemplo, a necessidade de uma distância física entre este ou aquele grupo escolar, esta ou aquela instituição filantrópica, este ou aquele posto médico, etc. A *maternidade* e o *Grupo Escolar* eram, na década de 1970, instituições administradas por blocos políticos distintos (e distinta também era seu corpo burocrático) que disputavam entre

si a hegemonia do poder local e essa distância estratégica que separa uma instituição da outra pelo dispositivo de poder que passa a ser o *bairro*, a *avenida* ou a *rua* não deve ser lida como desinteressada. Bairros, ruas, avenidas, escolas e espaços recreativos também se transformam em lugares de memória cuja função deverá ser eternizar a passagem pelo mundo de certos indivíduos beatificados pela nobreza de suas respectivas biografias que o discurso político e, mais ainda, o memorialista, nunca deixam no olvido.

Em outros casos, a distância entre os lugares reproduzirá uma certa representação que habita o imaginário popular relativa às fronteiras entre a vida e a morte. É o caso, por exemplo, do cemitério local. O cemitério é o lugar que a cidade escolheu historicamente para guardar os seus mortos ou para afastá-los dos vivos. Mas ele é também, tal como pensado por Philippe Ariès (2001), um lugar das fronteiras entre memória e esquecimento, a presença e o anonimato; um lugar marcado pelo poder. Em quase toda cidade do interior pernambucano da segunda metade do século XX e, também no terreno investigado pela pesquisadora francesa, é possível observar na disposição entre covas ou mausoléus, este contraste que parece reificar as fronteiras sociais que dividiram os corpos ainda em vida. Grandes construções funerárias decoradas com vasos cerâmicos de qualidade, flores artificiais de cores vivas ou naturais cujo aroma pretende vencer o cheiro da morte, retratos de pessoas cuja nobreza a morte não aplacou gravados em porcelana importada a contrastar com covas rasas ou jazidas à meia parede; róseas, verdes, azuis, encarnadas ou pálidas como neve, com diferentes tonalidades do branco à cal, com pouca ou nenhuma informação que nos diga algo sobre aqueles que ali dormem o sono eterno.

Encerrados num mesmo "lugar", os restos mortais de nossos antepassados parecem ainda assim divididos por uma hostilidade que os antagonismos socias definiram como de morte. O cemitério não é um lugar para o repouso pacífico. Há nele também um "dentro" e um "fora", centro e periferia, presença de nomes e sua ausência absoluta, luz e escuridão, memória e esquecimento. Boisvert (2007; 2014) nos diz como, nesta cidade, os antagonismos sociais acompanharam as gerações, os filhos herdando os desentendimentos dos pais, mas, ao que parece, eles resistiram igualmente à morte dos corpos, que, ainda que sepultados, continuam marcados por sua condição de classe.

Na ilustração utilizada pela pesquisadora, a prefeitura municipal e a Igreja Católica disputam a centralidade nesta geografia do poder local. Os traços que ligam as instituições filantrópicas, públicas e privadas à sede do poder executivo ora podem ser lidas como uma extensão orgânica em que o poder dos chefes encontra as demandas da clientela, ora como um ponto de resistência, tensão e não correspondência do ponto de vista político. O essencial é que esses lugares são lugares de poder, são dispositivos que dão forma ao espaço social e substancialmente aquilo a que se poderia chamar de um abraço ideológico que se realiza no cruzamento entre chefes, clientes e corpo burocrático. Não se pode entender, portanto, a eficácia simbólica (e política) dos serviços ofertados à população sem que se articule a geografia dos espaços urbanos aos jogos de poder. Na mesma direção, não é possível capturar a profunda simbologia que imprimiu sua marca nas avenidas, bairros, ruas, praças e prédios públicos sem que se problematize a construção do laço social que os uniu à certa gramática do poder construída sob o império do Nome próprio ou

"flertando", de vez em quando, com a iconografia dos Santos (BOISVERT, 2007; SILVA, 2020).

Isso ajudaria a entender, por exemplo, o fato de hospitais, grupos escolares, espaços recreativos, praças, bairros, avenidas e ruas estarem sempre associados ao Nome de um particular que cristaliza em torno de si certas demandas da população local. Muito mais do que lugares de memória que por vezes comunicam os vivos aos mortos, essa gramática do Nome próprio cumpria o objetivo de amarração do laço social que unia as demandas dos vivos ao desejo de eternidade das elites políticas que lhes governavam. Esse procedimento estratégico em que se associava a *coisa* ao *nome,* o serviço dentário, educacional, hospitalar, jurídico ou recreativo geralmente apresentado à população como uma extensão do Nome próprio, as vezes fortalecido pela dialética que unia o céu e a terra, quando o político decidia nomear a escola (Santo Antônio), a praça (Padre Cícero) recorrendo à iconografia dos santos que povoam o imaginário da gente católica (SILVA. 2020).

Em 1979. a pesquisadora francesa indagava: quem exerce a liderança política em Agrestina? Para em seguida afirmar o seguinte:

> Em 1966, a vida política e social de Agrestina apresentava uma bipolaridade. Havia dois chefes políticos que brigavam para conseguir a maior clientela, conservando assim vestígios do antigo regime de coronelismo. Cada partido mantinha uma cooperativa de crédito, um posto de saúde, um posto odontológico, um clube social, várias escolas profissionais (de corte, costura e bordado, de datilografia). Esta dualidade atingia todos os setores da vida comunitária da cidade: nas relações entre as famílias, nas relações profissionais, na vida recreativa, até na vida religiosa, já que o vigário havia tomado uma posição política e se tinha oposto energicamente a um espírita que influenciava parte da população (BOISVERT, 1979, p. 129).

Nesta passagem, a etnóloga estende no tempo certas práticas associadas ao coronelismo. Essa presença, por sua vez, pode ser lida como acontecimento discursivo importante que demarca o encontro do presente com o passado, do discurso do progresso que insistia na necessidade de racionalizar a política no Brasil e a tradição que fundou as bases do poder local em vastas regiões do Nordeste brasileiro. Ainda que os caciques do poder local não possam ser identificados, *in totum,* à figura do coronel, imagem típica do Brasil rural da Primeira República (1889-1930) pintada por Victor Nunes Leal, certas práticas políticas vigentes nos anos de 1960 até 1980 torciam e atualizavam certa gramática coronelista supostamente ultrapassada pelos ventos descontínuos da modernização. Modernização conservadora, diga-se de passagem.

Passada pouco mais de uma década da instalação do Regime Civil Militar, no Brasil mais profundo as relações sociais não seriam governadas, apenas ou majoritariamente, pela presença do signo da interdição federal, mas pela força de lógicas supostamente superadas da história nacional. No Brasil profundo, portanto, as regras do jogo político não seguiam automaticamente as diretrizes formuladas pelos burocratas e ideólogos do Governo dos Militares, ainda que tais regras "fora da curva" terminassem por ajudar a construir e fortalecer a representação de uma realidade política supostamente democrática, marcada pelo diálogo, pela solidariedade e pelo compromisso mútuo de todos os cidadãos com o progresso da nação, como insistentemente buscava fazer crer, a nível nacional, a máquina ideológica do Regime Militar brasileiro e seus vários tentáculos religiosos ou secularizados (REZENDE, 2013; SILVA, 2020). O clima de aparente "tranquilidade" e a "apatia" dos atores locais relativamente aos destinos da política nacional, somados estes dois fatores à lógica de governo do

clientelismo agindo como vetores de cristalização do próprio Regime Militar.

Um outro aspecto importante no trabalho da autora diz respeito às relações entre os mundos rural e urbano. Para ela, as fronteiras entre urbano e rural são bastante tênues e artificiais; nem a cidade, nem o campo, podem ser pensados como realidades separadas no tempo e no espaço. O estudo de Boisvert mostra como os sinais da "modernidade" percorreram espaços em ritmos diferentes nas grandes e pequenas linhas que cortam a carne da cidade. Também nos ofereceu pistas importantes para compreender como as cidades "periféricas" brasileiras construíram, na segunda metade do século XX, suas próprias periferias, isto é, como o interior fabricou o excesso que nele não cabe senão sob a forma do intruso, do inquilino social; como a cidade era, em muitos aspectos de sua rotina: rural, camponesa, brejeira e, simultaneamente, comercial, burguesa, cosmopolita no espírito pragmático dos sujeitos políticos. Ela também nos diz como o Brasil do Regime Militar, marcado pela propaganda e "sucesso" da ideologia do progresso teve que lidar com certas gramáticas políticas que demarcaram, naquele presente, a co-presença sempre constante de certos "passados que não passam". Tradição e modernidade andando juntas; trocando carícias, beijos, abraços, socos e cotoveladas.

Figura 2 – Os sinais do aburguesamento no centro da cidade na década de 1950

Fonte: Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Agrestina

Figura 3 – O abraço iconográfico entre rural e urbano no ano de 1966

Fonte: Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Agrestina

Figura 4 – As mulheres/lavadeiras em direção à "rua" (cidade) em 1966

Fonte: Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Agrestina

As imagens *3* e *4* são registros fotográficos produzidos pela própria Boisvert em suas visitas sucessivas ao terreno investigado. Levando em consideração o fato de que a fotografia não deve ser interpretada como um reflexo desinteressado do real, mas como uma representação social marcada pelo *lugar social* e pelos objetivos das lentes fotográficas, chama a atenção a preocupação da etnóloga em captar a função social das mulheres, seu movimento, e, sobretudo, uma espécie de dialética envolvendo signos do mundo rural e urbano, mais acentuados na imagem *3*. Novamente, assistimos a esta proximidade entre o escrito e o visual, o texto e o olhar, que articula o diário de anotações à câmera fotográfica para construção do arquivo; um caminho metodológico que Boisvert já percorria em Portugal durante suas pesquisas realizadas na região do Alto Minho (BOISVERT, 2004).

O resultado deste olhar (ou aquilo que ele também pretende nos mostrar/dizer) é a produção de um diagnóstico segundo o qual o rural não é aquilo que se opõe ao urbano, mas aquilo mesmo que o cerca, aquilo que lhe abraça de maneira tão profunda que termina por "invadir" seu "perímetro" para lembrar aos que lá vivem a absoluta contingência das fronteiras entre automóveis e foices, estrovengas e sobrados, homens, animais e crianças, tradição e modernidade. Neste Brasil profundo que muitos autores descreveram como o Brasil real, numa tentativa de identificar os elementos que comporiam algo como a verdadeira "essência" da nacionalidade brasileira, *o urbano é o rural, e o rural é o urbano*. A mesma dialética que uniu o céu à terra, isto é, os santos do Nordeste e muitos sacerdotes católicos ao *nu* da política, também "uniu" machados, facas, lenços e garrafadas aos sobrados, casas comerciais, automóveis e bicicletas.

Uma "união" paisagística, simbólica e cultural que não se fez sem o uso de certa violência simbólica cometida por vozes urbanas e citadinas que, na mesma medida em que vão se "aburguesando" passam a denunciar os "excessos" de ruralismo e práticas religiosas que escapavam à oficialidade dos ritos católicos, muitas delas incorporadas no *hábitus* do homem rural que migra para a cidade. "*Em Agrestina é assim. Dentro da cidade não se pode mais respirar, pois a criação de porcos nos quintais cria uma fedentina insuportável que invade a cidade*"[4], denunciava o citadino e letrado Heretiano Couto no final dos anos 1960 nas páginas do *Diário de Pernambuco*. O Bispo Diocesano da cidade de Caruaru escreveria, em visita à cidade, que sua gente: "*é um tanto inclinada a acreditar em feitiçarias, catimbós e*

[4] Diário de Pernambuco, 22 de agosto de 1965

espiritismo"[5], revelando, desse modo, as diversas fronteiras sociais que dividiam os grupos e classes sociais. É sintomático, portanto, que o homem (*figura 3*) que vira às costas para seu fotógrafo e que parece caminhar em direção à "rua" (*centro da cidade*) o faça munido de certas ferramentas que tornam esta paisagem profundamente enigmática. Este homem que desconhecemos o rosto e o Nome, talvez nos provoque também relativamente às contradições, desafios e tensões sociais que a vida nas cidades do interior deve ter representado para centenas de camponeses que nelas se estabeleceram na segunda metade do século passado. Para entendermos os sentidos desta migração campo/cidade será preciso exercitar a "imaginação" num terreno ainda pouco discutido até aqui: a *economia política do clientelismo*. Foi nesta direção que nos convidou a pensar Boisvert; ouçamos o que ela tem a nos dizer.

A economia política do clientelismo

Segundo Boisvert (2007), uma das forças que colocam em movimento as relações clientelistas se expressa em razão da escassez. O clientelismo nasce sempre num contexto marcado pela falta de alguma coisa. Ele é uma tentativa política de preencher um certo vazio. *"Clientélisme religieux, clientélisme politique, la pratique clientélaire est adaptée em período de pénurie. Elle est une réponse pragmatique à l'accès inégal aux ressources, à l'absence d'autonomie des groupes dominés; à l' absence d'um marché du travail inifié" (BOISVERT, 2007, p. 215).* A falta de autonomia política dos grupos dominados e a construção dos laços sociais cliente/chefe refletem, de algum modo, a falta de autonomia em operação no plano da vida

[5] Libro tombo n. 3, 1965, folha 102.

econômica, decorrente, no caso em tela, da ausência de um mercado de trabalho unificado no terreno investigado. Daí a emergência da lógica da dependência política, impulsionada por profundos níveis de desigualdade social e "aliviada", no plano da psicologia individual, pelos processos afetivos que sedimentam as relações de troca simbólica, de solidariedade e os processos de identificação política que devem unir chefes/clientes, cliente/chefes. A identificação dos clientes relativamente aos chefes locais é também uma resposta pragmática ao problema da escassez.

Pragmatismo político que se expressava em um duplo registro marcado pelo encontro "simbiótico" das demandas da clientela com as demandas hegemônicas da classe política dirigente. Primeiro, *uma resposta dos atores sociais marginalizados ao problema do acesso desigual aos recursos materiais (ou aos serviços públicos/privados) e, neste sentido, uma espécie de tática a partir da qual a massa "dominada" buscava na rede de relações de fidelidade com os chefes certa segurança material*[6]. A tática, como bem lembrava Michel de Certeau (1998)

---

[6] Essa segurança se expressa em pelo menos dois níveis: a) no plano do acesso aos serviços ofertados à população pelos grupos políticos; b) no plano do ingresso no serviço público municipal, isto é, por meio da ampliação do corpo burocrático dos poderes municipais. A clientela, neste sentido, não pode ser classificada como um ator político irracional cuja identificação com as lideranças políticas locais se torna efetiva mediante uma espécie de servidão voluntária. Pelo contrário, a fidelidade do homem do interior aos chefes políticos locais estava subordinada à possibilidade da proteção (jurídica, política, econômica) que os laços sociais acarretavam. Nessa direção, a pesquisa desenvolvida por José Romildo de Souza Lemos Júnior (2014) revelou como, nesta sociedade do interior pernambucano, as relações entre chefes e clientes eram também mediadas pelo signo da proteção que os eleitores visavam obter junto a seus chefes políticos desde o início do século XX. Uma prática muito em voga no interior pernambucano deste período era, por exemplo, a intervenção política/jurídica dos chefes locais junto aos órgãos de polícia quando da prisão de seus clientes por pequenos crimes cometidos contra a

pode ser descrita como "a arte do fraco", isto é, o emprego, pelos sujeitos, de certo conjunto de práticas que lhes permitem "driblar" a coação exercida pelas estruturas sociais, um modo de fazê-las funcionar dentro dos limites de um horizonte de expectativas que não lhe seja totalmente estranho. Depois, *como estratagema mobilizado pela classe política dominante no intuito de refrear processos de convulsão social*. Para Boisvert (2007;2014), o clientelismo produz as condições para um ajustamento social considerado necessário pelas elites políticas e se baseia numa relação de mútua dependência marcada: *(a) pela proteção personalizada que o cliente busca encontrar na fidelidade e compromisso devotados ao chefe*; (*b) na previsibilidade dos movimentos da clientela que os chefes buscam captar uma vez estabelecida aquilo que ela denomina como "ética da troca"*.

> Elle crée um réseau de solidarité avec des relations cliente-leader em chaîne, les partenaires conservant leur mutuelle dépendance qui legitime em quelque sorte ce lien. Dans la Société brésiliene, ler apport de clientèle est une constante qui joue um rôle d'ajustement social, dans la mesure où la protection personnalisée permet um certain partage de la rareté. Il freine ainsi l'explosion de vionences induites par les disparités croissantes des conditions de vie, em maintenant une part d' affectivité dans les relations humaines du haut em bas de l' échelle sociale (BOISVERT, 2007, p. 215-16).

Mas, se, práticas clientelistas que engrossaram o caldo desta espécie de racionalidade política hegemônica - que, no terreno investigado pela etnóloga, percorre o período da Ditadura Militar e

---

ordem pública. E isso se estendia até os níveis do poder judiciário o que acabava por converter os chefes políticos locais em espécies de juízes, mas, também, ótimos advogados. Fora do laço social construído pelo clientelismo, entretanto, os indivíduos estavam "condenados" à própria sorte.

se prolonga também no contexto do processo de redemocratização - ainda pairavam sobre a sociedade local, moldando a cultura política daquela comunidade e a preenchendo com um excesso de passado, a disposição da propriedade privada da terra destoava do modelo mais geral que sedimentou a construção dos grandes latifúndios em regiões como a Zona da Mata e o Sertão pernambucano daquele período. Segundo a autora, as principais atividades produtivas (a agricultura e a pecuária) estavam dispostas num regime de policultura em que a pequena propriedade da terra era a regra. As estruturas de poder, portanto, não encontravam na propriedade privada dos meios de produção sua pedra angular.

Na pequena cidade do interior pernambucano das décadas de 1960/70, o número de propriedades rurais com até *10 ha* de extensão superava, exponencialmente, o número dos estabelecimentos acima de *10* ou *100 ha*. Na década de 1970, "76,7% dos estabelecimentos do município têm menos de 5ha" (BOISVERT, 1973, p.164). Por esta razão, a etnóloga conclui que a propriedade privada da terra assumia a forma predominante do microfúndio. "No município de Agrestina, a terra é ainda mais dividida, já que 91,8% dos estabelecimentos têm superfícies inferiores a 10 há" (BOISVERT, 1973, p. 147). Advém deste cenário, entretanto, o desnível econômico que separa o grande proprietário de terras que orienta todos os esforços produtivos para a pecuária, e o pequeno proprietário que dedica todos os seus esforços na manutenção de uma policultura de subsistência e para o suprimento do mercado interno (feira de rua), e mercados próximos (cidades vizinhas como Caruaru, Palmares e Recife).

Para assegurar a sua existência, o pequeno agricultor divide-se entre as atividades em pequenos roçados, a criação de uma, duas, no máximo três vacas de leite e alguns porcos, e a realização de

pequenos serviços remunerados em fazendas maiores. Em períodos de maior escassez, desenvolve outras atividades profissionais, na zona urbana da cidade ou em cidades circunvizinhas. Assiste-se neste momento ao fenômeno da proletarização do mundo rural, fortalecido, naquela comunidade, pela instalação e ampliação, nas décadas de 1980/90, de uma série de pequenas e médias unidades produtivas no ramo da avicultura (BOISVERT, 2007). Essa distância que separa os dois tipos de proprietários (o pequeno agricultor e o fazendeiro doutor) aparece nesta passagem conclusiva realizada pela autora:

> O pequeno agricultor e o grande fazendeiro já não tem nada em comum. O primeiro tem que cultivar um mínimo de 2 a 3ha para sustentar uma família de 5 pessoas, permanecendo indefeso perante as variações climáticas e as flutuações do mercado, de que ele depende estreitamente. Abaixo de 2 ha de culturas, deve contar com outros recursos. Emprega-se como trabalhador agrícola no município ou na zona canavieira na época da safra, ou exerce outra atividade: carvoeiro, comerciante ambulante, artesão, etc. Os mais jovens migram para S. Paulo. Ao contrário, o grande fazendeiro, que muitas vezes dispõe de outras fontes de rendas (profissão liberal, alto funcionário) se orienta para uma pecuária comercial. Vive afastado da sua fazenda onde só passa alguns dias de férias ou de fins de semana, e onde recebe amigos da cidade. A atividade pecuária segundo os métodos modernos constitui para ele um investimento seguro e rendoso (BOISVERT, 1973, p. 164).

A proletarização da economia rural é reveladora da absoluta precarização das pequenas propriedades agrárias. O microfúndio não foi o resultado de uma reforma agrária planejada de modo a suprir os pequenos agricultores dos recursos necessários ao desenvolvimento de suas próprias forças produtivas. Os métodos

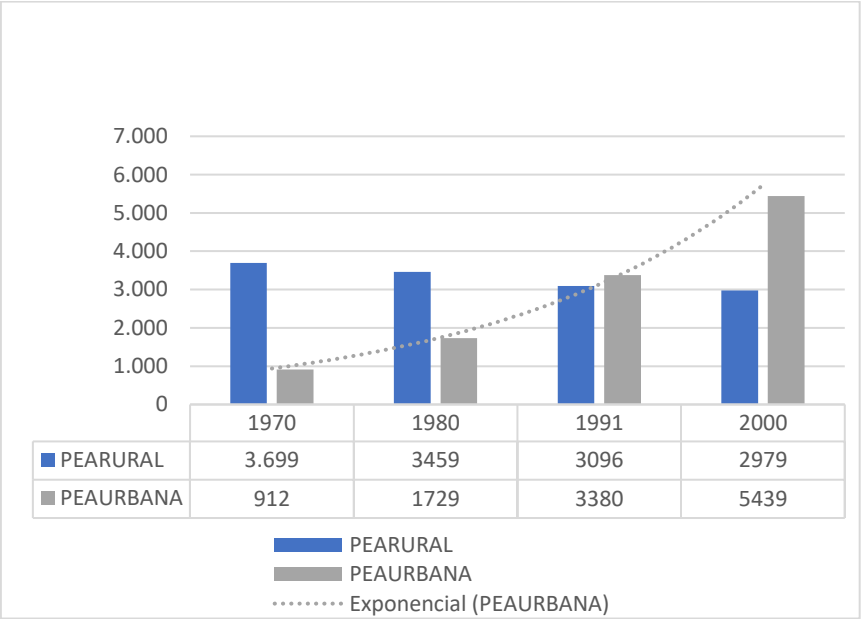
modernos de melhoramento do solo e aplicados genericamente à pecuária são privilégios que cabem apenas ao médio ou grande fazendeiro. Na década de 1960, "quase não se utiliza o arado puxado a bois na área do município. A enxada e a estrovenga, juntamente com a foice e o machado são os únicos instrumentos agrícolas" (BOISVERT, 1973, p. 150). Esse atraso tecnológico refletia, de algum modo, os profundos desníveis econômicos que "separavam" o pequeno agricultor do fazendeiro/doutor; título quase genérico reservado por força da tradição aos senhores da terra e do gado. Título que, segundo as observações da etnóloga, os clientes urbanos/rurais vão empregando também para nomear a pessoa do seu chefe político (BOISVERT, 2007).

A difícil situação econômica dos camponeses da "aldeia" a partir de 1980, resultado de uma proletarização da mão-de-obra rural impulsionada pelo "boom" da indústria avicultora na região e da precarização das pequenas unidades produtivas voltadas à subsistência (fortalecidos, esses dois fatores, pelo aumento da violência cometida contra a população rural e pelo "fascínio" exercido pelas promessas de uma vida melhor nos centros urbanos) irá impulsar o recrudescimento do êxodo rural. Muitos indivíduos migram para São Paulo, especialmente os jovens, prefaciando a partida também de irmãos, primos e famílias inteiras, engrossando assim o caldo do fenômeno das migrações internas no Brasil da segunda metade do século XX. Outras famílias também trocam o campo pela cidade que vai ganhando novos contornos sociais, políticos e culturais. A cidade, especialmente nas zonas que escapam aos "espigões" e demandam na direção das periferias, vai sendo "tomada" por mais e mais cheiro de carne humana. "*L' insécurité croissante des campagnes chasse les petits producteurs isolés et*

sans défense vers la ville" e "(...) Les plus pauvres s'installent dans des zones insalubres aux marges de la ville, des favelas" (BOISVERT, 2007, p. 203).

No gráfico abaixo, podemos analisar um crescimento significado da população economicamente ativa na zona urbana da cidade entre 1970-2000, e, inversamente, a diminuição da população rural. Tais informações vão de encontro às observações realizadas pela pesquisadora.

Gráfico 1 – População economicamente ativa na cidade de Agrestina



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA

Se a propriedade privada dos meios de produção não era a pedra angular em que repousava a dominação política, onde, então, situar o cerne desta questão? A abordagem da pesquisadora oferece algumas pistas. Com base em seus próprios escritos e no diálogo que estabelecemos com outras fontes a tese da autora é de que,

concomitantemente ao aumento demográfico que se observa na cidade nas últimas décadas do século XX e a gradativa ampliação e centralização política dos serviços públicos ofertados à população, estes passaram a ocupar esta função estratégica. O que ocorre aqui é a própria instrumentalização dos serviços (e das relações que a clientela estabelece com seus chefes) que, se, por um lado, se tornam essenciais para uma população cada vez maior, por outro, arrocham o nó da ética da troca, apertam cada vez mais os laços que unem as demandas e fantasias da clientela ao Nome próprio em torno do qual todas elas devem gravitar.

A clientela urbana continuará "fiel" a seus chefes, mas passará a exigir com mais intensidade o seu ingresso na condição de membro do corpo burocrático do coração econômico da comunidade - a Prefeitura Municipal - como uma resposta do poder político à palavra empenhada e condição de sua fidelidade. Uma vez estabelecida a ética da troca, a fidelidade do cliente está assegurada, não apenas em termos eleitorais, mas também na defesa sempre vigilante e intransigente da reputação moral dos chefes. Segundo a etnóloga, "*Um exemple de faveur accordée par l'ensemble de la clientèle à son chef est la défense de as réputation, associée à la destruction de celle de l'adversaire, sachant que chaque propôs leur revient aux oreilles, dans une société où le principal leur maximum de l'information reste la parole*" (BOISVERT, 2007, p. 213).

O significante mestre capaz de assegurar a hegemonia das elites políticas urbanas não é a propriedade do grande latifúndio, mas a capacidade de redistribuição dos recursos do próprio Estado. Com o enfraquecimento de um dos blocos políticos em disputa (resultado de uma série de derrotas eleitorais ao longo de cinco décadas), se enfraqueceu também sua capacidade de organização dos serviços paralelos que disputaram, durante os anos de 1960 e

1970, a atenção da clientela local com aqueles serviços ofertados pelo poder executivo. Neste contexto de mudança, os prefeitos municipais eleitos passam a figurar como o único elo de ligação entre o "povo" e os recursos estatais que, a partir deste momento, apenas eles são capazes de redistribuir. O clientelismo pode ser agora pensado enquanto um grande sistema que comunica a província à metrópole, o pequeno município aos gabinetes dos poderes federais, às demandas "populares" aos cofres do Estado. Daí a regularidade que ela identifica no discurso político dos chefes das últimas décadas do século XX: a referência sempre constante aos "bens do povo", às "necessidades do povo" e, entre a clientela, o fortalecimento de uma "mentalidade de assistidos" (BOISVERT, 2007). Segundo a autora, o esfacelamento dos sistemas de distribuição paralela de recursos representou, por sua vez, o fortalecimento do poder central; a prefeitura se torna o centro gravitacional da vida coletiva na comunidade. É a nova *Casa Grande* do Agreste contemporâneo, que substitui a antiga fazenda e toda sua áurea colonial.

Segundo a etnóloga, por um lado, isto também fortalece o poder pessoal dos prefeitos eleitos, já que "*la redistribuition est la clé de l' autorité et du prestigie pour le leader. L'absence de redistribution, nous l'avons vu, libère la clientèle de son devoir de fidélité*" (BOISVERT, 2007, p. 214). É a vitória, portanto, do paternalismo e do filhotismo, dois "braços" do clientelismo. Por outro lado, este momento de transição decisiva assinala também para uma reorganização dos antigos laços sociais (novas gerações aparecem, tensionando os antigos enredos da tradição política) e aponta para um momento importante na história política do município em que os clientes passam a pressionar os chefes com suas próprias demandas como garantia da fidelidade. *É a vitória da individuação dos destinos da vida*

coletiva. O pragmatismo da clientela passa a agir, desse modo, como um contra-poder numa realidade social caracterizada pela importância de demandas individuais e/ou familiares. A fidelidade dos clientes com relação aos chefes só muito raramente é gratuita ou se pauta, apenas, pelos laços de sangue; ela será, inversamente, sempre interessada e isto representará mesmo um desafio ao poder estabelecido, sempre pressionado pelas gentes do povo a cumprir a palavra empenhada na ética da troca. O cliente não atendido em sua demanda no presente é um inimigo raivoso nas próximas eleições. Se sua família é numerosa, potencializam-se os efeitos do destrato.

O principal método empregado na redistribuição dos recursos federais e/ou estaduais é, sem dúvida, a incorporação da clientela no corpo burocrático municipal. Uma parcela importante destes recursos chega sob a forma de salário para o funcionalismo público que, por sua vez, encontrará nele a garantia do pão na mesa. Para os chefes políticos eleitos, "*Ses responsabilités municipales lui permettent d'élargir as clientèle et de la fidéliser em octroyant des emplois municipaux*" (BOISVERT, 2007, p. 208). Os clientes agora são zelosos funcionários, são "funcionário patrimoniais" conforme o modelo definido por S. Buarque de Holanda (1995), e sua atuação direta ou indireta no serviço público passa a ser encarada como uma das únicas possibilidades de ascensão social numa realidade que, apesar do progressivo aburguesamento, mais visível nas últimas décadas do século XX, permanecerá refém das oscilações do mercado de trabalho de cidades mais agitadas e desenvolvidas cujo maior exemplo é a cidade vizinha de Caruaru.

Desse modo, *a proletarização do cliente urbano se deu mediante a sua conversão em "funcionário patrimonial"; único meio enxergado pelas elites dirigentes como capaz de garantir algum tipo de renda para uma*

população cada vez maior e órfã de um mercado de trabalho dinâmico e vivo. Este tipo de proletarização que fez do serviço público local o equivalente às fábricas inglesas do século XIX, agirá como principal condição de certa previsibilidade do comportamento eleitoral da população local e, portanto, antecipará, em muitos casos, o próprio resultado das eleições municipais (BOISVERT, 2007, SILVA, 2020). Na contramão daquilo que autores como Edson Nunes (2003, p. 34) denominaram como "*insulamento burocrático*", isto é, o programa que visava criar, na administração pública brasileira de certo período, "ilhas de racionalidade e especialização técnica" como forma de reduzir o "escopo da arena" em que predominavam os interesses particulares, as relações de parentesco e os ditames do "coração", a urbanização no Brasil mais profundo e o alargamento dos serviços públicos realizará o casamento duradouro entre *burocratização* e *clientelismo*, *funcionalismo patrimonial* e *fidelidade eleitoral*. Com efeito, "a burocracia apoia a operação do clientelismo e suplementa o sistema partidário" (NUNES, 2003, p.33).

Para Boisvert, um dos únicos meios possíveis de quebrar os efeitos desta "ética da troca" é a recorrência às práticas do ilegalismo político, e, isto porque *"le recours systématique à l'achat des votes par exemple va à l'encontre de la ralation clientaire parce qu'elle détruit l'éthique de l'échange''* (BOISVERT, 2007, p. 213). Por razões óbvias, esse tipo de prática não se aplica aos clientes que avaliariam como um ultrage moral à sua posição diante do líder a simples propositura de tal estratagema. Mas, se para o cliente fiel esta "aposta" fere a ética do laço social construído, o mesmo não se poderia dizer das ovelhas desgarradas do rebanho cuja fidelidade, sempre flutuante aos valores do mercado, será tanto maior quanto maior for o preço da palavra empenhada. Essa é, talvez, a dimensão

mais obscura do clientelismo descrito pela pesquisadora francesa e, paradoxalmente, aquela que realmente ameaça e desequilibra permanentemente a ordem (previsibilidade) estabelecida. O grande espectro que ronda a segurança política dos chefes eleitos é a personagem quase "mítica" do homem de fortuna. Tê-lo como inimigo representa uma ameaça real aos lugares sociais ocupados pelos chefes e clientes, por isso, a conquista de seu apoio, simpatia e amizade terá um valor inestimável para os donos do poder.

Na cidade, que vai se urbanizando lentamente e "recebendo" novos moradores com relativa desconfiança, o estrangeiro é lido como potencial ameaça aos papéis desempenhados pelos atores sociais, especialmente pelos membros do serviço público municipal. Nesta passagem conclusiva, a etnóloga assim definiu o sentido destas "novas" relações políticas e o papel cada vez mais importante que a prefeitura municipal passa a desempenhar na construção dos destinos do povo:

> *La population urbaine est constitueé ainsi d'anciens es de nouveaux arrivants, plus ou moins assimilés et considérés avec suspicion par les premiers qui tiennent les emplois municipaux. En effet, dans une situation de chômage et de sous-emploi permanent, le plus grand employeur, sion le seul, rest la mairie. D' où l'importance accrue des relations des électeurs avec leurs candidats et le developpment d'une mentalité d'assistés chez les nouveaux arrivants. En l'absence d'industries, le commerce, légal et surtout illégal, est le seul contre-poids économique à la dépendance vis-a-vis des autorités locales. Toutefois cette dépendance économique qui encourage le s'apparente que loin au bipolarisme antérieur, car il y a eu un phénomène d'érosion de l'antagonisme irréversible des deux blocs de la population. Ce ne sont plus les mêmes acteurs et les temps ont cahgé. Les réseaux d'aide à partir de fonds provés ne foncteionnent plus. Seul le maire est en mesure de recevoirt et de redistribuir les ressources dans un système de services unique. La notion de bem do povo, fréquemment mise en avant dans les*

> *discours du maire, commence à s'implater dans les mentalitès. Si deux factions s'affrontent encore, c'est principalement en période électorale pour s'emparer de la charge municipale si convoitée. Les éléments qui les composent ne sont plus aussi stables. La frontière invisible est actevée de façon intermittente et seulement chez les vieux habitants, que pratiquent alors l'évitement de parents ou d'amis de l'autre bord. En outre, le bifactionisme, toujours approuvé et stimulé par l'ensemble des acteurs sociaux, entretient chez les clientèles une certaine propension à manipuler les chefs en jouant de leur rivalité pours les exploiter au maximum (o povo explora muito) les gens en profitent beaucoup. Ce phénomène est évidemment une conséquance de l'affaiblessement de l'emprise des élus sur leur électorat, et montre bien la prise de consciense par celui-ci de son contre- pouvoir croissant (BOISVERT, 2007, p. 203).*

Ao proceder de modo pragmático, consciente da capacidade que possui para pressionar os donos do poder, a clientela torcia as estruturas de dominação por dentro, fazendo-as funcionar a partir de um cálculo (e de um desejo) que não lhe era imposto do exterior. Enxergava no jogo social do qual não era um ator passivo ou mero espectador desinteressado, a oportunidade de um ganho material efetivo. É o que poderíamos chamar de *cidadania narcísica; voltada para si mesma, útil apenas para seu ator e que se estende, no máximo, até os limites do seu núcleo familiar. Estranha e indiferente ao interesse coletivo, esta ferida narcísica na identidade política fabricou uma forma de não-cidadania.*

A partir das últimas décadas do século XX, sugere a autora: *"Bipolarisation et bifactionisme ont contribuiè à entretenir une passion: le pari. Les élections offrent l'occasion parmi bien d'autres de partier de grosses sommes ou des biens de valeur: moto, voiture et même Maison"* (BOISVERT, 2007, p. 204). As apostas são um fenômeno característico da rotina social dos moradores desta cidade, práticas constantemente acusadas, ao longo das décadas de 1960 e 1980,

por membros do poder eclesiástico ou por jornalistas mais conservadores, mas, que, jamais deixaram de existir às margens dos olhares e ações policiais (SILVA, 2020). O que o fenômeno das eleições municipais realiza ao potencializar os efeitos (e valores) das apostas firmadas entre os clientes é apenas revelar a força de um ritual social já inscrito nas práticas cotidianas da população.

Os clientes/apostadores enxergavam nas eleições municipais, portanto, a oportunidade concreta de aumentar a própria "fortuna". Como em toda aposta, a derrota estava sempre presente, e, se avaliarmos os valores empenhados, não é difícil dimensionar o forte impacto psicológico que ela deve ter desempenhado para aqueles indivíduos que perderam seus bens. Para o perdedor, a perda do bem sempre potencializada pela chacota realizada pelos vencedores, pouco diplomáticos na arte do jogo, especialmente com os chefes e clientes derrotados nas eleições cujos resultados eram sempre acompanhados pelas festas com orquestra musical, marchas carnavalescas satíricas, provocações, desmoralização e outras formas de violência simbólica retroalimentadas pela fartura em cachaça e os efeitos psicológicos da catarse (BOISVERT, 2007; SILVA, 2020). Nesta sociedade do jogo, os apostadores derrotados não perdem apenas o bem ou a quantia empenhada na aposta, mas o sossego[7].

---

[7] Um exemplo didático, neste sentido, podemos extrair das eleições municipais de 1968, onde o padre local participou ativamente declarando seu apoio publicamente a um dos candidatos ao cargo de prefeito. Em uma carta escrita ao povo agrestinense e distribuída entre os moradores da cidade dias antes da realização do pleito eleitoral, o padre Nestor Oliveira advertia a comunidade católica da seguinte forma: [...] Se a maioria dos eleitores tiver a loucura de estar contra a Igreja elegendo seus inimigos, eu ficarei no meu posto, mas irei morar em Caruaru, ficando a Matriz fechada, só vindo atender aos fiéis nos fins de semana, havendo missa só aos domingos à tarde, pois, como toda criatura

Além disso, entre as duas últimas décadas do século passado e a primeira década de nosso século, o perfil dos chefes se alterou significativamente mantendo, contudo, alguns vestígios do antigo sistema vigente em períodos anteriores. O chefe já não é um grande proprietário de terras. As terras, "desvalorizadas", já não são capazes de garantir o poder políticos às elites locais. São devotadas ao lazer, `as reuniões da gente graúda, e, mais recentemente, palco para o espetáculo das chácaras que recebem constantemente a visita da clientela mais "fiel" a seu proprietário. Ele é agora o homem de negócios, médio ou grande empresário, que ingressa neste jogo político local geralmente na condição de herdeiro dos antigos Nomes do poder. A nova virtude dos chefes políticos locais, que deve ser apreciada por todos os clientes, é sua capacidade empreendedora. Ele não é mais o antigo coronel, e em nada lembra os senhores "feudais" das terras úmidas e férteis dos engenhos da Mata Sul; ele é agora *o homem de negócios* (BOISVERT, 2007).

A modernização da administração pública e a especialização do trabalho passam a definir, por sua vez, a necessidade de uma descentralização dos poderes e de um alargamento das funções de gerência e controle, e, por extensão, a criação de uma extensa rede de ocupações públicas subalternas. O aumento demográfico prefacia o progressivo desenvolvimento do sistema produtivo que é este grande organismo chamado serviço público municipal. Os prefeitos dividem com uma burocracia cada vez mais "especializada" (contudo não necessariamente técnica) o controle

---

humana tenho o direito de viver em paz e com alegria, o que não pode acontecer vivendo sob a tirania da atual máquina política" (LIVRO TOMBO, N. 3, 1968, folha 111). O sossego do padre Nestor, sacerdote de perfil mais conservador e anticomunista, seria mantido naquelas eleições com a vitória de seu aliado político; o ex-seminarista Pedro de Alcântara de Azevedo Lira.

da máquina pública e, apesar do enorme poder decisório e prestígio que ainda possuem, já não são os únicos protagonistas desta teatralização do social. Tão importante quanto o nome próprio é a burocracia que o acompanha; ligada ao nome certamente por laços afetivos e orientada mais ainda por uma fidelidade felina e estratégica.

Para se manter no poder e convencer aquela parte do social que Jacques Rancière (1996) denominou como a "parcela dos sem parcela" isto é (no nosso caso), os grupos sociais não abraçados pela indústria do serviço público municipal e, por esta razão, silenciados e "tímidos" no meio da multidão, será preciso jogar com a psicologia do povo e não apenas cristalizar em torno de si o conjunto das demandas mais imediatas da clientela. Para assegurar a hegemonia, caberá ao chefe político fazer do espaço, sobretudo, urbano, um eterno canteiro de obras. Por isso, nas últimas décadas do século XX "*il fait construire des abattoirs, des halles à la viande, aux legumes secs et à la farine de manioc; il aménage la place centrale pour embellir la ville et flatter l'amour-propre de ses administres*" (BOISVERT, 2007, p. 208). Advém desta preocupação constante com a "beleza" da praça central, a moderna (e estratégica) renovação de suas formas, linhas, contornos e cores *ad aeternun.* Não que a praça o requeira, pois à despeito de sua beleza, ela será sempre objeto de um investimento político. E o que serve para as praças, se aplicará também aos prédios públicos, especialmente quando da ocasião das alternâncias do poder executivo, geralmente acompanhadas por um desejo profundo dos vencedores em mudar as cores da cidade, numa tentativa desesperada de apagar os rastros políticos deixados na paisagem por seus adversários. As cores do "partido" e o número de suas legendas preenchem o vazio deixado pelas ideologias políticas que, nestas paisagens, nunca se constituíram sob a forma

de um projeto. A morte da ideologia e o caráter radicalmente vazio dos partidos políticos cedem lugar ao pragmatismo visceral da clientela; pragmatismo retroalimentado pela Casa Grande, pela habilidade dos chefes eleitos e seu corpo burocrático mais experimentado na arte da política. Filhos de uma mesma barriga política, chefes e clientes são, por assim dizer, duas faces de uma mesma medalha, ainda que separados pelas condições de classe.

Conclusões

A pesquisa de Boisvert parece lançar luz sobre um tipo de "clientelismo" periférico e urbano que se instalou às margens dos grandes sistemas de dominação política que vigoraram no Brasil durante a vigência do Regime Militar. Um "clientelismo" encravado no seio de um Brasil com pretensões de modernidade, progresso e civilidade. Um "clientelismo" gestado numa região do país em que as distinções entre urbano e rural, público e privado, tradição e modernidade não eram tão visíveis. Um "clientelismo" que beberá na fonte da máquina pública, produzindo burocracia própria, arregimentando uma clientela fiel que gravitará *ad aeternum* em torno do coração econômico da sociedade local: a Prefeitura Municipal, pressionada, entretanto, pelo impulso venoso de gabinetes de instituições filantrópicas ou privadas, ora ameaçadoras da saúde daquele organismo, ora revigorantes, complementares, vitais.

O clientelismo apresentado a nós por Boisvert operaria como fator de unidade, de coesão social. Há algo de verdadeiramente durkheimiano na leitura deste fenômeno político, na medida em que essa rede de dependência mútua e de laços de solidariedade entre as classes sociais garantiria certa estabilização

das forças em jogo, impedindo, deste modo, a irrupção da anomia, da convulsão social. Mas há, igualmente, algo de verdadeiramente conservador nesse conjunto de práticas de dependência mútua que parece unir chefes e clientes, pois ela inviabiliza a ocorrência de mudanças estruturais na sociedade. É aqui que a Província encontra a Metrópole, isto é, o momento em que o local toca o global de maneira mais clara. Na medida em que essas redes de dependência mútua impedem processos de convulsão social, elas passam a funcionar, primeiro como pilares de sustentação para o Regime Militar brasileiro. Depois, como a própria máscara política e social de uma falsa emancipação prometida no contexto da redemocratização do país.

Daí a constatação de que o clientelismo não representava nenhuma ameaça à hegemonia política daqueles que golpearam a democracia em 1964, muito menos permitiu a ruptura com a velha política tão prometida pelas vozes democráticas que promulgaram a Constituição Federal de 1988. Com efeito, "o clientelismo se manteve forte no decorrer de períodos democráticos, não definhou durante o período do autoritarismo, não foi extinto pela industrialização e não mostrou sinais de fraqueza no decorrer da abertura democrática" (NUNES, 2003, p.33). O clientelismo, como insistia José Murilo de Carvalho (1998), é uma característica que no Brasil remonta ao período da colonização e se inscreve nas malhas do tempo do presente vivo. Com a redemocratização do país, a "ética da troca" descrita pela autora continuará a ditar as regras do jogo nesta pequena cidade do interior pernambucano, e uma rápida observação sociológica poderia atestar facilmente que nenhuma força política foi capaz de alterar este quadro que segundo a autora imprimiu sua marca na cidade ao longo de meio século. Dialogando com o pensamento social brasileiro, mas jamais

com o objetivo de reificá-lo, Boisvert produziu um diagnóstico da realidade política no interior pernambucano que diz muito sobre a história do tempo presente de muitas cidades espalhadas neste Brasil profundo e, sob muitos aspectos, ainda pouco conhecido por muitos de nós.

Bibliografia

ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

BOISVERT, Colette Callier. Pouvoir local et clientèle dans un municipe l'Agreste du Pernambouc (Nord-est du Brésil). *In*: LÉCRIVAIN, *Valérie. Clientèle guerrière, clientele foncière et clientele électorale: Histoire et anthropologie*. Paris, Sociètés EUD, 2007, pp.199-218.

_____, Apontamentos para um Estudo de Economia Agrária num Município da Zona Agreste de Pernambuco: Agrestina. *Ciência e Trópico*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Vol.1 (1), jan/jun, pp. 143 – 172, 1973.

_____, Evolução sócio-econômica de um município da micro-região agreste meridional: Agrestina, 1966/1978. *Ciência e Trópico*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Vol.7 (1), jan/jun, pp. 105 -136, 1979.

_____, (2014). *Dynamiques de l'interaction chercheur/terrain: un demi-siècle d'observation ethnographique dans l'agreste du Pernambouc.* Disponível em <

https://journals.openedition.org/bresils/893> Acesso em 08 de outubro de 2021.

_____, *Soajo entre migrações e memória. Estudos sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada.*Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2004.
CAMUS, Albert. O *estrangeiro.* Rio de Janeiro: Record, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Dados [online]. 1997, v. 40, n. 2 [Acessado 8 Outubro 2021], pp. 229-250. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Epub 30 Out 1998.

CERTEAU, Michel de. A *escrita da História.* Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____, A *invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ELIAS, Nobert. A *sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realiza e da aristocracia de corte.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, Sónia. "Nos trilhos da ruralidade brasileira e portuguesa: uma biografia intelectual de Colette Callier–Boisvert", in Bérose - *Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie*, Paris, 2019.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Global, 2004.

_____, *Nordeste*. São Paulo: Global, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *A invenção do Nordeste e Outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

JÚNIOR, José Romildo Souza Lemos. *Família, poder e representações: tramas do cenário político agrestinense no contexto da experiência democrática (1947-1969)*. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

LEAL. Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NUNES, Edson. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984*. Londrina: Eduel, 2013.

SILVA, Jefferson Evânio da. *Religião e Política na Terra da Mazuca: discursos, práticas e palanques eleitorais (1960 -1980).* São Paulo: Paco editorial, 2020.

SHUTZ, Alfred. O estrangeiro: um ensaio em Psicologia Social. *Revista Espaço Acadêmico, Maringá,* n. 113, out/dez, pp. 117-129, 2010.

Fontes documentais

BRASIL. *Dados estatísticos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA*. Disponível em < http://ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acesso em 05 de outubro de 2021.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Periódico Diário de Pernambuco, edições de 1960 a 1980. Disponível em:< http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 06 de outubro de 2021.

PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO. *Livro Tombo,* nº 3, Agrestina– PE.

SECRETARIA DE CULTURA. *Acervo iconográfico.* Prefeitura Municipal de Agrestina – PE.

6 A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS NO NORDESTE: Resistência, migração e protagonismo do povo Xukuru no Agreste pernambucano

Rodrigo Lins Barbosa[1]

INTRODUÇÃO

O indígena tem sido pouco estudado na historiografia. Entre os historiadores, a temática indígena só se tornou mais habitual bem recentemente. No geral, ainda existem lacunas, esquecimentos e débitos com relação aos estudos dos povos indígenas por parte de historiadores. Segundo Ronald Raminelli, a história indígena foi "obscurecida [...] pelo grande destaque dado ao negro, ressaltando-se obviamente a disparidade numérica" entre negros e indígenas, "e a importância em termos globais, que uma e outra assumiram na economia colonial" (RAMINELLI, 1996, p. 08). Quando os europeus chegaram ao Brasil, utilizaram a iconografia para representar o indígena como bárbaro, selvagem, antropófago e incapaz, como se não tivessem condições de gerenciarem suas vidas, justificando a dominação econômica, política e até espiritual. Para Raminelli, os europeus queriam

[1] Mestre em História (UFPE). Doutorando em História (UFPE). Professor da Rede Estadual de Pernambuco e da Rede Municipal de Jaqueira-PE. E-mail: rodrigolinsbarbosa@outlook.com

"integrar o indígena ao imaginário ocidental por meio de uma nova classificação e de uma nova atribuição de valor à sua imagem" (RAMINELLI, 1996, p. 10). Os indígenas por não conhecerem o cristianismo, não valorizarem o ouro e a ideia de trabalho, tal como era concebida pelos colonizadores, eram vistos como "seres degenerados, decaídos e necessitados de intervenção europeia para tomar os rumos de uma vida melhor, uma vida pautada nos mesmos princípios e valores da cultura ocidental" (RAMINELLI, 1996, p. 13).

No estudo mais recente sobre os povos indígenas, o historiador tem que estar atento para não reproduzir a visão eurocêntrica constituída por séculos de colonização e apagamentos, tanto por meio da análise de documentos escritos quanto iconográficos. É necessário trazer o protagonismo indígena e a resistência que houve diante de várias formas de exploração e violências praticadas desde o período colonial até os dias de hoje. Com essa pesquisa, buscamos analisar como foi a atuação do SPI no Nordeste, principalmente com relação ao povo Xukuru que ao longo da história demonstrou uma trajetória de resistência, migrações e protagonismos.

OS POVOS INDÍGENAS NO NORDESTE

Os povos indígenas no Nordeste que resistiram às frentes de expansão, iniciadas no período colonial, quando houve a interiorização da pecuária, foram fortemente afetados pela violência e por processos *assimilacionistas* e *integracionistas*, defendidos pelo Estado português, criando concepções ideológicas de extermínio e de desaparecimento das populações indígenas da Região. Porém, é necessário destacar que vários povos indígenas no

Nordeste e de outras regiões do país, de fato desapareceram e foram exterminados de forma sistemática e com grande crueldade, além da ocorrência de extensos esbulhos das suas terras.

Entretanto, é importante ressaltar que os povos indígenas souberam utilizar-se de estratégias de resistência, como o estabelecimento de relações de negociações e conflitos em vários momentos da história, não ficando passivos ou submissos diante do invasor, como até então era abordado na historiografia mais tradicional. Adotando uma visão mais crítica, podemos enfatizar que as missões e o Diretório dos índios serviram como instrumentos de assimilação dos indígenas às diretrizes da política colonial e imperial.

Segundo o antropólogo João Pacheco de Oliveira, com o processo *assimilacionista* exercido nos períodos colonial e imperial, "já no final do século XIX não se falava mais em povos e culturas indígenas no Nordeste. Destituídos de seus antigos territórios, não eram mais reconhecidos como coletividades, mas referidos individualmente como remanescentes ou descendentes", ou então como "índios misturados" (OLIVEIRA, 1999, p. 26). Os povos indígenas no Nordeste foram quase completamente assimilados linguisticamente, "registrando-se considerável [...] perda de elementos tradicionais, inclusive a língua" (OLIVEIRA, 1999, p. 14). Sobre a questão do desaparecimento de línguas indígenas no Nordeste, o historiador Edson Silva, destaca uma informação contida no primeiro relatório oficial contemporâneo sobre os Xukuru[2], elaborado pelo sertanista do Serviço de Proteção aos

[2] "Os Xukuru são um grupo indígena brasileiro que habita a serra do Ororubá, no município de Pesqueira, estado de Pernambuco. Autodenominam-se Xukuru do Ororubá para distinguir-se do povo Xukuru-Cariri de Alagoas. Vivem em 24 aldeias, distribuídas nos 27.555 hectares de terra indígena

Índios (SPI), Cícero Cavalcanti, em 1944. Segundo o sertanista, os Xukuru mais velhos não falavam sua língua, apenas pronunciavam algumas palavras e frases, recorrendo muitas vezes ao auxílio do português (SILVA, 2011a, p. 275). Por outro lado, os povos Fulni-ô, da cidade de Águas Belas, também em Pernambuco, sofreram com o contato com não indígenas, mas conseguiram manter alguns dos seus costumes, como a língua Yaathe.

Com o direcionamento *assimilacionista* exercido frequentemente pelo Estado brasileiro, a aprendizagem da língua portuguesa entre os povos indígenas foi considerada como uma forma de aproximá-los dos não indígenas, sendo tal feito já observável nas primeiras décadas do século XX, quando o SPI estava sob a administração de Cândido Mariano da Silva Rondon, mais conhecido como Marechal Cândido Rondon. Segundo José Ribamar Bessa Freire, as 300 línguas indígenas faladas no Brasil não foram contempladas no projeto de formação nacional, "porque se pensava que a diversidade linguística conspirava contra a unidade nacional", devendo existir dentro do projeto "uma só língua e uma só nação". Assim, essas línguas eram raramente mencionadas por serem consideradas "línguas menores e atrasadas" (FREIRE, 2011, p. 15).

A perspectiva negativista com relação aos povos indígenas no Nordeste também persistiu entre alguns estudiosos. Entre eles,

---

Xukuru, nos municípios de Pesqueira e Poção". MONTE, Edmundo. *Histórias e memórias de migrações no Nordeste indígena*: o "vaivém" dos Xukuru do Ororubá (Pesqueira-PE). Revista Mnemosine, Vol. 7, nº 1, jan/mar, Campina Grande: UFCG, 2016, p. 34. Conforme os relatórios finais do Censo do IBGE (2010), o órgão oficial divulgou que 9.434 indivíduos se autodeclararam indígenas, sendo 9.335 resistentes nas zonas rural e urbana de Pesqueira e outros 99, habitando no município de Poção. Esses dados são contestados pelos Xukuru.

podemos citar o antropólogo Darcy Ribeiro em seu livro *Os índios e a Civilização*, que se utilizou de textos com forte teor negativo e pessimista em referência aos índios do Nordeste:

> [...] Vários desses magotes de índios desajustados eram vistos nas margens do São Francisco. [...] Esses resíduos da população indígena do Nordeste continuam identificando-se como índios, mesmo depois de esquecerem a língua tribal e a maior parte da cultura antiga. [...] Eis o que restou, no século XX, dos índios do interior do Nordeste, simples resíduos, ilhados num mundo estranho e hostil e tirando dessa mesma hostilidade a força de permanecerem índios (RIBEIRO, 1982, pp. 56-57).

Os povos indígenas no Nordeste findavam por não serem estudados com mais profundidade e intensidade por etnólogos brasileiros, pois os consideravam de "uma etnologia menor" (OLIVEIRA, 1999, p. 13). Algo que também contribuiu para essa visão foi o contexto histórico do Nordeste, sendo "uma área de colonização antiga, com formas econômicas e malhas fundiárias definidas há mais de dois séculos" (OLIVEIRA, 1999, p. 20). Isso fez com que o SPI atuasse de forma esporádica, exercendo intervenções pontuais e limitadas, questionando se a sua atuação era de fato para os índios ou seus remanescentes. Contudo, os indígenas resistiram às concepções ideológicas de que em breve desapareceriam, criando estratégias em busca da conquista dos seus direitos.

A ATUAÇÃO DO SPI NO NORDESTE

No início do século XX, esses povos que oficialmente eram considerados "extintos", mas que de fato existiam e resistiam, iniciaram a mobilização contemporânea pelo reconhecimento

étnico oficial e garantia de terras para viverem diante das constantes perseguições dos latifundiários. No Nordeste foram reconhecidos os Xukuru-Kariri, em Alagoas, e em Pernambuco, os Fulni-ô (Águas Belas), os Pankararu (Tacaratu), os Xukuru (Pesqueira), com a instalação entre os anos de 1920 a 1950 do SPI, em seus tradicionais locais de moradias (SILVA, 2007, p. 04).

Sobre a atuação do SPI no Nordeste, um fator que contribuiu para que os indígenas na região não tivessem maiores atenções, foi também a aproximação do órgão indigenista com as elites locais, exercendo seu poder por meio de negociações. Esta região, de ocupação antiga, estava arraigada aos poderes locais constituídos na figura dos coronéis, um sistema de poder adotado com grande vigor na Primeira República. O Estado brasileiro favoreceu os grandes proprietários rurais e chefes políticos locais, passando a negar a presença indígena em suas terras. Segundo João Pacheco de Oliveira, "o índio do Nordeste, situado fora da região de expansão das fronteiras econômicas, parecia fadado a disputar espaço apenas entre os trabalhadores rurais sem terra. [...] O SPI agiu, sempre de maneira bastante cautelosa" (OLIVEIRA, 2011, p. 666).

A política indigenista adotada pelo Estado através do SPI assumiu características distintas no Nordeste em comparação com outras regiões do Brasil, como o Centro-Oeste e o Norte. No Nordeste, os principais problemas e mobilizações dos povos indígenas estavam centrados na recuperação das terras indígenas retiradas pelos latifundiários e na obtenção de assistência. Nas regiões do Centro-Oeste e do Norte ocorreram constantes invasões em territórios indígenas e degradações de recursos naturais, sobretudo no período dos governos militares na Ditadura.

A ação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Nordeste, nas duas primeiras décadas do século XX, esteve praticamente ausente, somente ocorrendo uma ação mais efetiva com a instalação do Posto Indígena Dantas Barreto[3] para dar assistência aos Fulni-ô, nos anos de 1920. Até a própria legislação da época dificultava uma atuação mais próxima do SPI no Nordeste, como por exemplo, o Decreto 5.484 de 27 de junho de 1928[4], que propunha a centralização das ações assistenciais aos povos indígenas que fossem considerados mais puros, ou seja, os índios que mantivessem os elementos mais autênticos de seus costumes culturais. A falta ou pouca atenção do SPI aos índios no Nordeste estava relacionada à concepção do que seria índio e, portanto, de quem deveria receber a assistência. Desta forma, os índios no Nordeste passaram, desde o período colonial, por um processo de perda de sua autonomia cultural e, devido a isso, duvidava-se se realmente seriam índios[5]ou não, e se deveriam receber alguma assistência através do SPI. Sobre o assunto, Estevão Martins Palitot fez uma interessante

---

[3] "Em 1 de julho de 1925, implantou-se o arrendamento das terras do posto Gal. Dantas Barreto, como passou a se chamar o posto indígena de assistência aos Fulni-ô". PERES, Sidnei. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-1967). In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.) *A viagem da volta*: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, p. 56.

[4] BRASIL. DECRETO Nº 5.484, DE 27 DE JUNHO DE 1928. Regula a situação dos índios nascidos no território nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

[5] "São considerados índios os grupos humanos definidos e que se autodefinem por diferenças culturais em relação às demais populações existentes no território brasileiro, e que mantêm laços históricos com as populações nativas existentes no Brasil antes da chegada dos europeus e negros". ROCHA, Leandro Mendes. *A política indigenista no Brasil*: 1930-1967. Goiânia: UFG, 2003, p. 23.

problematização do termo *caboclo* em associação aos povos indígenas no Nordeste.

> O termo caboclo seria uma categoria social produzida pelos processos de territorialização dos séculos XVIII e XIX, evidenciando o caráter de incorporação física e cultural dos índios à sociedade colonial e depois nacional. [...] Chamar alguém de caboclo era para desqualificá-lo, acusando-o de ser um falso índio, um ex-índio, relembrando justamente o processo de "aculturação" vivido. Num certo tipo de aceitação da visão dominante [...] reconhecem-se como índios misturados, referindo a "pureza" étnica aos seus antepassados ou aos índios do Xingu. [...] Porém, eles próprios entendem que ser caboclo é ser índio, que o seu direito às terras em que habitam é derivado dessa condição de descendentes de índios, o que significa ser índio, para os termos da proteção oficial. O hibridismo do termo caboclo é reinterpretado, não mais como sinônimo de diluição, mas como vetor de diferenciação e construção de uma identidade política, social e cultural exclusiva, num contexto histórico e social determinado (PALITOT, 2011, p. 290).

Os povos indígenas no Nordeste foram estudados por escritores do passado, tendo como foco os "seus hábitos e costumes, considerados exóticos, suas danças e manifestações folclóricas, consideradas em vias de extinção" ou então, se exaltava o índio "de forma idílica como contribuição indígena nas origens e formação social das cidades do interior do Nordeste" (SILVA, 2011b, p. 315). Com estas representações, a imagem do indígena ficou descaracterizada e associada ao *caboclo* ou *mestiço* por escritores regionalistas bastante expressivos no cenário nacional, como Gilberto Freyre, Raquel de Queiroz, Câmara Cascudo, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Jorge Amado.

Para Silva, "a ideia de mestiçagem foi utilizada como base na formação de uma identidade nacional homogênea", iniciada no final do século XIX e "exaltada pelo Modernismo nos anos de 1920", se consolidando com a obra *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre na década de 1930 (SILVA, 2007, p. 10). Nessa obra, temos a difusão da imagem do indígena desaparecido pelos avanços da produção açucareira, como podemos verificar neste trecho: "o açúcar matou o índio. Para livrar o índio da tirania do engenho é que o missionário o segregou em aldeias" (FREYRE, 2006, p. 229).

Os povos indígenas no Nordeste foram os primeiros que passaram pelo processo de colonização, também os primeiros a serem chamados de caboclos. Esse termo é de origem Tupi e começou a aparecer nas documentações a partir do século XVII, sendo bastante utilizado como "uma expressão pejorativa no século XIX, chegando a ser algo injurioso e penoso para o indivíduo que fosse assim designado, pois não era mais considerado índio legítimo" (SANTANA DO Ó, 2012, p. 28). Com essa negação da identidade étnica indígena, tal argumento serviu para justificar as invasões às terras indígenas e a decretação da extinção de aldeamentos durante o século XIX, principalmente, a partir da Lei da Terra em 1850 que possibilitou o aumento da expansão agrícola sobre as terras indígenas, além de debates a acerca da mestiçagem no país.

Dentro dessa conjuntura, o índio no Nordeste não era visto como um índio autêntico, por estar localizado em uma região de colonização antiga. O índio era visto como um caboclo ou mestiço pelos poderes locais e pelo Estado, suprimindo os seus direitos. Assim, os indígenas foram muitas vezes confundidos com trabalhadores rurais, como aconteceu com os Xukuru: "o inspetor

Regional do SPI compreendia 'os remanescentes Xukuru' como trabalhadores a serem incorporados no processo da produção agrícola rural" (SILVA, 2011a, p. 278). Todavia, os índios no Nordeste, ao saberem da existência de um órgão indigenista que deveria dar-lhes proteção e assistência, passaram a reivindicar pela ação mais efetiva do SPI e denunciar casos de violência e arbitrariedades que estavam sendo acometidos, como exemplificou Sidnei Peres: "foi neste contexto de ampliação da malha governamental indigenista que, desde o início dos anos de 1940, vários grupos étnicos no Nordeste passaram a recorrer ao SPI [...], reivindicando terras a partir da sua condição indígena" (PERES, 1999, p. 80).

Com o surgimento de mobilizações nos anos de 1940 a 1950, "o SPI ampliou sua atuação no Nordeste, com a criação de novos postos, atendendo uma demanda de vários grupos étnicos reivindicando o reconhecimento oficial e terras" (SILVA, 2011a, p. 280). Segundo Peres, isso ocorreu também devido a um movimento de centralização político-administrativa promovido entre os anos de 1940 a 1950, e acompanhado pelo crescimento da rede governamental instaurada pelo SPI no Nordeste (PERES, 1999, p. 79).

No entanto, a presença do SPI no Nordeste não provocou grandes mudanças para os indígenas, sendo a ação desse órgão limitada a dar assistência; no que se refere ao direito dos indígenas a terra, pouco se viu. Para João Pacheco de Oliveira, na maioria dos postos, o SPI forneceu precários "serviços como escola e medicamentos, empregando eventualmente indígenas e atuando nos casos mais graves de violência contra eles". O SPI continuou mantendo "relações clientelísticas com fazendeiros, seja no exercício da posse em relações instáveis e negociatas com vizinhos.

Nesse quadro, os estímulos e a abrangência da ação indigenista se mostraram bastante limitados" (OLIVEIRA, 2011, p. 667). Para Peres, o SPI ainda favoreceu o arrendamento, como forma de obter recursos e conter os ânimos dos possíveis invasores. O Nordeste, por ter sofrido fluxos de colonização, desde o período colonial não possuía uma grande quantidade "de recursos fundiários disponíveis (livres), mas sim, uma intrincada trama de direitos territoriais muitas vezes justapostos e conflitantes", provocando o arrendamento de lotes de terras em área indígena, emergindo práticas de negociação com autoridades governamentais estaduais e poderes locais.

RESISTÊNCIA, MIGRAÇÃO E PROTAGONISMO DO POVO XUKURU

Na década de 1950, os Xukuru receberam a instalação do SPI, em Pesqueira, cidade do Agreste pernambucano. Na teoria, quando um posto do SPI era fundado em determinada localidade, os índios que ali habitavam tinham o reconhecimento enquanto povos étnicos diferenciados. No entanto, na base do SPI estava enraizada a "ideia de que a condição de índio seria sempre transitória e que assim a política indigenista teria por finalidade transformar o índio num trabalhador nacional" (FREIRE; OLIVEIRA, 2006, p.113). Com o grande número de fazendeiros e posseiros habitando a região, as famílias indígenas entraram em uma imensa precariedade. Com fome e sem terras para plantar e sobreviver, são muitos os relatos de conflitos agrários entre os indígenas e os fazendeiros.

Segundo Peres, entre as décadas de 1940 e 1950, os agentes indigenistas do SPI no Nordeste "cultivavam uma atitude

extremamente contrária a possíveis envolvimentos em intermináveis conflitos agrários – inclusive e principalmente, na arena jurídica – com ocupantes não indígenas das reservas ou áreas pretendidas pelos índios". (PERES, 1999, pp. 87-88). Em outras palavras, mesmo sob a tutela do órgão indigenista oficial, os conhecidos conflitos agrários enfrentados pelos indígenas desde épocas coloniais permaneciam.

Despossuídos de terras próprias para plantar e viver, e ainda, afetados pelas secas periódicas que assolavam a região, os Xukuru elaboravam estratégias para permanecerem resistindo com suas famílias na região tradicionalmente habitada. Dessa forma, em sua maioria homens jovens e adultos migravam sazonalmente para a Zona da Mata Sul pernambucana e alagoana, buscando trabalho provisório nas lavouras e usinas canavieiras da região. Analisando os fatores responsáveis pela emigração da população das áreas rurais, podemos destacar o fator de estagnação fundiária no Agreste nordestino. Segundo Paul Singer, pode ter havido a deterioração das condições de vida, funcionando às vezes como "viveiros de mão de obra" para os latifundiários e os grandes exploradores agrícolas capitalistas. Esses espaços são ainda "a origem de importantes fluxos migratórios sazonais". (SINGER, 1985, p.39).

No Agreste pernambucano, a região de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, agrega alguns municípios que estão localizados próximos das áreas dos antigos engenhos, usinas e canaviais. Um exemplo é a cidade de Bonito, localizada no Agreste com uma distância em torno de 45 km quilômetros do centro de Catende, na Zona da Mata Sul, um dos municípios que absorveu sazonalmente a mão de obra Xukuru. Ainda, temos o caso de Pesqueira, onde alguns indígenas Xukuru fizeram o trajeto para a Zona da Mata Sul, muitas vezes a pé ou de carona, os destinos foram

os munícipios de Catende, Palmares, Quipapá, São Benedito do Sul, Ribeirão, Escada e Barreiros. Além de algumas cidades alagoanas, como os municípios de Murici, São José da Laje e Rio Largo. Tais informações foram extraídas das memórias dos indígenas Xukuru e registradas pelo historiador Edmundo Monte, na dissertação intitulada *Migrações Xukuru do Ororubá: memórias e história (1950-1990).* Segundo Monte, a Zona da Mata Sul é lembrada pelos Xukuru como uma região de trabalho nas lavouras e nas usinas, mais também de momentos de grande dificuldade, pois essas lembranças trazem um período penoso e exaustivo no trajeto entre a cidade de Pesqueira e a Zona da Mata Sul, sendo esse caminho muitas vezes percorrido a pé, como verificamos no relato do indígena Antônio Faustino da Silva:

> Nós saía daqui a pé pro sul de Pernambuco. Você já ouviu falar em Catende? Usina Catende? Trabalhei naquela região. Nós ia a pé, passando necessidade, lá eu, meu pai, dois irmãos, que eram mais velhos. Então, juntava aquele pessoal da região para ir trabalhar no Sul de Pernambuco. Pra sobreviver, né? Vamos supor: plantava o milho, o feijão, e quando era no fim do mês de agosto para setembro, num tinha o que fazer. Quem precisava, tinha que ir trabalhar no Sul de Pernambuco. Ia a pé e vinha a pé. (Antônio Faustino da Silva, Aldeia Pão de açúcar apud MONTE, 2012, p. 58).

Os processos migratórios aconteceram nos períodos das estiagens, o que acarretava um maior desgaste físico provocado pelo efeito do forte calor. Monte, também destaca "à dependência e a esperança das famílias que permaneciam na região de origem, geralmente as esposas e filhos menores". Essa situação contribuía para provocar "sentimentos de angústia e ansiedade dos que

ficavam, enquanto aguardavam o retorno dos pais, filhos e maridos" (MONTE, 2012, p. 60). Os indígenas frequentemente também acompanhavam os trilhos da rede ferroviária durante as viagens a pé, buscando caminhos alternativos pelas matas (SILVA, 2009, p. 235). Segundo Soarez (1977, p. 93), esse processo de migrações do Agreste para a Zona da Mata Sul remonta desde o final do século XIX, com a fim da escravidão e a implantação das usinas no Nordeste.

Nesse contexto de migrações, o SPI não demonstrou apoio para os indígenas ou assistência, pelo contrário, o órgão indigenista pretendia estender a sua malha tutelar também à população camponesa com "a figura do arrendatário, e, o endividamento" (PERES, 1999, p. 58), por sua vez, "constituiria uma fonte de recursos econômicos e políticos fundamentais nas mãos dos chefes de posto a índios e foreiros". Para Peres, o SPI acabou exercendo o controle sobre os arrendamentos "utilizados para implementar a regularização fundiária em unidades territoriais indigenistas" através de "contratos de extração de recursos florestais (madeira, cocos, etc.)" (PERES, 1999, p. 59). Dessa forma, o SPI considerava os arrendamentos irregulares apenas aqueles que não eram controlados pelo órgão indigenista, ou seja, que não tivessem o reconhecimento da direção, ou fugissem do seu domínio ou, ainda, descumprissem as cláusulas do contrato.

Diante dessa conjuntura, os indígenas no Nordeste se mobilizaram em defesa dos seus direitos e questionaram as visões que defendiam a inexistência, a extinção ou mesmo o gradual desaparecimento desses povos. A respeito da participação dos indígenas nos embates ocorridos no Nordeste, podemos afirmar enfaticamente que resistiram e confrontaram várias vezes com os

grandes latifundiários e invasores de suas terras desde o período colonial.

Houve até um caso específico de indígenas Xukuru, de Pesqueira, que participaram de uma Liga Camponesa[6]. Sobre o assunto, o historiador Edson Silva fez uma minuciosa pesquisa nos arquivos públicos de Pernambuco e no Museu do Índio no Rio de Janeiro, analisando documentos do DOPS[7], jornais da época e relatórios oficiais, além do trabalho de registro das memórias orais indígenas. O autor, através da sua pesquisa, chegou à conclusão de que indígenas Xukuru em Pesqueira aderiram e participaram de uma Liga Camponesa, inclusive "era do conhecimento da Inspetoria do SPI no Recife" (SILVA, 2008b, p. 259). Silva, ainda acrescenta que a organização da Liga Camponesa em Pesqueira, com a participação dos indígenas, prosperou e foi vigiada pelas autoridades locais, como observamos neste trecho: "o investigador

---

[6] "O movimento de trabalhadores rurais, mais expressivo na década de 1950 era formado pelas Ligas Camponesas, que reivindicava o direito a terra e ao pagamento de benfeitorias feitas nas terras arrendadas. Até então, os conflitos no campo eram resolvidos apenas com base na força do proprietário, que recorria a expedientes como a destruição da lavoura, a expulsão dos foreiros e a demissão dos moradores, quando não atentava contra a própria vida dos que ousavam protestar. A partir das Ligas, os camponeses organizados faziam um trabalho de denúncia, agitação e mobilizações, além de atuarem na esfera jurídica, com base no Código Civil. Nesse sentido, foi fundamental a atuação do advogado e, posteriormente, deputado Francisco Julião. Com a desapropriação das terras do engenho Galileia, em 1959, o reconhecimento das Ligas e o seu trabalho ampliou-se bastante, inclusive em outros estados do Brasil". ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Sindicalismo rural em Pernambuco nos anos* 60: lutas e repressão. Revista Clio Série: História do Nordeste, Recife: UFPE, nº 22, 2004. pp. 191-192.

[7] O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), criado em 30 de dezembro de 1924, foi um órgão do governo brasileiro utilizado principalmente durante o Estado Novo e mais tarde na Ditadura Militar.

mandado sigilosamente a Pesqueira pela Inspetoria Regional do SPI sediada no Recife, elaborou um relatório, no qual detalhou como atuava a Liga Camponesa, entre os índios" (SILVA, 2008b, p. 259).

Segundo este mesmo Relatório[8], os índios integrantes da Liga se organizavam na Serra do Ororubá para fugir do controle policial, ficando mais distante da sede do município. Consta ademais que a Liga era conhecida como "Sociedade dos agricultores" (SILVA, 2008b, p. 260) e prometia aos filiados vários auxílios sociais, cobrando uma mensalidade e concedendo uma carteira de sócio, na qual havia desenhos de uma foice com um martelo, símbolos do socialismo. O investigador relata terem ocorrido indígenas fazendo "propaganda comunista", mas detalha que seriam "levados pelas vantagens [...] oferecidas por seus doutrinadores e dada a sua ignorância" (SILVA, 2008b, pp. 259-260) e não acreditava que os mesmos seguissem por convicção a ideologia comunista. Para Edson Silva, "o investigador expressava a concepção oficial e geral da sociedade da época sobre os indígenas, tidos como ingênuos passíveis diante da pronta cooptação pelos perigosos comunistas". O autor ainda afirma que "os Xukuru participaram ativamente na organização e nas mobilizações da Liga Camponesa, tanto na Serra do Ororubá, como no centro de Pesqueira" (SILVA, 2008b, pp. 261). Apesar de as Ligas Camponesas terem sido um movimento caracterizado por

[8] Relatório de Paulo Rufino de Melo e Silva, 08/08/1961, para o Diretor no Rio de Janeiro. Museu do Índio/ SEDOC, microfilme 182, fotogramas 806-809 apud SILVA, Edson. *Xukuru*: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988. Tese em História Social. Campinas: UNICAMP, 2008.

trabalhadores rurais, os indígenas inseridos no trabalho agrícola também buscavam melhores condições de trabalho e direito à terra.

Com o Golpe civil-militar[9] de 1964 e a implantação da Ditadura, a vigilância e o controle se intensificaram nos postos indígenas em sintonia com a "Doutrina de Segurança Nacional"[10], incorporando a dimensão econômica, política e social. Nesse contexto, os indígenas que ameaçassem as ordens e o controle estabelecidos nos postos e confrontassem com a política expansionista do Governo Ditatorial, como participando de embates e mobilizações em busca da garantia de seus direitos ou na defesa de seus territórios, eram vistos como *inimigos internos*. Em Pernambuco, os povos Xukuru que participaram da Liga Camponesa em Pesqueira também foram considerados inimigos internos, como exemplifica o antropólogo José Gabriel Corrêa: "a vigilância se estendia a qualquer tipo de atividade considerada como 'perigosa' envolvendo índios ou dentro da área do posto indígena". Corrêa acrescenta que "a ameaça à autoridade e à ordem do SPI era monitorada [...], como no caso do Posto Indígena

---

[9] Segundo o historiador Carlos Fico, o Golpe de 1964 que retirou João Goulart do poder teve "apoio de parte da sociedade, como a imprensa, a Igreja Católica, parte da classe média, além dos empresários". Nesse sentido, "é correto designarmos o Golpe de Estado de 1964, como civil-militar, pois além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis e brasileiras—e até o governo dos Estados Unidos da América—foram conspiradores e deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas" do Golpe de 1964. FICO, Carlos. O *golpe de 1964*: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014, pp. 8-9.

[10] "A partir da Revolução Cubana, em 1959, a América Latina era um dos territórios privilegiados da Guerra Fria. Este pensamento, alinhado à 'contenção' do comunismo, foi fundamental para delinear as linhas gerais da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), propagada pela Escola Superior de Guerra [...] criada no Brasil em 1949". ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984). Bauru: EDUSC, 2005, p. 31.

Xukuru (PE) no período de operação das Ligas Camponesas" (CORRÊA, 2000, p. 45). A repressão política ficou mais intensa no Nordeste com o Golpe de 1964, pois os militares acreditavam que seria uma região propícia ao avanço do "perigo comunista", devendo qualquer mobilização ou organização considerada suspeita ser veemente reprimida (ANDRADE, 1989, p. 09). Assim, as Ligas Camponesas foram fortemente combatidas.

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E O DECLÍNIO DO SPI

No cenário nacional, o Serviço de Proteção aos Índios na segunda metade dos anos de 1950, entrava em uma situação calamitosa não apenas em decorrência da exploração do trabalho dos indígenas e de suas terras pelos funcionários do SPI, mas também pela contratação de pessoas desqualificadas para os cargos no órgão indigenista, escolhidas, na maioria das vezes, devido a motivos políticos. Com isso, o SPI foi "transformado em prêmio de barganha eleitoral entre os partidos políticos vitoriosos nas eleições de 1955, sendo entregue ao PTB" (RIBEIRO, 1982, p. 147). Já no início dos anos de 1960, o órgão indigenista tornou-se alvo de interesse dos militares, principalmente depois do Golpe de 1964, quando usurparam o poder[11].

---

[11] Segundo Mércio Pereira Gomes, com os militares no poder, os órgãos tutelares, como o SPI e depois a FUNAI passaram a ser controlados por eles. Apenas em 1984 é que se afastaram da FUNAI em decorrência das pressões dos movimentos indigenistas, da opinião pública e pelo período de transição política. "Mas se encastelaram nos setores de segurança e informação do Ministério do Interior e no Conselho de Segurança Nacional, de onde continuam a exercer o comando estratégico da FUNAI, independente de quem esteja à sua frente". GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possiblidade de convivência. Petrópolis: Vozes, 1991.

Nesse período, pessoas eram indicadas para os cargos no SPI devido ao seu parentesco com políticos[12]; outros, com apenas um ano de serviço, já recebiam certas vantagens como estabilidade no emprego, desrespeitando as normas vigentes para o servidor público (ROCHA, 2003, 57). Demais fatores contribuíram para o declínio do SPI como, por exemplo, o fato de mudar constantemente de Ministério[13], assim como o aumento da burocratização na administração do órgão. Segundo Darcy Ribeiro, havia pessoas "incapazes de compreender e de se identificar ideologicamente com a obra que se ligavam", sem compreensão do problema indígena e preocupadas apenas com "normas burocráticas formais, frequentemente inaplicáveis a uma atividade singular como a proteção aos índios" (RIBEIRO, 1982, P. 147).

Com a tomada do poder pelos militares em 1964 e a implantação de uma Ditadura no país, a situação do SPI ficou ainda mais difícil. Foi uma "fase de expurgo dos quadros mais políticos e antropológicos do órgão, como parte da política militar" (GOMES, 1991, pp. 186-187). Entre os funcionários demitidos, estava o médico sanitarista Noel Nutels que antes do Golpe de 1964 era o

---

[12] "O SPI teria caído nas mãos do jogo partidário e decaído paulatinamente até sucessivos escândalos nos anos de 1960, redundando em sua extinção em 1967 e na criação da FUNAI pela Lei nº 5.371 de 5 de dezembro de 1967". LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

[13] O SPI além de migrar para alguns ministérios durante as suas administrações, também passou por períodos de mudanças de ministros nos Ministérios, como destaca a pesquisadora Elena Guimarães: "entre os anos de 1956 e início de 1967, enquanto ainda estava subordinado ao Ministério da Agricultura, o SPI respondeu a nada menos que 12 diferentes Ministros da Agricultura, fora os Ministros Interinos, perfazendo um total de 16 Ministros". GUIMARÃES, Elena. *Relatório Figueiredo*: entre tempos, narrativas e memórias. Dissertação em Memória Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015, p. 34.

diretor do SPI. Nutels vai ser afastado por ter sido indicado ao cargo pelo presidente deposto, João Goulart, que o queria na direção do órgão indigenista para reconduzi-lo aos padrões da primeira metade de 1950 (GOMES, 1991, p. 88).

No mesmo período conturbado, muitos funcionários do SPI foram acusados de corrupção, apropriação indevida de bens e de terras indígenas, além de agressões contra indígenas, como prisões em cárcere privado e até inoculação de doenças como a varíola e muitos outros crimes, investigados e comprovados pelas Comissões Parlamentar de Inquérito de 1963 e 1968 e pelas Comissões de Inquérito realizadas entre 1967 a 1968[14] que deram origem ao Relatório Figueiredo[15].

Devido a estas várias denúncias de violência contra indígenas e casos de corrupção, envolvendo funcionários do SPI, o governo do Marechal do Exército, Artur da Costa e Silva se aproveitou da imagem abalada do antigo órgão indigenista para implantar a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), por meio da Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967[16]. Desse modo, os

---

[14] VER: BARBOSA, Rodrigo Lins. *O Estado e a Questão indígena*: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969). Mestrado em História. Recife: UFPE, 2016.

[15] É um documento que compõe basicamente três Comissões de Inquérito de investigação sobre casos de corrupção e crimes contra indígenas envolvendo diretores e funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Esse Relatório foi realizado entre 1967 a 1968, pelo procurador do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), Jader de Figueiredo Correia a mando do Ministro do Interior, o general Albuquerque Lima. Em 2012, este Relatório foi redescoberto no Museu do Índio pelo pesquisador Marcelo Zelic, pois até então, esse documento era considerado desaparecido.

[16] BRASIL. LEI Nº 5.371, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1967. Autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5371.htm>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

militares utilizaram o "novo" órgão indigenista "para servir de exemplo junto à opinião pública brasileira, justificando, assim, a reforma administrativa do Estado [...] no período que se seguiu ao Golpe de 1964" (ROCHA, 2003, p. 59). A FUNAI representaria um órgão indigenista associado à política *desenvolvimentista* e *de expansionismo* do Governo Ditatorial, em comunhão com a ideia de controle vinculada à Doutrina de Segurança Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos explanar como as populações indígenas passaram por processos ideológicos e integracionistas que negaram seus futuros, com criação de leis, políticas governamentais, correntes de pensamento social, onde os povos nativos estariam no estágio de extinção, fadados ao fim. No entanto, "as diversas populações portadoras de uma herança cultural, genética e moral" atravessaram séculos de riscos e incertezas e se propuseram a "reclamar os seus direitos históricos e a sua alteridade política" (MONTEIRO, 1999, p. 237). Os indígenas através de suas atuações na sociedade se fizeram visíveis, causando espanto para as pessoas que achavam que eles não existiam mais, como se tivessem presos no passado. Apesar de ainda verificarmos em muitos casos "nos manuais escolares e mesmo a historiografia profissional" uma certa tendência de "liquidar rapidamente com as populações indígenas, dando-lhes um certo destaque – como não podia deixar de dar – apenas nos anos iniciais da colonização". No entanto, em vários momentos da história, o indígena esteve presente, mas ainda persistem em colocá-lo como "invisíveis em grande parte da história que se ensina convencionalmente. [...] Fala-se dos índios de hoje como meros remanescentes, sobreviventes, resquícios que

continuam agarrados ao pouco que lhe resta após cinco séculos de depredação e espoliação". (MONTEIRO, 1999, pp. 237-238). Mas, são povos de resistência e protagonistas de suas histórias, como destaca o historiador John Monteiro:

> Muitos conseguiram sobreviver ao holocausto, recompondo populações dizimadas, reconstruindo suas identidades, enfim, se ajustando aos novos tempos. Contribuem, hoje, para rico painel de diversidade cultural que é, sem dúvida alguma, o patrimônio mais precioso deste país (MONTEIRO, 1999, p. 247).

Com os trabalhos recentes de historiadores, antropólogos, sociólogos e do próprio movimento indígena, a história dos povos indígenas "vem sendo recuperada e repensada [...] como parte indispensável do processo de revitalização étnica, na defesa dos direitos territoriais e, sobretudo, na reivindicação do direito de ser diferente" (MONTEIRO, 1999, p. 247). As novas pesquisas começam a recuperar o indígena como sujeito histórico com suas singularidades, objetivos, atuações, protagonismos, pensamentos e conquistas.

Nesse contexto, abordamos a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Nordeste, destacando os primórdios e as formas de pensamento inseridas nas políticas indigenistas que serviriam para descaracterizar o indígena e não garantir os seus direitos. Durante as administrações do SPI, muitas vezes, houve a omissão e a corrupção, provocando o favorecimento a grupos de proprietários de terras e empresários. Também, destacamos uma parte da trajetória do povo Xukuru no contexto de resistência, migração e protagonismo.

Nos anos de 1970, os povos indígenas ganharam visibilidade nos cenários nacionais e internacionais em decorrência das

organizações, das mobilizações e dos movimentos em defesa de seus direitos[17]. Alguns grupos não indígenas passaram a reconhecer os

[17] "Especialmente após a promulgação da Constituição Federal em 1988, cresceu em várias regiões do Brasil a formalização de organizações indígenas, com diretorias eleitas em assembleias, estatutos registrados em cartório e contas bancárias próprias. Trata-se, a rigor, da incorporação, por alguns povos indígenas, de mecanismos de representação política por delegação, para poder lidar com o mundo institucional, público e privado, da sociedade nacional e internacional e tratar de demandas territoriais (demarcação e controle de recursos naturais), assistenciais (saúde, educação, transporte e comunicação) e comerciais (colocação de produtos no mercado). Na sua maioria são organizações de caráter étnico de base local (por aldeia ou comunidade), como a Associação Xavante de Pimentel Barbosa, ou interlocal (grupo de aldeias ou comunidades), como a ACIRI, Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana, ou o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT). Sugiram também algumas organizações regionais – como a UNI (União das Nações Indígenas) do Acre, o Conselho Indígena de Roraima (CIR), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e, num âmbito maior, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Houve também a curta experiência de representação nacional da UNI (União das Nações Indígenas) que, aliás, nunca se institucionalizou formalmente. [...] O caso da UNI Nacional, que já não mais existe, é ilustrativo das dificuldades dos índios construírem formas estáveis e permanentes de representação de interesses no Brasil, com uma base tão profundamente diversa e dispersa. Fundada em 1979, num encontro patrocinado pelo governo estadual do Mato Grosso e sem conexão direta com as várias, assim chamadas, Assembleias de Lideranças Indígenas da década de 1970, incentivadas pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário), a UNI desempenhou com eficácia o papel de referência simbólica da indianidade genérica na conjuntura de democratização pela qual passou a sociedade brasileira nesse período, até o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Para tanto, valeu-se de um conjunto de alianças não indígenas que incluiu, entre outras, várias organizações não governamentais de apoio: o próprio CIMI, parlamentares de vários partidos políticos, associações profissionais, como a CONAGE (Coordenação Nacional dos Geólogos) e a ABA (Associação Brasileira de Antropologia)". RICARDO, Carlos Alberto. Os índios e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. *In:* GRUPIONI, Benzi; SILVA, Aracy Lopes da. (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos*

ensinamentos desses povos sobre como lidar com a natureza e preservá-la. Nesse sentido, os brasileiros lentamente começaram a despertar para os desequilíbrios ambientais causados pela sociedade industrial não sustentável. Enquanto os indígenas, na defesa dos seus direitos, estão cada vez mais atuantes em prol de uma sociedade justa e democrática.

Para o historiador que pesquisa sobre os povos indígenas, é necessário buscar os rastros do passado para cruzar com o presente, a narrativa não deve ser aquela que reproduz a história dos dominadores e vencedores, é fundamental romper com essa narração que muitas vezes, é abordada como oficial, os historiadores devem buscar a aparição dos sujeitos considerados invisíveis, representar as vozes que foram esquecidas ou não ouvidas. Por isso, precisamos ter a capacidade de enxergar a resistência dos povos indígenas, perceber a atuação desses sujeitos históricos contra a opressão e a exploração.

Para Walter Benjamin, o historiador é aquele catador dos escombros, procurando as vítimas que precisam ser relembradas, colocando o assunto como pauta inadiável de debate sobre a memória coletiva, para que nenhum crime passe despercebido. É necessário combater a história dos vencedores, arrancar a tradição do conformismo, "despertar o passado as centelhas da esperança [...] de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer" (BENJAMIN, 1987, pp. 224-225).

Historicamente, os povos indígenas sofreram com as políticas expansionistas e coloniais, foram silenciados, impedidos

---

subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Global; Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 2004.

de se reconhecerem como agentes históricos, porque o modelo imposto de narrativa nega suas existências, restando apenas à voz do "vencedor". As populações indígenas passaram por processos violentos e criminosos, alinhados com o capitalismo, sendo uma história ainda silenciada, mas aguardando novas pesquisas para entender e abordar como esses povos sobreviveram à discriminação racial, se reorganizaram e repensaram estratégias no combate a uma história que ainda é vista como a história dos vencedores.

Para Jeanne Gagnebin, no capítulo *Memória, História e Testemunho* do livro *Lembrar, escrever e esquecer*, o historiador deve "transmitir o que a tradição oficial não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo principalmente quando não conhecemos nem seu nome, nem seu sentido" (GAGNEBIN, 2006, p.54). Com relação à vida dos povos indígenas, podemos dizer que muitas vezes não é visível, pois suas perdas ou assassinatos dificilmente são lamentados, seus nomes raramente são divulgados, nem suas histórias e muito menos seus testemunhos ou relatos. Os atos de violência praticados contra indígenas aconteceram em vários momentos da história, como no período da ditadura civil-militar, onde a Comissão Nacional da Verdade[18] investigou vários casos. Porém, com relação aos povos indígenas é algo que dificulta ainda mais, pois ainda são vistos como selvagens, primitivos, arredios, ingênuos e até incapazes.

Quando nos debruçamos sobre a história dos povos indígenas, verificamos a permanência de silenciamentos nas

---

[18] CNV, Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Vol. 02. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>. Acesso em: 10 de setembro de 2021.

narrativas, porque só temos acesso à parte dos acontecimentos. Isso fica bem evidente quando o indígena é representado como personagem oculto ou exótico, sendo silenciado por um processo histórico que prefere ignorá-lo ou não reconhecê-lo como sujeito de resistência, sobrevivente de graves violações dos seus direitos, inclusive de existir.

No entanto, o historiador deve ter a capacidade de reagir com indignação diante de vidas consideradas não vivíveis ou irreconhecíveis. Captar e analisar as formas de resistência e ressignificação de histórias esquecidas, buscar nos documentos a verdade dos fatos, trazer histórias do passado que podem confirmar possíveis práticas de violência ou omissão do Estado, como aconteceu com o SPI, inclusive no Nordeste. É fundamental ter em mente que "a história não é repetição"; os acontecimentos novos e não pensados, criam uma conjuntura inédita, estando de maneira permanente a desafiar nossas maneiras de pensar e de agir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Sindicalismo rural em Pernambuco nos anos 60: lutas e repressão*. Revista Clio Série: História do Nordeste, Recife: UFPE, nº 22, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2018.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984). Bauru: EDUSC, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. *1964 e o Nordeste*: golpe, revolução ou contra-revolução? São Paulo: Contexto, 1989.

_____. *A terra e o homem no Nordeste*: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. *O índio Brasileiro*: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação/LACED, 2006.

BARBOSA, Bartira Ferraz. *Paranambuco*: poder e herança indígena. Recife: UFPE, 2007.

BARBOSA, Rodrigo Lins. *O Estado e a Questão indígena*: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969). Mestrado em História. Recife: UFPE, 2016.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol. 01. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CNV, Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Vol. 02. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

CORRÊA, José Gabriel Silveira. *A ordem a se preservar*: a gestão dos índios e o Reformatório Agrícola Indígena Krenak. Mestrado de Antropologia social. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

_____. Administração dos índios: as diretrizes para o funcionamento dos postos indígenas do SPI. *In*: LIMA, Antônio Carlos de Souza (org.). *Gestar e gerir*: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964*: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; OLIVEIRA, João Pacheco de. *A Presença Indígena na Formação do Brasil.* Brasília: Ministério da Educação/LACED/Museu Nacional, 2006.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. (Org.) *Memória do SPI*: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel*: a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Editora Global, 2006.

GABNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história e testemunho. *In:* GABNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever e esquecer*. São Paulo: 34, 2006.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, 1989.

GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possiblidade de convivência. Petrópolis: Vozes, 1991.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.). *Índios no Brasil*. São Paulo: Global; MEC, 2005.

GUIMARÃES, Elena. *Relatório Figueiredo*: entre tempos, narrativas e memórias. Dissertação em Memória Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Precariedade e vulnerabilidade dos trabalhadores na Amazônia: violência como regra. *In:* GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; GOMES, Angela de Castro. *Trabalho escravo contemporâneo*: tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS FILHO, João Roberto. (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*: novas perspectivas. São Carlos: EDUSCAR, 2014.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência*: questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1982.

MONTE, Edmundo. *Migrações Xukuru do Ororubá*: memórias e História (1950-1990). Dissertação em História. Recife: UFPE, 2012.

_____. *Histórias e memórias de migrações no Nordeste indígena*: o "vaivém" dos Xukuru do Ororubá (Pesqueira-PE). Revista Mnemosine, Vol. 7, nº 1, jan/mar, Campina Grande: UFCG, 2016.

MONTEIRO, John Manuel. *Armas e armadilhas*. *In:* NOVAES, Adauto. (Org.) A outra margem do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MOONEN, Francisco. *Pindorama Conquistada*: repensando a questão indígena no Brasil. João Pessoa: Alternativa, 1983.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. *O golpe e a ditadura militar*: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.

PALITOT, Estêvão Martins. A multidão Potiguara: poder tutelar e conflito na Baía da Traição ao longo do século XX. *In:* FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. (Org.) *Memória do SPI*: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011.

PERES, Sidnei. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-1967). *In:* OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.) *A viagem da volta*: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco. Uma etnologia dos 'índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". *In:* OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.) *A viagem da volta*: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

_____. *A presença indígena no Nordeste*: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

_____. Trama histórica e mobilizações indígenas atuais: uma antropologia dos registros numéricos no Nordeste. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.) *A presença indígena no Nordeste*: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, Kelly Emanuelly de. *Diga ao povo que avance! Movimento indígena no Nordeste.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A sociologia do Brasil indígena.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: UnB, 1978.

_____. *O índio e o mundo dos brancos*. Brasília: UnB; São Paulo: Pioneira, 1981.

_____. *A crise do indigenismo*. Campinas: UNICAMP, 1988.

OLIVEIRA, Tomas Paoliello Pacheco de. *Revitalização étnica e dinâmica territorial em Mirandiba*: alternativas contemporâneas à crise da economia sertaneja. Dissertação em Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização*: representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1982.

RICARDO, Carlos Alberto. Os índios e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. *In:* GRUPIONI, Benzi; SILVA, Aracy Lopes da. (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: Global; Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 2004.

ROCHA, Leandro Mendes. *A política indigenista no Brasil*: 1930-1967. Goiânia: UFG, 2003.

SANTANA DO Ó, Elaine. *Discutindo o trabalho indígena na Mata Sul de Pernambuco na metade do século XIX*. Mestrado em História. Campina Grande: UFCG, 2018.

SILVA, Edson. *História, povos indígenas e educação*: (re) conhecendo e discutindo a diversidade cultural. Seminário Povos indígenas em Pernambuco, SEDUC-PE, 2007.

_____. Expressões da cultura imaterial indígenas em Pernambuco. *In*: GUILLEN, Isabel Cristina Martins (Org.). *Tradições & traduções*: a cultura imaterial em Pernambuco, Recife: EDUFPE, 2008a.

_____. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá* (Pesqueira/PE), 1959-1988. Tese em História Social. Campinas, UNICAMP, 2008b.

_____. *Os xukuru e o "Sul"*: migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas. Recife: UFPE. Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 26-2, 2009, pp. 215-244.

_____. Xukuru: a conquista do posto. O início da atuação do SPI entre os Xukuru do Ororubá (Pesqueira). *In*: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. (Org.) *Memória do SPI*: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011a.

_____. *A afirmação dos índios no Nordeste*! Revista Crítica Histórica, Alagoas, nº 04, ano 02, 2011b.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *O renascer dos povos indígenas para o Direito*. Curitiba, Juruá, 2021.

SUAREZ, Maria Teresa S. de Melo. *Cassacos e corumbas.* São Paulo: Ática, 1977.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Org.) O *que resta da Ditadura*: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. 1964: O Golpe contra as reformas e a democracia. *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. *O golpe e a ditadura militar*: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas*: história de sangue e resistência indígena na Ditadura. São Paulo: Companhia da Letras, 2017.

POLÍTICA, MEMÓRIA E IDENTIDADES NO SERTÃO

Terço de nativos e nativas saindo de aldeia do sertão para guerra.
Detalhe de ilustração do mapa de Marcgraf impresso em 1647.
Desenho atribuído a Frans Post.

7

O SERTÃO E A COLONIALIDADE DO PODER

Tatiana Valença Ferraz [1]
Bartira Ferraz Barbosa [2]

A Idade Moderna ficou marcada pela atmosfera temporal e espacial da triangulação África, América e Europa. Nela, o projeto de globalização mercantilista dependia das relações geopolíticas estabelecidas na Europa e no Mediterrâneo em direção ao "Novo Mundo". Nessas relações passou a existir uma nova força para além da visão europeia. Um novo contexto de realidade antes inexistente às práticas de ocupação e dominação desenvolvidas pelas civilizações no Mediterrâneo. A América e seu desconhecimento do pecado original, e por isso liberta de culpa, somava um universo de diversidades culturais e práticas tecnológicas com avançados sistemas agrícolas, a exemplo das civilizações pré-colombianas. Conhecia também práticas de vivência harmoniosa entre a ocupação humana e a extração de suas vivências com a natureza, nos dias de hoje, conhecidas pela denominação de agrofloresta. Na América viviam sociedades com organizações políticas com

[1] Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
[2] Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutorado na Universidade de Barcelona, Espanha. Professora do Departamento do curso de História da UFPE.

complexidades de Estado, bem como, cacicados com seus morubixabas, suas propriedades linguísticas, identidades tão sui generis para uma vivência que buscou uniformes em um contexto que misturou em suas ações do fazer filosofia, religião e utilidade funcional. O oiko do continente americano subverteu os projetos de dominação já estabelecidos pela antiguidade e a medievalidade mediterrânea. (GILROY, 2001)

Entre os séculos XVI e XVII a ocupação territorial do litoral das terras brasileiras, ganha impulso para a interiorização em direção às terras "distantes" do mar, a partir da queda da dinastia de Avis, com a morte de D. Sebastião. Os portugueses e o território brasileiro foram submetidos a uma tutoria mais agressiva, extrativista e territorialista consequente do governo espanhol dos Filipes. No século XVII, o Brasil colônia foi palco para o combate econômico e geopolítico estabelecido pelo catolicismo cruzado dos espanhóis e os conglomerados comerciais forjados na Holanda. Desbravar e ocupar o interior brasileiro se configurou como uma disputa de posse territorial, dos meios de produção e extrativismo, das territorialidades doutrinárias espirituais e humanísticas entre as ordens mendicantes católicas e os reformistas protestantes. (SCHWARTZ, 1988)

Durante o século XVII, com o objetivo de apresamento de escravos índios, vendidos a dois cruzados por cabeça, as entradas inicialmente promoveram um despovoamento. As matanças e capturas chefiadas por Sebastião Álvares, Francisco Barbosa da Silva, Francisco de Caldas, Gaspar de Ataíde e outros caçadores de índios, provocaram muita rebeldia entre os gentios. A dita rebeldia indígena era uma das formas de resistência encontrada pelos nativos. Rebeldia utilizada pelos portugueses para acusá-los de selvagens ferocíssimos, na procura de obter tolerância dos padres.

Discordando da posição de Capistrano de Abreu, na qual a conquista de regiões no Nordeste e Norte não atingiam os sertões, José Antônio Gonsalves de Mello baseia-se em documento de 1591, referente a viagem de Gabriel Soares de Souza que, em busca de minas em terras ribeirinhas do São Francisco, atingia em 1639, o "sertão dos Rodelas". Enquanto para Capistrano na segunda metade do século XVIII não se penetrava em Pernambuco além de Bezerros, para José Antônio Gonsalves de Mello é inexplicável esta posição, mesmo admitindo haver um hiato na documentação pernambucana entre 1654, fim da guerra holandesa, e 1710. (Mello: 1966, 8)

Rebatendo a posição de Capistrano de Abreu, J. A. Gonsalves de Mello refere-se a três roteiros, através dos quais se chegaria ao sertão, partindo do litoral:

> *1º Caminho → "Caminho do Capibaribe até as nascentes, e contornando o território paraibano, atingia a ribeira do Pajeú, nos atuais municípios pernambucanos de Itapetim e São José do Egito, e por ela, seguia até o Brejo do Gama, de onde cruzava em direção a Cabrobó, à margem do São Francisco."*
>
> *2º Caminho → "Caminho do Ipojuca acompanhava o vale do rio Ipojuca e alcançava em seguida o vale do Moxotó, atingindo o rio São Francisco na Boa Vista".*
>
> *3º Caminho → "O caminho comunicando a Praça de Olinda com os sertões do São Francisco... o qual Azeredo Coutinho tinha mandado abrir durante o seu governo. Vê-se, que repete o traçado do caminho Ipojuca de 1738... Na verdade o Bispo Governador mandava examinar as distâncias, os pousos e águas para a comodida das boiadas". (Mello, 1966:8)*

Os três caminhos citados acima, retratam as possibilidades de atingir o rio São Francisco por terras pernambucanas. Imaginando uma viagem tão longa para levar gado ou mercadorias

para as fazendas do sertão, os caminhos do século XVIII se constituiram na melhor maneira de se atingir esse objetivo, pois que margeando os rios Ipojuca, Capibaribe, Pajeú, Moxotó e São Francisco estavam a maior parte das fazendas, povoados e vilarejos da época, que serviram de apoio para os viajantes. Por ser muito longa, a viagem exigia também água para saciar a sede dos animais transportados e para aqueles que transportavam mercadorias. Enfim, os rios formaram caminhos, deram apoio as atividades agro-pecuárias, possibilitando o povoamento ao longo de suas margens por todo o território pernambucano.

Outro roteiro nos é descrito por Padre Martinho de Nantes, que em 1671 embarcava, provavelmente no Recife, em direção sul pela costa do Atlântico, até atingir a foz do rio São Francisco, de onde, seguindo pelo mesmo rio, atingiu primeiro Penedo para chegar ao sertão de Rodelas e mais acima nas ilhas de Aracapá e Pambu. (Nantes, 1979:2)

Nos comentários de Barbosa Lima no livro Relação de uma missão no rio São Francisco, ele destaca como se havia aprofundado o povoamento no médio São Francisco, quando da chegada e estada do Padre Martinho de Nantes. Observa que no documento do capuchinho, o povoamento atingira o rio Salitre, junto a curva que o rio faz, quando se dirige para o sul, região onde existia o famoso sobrado, que dera nome à cachoeira de Sobradinho. (Hoornaert, 1992:40-41)

Na conquista e colonização do sertão fizeram parte as missões religiosas de catequização dos índios, já em andamento, em 1645, quando do aldeamento de Tapuyas chefiados por Francisco Rodelas, pessoa importante na luta contra os Holandeses. Recebeu por sua valentia a patente de Capitão dos

Índios da aldeia de Rodelas à margem do rio São Francisco. (Costa, 1983-1985: Vol.4:80)

Terço de nativos e nativas saindo de aldeia do sertão para guerra. Detalhe de ilustração do mapa de Marcgraf impresso em 1647. Desenho atribuído a Frans Post.

Pelo que escreve Borges da Fonseca na sua Nobiliarquia Pernambucana, sabe-se, com relação à conquista do território em questão, que André da Rocha Dantas, um nobre português, chegou a Pernambuco nos primeiros anos da sua povoação, foi o primeiro colonizador das terras do rio São Francisco, onde situou fazendas pastoris. Casou-se com dona Maria Barbosa, filha de um também povoador das terras do São Francisco, que dela teve muitos filhos, posteriormente aliados às famílias Lins de Porto Calvo, Marinho Falcão, Rego Barros e Vanderley. (Costa, 1983-1985: Vol.4: 483)

Também consta na Nobiliarquia Pernambucana que Custódio Álvares Martins havia sido senhor das Rodelas no Pajeú, onde ele fundou uma capela sob a invocação de São Pedro e um

engenho com o mesmo nome. Da capela de São Pedro nasceu o povoado assim denominado que em 1833 contava de 147 fogos e população de 771 habitantes e 81 escravos. O seu termo compreendia uma área de seis léguas de extensão sobre cinco de largura. (Costa, 1983-1985: Vol.4: 483)

A partir do período filipino, colonizadores e missionários passaram a ter maior incentivo, correspondendo a ruptura da linha de Tordesilhas, ainda que oficialmente tenha sido mantida em vigor, motivando a ocupação do sertão pernambucano. A conquista de terras em Pernambuco foi marcada desde cedo, pelo adentramento dos colonizadores, no sentido Leste-Oeste, e pela violência com que os portugueses se impuseram como denominadores de tecnologia. No entanto, esta ação foi o resultado de uma política de doação de terras e de patentes reais impostas pela coroa portuguesa.

A hidrografia brasileira propiciou o acesso às terras do sertão brasileiro e se tornou rota para colonos que implantaram novos ciclos econômicos para além do açucareiro do litoral pernambucano. Os grupos humanos seguiram a princípio as configurações de organização administrativa metropolitana, mas no decorrer de seu processo de construção social e econômica forjaram seus próprios mecanismos de existências e permanências longe dos olhos do rei. O microcosmo sertanejo diante do projeto globalizante tratou de estabelecer o que era possível e necessário no processo de colonização do poder em meio à dominação espacial, negociações de coexistências culturais e na formação de uma elite política e econômica, em alguns momentos conservadora da ordem política monárquica, em outros, liberal no afã de garantir patrimônios, privilégios, poder de barganha e autonomia administrativa. (MELO, 2003)

Em que pese a força das medidas reformistas de um governo absolutista moderno, no que diz respeito à região do sertão pernambucano, observamos que predominam as permanências, não ocorrendo rupturas significativas nas relações sociais. Mantém-se muito forte na sociedade local, por exemplo, a posse de terras como símbolo e importância sociopolítica, razão pela qual deveria ser esta repassada aos descendentes dos donos da terra.

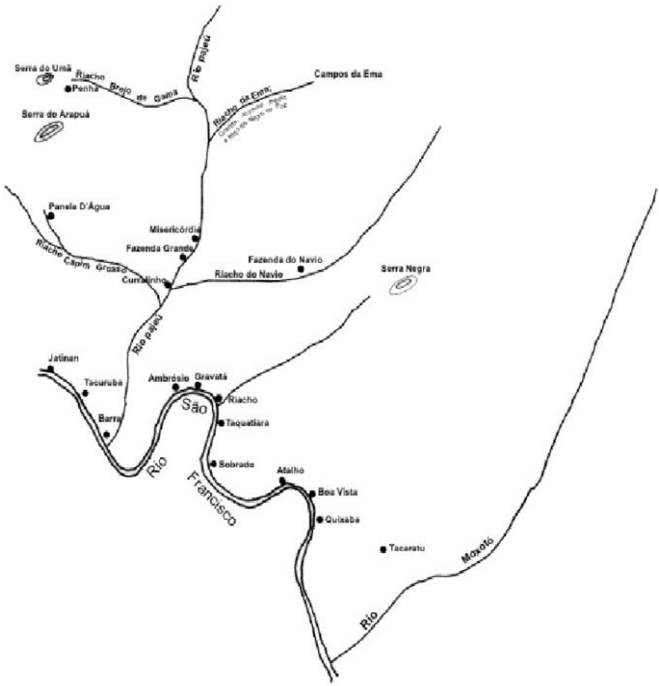
Permanecia muito forte, também, a tradicional relação entre patrimônio privado e a instituição da família. Nela o casamento era o meio de procriar filhos reconhecidos como legítimos herdeiros do patrimônio familiar, principalmente no que diz respeito à terra que era concebida como um "bem de raiz". Na época, a ideia era que a partir da prole a família se perpetuava e preservava seu status social. Isto se concretizava através da distribuição dos bens entre herdeiros legítimos que garantia às novas gerações as condições materiais de sobrevivência e lhes assegurava manter-se na condição social compatível com sua origem familiar. (FACHIN, 2001)

A região sertaneja da cidade de Floresta está situada no interior do Nordeste, no Vale do São Francisco, na região Submédio da bacia hidrográfica do São Francisco. O Vale do São Francisco compreende a região que é cortada pelo Rio, também chamado de Rio Brasileiro em face de sua importância no processo de integração do Brasil. O São Francisco nasce em Minas Gerais, tem 2.700 km de comprimento, a área de sua bacia mede 640.000 km, ou seja, 640.000 ha. Seu percurso passa pelo território dos estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e deságua no Oceano Atlântico.

A cidade de Floresta está situada no sertão do Vale do São Francisco, a 438 km da capital pernambucana. Foi erguida às

margens do Rio Pajeú que, tem a característica de ser um dos principais afluentes do Rio São Francisco, único Rio perene do sertão pernambucano. O Rio Pajeú é o maior curso de água na região florestana, cortando toda a cidade de Floresta. Além do Pajeú, a região é banhada por mais três afluentes do Rio São Francisco, que tiveram grande importância no processo de ocupação da área. São eles: o Riacho do Ambrósio, o Riacho dos Mandantes e o Riacho do Navio, o lendário riacho das fazendas de gado. (FERRAZ. 1992)

Figura 2: Mapa hidrográfico da Região do Vale do São Francisco



A ocupação colonial, assim como, e o desenvolvimento econômico e social de Floresta ocorreram durante o processo de

colonização da região franciscana, cujo início deu-se no século XVIII com a intensificação do desbravamento e conquista do interior do Nordeste. Neste sentido, foi importante a extensão do rio São Francisco e sua navegabilidade. O espírito de aventura, a necessidade de conquista de espaço e a busca de novas oportunidades despertaram, nos colonos, desejos de explorar riquezas escondidas e inexploradas existentes nas margens do Grande Rio. A interiorização dos colonos e a exploração dos recursos naturais da região franciscana, desencadeada pelas entradas e bandeiras, configuram o primeiro momento do processo de valorização econômica do Vale do São Francisco nos moldes do Sistema Colonial implantado no Brasil por Portugal. (ABREU, 1999)

Outros elementos são apontados por historiadores como motores do processo de ocupação da região do São Francisco. Muniz Bandeira, por exemplo, admite que dentre os motivos de ocupação desse território estão a proposta de instalação das missões jesuítas, franciscanas e capuchinhas na área; o desenvolvimento da criação do gado que, no litoral, ameaçava ocupar terras destinadas à produção do açúcar; e o combate à interiorização holandesa no território franciscano. (Bandeira, 2000)

Nelson Werneck Sodré, em sua obra Formação Histórica do Brasil, descreve o processo de desenvolvimento da economia pecuarista no nordeste em três contextos. A princípio, a economia do gado apresenta-se como uma alternativa para subsidiar a economia açucareira, ou seja, a criação do gado estava atrelada a atividades desenvolvidas no engenho. Contribuía no transporte, fornecia a força motriz exigida no processo de fabricação do açúcar nos engenhos tipo trapiche e, ainda abastecia a mesa de

senhores e escravos nas zonas rural e urbana do litoral. Neste momento o gado e a lavoura conviviam, na mesma propriedade, sendo o curral o quintal do engenho e o senhor de engenho o proprietário do gado e da grande lavoura. (Sodré, 1962)

O segundo contexto da criação do gado nordestino foi a concretização da separação entre o curral e o engenho, decorrente do crescimento dos rebanhos e a impossibilidade, na época, da junção de espaços destinados à agricultura e à criação de gado. A alternativa foi a interiorização da atividade pastoril em direção ao agreste. Apesar da separação dos espaços destinados ao engenho e ao curral, o senhor de engenho ainda permanecia como proprietário dos rebanhos. Outro dado interessante nesta segunda fase da criação do gado no Nordeste foi o fato de que o crescimento dos rebanhos gerou um novo caráter para a pecuária, o de uma atividade lucrativa para os colonos que a ela se dedicavam. Firmava-se, então, como uma alternativa economicamente viável, pois paralelamente ao crescimento dos rebanhos se configurava o crescimento do mercado interno de carne na colônia e de matéria-prima para utensílios do sertanejo no seu cotidiano. No âmbito do mercado externo, a pecuária respondia com a exportação de couro e oferecia matéria-prima para empacotar o açúcar.

O terceiro contexto da pecuária ocorreu com a efetiva separação entre o engenho e o curral. Foi quando o senhor de engenho perdeu o monopólio da criação. O adentramento do gado, o aumento dos rebanhos e a perspectiva de ampliação de mercado corroboraram para alta especialização da pecuária e a autonomia econômica e social dos colonos que utilizaram a pecuária como principal atividade. Os investimentos feitos

consolidaram a interiorização da criação do gado rumo aos sertões do Nordeste.

As características climáticas da região e o nível técnico da agricultura nos séculos XVIII e XIX, somados a outros fatores, como o movimento de interiorização da criação de gado no território nordestino, foram definidores da pecuária como principal atividade econômica desenvolvida e a formação do latifúndio na região florestana no início do século XVIII. É interessante observarmos que a área dispõe de riquezas naturais como abundantes jazidas de ferro, granito e pedreiras de calcário que, no período em questão, não foram exploradas no aspecto do extrativismo colonial. (ARAÚJO, 2000)

O desenvolvimento da economia local na fase colonial deu-se com o surgimento das primeiras fazendas destinadas à criação de gado nos territórios próximos ao Rio Pajeú, Riacho do Navio, Riacho Capim Grosso e Serra do Arapuá. Os respectivos territórios compreendiam as áreas das fazendas Curralinho, Paus-pretos, Misericórdia, S. Pedro, Panela-d'água, Riacho do Navio, Várzea-comprida, dentre outras que se configuraram como as principais unidades de produção agropecuária na região.

A valorização econômica e a ocupação da região florestana levada a efeito por colonos que ali instalaram seus currais data do início do século XVIII, quando a pecuária do Nordeste vivia a segunda fase de sua história. A propriedade de Fazenda Grande é um exemplo no processo de desenvolvimento da economia pastoril que resultou na formação de propriedades fundiárias, destinadas à produção pecuarista onde, também, eram desenvolvidas as atividades de subsistência para os moradores locais. Entretanto, o período de desenvolvimento da pecuária no sertão nordestino entre fins do século XVIII e todo o século XIX,

até os dias atuais, sofreu o que Celso Furtado veio chamar de uma involução econômica. (FURTADO, 1989)

Para o economista Celso Furtado, a base deste conceito está no processo de decadência da economia açucareira e na sua incapacidade de manutenção dos mercados periféricos que exerciam a manutenção da mesma, como por exemplo, a pecuária. Contudo convém acrescentar que nesta época o sertão já não monopolizava a produção pecuarista. A criação de gado ao longo do século XVIII difundiu-se no território colonial, principalmente nos mercados mais lucrativos como a região das Minas Gerais.

Os portugueses, ávidos por recuperarem-se do desequilíbrio das finanças do governo, consequência das desvantagens comerciais causadas pelo Tratado de Methuen, assinado com os ingleses, concentram suas forças na região Sudeste aurífera das Minas Gerais, transferindo a sede do governo metropolitano para o Rio de Janeiro. Todo um universo de urbanização e ocupação humana no Rio de janeiro muda. Muda também o ciclo pecuarista, transplantando o abastecimento interno e crescente comércio externo a partir de sua ampliação para a região Sul do Brasil.

A pecuária do sertão nordestino passou a ter uma participação marginal no mercado interno, face à competição dos grandes pecuaristas da região sudeste do Brasil, especificamente Minas Gerais, e os da região sul que negociavam em território fora das delimitações brasileiras. Consequentemente, o mercado consumidor sofreu um retrocesso. Até a comercialização do couro também sofreu com um processo de estagnação da economia regional. Desta forma a economia pecuarista passou a assumir um caráter muito mais de subsistência. Restou à criação de gado do

nordeste adaptar- se a um sistema de auto-sustentabilidade. (ARAÚJO, 2000)

A partir de então, a pecuária do Sertão nordestino teve uma participação marginal no conjunto da economia brasileira. A competição com os grandes pecuaristas da região Sudeste do Brasil, especificamente Minas Gerais, junto aos pecuaristas do Sul que, ainda, negociavam com territórios fora das delimitações brasileiras, mostrou-se desigual.

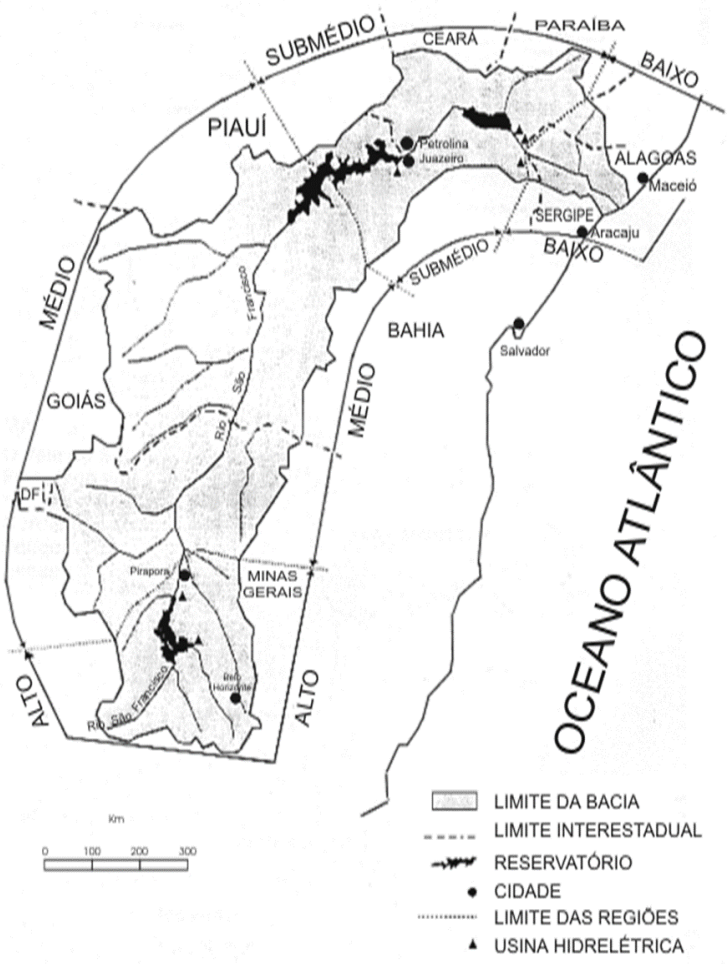
Em meio aos avanços de ocupação e urbanização das regiões Sudeste e Sul do país, as elites agropecuaristas forjadas no Sertão da região nordeste seguem suas trajetórias de existência e legitimidades em suas unidades produtivas nas posses latifundiárias sem suas garantias de autonomia política. (FAORO, 2001)

Em fins do século XVIII alguns povoados eram sede político-administrativa, daí porque dispunham de cartórios, escrivães, juízes, enfim, todo um aparato "legal". Em geral ocupavam a sede das freguesias. A mais antiga freguesia do Submédio São Francisco é a de Pajeú de Flores, cujo título data de 1783. Ali funcionava, também, a sede administrativa do Povoado de Fazenda Grande.

Pajeú de Flores está localizada na zona norte do Submédio São Francisco, mais especificamente na região denominada Sertão de Rodelas. Suas terras, como as de toda essa região da margem pernambucana do Rio São Francisco até a serra do Araripe, pertenciam, em grande parte, ao mestre de campo Francisco Dias d'Ávila, proprietário das posses que compreendiam a casa da Torre, legado concedido por governadores de Pernambuco. A paróquia que atendia a

população de Pajeú de Flores tinha a sede em Cabrobó, cujo título de freguesia foi recebido em 1786. (BANDEIRA, 2000)

Figura 1: Mapa da Região do Vale do São Francisco



Ao longo de seu percurso, o rio São Francisco foi ganhando cidades e municípios que foram surgindo com o desenvolvimento econômico de culturas diversas, como foi a do algodão, milho,

pequenas plantações de cana-de-açúcar responsáveis pela produção de rapadura e a pecuária. Essa diversidade na produção da região franciscana ganhou espaço no mercado de exportação, como foi o caso da criação do gado no sertão mineiro (séculos XVIII e XIX) e a cultura do algodão, desenvolvida no sertão pernambucano, que teve uma forte expressão no mercado de exportação entre as décadas de 60 e 70 do século XIX. Outras atividades econômicas apresentaram natureza regional e até mesmo de subsistência. Entretanto, foram as culturas econômicas de grande extensão comercial as responsáveis pela ocupação da área e desenvolvimento de cidades e municípios. (ALBUQUERQUE, 1996)

Entre os séculos XVIII e XIX o mundo ocidental em seu projeto globalizante, subverteu-se a uma ordem que, para além do desenvolvimento econômico das elites coloniais e metropolitanas, ganhava dimensões cada vez mais expressivas e estratégicas. A Idade Contemporânea inaugurou o duelo entre engrenagens que representavam modelos de um novo/velho mundo que se digladiavam. As chamadas Revoluções Burguesas do final do século XVIII iniciaram um efeito dominó, desencadeando nas primeiras décadas do século XIX a independência e a formação do Estado-Nação brasileiro. (ALENCASTRO, 1997)

Em meio a um território geograficamente continental, completamente heterogêneo em seus processos de desenvolvimento econômico, distante da lógica liberal do trabalho livre, assalariado, como parte da ordem industrial, o Brasil iniciava sua trajetória de nação a partir de perspectivas contrárias de organização de governo. Entre liberais e conservadores, as regiões e suas elites agrárias (os donos do poder) barganharam modelos de governo que oferecessem melhores vantagens aos donos dos meios de produção de um país de

mentalidades agrárias em plena era industrial, com status de império.

A constituição de 1824 garantiu o controle dos interesses heterogêneos das elites rurais por meio do poder moderador, fato que não agradou os projetos liberais influenciados pelo universo das revoluções burguesas. Com o retorno de D. Pedro I para Portugal, iniciou-se o período dos governos regentes, tutores de um estado conturbado, herdado por uma criança de apenas 5 anos. Revoltas eclodiram por todos os territórios brasileiros. Foram 9 anos de oscilações que flertavam entre o federalismo e o centralismo que desagradaram as bases de investimento do Estado e as necessidades das regiões representadas pelos interesses de seus grupos políticos. (HOLANDA, 1993)

Com o Golpe da Maioridade e a ascensão de Pedro II ao trono, as repressões e negociações com as elites agropecuaristas se deram em espaços de medidas de interesses divergentes. Por um lado, o poder de uma velha ordem se mantinha com base na permanência do escravismo e, por outro, a concentração de investimentos do Estado foi direcionada para a economia da região Sudeste do café e do gado.

Com as regiões Nordeste e Norte do Brasil sofrendo a míngua com as divisões de arrecadações do Estado, os coronéis (elite agrária) continuam no controle da população para a permanência das colonialidades de poder. Coronéis da elite das regiões citadas que, apesar de suas peculiaridades e características de produção, mantiveram interesses uniformes. O contexto dos debates do liberalismo econômico travados no segundo reinado de Pedro II alcançou a região do Sertão pernambucano. Revoltas e sanções organizaram o universo de construção política/administrativa do submédio franciscano.

Por muito tempo os municípios de Floresta e o de Tacaratú tiveram uma estreita relação administrativa, pois Floresta fez parte da freguesia de Tacaratú até 1846 quando recebeu seu título de vila de Floresta do Navio. No mesmo ano, a elite política florestana instaurou a Câmara Municipal da vila de Floresta, fato que possibilitou ao município maior autonomia em relação à Tacaratú. (COSTA, 1958)

Em 1849 a sede da vila de Floresta do Navio foi transferida para Tacaratú. Isto se deu, segundo a historiadora Maria Leda Oliveira Alves da Silva, devido a uma reprimenda por parte do governo imperial contra o posicionamento da elite política de Floresta em apoiar o movimento liberal conhecido como A Praieira, ocorrido em 1848. (SILVA, 1997)

O movimento de resistência denominado Rebelião da Serra Negra foi desencadeado por membros da elite política de Floresta do Navio e Pajeú de Flores. Tinha por líderes figuras como tenente-coronel Francisco Barbosa Nogueira Paz, Manoel Rodrigues Mariz de Pajeú de Flores. Em Floresta foram Joaquim de Souza Ferraz, Serafim de Souza Ferraz, o primeiro presidente da Câmara Municipal da Vila de Floresta, em 1846, e correligionário de José Rodrigues de Moraes, João Pereira dos Santos Castro e José Rodrigues de Moraes. Este último vereador de Floresta do Navio e presidente interino da Câmara Municipal nos anos de 1846 e 1847.

O motivo apontado como o estopim que veio a desencadear a rebelião da Serra Negra está associado ao processo de eleição realizado pelo governo conservador em 1849. Na ocasião foi enviada a Floresta uma comissão de fiscalização do processo eleitoral, evidenciando a preocupação do governo em relação ao posicionamento liberal adotado por membros da elite política florestana. A comissão eleitoral sofreu um atentado que resultou

no assassinato do Padre Joaquim José Veras, membro da comissão eleitoral. O inquérito do assassinato apontou José Antônio Pereira, proprietário da Fazenda dos Bois localizada em Floresta, como o autor do crime e, Francisco Barbosa Nogueira Paz, José Rodrigues de Moraes e Serafim de Souza Ferraz como mandantes do crime.

Os políticos liberais da região se rebelaram contra a acusação e a perseguição feita às pessoas acusadas no envolvimento do assassinato do Padre Joaquim José Vegas. Concluído o inquérito, os acusados amotinaram-se no território da Serra Negra e passaram a combater as tropas imperiais, nessa época, contando com o apoio dos políticos liberais da região de Floresta do Navio e Pajeú de Flores. Com a derrota dos rebeldes, Pajeú de Flores teve sua sede de município transferida para a povoação de Serra Talhada. Floresta do Navio também foi penalizada com a perda do título de vila para Tacaratú que assumiu a administração do município de Floresta do Navio. (SILVA, 1997)

A restauração da vila de Floresta só veio a acontecer em 1864. Uma hipótese levantada com relação a este fato está associada à deflagração da Guerra do Paraguai, em face da necessidade do governo Imperial de obter todo o apoio possível, incluindo as elites das vilas penalizadas pelo apoio à Praieira.

A implantação de uma nova ordem levada a efeito por Portugal em sua colônia americana deu origem a uma complexa relação de poder face à debilidade da estrutura burocrática do Império para atuar em todo o território da colônia e o consequente fortalecimento do poder das forças locais. É consenso entre os estudiosos que as relações sociais no Brasil foram marcadas pelo clientelismo e despotismo na sociedade do Brasil Independente. (Novais, 1981)

No sertão nordestino o despotismo e clientelismo ficaram como marca registrada da sociedade local. Estas características surgiram na fase de conquista e povoamento da área quando a atuação dos colonos não era submetida ao controle de Estado e o grosso da população gravitava em torno dos senhores de terra que se tornaram os donos do poder local. (GRAHAN, 1997)

A sociedade que se formou no sertão pernambucano fornece visões de como foi implantada a ordem pública no interior do Nordeste brasileiro. Entre os agentes históricos desse processo a mentalidade achava-se arraigada nos princípios e valores da sociedade ocidental europeia. Como o ambiente em que viviam era muito diferente, os grupos construtores atuaram com base na sua cultura, fazendo uma nova leitura dos códigos de leis e dos costumes europeus. Para a sobrevivência no novo habitat fez-se necessário adaptação. A nova ordem foi forjada através das relações familiares.

No bojo de um novo contexto econômico, na perspectiva do desenvolvimento de novas alternativas de produção e de mercado desencadeado no período imperial brasileiro, as atividades econômicas tiveram que conviver com as reformas de D. Pedro II quanto ao sistema escravista brasileiro e as constantes oscilações do mercado exportador. O surgimento de um mercado regional também compondo o quadro econômico no sertão, evidenciou o processo de desenvolvimento da sociedade, através das atividades econômicas que acarretaram numa formação de uma elite proprietária de terras, de gado e, concomitantemente, uma elite política.

Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. **O descobrimento do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez Editora,1996.

ARAÚJO, Emmanuel. **Tão Vasto, Tão Ermo, Tão Loge:** O Sertão e o Sertanejo nos Tempos Coloniais. In Revisão do Paraízo: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história.Org. Mary Del Priore. São Paulo: Ed. Campus, 2000.

BANDEIRA, Luiz Muniz. **O feudo:** a casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

COSTA, Pereira. **Anais Pernambucanos.** Recife: Secretaria do Interior e Justiça, Arquivo Público Estadual, 1958, vol. I.

_____,_____. **Anais Pernambucanos.** Recife: Secretaria do Interior e Justiça, Arquivo Público Estadual, 1983-1985, vol. VI.

FACHIN, Rosana Amara Girardi. **Em Busca da Família do Novo Milênio:** Uma reflexão crítica sobre as origens do Direito de Família brasileiro contemporâneo. Biblioteca de Teses, Renovar, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder:** Formação do Patronato político brasileiro. 3ªedição. São Paulo: Globo, 2001.

FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. **Floresta do Navio:** capítulo da História Sertaneja. Recife: Biblioteca Pernambucana de História Municipal. Centro de Estudos de História Municipal, 1992.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23 ed.. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência.** São Paulo: Editora 34, Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GRAHAN, Richard. **Clientelismo e política o Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de**. Transformações da estrutura econômico-social**. In. História Geral da Civilização Brasileira. II O Brasil Monárquico. 3. Reações e transações. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição, 3º vol. 1993.

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil**. Primeira Época. Petrópolis: Vozes, 1992.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império:** 1871-1889.Cap.I O norte, o sul e a proibição do tráfego interprovincial de escravos. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Três roteiros de penetração do território pernambucano. 1738 e 1802**. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

NANTES, Padre Martinho de. Relação **de uma missão no rio São Francisco.** São Paulo: Brasiliana, 1979.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial- 1550-1835. São Paulo: Companhia Das Letras, em coedição com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq, 1988.

SILVA, Maria Leda Oliveira Alves da. **Floresta do Navio:** cidade pernambucana do gado (1850- 1888), Dissertação de Mestrado em História. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1997.

SODRÉ. Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1982.

8 PERTENCIMENTO REGIONAL/LOCAL E EDUCAÇÃO: QUESTÕES DE ORGULHO E PRECONCEITO

Gilberto Moreira[1]

INTRODUÇÃO

"Moço, me dê sua identidade" - foi uma frase que me tomou de assalto e me fez reagir de forma quase irracional retrucando um "como assim?" indignado... Confesso que minha mente de pesquisador na área de educação e processos de subjetivação anda meio monopolizada pelas tantas questões de identificação e posições do sujeito, me fazendo custar a entender que a pobre moça do cadastro do cartão de crédito não queria nada além de minha documentação (e não meu suposto "direito de dizer quem sou"). Ao mesmo tempo, me ponho a perguntar o porquê dessa questão da nomeação, da categorização e da autoafirmação identitária ter se tornado algo tão complexo e tão problematizado nos dias de hoje (a ponto de fazer temer vê-la de mim subtraída!).

Causos à parte, vivemos um momento de esfacelamento dos sujeitos universais que leva, por consequência, à proliferação de particularismos e de identidades múltiplas que colocam as

[1] Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Bolsista CNPQ. gilberto.moreira@ufpe.br

diferenças em xeque o tempo inteiro (LACLAU, 2011). Conscientes ou intuídos de nossa incompletude, buscamos nos firmar identitariamente na teia imaginaria do social, ocupando, negociando ou inaugurando espaços estabelecidos por diferentes relações. Nesse movimento, buscamos companhia. Buscamos a autoafirmação de nossas posições através do outro, daquele que diz de nós, daquele que nos identifica e para o qual nos identificamos. Buscamos visibilidade, aceitação. Queremos e precisamos de reconhecimento. Pertencer a um grupo que partilha nossas características pessoais e interesses nos dá segurança.

Nesse sentido, o "orgulho de ser" mostra-se como a exacerbação desse sentimento de pertença: cultivo, muitas vezes, de lutas, de afirmações, de conquistas. Orgulhamo-nos de ser nordestinos, de ser sertanejos, de ser negros e negras, LGBTQIA+, brasileiras, brasileiros e tantas outras afirmações identitárias. Queremos *ter* "orgulho de ser". Afinal, esse orgulho nos surge como a possibilidade de positivação e consolidação do nome não apenas que identifica, mas sob o qual, muitas vezes, nos julgam, nos subalternizam. "Orgulho de ser" pode tornar-se resposta auto-afirmativa frente ao preconceito, frente ao apontamento do diferente, à vergonha. E se "ser" corresponde a afirmar-nos em relação ao outro, usamos cores, bandeiras, gestos e palavras que nos identificam. São discursos que nos constituem em distinção ao diverso, em detrimento àqueles que não somos. Pelo antagonismo, pela oposição, pela transcendência, constituímos a nós e a nosso diverso, nos diferimos em relação ao outro.

A inserção em uma identidade coletiva, por outro lado, reforça nossa condição de particulares dentro do universal. Um universo formado por outros tantos particulares que se delimitam por suas autodeterminações, pela diferença estabelecida com o

outro. Ao mesmo tempo, essa dinâmica do "ser" nos chega como a marca de uma fantasia, afinal, nunca *somos* em definitivo, mas *estamos*, sempre-já, *sendo* (LACLAU, 2011; LACLAU; MOUFFE, 2015a). Importante destacar, em paralelo, que as identidades coletivas não se isentam de diferenças internas, de antagonismos e contradições. Nós tampouco estamos imunes a sermos diferentes de nós mesmos, daquilo que já fomos, do que seremos no porvir. O pertencimento à coletividade, a grupos que se autodeterminam identitariamente, é algo com o potencial de nos fixar a determinadas formas prescritivas de existência e nos turvar a visão da própria dinâmica das diferenças. Nesse sentido, o mesmo "orgulho de ser" que nos empodera pode nos aprisionar. A resposta ao preconceito e ao apontamento da diferença pode ela mesma ser discriminatória e ser usada, também, para apontar.

Mas, afinal, o que teria a educação, nossas práticas pedagógicas e mesmo o currículo escolar a ver com isso tudo? Em duas pesquisas recentes (2017 e 2020) tivemos a oportunidade de entrevistar alunas e alunos do ensino médio do sertão e da região metropolitana de Pernambuco que nos falaram do orgulho que sentiam de ser oriundos e/ou viver em determinados bairros, cidades e regiões. Eram falas de autoafirmação, que expressavam afeto e certa "fidelização" a seus locais de moradia e existência, mas que estavam quase sempre associadas a narrativas de discursos contrastivos de inferiorização ou desvalorização desses mesmos lugares. Nessa lógica reativa, ao mesmo tempo em que reafirmavam seus orgulhos de pertencimento a despeito do preconceito narrado, as/os estudantes, muitas vezes, apontavam seus diferentes como opostos, como o "Outro" ao qual também se opunham e rejeitavam a condição, repetindo, de certa forma, o mesmo gesto de fixação, de apontamento e de discriminação por eles sofrido.

Foram falas que nos chamaram a atenção para o quão ambígua pode ser a dimensão identitária, que tanto empodera quanto pode interromper o próprio fluxo das diferenças. Ao mesmo tempo, pensando a educação, a escola e o currículo como proeminentes produtores de sentidos, de cultura, de subjetividades e, assim, da própria diferença, não há como não entender esses espaços também como significativos participantes dessa construção/reconfiguração identitária e de suas ambiguidades.

A partir dessas considerações, nos questionamos: poderiam esses sentimentos de diferenciação, de subalternização e de inferiorização estar relacionados à pratica curricular em seu sentido mais amplo? Até que ponto o ensino sobre a cultura e a história locais tem o potencial de despertar sentidos de diferenciação e de diversidade no processo de subjetivação e reconfiguração identitária dos/as estudantes? O quanto estaríamos nós, educadoras e educadores, implicados nessas construções de orgulhos e preconceitos ao traduzirmos o texto curricular em termos de ações docentes e de políticas de produção e controle de sentidos?

Essas são reflexões que nos levam ao objetivo de investigar como discursos do "orgulho de ser" se desenvolvem e se manifestam entre estudantes do semiárido e de áreas periféricas da região metropolitana de Pernambuco, em resposta ao preconceito e à inferiorização de categorias identitárias relativas ao pertencimento local e regional. Para este estudo, utilizo informações de duas pesquisas realizadas entre os anos de 2017 e 2020, sobre processos de subjetivação a partir do currículo e do cotidiano escolar, que envolvem entrevistas com estudantes de escolas públicas estaduais tanto da região metropolitana da cidade do Recife quanto da região do semiárido pernambucano.

Para melhor exposição, o capítulo se subdivide em três blocos de análise e em uma breve seção que descreve os ambientes e os contextos das pesquisas. No primeiro bloco, apresentamos os principais conceitos teóricos que embasam nossa leitura sobre os processos de subjetivação que levam à construção do "orgulho de ser" como categoria discursiva e a suposta interdependência entre os significantes orgulho e preconceito. No segundo bloco, trazemos as análises das falas das/os estudantes sobre seus discursos de pertencimento e do "orgulho de ser" manifesto em nossas pesquisas. Esse bloco é antecedido pela seção descritiva do cenário das pesquisas e de seus protagonistas. No último bloco, tentamos evidenciar o quanto as relações entre os significantes orgulho e preconceito podem estar embrincadas nas práticas curriculares e acabar por ocultar relações com a dinâmica das diferenças.

Ao empregar uma abordagem teórico-metodológica baseada na teoria pós-estruturalista do discurso de Laclau e Mouffe (2015a), tentamos evitar um modelo de análise cujas identidades e relações entre os sujeitos sejam percebidas como algo particular e estático. Em associação a essa perspectiva, nos fundamentamos também em determinados conceitos da psicanálise lacaniana, na qual o sujeito não pode ser visto como elemento estático e preso à estrutura social (FINK, 1998). Esse é um campo ontológico aberto, de identidades relacionais, no qual a contingência impede a fixação tanto das relações quanto das próprias identidades. Por outro lado, como a identidade depende inteiramente de condições de existência que são contingentes, sua relação com essa contingência é absolutamente necessária. O antagonismo, assim, cumpre dois papéis contraditórios ao bloquear a plena constituição da identidade ao mesmo tempo em que se torna parte de sua condição de existência (LACLAU, 2000b).

Essa mesma condição de contingência e antagonismo, no campo da educação, é claramente percebida nas políticas de currículo. Afinal, esse é um ambiente de disputas, de articulações hegemônicas e de permanentes "renegociações" entre os diferentes interesses sobre o que se considera necessário estabelecer-se no texto curricular. Nessa dinâmica, fronteiras políticas e identidades também são construídas de maneira sempre provisória (LOPES; MACEDO, 2011).

Na perspectiva discursiva, o questionamento de uma suposta "naturalidade" da realidade constituidora do problema é, por si, um movimento de intervenção sobre essa realidade (OLIVEIRA et al, 2013). Dessa forma, ao objetivar a investigação como discursos do "orgulho de ser" se manifestam entre estudantes de Pernambuco em resposta ao preconceito e à inferiorização identitária, procedemos uma análise crítica e ampla do que se enuncia. Afinal, são esses discursos e suas articulações que tendem a fixar sentidos de efeitos universalizantes a relações de caráter particular e diverso.

Questões de orgulho e preconceito de ser

Trabalhos acadêmicos que tratam do tema do "orgulho de ser" têm sido produzidos com certa frequência nos últimos vinte anos. Vivemos, de fato, sob a emergência de novas identidades (feministas, LGBTS, negros, ambientalistas, tribos urbanas, movimentos conservadores religiosos, dentre outros) (BURITY 2010) e os reflexos sobre tal produção acadêmica podem muito bem ser considerados sintomáticos. Nesses estudos, entretanto, a noção de "orgulho" aparece como algo dado, como um fenômeno autoexplicável, natural e até previsível.

Em uma acepção ampla, o termo "orgulho" guarda sentidos de exacerbação, de soberba, de sentimentos que o fazem configurar, inclusive, como um dos pecados capitais. Para este estudo, entretanto, fazemos um recorte desse termo em uma categoria que chamamos de "orgulho de ser". Essa categoria aparece relacionada a questões raciais, como no artigo sobre a instituição de um "Dia do Orgulho Negro" (MESQUITA, 2020); a questões de gênero e sexualidade, como nos estudos sobre a Parada do Orgulho LGBT, de Abranches Júnior, Almeida Neto e Freitas (2021) e de Cotta e Cabral Filho (2015); bem como a questões de pertencimento regional ("orgulho de ser nordestino"), como no artigo de Oliveira, Silva e Gaião (2018), dentre outros.

Nesses e em vários outros estudos, entretanto, "orgulho" aparece como algo *natural*, fenomenologicamente ocorrido: sentimento preexistente às relações que estaria, por algum motivo, agrupado em um repertório de possibilidades de sensações humanas. Mesmo em uma tese que investiga o porquê das manifestações de orgulho de ser nordestino entre pessoas de "classes subalternas" (MELLO, 2006), não se propõe uma problematização ou, ao menos, um debate sobre o que se descreve como "orgulho".

Em nossa abordagem teórico-metodológica, o orgulho, bem como outros termos que descrevem sentimentos, emoções e sensações, são compreendidos como *significantes*, ou seja, palavras capazes de abrigar diferentes sentidos (LACLAU, 1993). "Orgulho" pode indicar altivez, arrogância, mas também satisfação e contentamento. Utilizamos "orgulho" para desdenhar ou para enaltecer. Por essa característica, então, de poderem se esvaziar e se preencher de diferentes sentidos, os significantes comumente

tornar-se alvos de lutas entre forças político-discursivas opostas que tentam fixá-los a configurações particulares (LACLAU, 1993).

É justamente nessa direção que o "orgulho de ser" nos indica a possibilidade de positivação e consolidação de identidades em resposta a preconceitos, discriminações e apontamento de diferenças. Afinal, somos *constituídos* por nossa *destituição*, pelo que nos falta. A falta constitutiva é o que nos faz buscar a completude, a fixação de uma identidade positiva (ideal). São os *atos de identificação contínua* que nos levam a experimentar diferentes configurações sociais (papéis, posições ideológicas e práticas de consumo) em uma busca infinda por nossa firmação identitária. Nossa fantasia de "ser", dessa forma, se manifesta nos projetos, posturas políticas, status social e possibilidades de consumo impulsionada por desejos e medos. Ao mesmo tempo, é essa configuração que organiza nossa dimensão afetiva e nos permite transgredir e desejar para além dos horizontes de nossa completude (GLYNOS; STAVRAKAKIS, 2008).

Por outro lado, dentro do campo aberto, relacional e, acima de tudo, antagônico que constitui o social, é esperado que esse nosso desejo de ser, de nos autoafirmar, se depare com o oposto, com o contraditório. Essa é justamente a força antagônica sobre a qual nos referimos antes (LACLAU, 2000a) que tanto impedirá nossa fixação identitária quanto, frente a ela, tentaremos reafirmar nossa autodeterminação. Daí o "orgulho de ser" como resposta ao constrangimento, ao preconceito, à intolerância, ao que se aponta como vergonha ou ameaça da identificação e da própria existência.

O "orgulho de ser", como essa resposta auto-afirmativa, ganha contornos de ato político e, como tal, produtor de sentidos e constitutivo, ele mesmo, de atos de identificação. Torna-se categoria discursiva a atuar tanto linguística quanto extra-

linguisticamente em um sistema relacional com outros discursos e significantes. Dessa forma, o "orgulho de ser", como formação discursiva, constitui posições do sujeito como agente social (LACLAU; MOUFFE, 2015b).

Essa é a lógica encontrada, por exemplo, em estudos como o de Andrade (2015), que percebe a influência do jornal *Lampião da Esquina* na construção de uma política de afirmação da identidade homossexual, no Brasil, entre os anos de 1970 e 1980. Em sua abordagem, o autor expõe o "orgulho de ser" como instrumento de agência dentro de um determinado campo político-partidário. Essa também é a lógica de análise que empregamos na compreensão dos discursos de estudantes pernambucanos que se identificam como "nordestinos", "sertanejos" e/ou "periféricos".

Na fala desses/as estudantes, o "orgulho de ser" é um significante recorrente, que emerge e compõe discursos de pertencimento que se propõem para além da descrição do bem estar ou do contentamento. Sempre associado ao preconceito e à discriminação justamente dessas condições (de "nordestinos", "sertanejos" e/ou "periféricos") que lhes são afirmadas e que, pela qual, eles e elas se autoafirmam, o "orgulho de ser" surge como uma ação de resistência e, ao mesmo tempo, de legitimação. Orgulho e preconceito tornam-se faces de uma mesma moeda, dois lados de um mesmo discurso de categorização, fixação, diferenciação e discriminação pelo local de origem, que perpassa a sala de aula nos conteúdos de nossa História Regional.

O preconceito de origem, entretanto, é uma entre várias formas de discriminação, de apontamento de diferenças e mesmo de exclusão. Trataremos dele mais especificamente nas linhas que seguem, não por priorizá-lo como gatilho ao "orgulho de ser" responsivo, mas porque é esse justamente o tipo de preconceito que

surge como discurso chave em nossas pesquisas com as/os estudantes de Pernambuco.

O preconceito de origem é tema bastante explorado por historiadores como Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Debruçado sobre a tentativa de compreender o mito da identidade nacional, cujo embrião remonta ao século XIX, esse autor narra todo um processo de construção simbólica e discursiva de uma nacionalidade (à) brasileira. Nesse processo, os movimentos culturais regionalistas e a manutenção de uma estrutura colonial elitista foram protagonistas da formação de um tipo de identidade que mais estereotipou e excluiu do que nos agregou em torno de um sentimento de nação. O sertanismo, nesse caso, por exemplo, acabou levando o habitante do interior a uma centralidade contrastiva com o indivíduo dito urbano: "*Ser ou vir do campo passa agora a marcar negativamente as pessoas*" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 67).

Nessa mesma perspectiva, Albuquerque Júnior tratará mais especificamente do Nordeste, informando que esse recorte regional haveria surgido por reivindicação das elites açucareiras e que acabou sendo associado à ideia de decadência, de carência e de necessidade de atenção especial frente sua aridez típica: um espaço que já nasce fadado a ficar para trás "*no processo de desenvolvimento do país*" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 101). Ainda para esse autor, a "invenção" do Nordeste gerou, a reboque, a "criação" do próprio povo nordestino:

> (...) era preciso que um homem novo surgisse, em dia com as transformações que estavam ocorrendo, capaz de manejá-las, mas ao mesmo tempo capaz de preservar as tradições e a memória de um passado de glórias (...). O nordestino deveria atualizar as qualidades dessas antigas figuras, entre

> elas, a de ser "macho", forte, destemido, ativo, brigão, orgulhoso, capaz de defender seus interesses e de seu povo (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 227).

Esse teria sido o motivo do discurso da figura rude do cangaceiro, que violentava, estuprava e não lhe permitia a desonra, se concretizar e engessar no imaginário popular como símbolo descritor do nordestino. Ao narrar tal construção na forma de uma linearidade histórica apenas, acaba-se incorrendo na possibilidade de justificá-la e até mesmo naturalizá-la quase que fenomenologicamente. Quando não problematizado, esse é um discurso que pode ser deslocado de toda uma discussão sobre a política de diferenças e acabar por tornar-se uma categoria universal.

Daí as generalizações, os estereótipos, o apagamento da individualidade e o atropelamento das diferenças. Nordestinos, sertanejos, interioranos (bem como qualquer outra categorização regional, racial, religiosa, sexual, etc.) tornam-se todos iguais - uma classe única a ser identificada, apontada e, ao sabor do contexto, louvada ou execrada. Essas são categorias que se inauguram previamente em relação ao sujeito e que, de forma hegemônica, constituem tentativas de fixação e controle dessas próprias representações: "*o processo de nominação não está contorcido por qualquer limite conceitual a priori, é ele que determinará de forma retroativa o que precisamente se nomeia*" (LACLAU, 2000b, p. 57).

São discursos como esse que povoam o ideal de completude identitária (fantasia) de estudantes como os do semiárido pernambucano e que lhes criam uma referência de existência e de relação com o Outro. São categorizações que se tornam tentativas de (re)construção/disputa de sentidos – lugar de subjetivação política e de reconfiguração de realidades. Os sentidos das

diferenças, assim, surgem tanto como um padrão social quanto como uma fuga desse padrão. Afinal, uma vez que as estruturas não são formadas por posições ou categorias em que os sujeitos simplesmente se "*encaixam*", é pela própria tentativa do sujeito de preencher seus espaços em busca de seu ambíguo ideal de completude que ocorre o processo de identificação (LACLAU, 2000b).

Aceitar-se, assumir-se e orgulhar-se de ser identificado/a como "periférico", "sertanejo", "jovem", "negro", "gay", etc. é, assim, não apenas inserir-se em uma identidade coletiva, prefixada e controlada, mas sentir-se dela também se apropriando, se servindo, se utilizando. Afinal, é essa identidade coletiva que reforçará nossa condição de particulares dentro do universal. Orgulhar-se de ser, para além do contentamento, é empoderar-se. Responder ao ataque servindo-se das mesmas armas.

Assim sendo, entretanto, não estaríamos nós, orgulhosos de si, também estabelecidos nesse regime de apagamento das diferenças, de prescrição de ações e de apontamento/discriminação do Outro? Orgulhosos de si, sobre quem estaríamos exercendo nossa soberba? Isso é o que pretendemos investigar a partir da fala dos estudantes da região metropolitana e do semiárido pernambucano. Antes, entretanto, faremos uma breve descrição do cenário discursivo dessas narrativas.

O cenário da pesquisa e a descrição de seus protagonistas

A pesquisa de 2017 objetivava investigar os processos de subjetivação de alunas e alunos do ensino médio a partir de um contraste entre os currículos de escolas da rede pública e de instituições de ensino não escolar (ou não formais) (MOREIRA,

2017). Como essas instituições estavam localizadas em bairros da periferia das cidades de Olinda e Recife (região metropolitana) e no sertão pernambucano, na cidade de Serra Talhada, ouvimos estudantes que também viviam nessas localidades e que participavam, concomitantemente, desses dois espaços de ensino. Essas instituições atuam na formação técnico-profissional, na preservação da memória histórica e ancestral, nos cuidados com a segurança e a saúde e na valorização da comunidade.

Na investigação realizada em 2020[2], dentro de um estudo que se inicia em 2018 e deve ser concluído em 2022, entrevistamos gestores/as, professores/as e estudantes de escolas da rede pública da cidade de Serra Talhada apenas. Essa é uma cidade que está localizada a 320 quilômetros de Recife e que apresenta a peculiaridade de ser a cidade onde nasceu Virgulino Ferreira, o famoso cangaceiro Lampião. Esse é um fato bastante explorado comercial e culturalmente pela cidade. Além disso, um número significante de remanescentes do espectro histórico/cultural/simbólico do cangaço (descendentes de cangaceiros, de soldados que combatiam os grupos errantes e de pessoas cuja existência foi, de alguma forma, reconfigurada por esse fenômeno) ainda vivem na cidade.

Em ambas as pesquisas foram realizadas entrevistas coletivas, na forma de oficinas didáticas, e individuais com alunas e alunos do ensino médio. A análise do discurso foi a ferramenta de verificação usada para a apontar indícios extralinguísticos de realidades e de construções da própria ordem social através da comunicação (MANGUINEAU, 2015). O *ethos*, por outro lado, foi

[2] Projeto de tese para doutoramento em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco.

fator relacionado ao "tom" que os enunciadores anexaram a seus discursos. Ele foi percebido na entonação da voz, no vocabulário empregado, nos gestos e na direção dos argumentos (MARTINS, 2007; MANGUENEAU, 2011). As entrevistas individuais foram realizadas no formato *narrativo* (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002) e seguiram as orientações da *entrevista como gênero discursivo* (ROCHA *et al*, 2004; SILVEIRA, 2007). Para as entrevistas coletivas (oficinas didáticas), utilizamos um modelo híbrido entre as formas de entrevista citadas e a técnica do *grupo operativo,* na qual o coordenador indaga e problematiza as falas, dando oportunidade para os integrantes pensarem, falarem de si e elaborarem suas próprias questões (BASTOS, 2010). A forma como as/os estudantes constroem seus discursos e as relações que estabelecem discursivamente com seu entorno social também foram entendidas como meios potentes de dizer de suas atitudes e dos contextos nos quais elas se moldam.

"Eu só quero é ser feliz... e poder me orgulhar"

A pergunta sobre o significado de morar em bairros ditos "periféricos" e em uma cidade do "sertão" foi feita aos estudantes na pesquisa de 2017. O sentimento expresso em todas as respostas era o de que eles/elas não abririam mão do desejo e/ou da oportunidade de sair em busca de outros espaços, mas que o fariam muito mais por uma questão de conveniência (deixar de pagar aluguel ou evitar experiências de violência) ou por algo que simbolizasse uma real ascensão social dentro de uma lógica imaginária (ir para outro país, ter a chance de morar em um local mais seguro, etc.).

Mesmo nos casos em que se relataram incômodos como a violência, com a falta de estrutura, ou pela construção de um imaginário de inferioridade e precariedade em relação a determinadas áreas da zona urbana, o sentimento de vínculo com o local e com as pessoas que o compunham fez parte do discurso da maioria. Interessante perceber, principalmente entre os/as estudantes da região do semiárido, o quanto essas narrativas sobre uma suposta precariedade de seus locais de existência estavam geralmente envoltas em uma seriedade que beirava o constrangimento, a indignação e um sentimento de vergonha. Diante dessa percepção, tentamos aprofundar a observação desse *ethos* discursivo e mencionamos, para esses estudantes do sertão, alguns dos fatos narrados pelos/as alunos/as da zona urbana quanto à violência em seus bairros e em suas escolas. Instantaneamente, percebemos a surpresa e o desconcerto dos indivíduos do semiárido. Isso nos levou a compreender, mais uma vez, o quanto os fantasmas e mitos das lógicas sociais relacionados aos lugares de existência e de origem são capazes de interferir no processo de subjetivação dos sujeitos.

Segundo Dayrell e Carrano (2014), o bairro, a comunidade e a periferia representam, para um "jovem de baixa renda", um espaço de interações afetivas e simbólicas que lhes afirmam um lugar numa cidade que os exclui. Esse é um tipo de afirmação, ainda comum em nossa literatura acadêmica, que representa um risco (bem como um comprometimento) de fixar determinadas características de identidade a sujeitos e/ou instituições em detrimento de observações mais atentas às particularidades.

A disputa pela universalização/categorização das relações é algo que vai de encontro ao polimorfismo social, cuja ideia de essência nunca consegue ser totalmente preenchida. Por outro

lado, compreendendo as identidades como relacionais, temporais e instáveis, é possível perceber o social em constante tentativa de articulação e constituição de seu próprio objeto. O sujeito, assim, tanto *está sendo sempre* quanto *é sempre-já* afetado por essa polissemia de cores, formas e sotaques, quanto pela ambiguidade, provisoriedade e incompletude em sua construção identitária (LACLAU; MOUFFE, 2015a – grifos nossos).

Na investigação de 2017, alunas e alunos moradores/as de bairros considerados periféricos da região metropolitana do Recife rejeitavam a forma preconceituosa que suas comunidades eram retratadas pelas mídias: como locais violentos e inseguros para a parcela da população considerada como "jovem". Essas informações foram corroboradas na investigação de 2020. Entre os/as estudantes do semiárido pernambucano, observamos que discursos que afirmam o sertão como um lugar distante, precário e sem oportunidades de sobrevivência ou desenvolvimento pessoal foram sistematicamente rejeitados pela grande maioria dos/das alunos/as.

Além dessa reafirmação de seus lugares de existência, percebemos também significativas manifestações de um sentimento de "orgulho" por pertencerem às "tradições sertanejas", a despeito das demonstrações de preconceito e discriminação que dizem saber existir. Em seus depoimentos, revelaram já haverem ouvido ou lido denotações negativas sobre o sertão e/ou sobre o Nordeste de pessoas, inclusive, com status de autoridade política de ampla representatividade nacional. O que nos chamou bastante atenção, por outro lado, é que várias dessas expressões de "fidelidade" ao local de origem e/ou moradia, bem como muitas das manifestações do orgulho de ser sertanejo ou periférico dos/as alunas/os, vinham

acompanhadas de discursos também discriminatórios em relação a outras possibilidades de existência.

A rejeição da possibilidade de morarem em outros bairros ou cidades com configurações discursivas que prometem melhores condições de segurança e/ou de infraestrutura pode nos levar de volta ao argumento de Carrano e Dayrell (2014) que consideramos comprometido. Esclarecemos, entretanto, que não se exclui, obviamente, a possibilidade dessa rejeição se dar por uma ideia fantasiosa de não pertencimento ou pelo medo da não aceitação. Da mesma forma, não se ignoram as práticas de *apartheid* ainda hoje vivas em vários locais onde se segrega pela cor da pele, pelas manifestações de gênero/sexualidade, por crenças religiosas, etc. Uma coisa, entretanto, é perceber *casos* em que a autoexclusão ou o medo real ocorrem e outra é, justamente, *generalizar* o comportamento, prescrevendo-o, de certa forma, a uma determinada categoria (no caso, a dos indivíduos economicamente desfavorecidos). Indivíduos que não necessariamente pertençam a uma condição de "baixa renda" podem ser excluídos (e o são, de fato) por tantos outros critérios. Da mesma forma, não se pode desprezar a possibilidade dessa pessoa rotulada como "jovem de baixa renda" vir a obter sucesso em sua adaptação em qualquer outro lugar de moradia. O que compromete afirmações categóricas, como a desses autores, é, justamente, a tentativa de universalização ou de essencialização de determinada identidade em meio à profusão das relações sociais, de seu antagonismo e das inúmeras possibilidades de articulação e constituição subjetivas.

De volta às narrativas, o que acabou por se tornar alvo de investigação deste estudo foi o fato de muitas das manifestações de "orgulho de ser" ocorrerem em resposta ou reação à discriminação fantasiosa, mas de elas próprias virem também associadas a

expressões de rejeição e de preconceito. Isso aconteceu, principalmente, quando os/as estudantes do semiárido pernambucano elegeram a "cidade grande" como seu Outro - como o diverso ou oposto àquilo que percebem como suas realidades.

Nessas expressões, chamou a atenção a espontaneidade. Em nenhum momento da entrevista perguntamos, direta ou indiretamente, a opinião das/os alunas/os sobre outra configuração territorial senão a delas/es próprias/os. Ao falarem de sua cidade ou região, entretanto, faziam-no muitas vezes de forma comparativa, como que para reforçar o argumento ou a opinião. Ao se falar, por exemplo, da ideia propagada de que as cidades do semiárido são pouco desenvolvidas, a crítica às cidades consideradas "grandes" como lugares perigosos e violentos surgia quase que instantaneamente. Em outro caso, em uma discussão sobre possibilidades de diversão em sua cidade, a ideia da falta de atrativos foi relativizada da seguinte forma: "Mas todo lado ruim tem o seu bom, pois não tem a correria da cidade grande", disseram alguns/mas alunos/as. Em uma discussão sobre oportunidade de emprego, essa relativização foi exemplificada na seguinte fala de um/a aluno/a (transcrição literal):

> É muito mais fácil você se desenvolver em cidade pequena do que em cidade grande, porque em cidade grande temos grandes quantidades de favela. E se tem favela é porque as pessoas não conseguiram emprego. Aqui você não vai ver nenhuma favela. Mesmo tendo pessoas que não conseguiram emprego, elas têm meios pra se conseguir se sustentar. Lá não têm. Porque, apesar de ser uma cidade grande, a demanda é muito pouco pra o tanto de pessoas. Aqui não tem tanta concorrência.

O "orgulho de ser" foi manifesto de forma ainda mais fantasiosa quando realizado através de generalizações ou tentativas de categorização dos/as sertanejos/as: "geralmente *pessoas do interior* têm mais força de vontade pra correr atrás". Ou "as notas das *nossas escolas* são mais altas do que *as deles*" (referindo-se aos exames de avaliação do ensino médio). "Então, se alguém for burro, os burros são *eles*...". Em outras situações, esse "orgulho de ser" aparecia como um símbolo praticamente imposto ou já implicado no ato de identificação: "Eu sou sertanejo, sou nordestino. *É muito bom* você sentir orgulho das histórias do cangaço". Ou: "a gente *tem* é que sentir orgulho de tudo o que a gente é, de tudo o que a gente já passou e das nossas conquistas...". Em outras situações, veio em forma de advertência: "Você *não pode* descriminar sua cidade. Crítica todo mundo faz, entendeu?" (fala dos/as alunos/as, grifos nossos).

Ao afirmarmos essas manifestações como fantasiosas, nos apoiamos não apenas no contexto discursivo em que as enunciações foram realizadas (debate em grupo costumam trazer expressões de opiniões com o intuito de causar impacto ou provocar aceitação/legitimação do que se fala). Sabemos que elas são expressas, muitas vezes, com base mais no que se ouve, se percebe, se entende, do que no que, de fato, se vive ou se experiencia. Sabemos, por exemplo, que várias das opiniões sobre a "cidade grande" foram trazidas por pessoas que nunca viveram por um tempo considerável nesse contexto urbano ou por indivíduos que nunca sequer procuraram emprego.

Por outro lado, da mesma forma que as imagens construídas de uma periferia urbana ou de cidades interioranas transitam discursivamente pelos aparatos sensoriais e pelo imaginário de uns,

discursos que correspondem aos espaços metropolitanos também atravessam e compõem o repertório imagético de outros. Orgulho e preconceito são efeitos dessas ilusões e se encontram, muitas vezes, embrincados em discursos diversos sobre o que não, realmente, conhecemos ou experimentamos.

Mas o que haveria, afinal, de "mal" ou negativo nessas construções? Pecamos, de fato, ao sentir orgulho? Que crime cometemos ao "defender" nosso bairro, nossa cidade ou nosso país de críticas e comentários detrativos? E que crime maior ainda seria transmitir esse sentimento para outras gerações através da educação?

Aparentemente, tanto a falta de debates quanto a não problematização das dinâmicas e políticas das diferenças, na escola, têm levado indivíduos a projetarem ideias estereotipadas e a criarem lógicas a partir de discursos preconceituosos que tentam fixar uma identidade valorativa a determinadas categorias identitárias. Para Santos, Santiago e Silva (2020), a escola seria um local "*ideal para o tratamento de questões sobre as diferenças*", uma vez que lá elas se revelam múltiplas. Para esses autores, esse seria o local de um debate contínuo, que possibilitaria a aprendizagem em prol de um convívio respeitoso e democrático (SANTOS; SANTIAGO; SILVA, 2020, p. 14). Assim, mesmo entendendo que a escola não se constitui como o único lugar de informação e de produção de sentidos, observar o quanto ela se afasta do conhecimento, da compreensão, do respeito e acolhimento às diferenças é perceber o abismo que se cria entre ela e as diversas formas de existência do público a que se destina.

Enfim, ensinar a ter orgulho ou ensinar sobre as diferenças?

Vimos que as falas dos/as estudantes nas pesquisas realizadas eram "espontâneas" - elas vinham de súbito, qual uma resposta "na ponta da língua": preparada, engatilhada. Entretanto, o quanto essas mesmas falas podem ser consideradas "autênticas"? Ao descrevermos o ambiente das pesquisas, falamos de instituições preocupadas em fornecer um aporte discursivo em prol da memória histórica/ancestral e da valorização da comunidade a seus educandos. Falamos também de uma cidade que explora a imagem de um de seus filhos mais ilustres (o cangaceiro Lampião). Não seria, dessa forma, óbvio compreender que as falas de orgulho desses/as estudantes seriam reproduções de discursos de seus professores e educadores ou não estariam por esses discursos, pelo menos, "contaminadas"? O quão *autêntico* seria esse orgulho manifesto?

Na perspectiva pós-estruturalista do discurso, o social é compreendido como fruto de uma prática articulatória que ocorre sempre em um terreno marcado pelo antagonismo e pela contradição. Nesse sentido, o *discurso* equivale à tentativa de detenção do fluxo das diferenças e do estabelecimento de um centro na prática social. Sua natureza objetiva, assim, o impede de ser constituído pela experiência ou pela consciência de um determinado *sujeito fundante*. Dessa forma, não se pode atribuir aos sujeitos a origem das relações sociais, tendo em vista que a própria categoria de sujeito apresenta o caráter polissêmico, ambíguo, provisório e incompleto de toda identidade discursiva. A desconstrução da centralidade do sujeito o faz abandonar a posição de *produtor* dos significados e o transforma em *enunciador* daquilo que instituições e contextos estabelecem como o que se deve, pode

ou quer ser dito. Essas instituições, ambientes e contextos moldadores do discurso do sujeito, entretanto, não podem ser vistas como totalidades fechadas ou completas. (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Dessa forma, uma suposta ideia de "autenticidade", de discurso "autêntico" ou "original" é totalmente abandonada perante a perspectiva pós-estruturalista do discurso. O que se percebe, por outro lado, é que a impossibilidade de sutura ou completude das instituições, dos contextos e do próprio social faz com que os significantes se tornem alvos constantes de lutas entre forças político-discursivas rivais. Essas forças hegemônicas não apenas tentam fixar esses significantes a configurações particulares, como empreendem esforço na própria unificação da sociedade. Assim, entendendo a realidade como construção discursiva, são diferentes os discursos que a disputam e o atrito entre eles é inevitável. (LACLAU; MOUFFE, 2015a; LACLAU, 1993).

O texto curricular, então, deve ser compreendido também como discursivo, histórico e constituído simbolicamente a partir da apropriação de seu significado pelos agentes sociais. Produção identicamente sociopolítica, o currículo é, afinal, uma construção a partir de decisões sobre o desejável e o dispensável, sobre o normativo e o constituinte em uma comunidade particular. O próprio sentido de "educação" é também um produto de construção temporária e incompleta, que se vincula diretamente aos projetos políticos e às disputas de cada sociedade. A educação, afinal, é o que se rearticula através das lutas hegemônicas caracterizadas pelos antagonismos sociais e naturalizadas por seu propósito de universalidade (LOPES; MENDONÇA; BURITY, 2015; BUENFIL-BURGOS, 2010).

O "orgulho de ser" da fala dos/as alunos/as, bem como todos os demais significantes nele embricados (ação responsiva, autoafirmação, preconceitos, etc.), podem sim ser considerados reflexos das ações docentes, das práticas educativas e das diferentes leituras e interpretações do texto curricular. Nas escolas de Serra Talhada, por exemplo, mesmo que as diretrizes do Currículo de Pernambuco (2021) sejam totalmente omissas quanto às propostas de formas de trabalho sobre os temas relativos a uma identidade sertaneja ou nordestina, são vários os projetos desenvolvidos por professores e professoras no sentido de valorizar as raízes sertanejas e manter viva na memória as heranças/referências do cangaço. Nas instituições localizadas na periferia do Grande Recife, também percebemos a valorização, não apenas de seus bairros e comunidades, mas também de suas histórias coletivas e de sua ancestralidade. Valorizava-se a cidadania, a estética dos corpos, as imagens e símbolos culturais de determinadas particulares. Ensinavam-se valores; sempre ensinamos valores. O quanto, entretanto, no afã da defesa de nossa identidade, desprezamos o Outro e somos hostis às diferenças?

Em uma sociedade em eterna construção, o multiculturalismo aponta caminhos em que a identidade de um grupo é constituída com base na referência do outro. A convicção de que nenhuma particularidade é capaz, sozinha, de representar a pluralidade na comunidade leva à certeza de que os princípios universais buscam se contrapor à prática da "política de diferença". Ao incorporar-se um sentido de ultrapassagem de barreiras e limites de um determinado contexto, cria-se uma ação de negação das próprias diferenças que o compõem. A relação entre o universal e o particular é, assim, hegemônica e, em prol de sua harmonia, deve-

se manter a dimensão da universalidade, propondo sua articulação com o particular (LACLAU, 2000a; 2011).

O debate intercultural, que foge dos limites liberais de ação, se estabelece entre diferentes grupos sociais e culturais como uma forma de negociação em um contexto de poder assimétrico. Educar, em uma perspectiva intercultural, que vise a ampliação da participação de diferentes grupos estudantis, é levar em conta essa articulação pelo "desenvolvimento de valores pluralistas" e pela "valorização das culturas das minorias". O reconhecimento e o questionamento das expressões de discriminação e segregação que pairam na sociedade apenas não são da garantia de uma contestação e/ou do combate ao que se naturaliza como preconceito ou estereótipo. Incorporar essa contestação às práticas do dia a dia escolar através da interculturalidade institui uma dinâmica efetiva "que propicia a experiência da interação em todos os momentos do currículo". Para isso, "toda a universalidade pressuposta na ação educativa tem que ser desestabilizada com o questionamento do caráter monocultural da escola e das escolhas curriculares". Assim, entende-se que só a partir do reconhecimento e da valorização das culturas *particulares* (aqui expandidas para as representações de uma cultura local) é que a educação deixará de ampliar desigualdades e discriminações e poderá se tornar, verdadeiramente, representante do *universal* (LOPES; MACEDO, 2011, p. 192 – 194).

De maneira geral, o sentido da diferença é parte do dia a dia da escola, da sala de aula e do currículo. Como educadores/as precisamos não apenas perceber esse sentido, mas tentar potencializar seu fluxo. Ao longo do tempo, mecanismos de controle, fixação e nomeação das diferenças foram se criando e se naturalizando na escola. A necessidade desses mecanismos, bem como certas metodologias e formas de ver o aluno que cooperam

com esse controle devem ser revistas. Afinal, a escola é esse espaço em que se devia se produzir a *diferença*, mas que acaba produzindo e apontando o *diferente*. É preciso, assim, criar uma percepção de educação mais ligada ao processo de produção de interações que permitam efetivamente educar. Isso significa fazer com que as pessoas interajam umas com as outras e produzam nas suas diferenças, enxerguem os outros em suas diferenças e evitem rotulações. Isso demanda a produção de uma teoria pedagógica que não seja, ela mesma, rotulante. A educação, em um sentido amplo, é algo que tem a ver com a (inter)relação entre pessoas (MACEDO, 2020).

CONCLUSÃO

Queremos e precisamos ser reconhecidos. E na luta por reconhecimento, em meio a um fluxo de diferenças, vamos constituindo (e nos constituindo em) atos de identificação. Nesse movimento, nos atravessam discursos de pertencimento e acabamos incorporando a ideia de um comportamento típico, de uma forma de pensar e de nos identificar coletivamente. Tornamo-nos brasileiros/as, nordestinos/as, pernambucanos/as... Em nome dessa identificação, interrompemos outras possibilidades de ser e nos desprendemos daquele fluxo de diferenças que não nos permitia a notoriedade. Agora pertencemos. "Temos" uma identidade e a ela nos fixamos. Absorvemos as práticas de seus repertórios. Distinguimo-nos dos "outros".

Exacerbando nosso pertencimento, nos "orgulhamos de ser". Esse orgulho nos ancora, nos afirma, nos protege. Torna-se escudo ante o preconceito, o apontamento, o "outro". A escola e sua promessa de desenvolvimento pessoal reforçam o discurso

cívico, cidadão, de fidelização às raízes. Em nossa fantasia de ser, de orgulharmo-nos de ser, desprezamos o polimorfismo da sociedade e nos "fechamos" em grupo. Ignoramos nossa incompletude e selecionamos nossas relações. Somos periféricos (e rechaçamos a ideia de existir em outros lugares). Somos sertanejos (e nos opomos ao que vem da "cidade grande"). Somos brancos, somos gays, somos mulheres e pentecostais. Somos o que nos faz diverso. Somos o que se contrapõe ao Outro. E nos orgulhamos disso.

Alguém dirá, possivelmente, que precisamos do orgulho para nos proteger do liberalismo que nos globaliza, do Ocidente que insiste em nos colonizar, do conservadorismo que nos tolhe e da supremacia que insiste em nos universalizar. Isso é certo. Será preciso sempre, entretanto, estar atento aos horizontes desse orgulho para que não copiemos o gesto da repressão, da exclusão.

Identidade é poder, é articulação. Relações sociais se transformam através de lutas e não são apenas concebidas através da *auto*-transformação (LACLAU, 2000b). Toda posição do sujeito é, em si, discursiva e a própria categoria de sujeito tem o mesmo caráter polissêmico, ambíguo, provisório e incompleto típico da identidade discursiva (LACLAU; MOUFFE, 2015a).

Hoje, repensamos estátuas como monumentos ao orgulho em nosso país. São símbolos de um passado, do que deveríamos ou não ter sido, ou do que deveríamos ou não, um dia, termos nos orgulhado. Há quem defenda a manutenção plena do orgulho a despeito do constrangimento que cause. Há quem defenda a ressignificação desse orgulho, transformando-o, agora, em símbolo de vergonha. E há quem defenda a extinção, a desconstrução ou "desconcretização" desse orgulho. Afinal, engana-se quem crê que contrário ao orgulho estejam o preconceito e a vergonha apenas. Há também o "anti-orgulho", a negação desse sentimento, o que se

coloca oposto ou contra a exacerbação do pertencimento e à fantasia do ser. Essa, entretanto, é outra história...

REFERÊNCIAS

ABRANCHES JÚNIOR, Nilton; ALMEIDA NETO, Arthur Marques; FREITAS, Laleska da Costa. **Sou bixa sim!** E daí? Orgulho LGBT à carioca. Revista Espaço e Cultura. UERJ, Rio de Janeiro, n. 49, jan/jun 2021.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino**: invenção do falo – uma história do gênero masculino (1920-1940). 2ª ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ANDRADE, Marciano Vieira. **O "orgulho de ser"**: Identidade, política e gênero no Lampião da Esquina (1978-1981). Dissertação (mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2015.

BASTOS, Alice. **A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon**. Rev. Psicólogo inFormação ano 14, n. 14 - jan./dez. 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1415-88092010000100010&script=sci_arttext Acesso em 25 de agosto de 2021.

BURITY, J. **Teoria do Discurso e Educação**: reconstruindo o vínculo entre cultura e política. Revista Teias v. 11, n. 22, p. 07-29, maio/agosto 2010.

COTTA, Diego; CABRAL FILHO, Adilson Vaz. **Parada do orgulho LGBT**: uma estratégia midiática de visibilidade cultural. Revista Políticas Públicas e Cidades. v.3, n. 3, set/dez, 2015.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. **Juventude e ensino médio:** quem é este aluno que chega à escola. Em DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte, MG :Editora UFMG, 2014.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998, p. 55 – 107.

GLYNOS, Jason.; STAVRAKAKIS, Yannis. **Lacan and political subjectivity**: fantasy and enjoyment in psychoanalysis and political theory. In *Subjectivity*: Palgrave Macmillan Ltd, No. 24, p. 256–274, 2008.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. **Entrevista Narrativa**. Em BAUER; GASKELL, Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002 p. 90 - 113

LACLAU, Ernesto. **Discurso**. Publicado en Goodin Robert & Philip Pettit (Ed.). The Blackwell Companion to Contemporary Political Thought, The Australian National University, Philosophy Program, p. 8-15, 1993.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2000a.

LACLAU, Ernesto. **Identity and hegemony**: the role of universality in the constitution of political logics. *In*: BUTLER, J.;

LACLAU, E.; ZIZEK, S. **Contingency, hegemony, universality** – contemporary dialogues on the left. London/New York: Verso, 2000b.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015a.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Pós-marxismo sem pedido de desculpa**. Em LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel. **A teoria do discurso de Ernesto Laclau**: ensaios críticos e entrevistas. São Paulo: Annablume, 2015b.

LOPES, Alice. MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel; BURITY, Joanildo. **A contribuição de Hegemonia e Estratégia Socialista para as Ciências Humanas e Sociais,** in Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal. Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, p. 7 – 32, 2015.

MACEDO, Elizabeth. **Currículo, Cultura e Diferença:** uma conversa com Elizabeth Macedo. Palestra online, ministrada em 09 de setembro de 2020. Disponível em https://ufsb.edu.br/eventos-ufsb/2576-online-curriculo-cultura-e-

diferenca-uma-conversa-com-elizabeth-macedo . Acesso em 25 de agosto de 2021.

MAINGUENEAU, Dominique. **A propósito do ethos**. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.). Ethos discursivo. São Paulo: Contexto, 2011 p. 11-30.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARTINS, Maria Silvia Cintra. **Ethos , Gênero e Questões Idenitárias**. Rev. DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada; volume 23, número 1, páginas 27-43. 2007

MELLO, Ciema Silva. **Leões do Norte**: orgulho e preconceito de ser nordestino em Pernambuco. Tese (doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambco. Recife, 2006.

MESQUITA, Igor do Nascimento. **Projeto *Dia do Orgulho Negro***: uma experiência de saúde antirracista na Atenção Básica. Revista de Psicologia da Unesp, 19 (especial), 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442020000200003 (Acesso em 25 de agosto de 2021).

MOREIRA, Gilberto. **Estudar para "ser" quem?** Escolarização, educação popular e processos de subjetivação entre estudantes do Recife e do sertão de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco UFPE. Recife, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson; OLIVEIRA, Anna Luiza; MESQUITA, Rui. **A teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a pesquisa em Educação**. Educação e Realidade, Porto Alegre v. 38, n. 4, 2013.

OLIVEIRA, Rafaela Sousa; SILVA, Minelle Enéas; GAIÃO, Brunno Fernandes da Silva. **Orgulho De Ser Nordestino!** Um Estudo Sobre Ethos Compartilhado Por Seguidores Em Uma Página Do Facebook. Revista Gestão.Org, v. 16, n. 2, 2018.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco –** Ensino médio, 2021.

ROCHA, Décio; DAHER, Maria Del Carmen; SANT'ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque. et al. **A entrevista em situação de pesquisa acadêmica**: reflexões numa perspectiva discursiva. Polifonia, v. 8, n. 8, p. 1-19, 2004.

SANTOS, Jaqueline Nunes; SANTIAGO, Maria José Almeida; SILVA, Paulo de Tássio Borges. **Notas de um projeto pedagógico no Ensino Médio:** quando Raça/Etnia, Gêneros e Sexualidades deixam de ser "mimimi". Revista Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Vitória - ES, v. 26, n. 1, jan./jun. 2020.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. **A entrevista na pesquisa em educação**: uma arena de significados. Em COSTA, Marisa Vorraber. Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro, RJ: **Lamparina editora**, 2007.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

ANDRÉA BANDEIRA SILVA DE FARIAS

É doutora em História pela UFBA, mestra e bacharela em História pela UFPE e professora adjunta de História no curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade de Pernambuco (UPE). Atualmente, é líder do grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisa em Ciências Sociais (NUPECS-UPE); vice-líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos de Gênero (NUPEGE-UFRPE); pesquisadora integrante do grupo de pesquisa ProjetAH – História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões (UFPB); coordenadora nacional do Grupo de Trabalho Estudos de Gênero, ANPUH Brasil; coordenadora de Cultura (PROEC-UPE); também faz parte da organização do V Encontro Nacional do GT Estudos de Gênero, ANPUH Brasil (Montes Claros-MG, UNIMONTES, 2022). Atua na linha de História Social interseccional com a abordagem de Gênero de viés marxista, tem vários artigos e capítulos publicados em livros e revistas científicas; é corresponsável pelo projeto e dirige o Segundas Feministas, seu programa de história on-line, no formato de podcast de divulgação de pesquisas acadêmicas sobre mulheres, gênero e feminismo. E-mail: andrea.bandeira@upe.br.

ALEXANDRE LIMA

Doutorando em Sociologia – UFPB, professor da Rede Estadual de Educação de Alagoas e Membro Externo do Núcleo de História Regional da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul. É pesquisador de Sociologia do Trabalho, ligado ao LAEPT-UFPB

BARTIRA FERRAZ BARTIRA

Licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (1987), com mestrado em História do Brasil

Colonial pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (1991) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo - USP (2004), é professora do Departamento de História da UFPE. Leciona na graduação sobre História da Espanha e Portugal na disciplina: História dos Impérios Português e Espanhol e a disciplina História dos Povos Indígenas; ministra os cursos Acervos e Documentos Históricos, História Ambiental, História e Patrimônio e História do Indigenismo no Brasil na Pós-Graduação em História da UFPE. Tem experiência na área de História do Brasil Colonial, atuando principalmente nas seguintes sub-áreas: História dos Índios do Brasil, Colonização Portuguesa e Espanhola, Cartografia Histórica, História da Arte Brasileira, História Afro-Indígena, Patrimônio e Memória. Membro do Grupo de Pesquisa CINAF- Grupo de Investigacíon sobre Culturas Indígenas i Afroamericanas da Universidade de Barcelona e do grupo de pesquisa Escrituras Silenciadas da Universidade de Alcalá de Henares; participa das linhas de pesquisas CNPq: Relações de Poder, Sociedade e Ambiente. Trabalha em projetos interdisciplinares envolvendo as áreas de história indígena, arqueologia de contato, cartografia, geografia, meio ambiente, acervos e memória e desenvolve trabalhos científicos com análise sobre a construção dos espaços coloniais. Realizou pós-doutorado na Universidade de Salamanca - Espanha, entre 2011 e 2012 e na Universidade de Barcelona - Espanha entre 2015 e 2016. Foi Diretora de Cultura do Departamento de Extensão Cultural da PROEXT/UFPE entre os anos de 2007 a 2011. Exerceu o mandato de conselheira, representando a UFPE no Conselho Municipal de Cultura da Cidade de Olinda de 2009 a 2011. Prestou consultoria técnica e de pesquisa para exposições no Instituto de Assuntos Culturais da Fundação Joaquim Nabuco (IAC-FUNDAJ), no Museu do Estado de Pernambuco (MEPE), no Centro Cultural Benfica da UFPE,no Museu de Arte Moderna Aloisio Magalhães (MAMAM) e na Faculdade de Geografia e História da Universidade de Salamanca/ Centro de Estudos Brasileiros Espanha. Exerceu curadoria de exposições de conteúdo histórico, artístico e social entre os anos de 1990 a 2011 na FUNDAJ, Centro Cultural Benfica, Universidade de

Salamanca, Universidade Federal de Pernambuco, Centro Cultural dos Correios do Recife/PE.

CHRISTINE PAULETTE YVES RUFINO DABAT

Tem mestrado em História, pela Universidade de Genebra e doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (2003), com pós-doutorado pela EHESS (2011), é professora titular do Departamento de História da UFPE. Tem experiência de pesquisa na área de História da Agricultura, com ênfase em História do Açúcar, principalmente nos seguintes temas: história da sacaricultura; história das relações de trabalho na zona canavieira de Pernambuco; história fundiária e história das relações homem/natureza. Ministra também disciplinas em História Medieval e Introdução à História da China contemporânea. Tese publicada sob o título "Moradores de Engenho. Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais". (2a ed. 2012). Tradutora de vários artigos, particularmente do Professor Sidney W. Mintz, publicados sob o título "O Poder Amargo do Açúcar", 2a ed. 2010; 3a edição ampliada em preparação). Coordena o Grupo de Estudos Trabalho e Ambiente na História das Sociedades Açucareira UFPE.

GILBERTO DE ARAÚJO MOREIRA

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco - PPGE/UFPE, na linha Subjetividades Coletivas, Movimentos Sociais e Educação Popular. Mestre em Educação pelo mesmo programa e na mesma linha de pesquisa. Pedagogo graduado pela UFPE. Tem experiência acadêmica na área de Educação, com ênfase em Subjetividades, Movimentos Sociais e Educação em espaços escolares e não-escolares, desenvolvendo pesquisas sobres temas como: subjetividades em

Educação, reconfiguração de identidades, currículo e subjetivação, Educação sob a perspectiva do Pós-estruturalismo e das Lógicas Sociais. Tem experiência profissional na área de Línguas Estrangeiras, atuando como docente, consultor e formador de professores de Língua Inglesa e Língua Espanhola.

JEFFERSON EVÂNIO DA SILVA

É doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Mestre em Ciências Sociais pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). É membro do Laboratório de Estudos em Religião e Política (LABERP- UFPE/FUNDAJ) e pesquisador colaborador do Núcleo de História e Linguagens contemporâneas da Universidade Estadual da Paraíba (NUHLC). Atualmente é professor do Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul – FAMASUL e membro do Núcleo de História Regional da mesma Instituição.

JOSÉ ADILSON FILHO

Possui graduação em História pela Faculdade de Formação de Belo Jardim (1993), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2011). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual da Paraíba, na qual leciona as disciplinas de Teoria da História, Historiografia Brasileira e História e Interdisciplinaridade. Desenvolve estudos e pesquisas numa perspectiva interdisciplinar sobre temas relacionados a famílias políticas e poder local, cidade, estigma e segregação social. E, mais recentemente, o autoritarismo e o fenômeno do bolsonarismo sob o aporte da interface História e Psicanálise.

JOSÉ MARCELO MARQUES FERREIRA FILHO

Professor do Departamento de História da UFPE e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFPE e do Programa de Pós-Graduação em História (PGH) da UFRPE. É Doutor em História pela UFPE (2016); Mestre em História pela UFPE (2012); Licenciado em História pela UFPE (2012) e Bacharel em História pela UFPE (2009). Suas áreas de interesse são: História Ambiental; História Espacial; Geografia Histórica; Espaço, Território e Paisagem na História; História do Açúcar; História Social do Trabalho; Brasil República.

RODRIGO LINS BARBOSA

Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE (2014-2016). Especialista em Ensino de História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE (2006-2007). Licenciado em História pela Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP (2000-2004). Professor da Rede Estadual de Pernambuco e da Rede Municipal de Jaqueira-PE e membro externo do Núcleo de História Regional da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL). Atuo nas áreas de História, Sociologia, Antropologia e Prática de Ensino de História, com ênfase nos seguintes temas: História do Brasil, História Contemporânea, História da Ditadura, História Política e Política Indigenista.

TATIANA VALENÇA FERRAZ

graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco, com mestrado em História Social pela mesma instituição. Iniciou suas pesquisas no Projeto Resgate - parceria entre a Petrobrás e o departamento de História da UFPE, cujo objetivo era de levantamento de documentação, artefatos, vestígios da presença dos

grupos humanos que forjaram a população da região pernambucana sertaneja do Submédio São Francisco. Seu trabalho de pesquisa fez uso das fontes documentais de cartórios e arquivos eclesiásticos - certidões de nascimento, casamento, óbito e inventários, produzidas ao longo da ocupação e desenvolvimento da sociedade no período do século XIX. O resultado das pesquisas fizeram parte do conjunto das narrativas históricas que contam um pouco da história dessa gente no trabalho de dissertação defendido em 2004, intitulado: A Formação da Sociedade no Sertão pernambucano: trajetória de núcleos familiares. Atualmente é professora substituta da disciplina de História da Arte do departamento de Artes Visuais da Universidade Federal de Pernambuco

THOMAS DYSON ROGERS

Possui mestrado em Latin American History pela Duke University (2001) e doutorado em História pela Duke University (2005). Atualmente é Professor da Emory University e Revisor de periódico da LUSO-BRAZILIAN REVIEW (ONLINE). Tem experiência na área de História.

VILMAR ANTONIO CARVALHO DA SILVA

Possui graduação em Licenciatura em História pela Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (1986); especialização lato sensu em História Econômica e Social do Brasil, pela Universidade Católica de Pernambuco e mestrado em Programa de Pós-graduação em História - UFPE pela Universidade Federal de Pernambuco (2008). Atualmente é professor concursado da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul - FAMASUL. Tem experiência na área de História, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas de pesquisa: história e literatura, modernidade, cultura letrada, modernismo; imprensa; educação e ensino de história. Também tem livros públicados nos gêneros prosa e poesia.

QUER SABER MAIS SOBRE A EDITORA OLYVER?

Em www.editoraolyver.org você tem acesso a novidades e conteúdos exclusivos. Visite o site e faça seu cadastro!

A Olyver também está presente em:

facebook.com/editoraolyver

@editoraolyver

Instagram.com/editoraolyver

EDITORA OLYVER

www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Esta coletânea revisita a História Política de Pernambuco a partir das margens. O texto reúne historiadores e historiadoras para pensar a História política no Brasil profundo a partir do signo de tramas locais, periféricas e, ao mesmo tempo, inscritas nas malhas do tempo - espaço global, nacional. Discursos e práticas situadas na História do Tempo Presente em muitos municípios do interior pernambucano e que marcam a trajetória dos sujeitos. As estratégias de dominação e as táticas de resistência, os processos de subjetivação e identificação política, os contatos entre as esferas local e global, os dispositivos e Jogos de poder, o subterrâneo de práticas sociais riscadas da memória oficial. O Agreste, o Sertão e a Zona chamada da Mata constituem o cenário deste livro escrito por várias mãos. Uma tentativa de problematização da História a partir de tramas locais que amarram o tecido cultural e o enigma do social.

NUHRE NÚCLEO DE HISTÓRIA REGIONAL -FAMASUL-

ISBN: 978-65-81450-96-0

EDITORA OLYVER
www.editoraolyver.org

CC BY SA